



UNICAMP

NÚMERO: 158/2011

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA

**A GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO SOBRE A CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO (RIO-92)**

Tese apresentada ao Instituto de Geociências
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Doutor em Geografia, na área de
Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a ARLETE MOYSÉS RODRIGUES

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA, E ORIENTADA PELA PROF.^a DR.^a ARLETE MOYSÉS RODRIGUES

Assinatura da Orientadora

CAMPINAS – SÃO PAULO

2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CÁSSIA RAQUEL DA SILVA – CRB8/5752 – BIBLIOTECA “CONRADO PASCHOALE” DO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
UNICAMP

OL41g Oliveira, Leandro Dias de, 1979-
A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92) / Leandro Dias de Oliveira -- Campinas, SP.: [s.n.], 2011.

Orientador: Arlete Moysés Rodrigues.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Geopolítica. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Política ambiental. I. Rodrigues, Arlete Moysés, 1943- . II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: The Geopolitics of the Sustainable Development: A study on the Conference of Rio de Janeiro (Rio-92)

Palavras-chaves em inglês:

Geopolitics

Sustainable development

Environmental policy

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutor em Geografia

Banca examinadora:

Arlete Moysés Rodrigues (Presidente)

Adriana Maria Bernardes da Silva

Catherine Prost

Edvaldo César Moretti

Floriano José Godinho de Oliveira

Data da defesa: 12-12-2011

Programa de Pós-graduação em Geografia



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

AUTOR: Leandro Dias de Oliveira

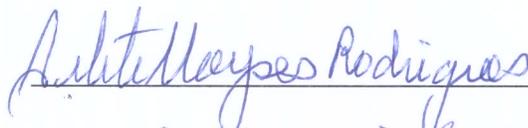
A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um Estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)

ORIENTADORA: Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues

Aprovada em: 12 / 12 / 2011

EXAMINADORES:

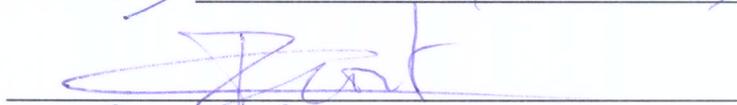
Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues

 Presidente.

Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva



Profa. Dra. Catherine Prost



Prof. Dr. Edvaldo César Moretti



Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira



Campinas, 12 de dezembro de 2011.

Dedico este trabalho à minha mãe, **Maria Luiza Trindade Dias de Oliveira**, a grande responsável pelo sucesso de minha carreira acadêmico-intelectual. Não tenho dúvidas que a redação desta tese iniciou-se nas primeiras linhas que redigi sob seus cuidados. Quando ocorreu a incerteza, foi em seus carinhosos ensinamentos que encontrei o alicerce para continuar minha formação. Em cada conquista que obtive, está gravado o signo de sua luta, perseverança e amor.

“Lemos o mundo às avessas e queixamo-nos de não o compreender”

Rabindranath Tagore

(Poeta Indiano)

AGRADECIMENTOS

Em 2007, ainda no processo seletivo para ingresso no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP, pude observar o imenso salto que me propus realizar: naquela manhã, no *campus* Zeferino Vaz, foi possível pensar em quantas pessoas deveria agradecer por estar ali. Aqueles que me conheceram, do período escolar ao ingresso no doutorado, sabem que tudo se constituiu com muita luta, esforço e superação de desafios. Mas, humildemente, cada vitória que obtive nesta breve trajetória foi resultado de muito empenho construído coletivamente, seja no âmago de minha família, que sempre me forneceu apoio irrestrito, seja no incomensurável auxílio de amigos, colegas de trabalho, mestres, alunos e mais um número incontável de pessoas as quais, honrosamente, agradeço.

Sou grato, inicialmente, à minha professora-orientadora, a Prof.^a Dr.^a Arlete Moysés Rodrigues, detentora de conhecimentos inestimáveis, tanto no campo da teoria quanto na prática de quem conhece os embates cotidianos. Tenho na Prof.^a Arlete um grande exemplo a ser seguido. Sua disposição em debater o conteúdo, em abrir as portas de sua residência para carinhosamente receber seus *orientandos*, a leitura meticulosa e precisa que me tanto enriqueceram a minha forma de redigir, e finalmente, por seu conhecimento da realidade que nos cerca. A Prof.^a Arlete é história viva de superação de dificuldades, e se apresenta como uma intelectual engajada, militante e incansável, mestra em conciliar teoria e empiria, trabalho intelectual e luta política. Acima de tudo, foi para mim um motivo de orgulho este convívio na condição de orientando.

Ser orientado nesta pesquisa pela Prof.^a Arlete propiciou conhecer um grande número de pesquisadores de qualidade indiscutível, nos diferentes níveis de pós-graduação, como mestrado, doutorado e pós-doutorado. Jamais esquecerei dos tradicionais *colóquios de doutorado* realizados mensalmente em sua residência, onde pude conhecer e fazer amigos como Alessandra, Ana Luiza, André, Desirée, Fábio, Fernanda, Íris, John, Leda, Marcos, Renata, Rodrigo e Tony, além de apreciar os dotes culinários da “Lurdeca”. A distância foi se tornando cada vez um entrave mais facilmente transponível em cada encontro, pois cada colóquio era responsável por uma efervescente renovação de ideias. Os trabalhos realizados nestas reuniões foram de tal maneira instigantes que fundamentaram a inscrição, junto ao CNPq, do Grupo de Pesquisa Problemática Urbana e Ambiental, do qual honrosamente sou vice-líder.

Em Campinas, também não foram poucas as novas amizades que se consolidaram, como particularmente do professor da UNIOESTE, Alexandre Domingues Ribas, colega de doutorado que certamente muito irá contribuir com suas reflexões para a epistemologia da ciência geográfica, e do professor da UEMG, André Vinícius Martinez Gonçalves, também orientando da Prof.^a Arlete e assim companheiro dos *colóquios de doutorado*. Agradeço ao Prof. Dr. Archimedes Perez Filho, então coordenador do programa, pelas conversas, sugestões e apontamentos durante o seminário de doutorado. Aliás, nas atividades disciplinares obrigatórias, especialmente nas apresentações de pré-defesa, pude (re-) conhecer a qualidade dos trabalhos desenvolvidos no Instituto de Geociências da UNICAMP, e me familiarizar com a cidade, o estado de São Paulo e com uma realidade que me era estranha. O amadurecimento por este contato é imensurável.

Agradeço a presença na banca de defesa desta tese da Prof.^a Dr.^a Adriana Bernardes e do Prof. Dr. Edivaldo Moretti, ambos pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP. Como estiveram presentes no processo de qualificação, espero sinceramente ter realizado todos os ajustes e acertado nos apontamentos advindos das valiosas sugestões. O debate realizado naquela manhã de 15 de setembro de 2010 foi deveras profícuo para a consolidação das ideias aqui registradas. Sou grato também à Prof.^a Dr.^a Catherine Prost, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por aceitar fazer parte da banca de avaliadores desta tese.

Na UNICAMP, pude usufruir dos acervos das inúmeras bibliotecas do Instituto de Geociências, Faculdade de Educação, Instituto de Economia e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Neste último, a minha participação em eventos do Centro de Estudos Karl Marx (CEMARX), liderado pelo Prof. Dr. Armando Boito Jr., foi importante, pelos debates instigados pela temática e pelas trocas com os colegas participantes do evento. Especificamente no Instituto de Geociências, sempre contei com o auxílio e simpatia de todos os seus funcionários. Deve ser lugar comum, mas é fundamental agradecer especialmente à Valdirene Pinotti (Val), à Maria Gorete S. S. Bernardelli e à Dilma Pereira Maduro, da secretaria da Pós-Graduação em Geografia, que sempre se disponibilizaram a me ajudar a diminuir a grande distância que separa Campinas e Niterói.

Agradeço a sempre calorosa estadia nos inúmeros pernoites em Barão Geraldo e no Centro de Campinas. O sabor insuperável dos cafés com *donuts*, a recepção sempre educada dos seus habitantes, a pontualidade dos ônibus urbanos (algo raro em terras fluminenses), os acervos

existentes nas livrarias, são apenas alguns dos fatores que me fizeram desenvolver um carinho especial pela cidade que tão bem me acolheu nesta “aventura”.

Aliás, a “aventura do doutorado” não se iniciava no momento em que desembarcava em Campinas para o cumprimento das disciplinas. Para poder cumprir os créditos disciplinares e conciliar o meu trabalho docente nos níveis fundamental, médio e superior com as obrigatoriedades do doutorado, pude contar com o precioso auxílio gratuito de inúmeras pessoas, que agora carinhosamente agradeço.

Sou profundamente grato a toda a direção da Escola Municipal Prof.^a Márcia Francesconi Pereira, então composta pelos diretores Yvanir Lira e Marilete Boy Oliveira (*esta, a mais brilhante professora de geografia que conheci!*), e pelas dirigentes de turno Tânia, Nielza e Fátima. Durante oito anos, tive a honra e o prazer de ser docente desta escola, localizada no bairro São Cristóvão (transferida do Jardim Caiçara, onde fiquei alguns anos), na cidade de Cabo Frio / RJ. Agradeço a compreensão de toda a cúpula da direção da importância do doutorado em minha formação, e o carinho sempre demonstrado por mim. Agradeço aos estagiários Ronny, Felipe, Carol, Izabelle, Núbia, Jaqueline, entre tantos outros, meus alunos de graduação na FERLAGOS que me auxiliaram na prática docente nesta unidade de ensino e enriqueceram minhas aulas com sua juventude e inquietação. Além de fazer amigos que guardo no coração (Jussara, *minha querida companheira na prática geográfica*, Lívია, Regina, Cléber, José Alfredo, Mário Lopes, Rodrigo, Luís Cláudio, Zilmara e tantos outros), assevero que os anos de trabalho nesta escola consolidaram minha crença em uma educação de qualidade na formação de egressos competentes e sujeitos críticos.

De maneira semelhante, agradeço à FERLAGOS — Faculdade de Região dos Lagos, instituição de ensino superior também localizada em Cabo Frio / RJ, onde lecionei durante cinco prazerosos anos. A flexibilização do horário me permitiu sair de Cabo Frio a tempo de chegar à Rodoviária Novo Rio e, imediatamente, embarcar rumo à Campinas. Sou grato especialmente ao coordenador do Curso de Licenciatura Plena em Geografia, Prof. Yolmar Freire (e ao antigo coordenador, Prof. Luís Felipe Umbelino de Oliveira), e à então diretora acadêmica, Prof.^a Isabel Cristina Vieira Rodrigues, por me auxiliarem nesta empreitada. Ressalto que o trabalho realizado na instituição sempre foi facilitado pelo corpo docente extremamente qualificado do curso de Licenciatura em Geografia — amigos como Débora Rodrigues, Demian Castro, Gilberto Oliveira, Leandro Guimarães, Leonardo Chagas (*este, amigo desde os tempos de graduação!*) e

Moysés Vinícius são inesquecíveis — e pelos discentes que ajudaram a amadurecer muitas das ideias aqui contidas, como, por exemplo, Felipe de Souza Ramão (também estagiário e monitor em disciplinas por mim ministradas) e Marcos Vinícius N. de Mello, agora companheiros na crítica aos pressupostos ideológicos do desenvolvimento sustentável.

Posso afirmar que em todos os lugares em que trabalhei sempre encontrei apoio para o prosseguimento de meus estudos. Seja como docente no estado, no CIEP Gabriel Joaquim dos Santos, em São Pedro da Aldeia, ou como Professor do Pré-Vestibular e Curso Preparatório Projeto (Cabo Frio), sob a direção do Professor Jorge Alberto (Já), ou ainda mais recentemente no IFRJ – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (antigo CEFET – Química), nos *campi* Nilópolis e Realengo, sempre encontrei ressonância para desenvolver o meu trabalho. Neste último, o IFRJ, foi possível constituir amizades inestimáveis: Ana Cristina (“Anita”), André, Celso, Débora, Élton, Mauro, além de reforçar os laços com Prof. Dr. Manoel Ricardo Simões (*Breguelé*), meu antigo professor na UERJ, colega de trabalho no IFRJ e, atualmente, amigo.

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, *Seropédica*), onde atualmente leciono na condição de Professor Assistente, encontrei apoio na chefia do Departamento de Geociências, através do Prof. Dr. Sérgio Brandolise Citroni e da Prof.^a Dr.^a Cláudia M. Magalhães Ribeiro Martins, além do contagiante incentivo da Coordenadora do Curso de Geografia, Prof.^a Dr.^a Regina Cohen Barros. Agradeço também a oportunidade de dialogar com todo o corpo docente do curso de Geografia do *campus* Seropédica, especialmente os professores Maurilio Lima Botelho, Lirian Melchior, Jader de Oliveira Santos, Gustavo Mota de Sousa e André Santos da Rocha, com quem divido a responsabilidade de liderar o LAGEPPE — Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas e outras atividades complementares do curso de licenciatura. Também nesta universidade, agradeço ao Prof. Andrews José de Lucena, amigo do mestrado, do Curso Projeto, da FERLAGOS, da UERJ-FFP e agora da UFRRJ: profissional de rara competência e apreço à sua labuta acadêmica, assevero que a realização de trabalhos comuns, o diálogo sempre profícuo e o seu incentivo sincero foram fundamentais para a realização desta empreitada.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, onde fui aluno de graduação e mestrado, e mais recentemente, professor substituto, é uma casa pela qual tenho a profunda honra de ter realizado grande parte do meu caminho acadêmico. Seja na Faculdade de Formação de

Professores (FFP), em São Gonçalo, onde realizei a graduação, ou no Instituto de Geociências — *campus* Maracanã, onde desenvolvi o Mestrado em Geografia, a UERJ sempre me acolheu carinhosamente, de forma que é impossível mensurar a sua importância em minha formação.

Agradeço ao Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, que vem acompanhando a evolução das ideias aqui presentes, como membro da banca de qualificação e defesa de mestrado, e agora, por fazer parte da banca desta tese. Professor de disciplinas na área de Geografia Econômica no período da graduação, Floriano, assim como a Prof.^a Arlete, é para mim um exemplo a ser seguido, como professor e pesquisador. O fato de estar novamente presente na minha banca é um pequeno, mas sincero reconhecimento da grande importância que teve em toda a minha formação. Atualmente, através do NUPEE (Núcleo de Pesquisa Espaço e Economia), coordenado por Floriano e do qual faço parte como pesquisador, tornou-se possível aprofundar nossos debates e realizar seminários com nossos esforços conjuntos. Este agradecimento se estende à Prof.^a Dr.^a Eveline Bertino Algebaile, cuja amizade tem sido importante na minha trajetória acadêmica.

Agradeço todo o corpo docente da FFP, particularmente Charlles da França, Desirée Guichard (*querida colega de doutorado na UNICAMP, que também participa dos colóquios e é integrante do NUPEE*), Eduardo Karol, Jorge Braga, Marcos César, Marcos Couto (*este de uma importância inestimável por ter sido meu primeiro orientador, durante a monografia de graduação!*), Paulo Roberto Alentejano e, saudosamente, Cláudio Barbosa da Costa, insubstituível na condição de intelectual militante e que muito contribuiu para a consolidação da FFP como centro de excelência na formação de docentes.

No curso de mestrado, realizado na UERJ — *campus* Maracanã, agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas, meu orientador na dissertação, por quem nutro profundo respeito e admiração. Gilmar, além de amigo, incentivador e responsável por importantes reflexões sobre a temática, indicou a Prof.^a Arlete para compor a banca de mestrado, e me apresentou a possibilidade de desenvolver esta pesquisa na UNICAMP. Não seria exagero afirmar que Gilmar é o grande responsável pela realização deste doutorado. Fico na torcida que possamos manter nossos diálogos — sempre tão enriquecedores para mim —, e ainda desenvolvermos muitos trabalhos juntos! Estendo este agradecimento a outros professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ, como Miguel Ângelo Ribeiro, Jorge

Marques Soares e João Rua (agora apenas na PUC-RJ), todos grandes incentivadores da realização desta pesquisa.

Esta pesquisa contou com o inestimável apoio de grandes amigos. Sou grato especialmente ao meu amigo de graduação, Prof. Dr. Guilherme Ribeiro — que recentemente ingressou no quadro docente do Departamento de Geociências da UFRRJ —, pela leitura e criteriosa dos meus escritos, indicações bibliográficas e sugestões importantes na construção deste trabalho. Além das contribuições intelectivas, Guilherme sempre me ofereceu apoio em importantes momentos em minha carreira acadêmico-profissional. Espero que continuemos a realizar trabalhos conjuntos e a travar diálogos profícuos no decorrer da nossa trajetória universitária.

Agradeço ao grande camarada Vinícius Santos, Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), *campus* Cabo Frio – RJ, que sempre propiciou frutíferos debates sobre minhas análises em relação à problemática ambiental. Agradeço também ao grande amigo da graduação, o mestrando em História Social do Território na UERJ-FFP, Zilmar Luiz Reis Agostinho, que me auxiliou na revisão do *Abstract*, além das traduções presentes no corpo do texto. Amigos como Ana Cláudia Ramos Sacramento, Eduardo Soledade, Fred Luís de Souza e José Peres Fernandes Júnior contribuíram, cada qual a sua maneira, para a realização deste trabalho.

A pesquisa envolveu a visita a inúmeras bibliotecas e instituições além da UNICAMP, que dificilmente conseguiria catalogar em sua completude. Por isso, agradeço especialmente a cordialidade dos funcionários do Museu do Itamaraty, no Rio de Janeiro, onde pude colher preciosidades sobre os encontros diplomáticos dos períodos da conferência. Aliás, no Itamaraty pude assistir a diversas palestras, mediante convite do IRB — Instituto Rio Branco, que me aguçaram a compreensão da realidade da diplomacia como processo geopolítico.

Esta tese foi escrita paulatinamente em diversos lugares, particularmente Niterói, São Gonçalo, Cabo Frio, Campinas e Seropédica. Em Cabo Frio, algumas páginas agora publicadas foram redigidas no conforto da residência dos meus sogros Lázaro e Norma. Agradeço a sempre acolhedora recepção, e a compreensão do tamanho do desafio que me propus. O convívio com meus sogros, com meu cunhado Alexander e sua esposa, Ana Livia — e agora com o pequeno Miguel — foi responsável por importantes momentos de tranquilidade tão necessária para a

redação desta tese. Posso garantir que redigir algumas páginas deste trabalho observando o mar cabofriense foi motivo de uma inigualável inspiração.

Agradeço à minha esposa, a estudante de engenharia florestal Norma Maciel (Norminha), pelo carinho, atenção e tranquilidade neste longo período de construção da tese. Sua presença sempre me fortaleceu a vencer desafios, desde a realização dos processos de seleção até a defesa final. Saiba que cada vitória em minha vida acadêmica e profissional deve ser prontamente dividida com você, e assim lhe dedico muitas das linhas aqui escritas com o mais sincero e profundo amor. Tenho total certeza que ainda estamos no começo de uma longa caminhada juntos, e que a partir deste momento em que se inicia uma nova etapa em nossas vidas, teremos mais tempo e tranquilidade para vivenciar cada alegria que está por vir.

Sempre encontrei na minha família todo o apoio necessário para minha progressão intelectual e profissional. Meus avós maternos [Hilton e Dóris, *in memoriam*] e paternos [Rubens e Lourdes] sempre apoiaram em todas as dificuldades. Lembro-me de cada pequena ajuda de minha avó Lourdes, do quão era importante me ofertar desde o valor de uma passagem ou um lanche no curso dos meus estudos. Não posso esquecer a minha saudosa madrinha Laélcia, que sempre esteve presente em todas as minhas vitórias, e, tenho certeza, estaria exultante com mais esta conquista. Agradeço ostensivamente a toda minha família, e hoje vejo que o lado bom de enfrentar dificuldades é poder reconhecer prontamente aqueles que sempre se esforçaram em oferecer ajuda.

Agradeço à minha irmã, aluna do curso de doutorado em Química na UFRJ, Sabrina Dias de Oliveira, que também esteve presente em todos os grandes momentos. Crítica recorrente de minhas ideias, sempre ajudou a solidificar as questões por mim levantadas no plano teórico e prático. Também sou grato pelo seu auxílio na revisão das traduções da língua inglesa contidas nesta tese. Estendo o agradecimento ao meu cunhado Flávio Bittencourt, que sempre evidencia sua crença em meus esforços de análise e se apresenta como um inteligente interlocutor dos debates que proponho.

Sou grato ao meu pai, Carlos Roberto de Oliveira, proletário que viveu as dificuldades da reestruturação produtiva fluminense e conheceu as mazelas que a poluição ambiental pode causar em nossa saúde. Quantos dias trabalhados ainda que com saúde debilitada, quantas horas extras durante noites inteiras, quantos finais de semana dedicados ao esforço de sustentar uma família? Apesar disso, sempre encontrou tempo para me auxiliar a realizar as tarefas que tive

dificuldade, como a maquete que construí da “*Eco-92*” quando ainda cursava o ensino fundamental. Sua ajuda sempre foi indispensável. Meu pai é o meu maior exemplo de honradez, de caráter e de luta.

Agradeço à minha mãe, Maria Luiza Trindade Dias de Oliveira, professora primária que me alfabetizou, me apresentou as primeiras leituras, me acompanhou em cada exercício escolar para casa, me ensinou datilografia, que esteve presente em todas as reuniões escolares em que foi convocada. Não é possível avaliar com precisão o tamanho do esforço que minha mãe fez para que eu estudasse, pois chegou a abdicar de maior conforto para que eu continuasse matriculado em colégios particulares. Quando tive dúvidas se continuaria a estudar, ela me ofereceu a certeza de que deveria, ao me fazer crer que o futuro se mostrava promissor. Hoje vejo que minha mãe, sem dúvidas, foi a minha maior professora.

Em conjunto com todos estes que me querem tão bem, agradeço a Deus pela paz oferecida nestes caminhos tão difíceis.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)

RESUMO

Tese de Doutorado

Leandro Dias de Oliveira

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992, foi o evento da ONU responsável pela celebração da concepção do desenvolvimento sustentável em escala global. Esta concepção, desde sua origem no “Nosso Futuro Comum”, vem sendo apresentada como um receituário “incontestável” para a consecução de um equilíbrio sócio-ecológico planetário, cujo escopo é o ajuste da natureza aos interesses econômicos através de estratégias para a conservação das riquezas naturais situadas, em maior parte, no território dos países periféricos. Desta maneira, a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável significa um protocolo diplomático de regulação do uso dos territórios dos países periféricos, escamoteada em um poderoso discurso de “Proteção à Natureza”, proporcionando a ilusão de representar menor agressão para com o “meio ambiente”. A Rio-92 — dividida entre o *Riocentro*, onde estiveram reunidas as delegações diplomáticas e chefes de governo, e o *Aterro do Flamengo*, onde ocorreu o “Fórum Global”, com a participação de ONGs e Movimentos Sociais — significou a construção de um “simulacro espacial”, que permitiu realizar uma leitura geográfica do contexto territorial global e local. Conferências desta envergadura envolvem procedimentos nitidamente geográficos, que vão desde a escolha do lugar, os objetos e ações constituídos no local e até mesmo o próprio legado socioespacial. Assim, a Conferência do Rio de Janeiro – 1992 foi um simulacro espacial no que se refere à Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável, que nos permite compreender esta dura relação de uma Geografia dos Estados-Maiores e as implicações e resiliências do lugar onde esta ocorre.

Palavras-Chave: Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável — Rio-92 [Eco-92] — Problemática Ambiental Contemporânea.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

The Geopolitics of the Sustainable Development: A Study on the Conference of Rio de Janeiro (Rio-92)

ABSTRACT

Tese de Doutorado

Leandro Dias de Oliveira

The United Nations Conference on Environment and Development (UNCED), taken place in Rio de Janeiro in 1992, was the UN event responsible for the celebration of the conception of sustainable development in global scale. This conception, since its origin in the “Our Common Future” has been presented as an “incontestable” prescription to the attainment of a planetary social ecologic balance, whose purpose is the adjustment to the economical interests thru strategies for the maintenance of the nature resources situated, in bigger part, in the territory of the peripheral countries. So, the Geopolitics of Sustainable Development means a diplomatic protocol to regulate the use of the peripheral countries territories, hidden in a powerful speech of “Nature Protection”, providing the ilusion of representing a less aggression to the “environment”. Rio-92 – divided between Riocentro, where the diplomatical delegations and heads of government have been congregated, and Aterro do Flamengo, where the “Global Forum” occurred, with the participation of NGOs and Social Movements – meant the construction of a “spatial simulacrum”, that allowed to achieve a geographic reading of the global and local territorial context. Conferences of this spread involve procedures clearly geographic, that go since the choice of place, the objects and actions established in the local and even the proper socio-spatial legacy. In such case, the Earth Summit was a spatial simulacrum referring to the Geopolitics of the Sustainable Development, that allows to understand this hard relationship between the Geography of the General Staffs and the implications and reseliences of the place where this occurs.

Keywords: Geopolitics of the Sustainable Development — Rio Summit [Earth Summit] — Contemporary Environmental Problematic.

SUMÁRIO:

APRESENTAÇÃO

A GÊNESE DE UMA PESQUISA.....	1
-------------------------------	---

INTRODUÇÃO

CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO -- 1992:

ENTRE O GLOBAL E O LOCAL, A TENSÃO E A CELEBRAÇÃO.....	5
--	---

CAPÍTULO 1

A EMERSÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA:

O “ <i>DESENCONTRO</i> ” ENTRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.....	11
---	----

1.1 O Despertar Geopolítico da Contradição <i>Desenvolvimento x Meio Ambiente</i>	14
---	----

1.1.1 O Conceito de <i>Desenvolvimento</i> no Sistema Capitalista.....	15
--	----

1.1.2 Os Questionamentos Ambientais do Conceito de Desenvolvimento	23
--	----

1.2 Desentendimentos sobre os “ <i>Limites do Crescimento</i> ”	31
---	----

1.3 Os Desencontros de Estocolmo	38
--	----

1.4 A Opção do Brasil Militar pelo “Desenvolvimento”	47
--	----

1.5 O Advento de uma “ <i>Geopolítica da Paz</i> ” baseada no “ <i>Meio Ambiente</i> ”	55
--	----

CAPÍTULO 2

NEOLIBERALISMO E MEIO AMBIENTE:

POR UMA POLITIZAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL.....	63
---	----

2.1 Crise Ambiental: A Construção de uma “Fortaleza” Conceitual	66
---	----

2.2 O Uso Capitalista da Natureza enquanto “Mercadoria”	72
---	----

2.3 O Neoliberalismo e o Meio Ambiente: O Relatório Brundtland	80
--	----

2.4 Preparativos para a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	92
---	----

2.5 A Escolha do Brasil.....	95
------------------------------	----

CAPÍTULO 3

A CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO (RIO-92):

ENTRE A IDEOLOGIA E A UTOPIA **105**

3.1 O Rio de Janeiro enquanto “simulacro espacial” 109

3.2 A Cúpula da Terra, e a Reunião das “Delegações” no Riocentro 115

3.3 O Fórum Global: ONGs e Movimentos Sociais no Aterro do Flamengo 129

3.4 A Institucionalização do Desenvolvimento Sustentável: A Assinatura da Agenda 21 141

3.5 A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável 158

3.5.1 A Utopia da “Sociedade Sustentável” 164

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O LEGADO DA CONFERÊNCIA..... **169**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:..... **185**

ANEXOS..... **229**

ANEXO 1

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS 231

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE ONU SOBRE AMBIENTE HUMANO 239

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO **249**

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DO POVO DA TERRA 255

ANEXO 5

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO 261

ANEXO 6

VENHA REINVENTAR O MUNDO NA RIO +20! 265

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1:	Imagem da primeira edição de <i>Primavera Silenciosa</i> , de Rachel Carson	31
Figura 1.2:	Imagem da primeira edição de “Limites do Crescimento”	31
Figura 1.3:	Na Cerimônia de Encerramento da Conferência de Estocolmo, em 16 de junho de 1972, o Secretário Geral da Conferência, Maurice Strong (à esquerda) cumprimenta Ingemund Bengtsson, Presidente da Conferência	47
Figura 1.4:	Símbolo do PNUMA — Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente foi a mais relevante deliberação da Conferência de Estocolmo – 1972	47
Figura 1.5:	Cobertura da Conferência de Estocolmo pelo Jornal do Brasil. No destaque, o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, Chefe da Delegação Brasileira na conferência.	49
Figura 1.6:	Charge de Lan sobre os debates entre <i>Desenvolvidos</i> e <i>Subdesenvolvidos</i> em Estocolmo, publicada no Jornal do Brasil de 08 de junho de 1972	49
Figura 2.1:	Revista Time. O Homem entre dois Mundos. February 2, 1970, Vol. 95, N ^o . 5	69
Figura 2.2:	Revista Time. “Queimando a Amazônia”. September 18, 1989, Vol. 134, N ^o . 12	107
Figura 3.1:	Presença do Exército Nacional nas ruas do Rio de Janeiro durante a Rio-92.	121
Figura 3.2:	Registro da Rio-92: na foto, o Embaixador Rubens Ricupero	135
Figura 3.3:	Símbolo da Rio-92. Um só mundo, sob a imagem do Pão-de-Açúcar	135
Figura 3.4:	Registro do discurso de George Bush na Rio-92	137
Figura 3.5:	Registro do discurso de Severn Suzuki, 12 anos, durante a Conferência do Rio de Janeiro	137

Figura 3.6:	Revista Veja. 10 de junho de 1992, Edição 1238, Ano 25, N.º 24.	145
Figura 3.7:	A “Árvore da Vida”. Segundo Zhouri (1992), o <i>totem</i> da “aldeia” do Fórum Global.	149
Figura 3.8:	Encontro Ecumênico na Rio-92, em registro de Mariano Coelho	149
Figura 3.9:	Tenda Planeta Fêmea, com mesa composta por Rosiska Darcy de Oliveira, Jandira Feghalli, Benedita da Silva, Lygia Doutel de Andrade, Darcy Ribeiro (ao microfone), Elza Berquó, Lucia Souto, entre outras personalidades	151
Figura 3.10:	A Figura do “Emissário”, presente no Fórum Global (Aterro do Flamengo), em foto da então estudante de jornalismo da UFMS, Adriana Paiva	151

LISTA DE QUADROS

Quadro-Síntese 2.1: Comparativo entre as premissas do “Limites do Crescimento” e o “Relatório Brundtland”	96
Quadro-Síntese 3.1: Comparativo entre a Conferências de Estocolmo – 1972 e a Conferência do Rio de Janeiro – 1992	155

LISTA DE SIGLAS

ACDI	<i>Agence Canadienne de Développement International</i> (Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional)
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AMI	Acordo Multilateral sobre Investimento
ANAMMA	Associação Nacional de Órgãos Municipais em Meio Ambiente
ARPA	<i>Amazon Region Protected Areas</i> (Áreas Protegidas da Região Amazônica)
BASA	Banco da Amazônia S/A
BCSD	<i>Business Council for Sustainable Development</i> (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (<i>South Africa</i>)
CBD	<i>Convention on Biological Diversity</i> (Convenção sobre Diversidade Biológica)
CDS	Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável ¹
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CFC	Clorofluorcarbono
CIDES	Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável
CIMA	Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ²

¹ Também indicado no decorrer da tese como “BCSD Brasil”.

² Em inglês, UNCED: *United Nations Conference on Environment and Development*.

³ Desde 2003, denomina-se Instituto Brasileiro de Turismo.

⁴ Em inglês, UNCED: *United Nations Conference on Environment and Development* (Convenção-Quadro das Nações

COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
COSIPA	Companhia Siderúrgica Paulista
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
CPRM	Centro de Pesquisa de Recursos Minerais
CPTEC	Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DSNS	Desenvolvimento Socialmente Necessário e Suficiente
ECOSOC	<i>Economic and Social Council</i> (Conselho Econômico e Social)
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo ³
EUA	Estados Unidos da América
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FCCC ⁴	<i>Framework Convention on Climate Change</i> (Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas)
FED	<i>Federal Reserve System</i> (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FCOC	Frente Continental de Organizações Comunitárias
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> (Acordo Geral para Tarifas e Comércio)
GEF	<i>Global Environmental Facility</i> (Facilidade Global Ambiental)
GTN	Grupo de Trabalho Nacional

³ Desde 2003, denomina-se Instituto Brasileiro de Turismo.

⁴ Ou ainda UNFCCC – *United Nations Framework Convention on Climate Change* (Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima).

HIC	<i>Habitat International Coalition</i> ⁵
IBAMA	Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICLEI	<i>International Council for Local Environmental Initiatives</i> (Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais) ⁶
IIE	<i>Institute for International Economics</i> (Instituto de Economia Internacional)
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IFEJ	<i>International Federation of Environmental Journalists</i> (Federação Internacional de Jornalismo Ambiental)
IIEA	Instituto Internacional para Assuntos Ambientais
IIED	Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i> (Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas)
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IULA	<i>International Union of Local Authorities</i> (União Internacional das Autoridades Locais)
LBV	Legião da Boa Vontade
MAB	<i>Man and Biosphere</i> (O Homem e a Biosfera)
MCE	Mercado Comum Europeu
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MIT	Instituto Tecnológico de Massachussets
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEPA	<i>National Environment Policy Act</i> (Lei de Política Nacional de Meio Ambiente)
ODA	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
OGM	Organismo Geneticamente Modificado

⁵ Coligação Internacional HABITAT (*tradução do autor da tese*).

⁶ Atualmente, esta organização é oficialmente denominada “ICLEI – *Local Governments for Sustainability*” (ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade).

OMM	Organização Mundial de Meteorologia
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PrepCom	Comitê Preparatório [para Conferências da ONU]
PROCLIMA	Programa Estadual de Mudanças Climáticas
RADIOBRÁS	Empresa Brasileira de Comunicação
SCOPE	<i>Scientific Committee on Problems of the Environment</i> (Comitê Científico sobre Problemas do Meio Ambiente)
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SENAMA	Semana Nacional do Meio Ambiente
SNA	Sistema de Contas Nacionais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental
TRIPS ⁷	<i>[Agreement on] Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights</i> (Acordo sobre Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio)
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNCHE	<i>United Nations Conference on the Human Environment</i> (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano)

⁷ Leia-se “Acordo TRIPS” [*TRIPS Agreement*].

UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i> (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento)
UNCTC	<i>United Nations Centre on Transnational Corporations</i> (Centro das Nações Unidas sobre Corporações Transnacionais)
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNICEF	United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i> (Fundo Mundial para a Natureza)
ZFM	Zona Franca de Manaus

APRESENTAÇÃO

A GÊNESE DE UMA PESQUISA

Em junho de 1999, quando ainda cursava o terceiro período do curso de Graduação em Licenciatura em Geografia, tive a oportunidade de participar da SENAMA 99 (Semana Nacional do Meio Ambiente), no Auditório da PETROBRÁS e no Centro de Treinamento do BNDES, no Rio de Janeiro, cujo tema central foi “Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”. Neste evento, pude perceber que os mais diferentes participantes, entre professores de diversos segmentos (ensino fundamental, médio e superior, das redes pública e privada, e de várias disciplinas), agentes comunitários, integrantes de ONGs, estudantes, funcionários públicos do IBGE, CPRM, IEF, IBAMA e outros, bombeiros, policiais, médicos, assistentes sociais, partidários de “esquerda” e “direita”, coadunavam com a idéia da construção de um “novo modelo de desenvolvimento”, baseado em uma concepção deveras atraente denominada *Desenvolvimento Sustentável*.

O Desenvolvimento Sustentável, ainda que com inúmeras e diferentes definições (BANERJEE, 2003), apresentava-se como o caminho seguro na construção de uma sociedade mais justa e equável e para a redenção dos inúmeros males da humanidade. Seu escopo era principalmente representar uma inquestionável proposta de resolução da “*Crise Ambiental*”, que foi debatida em grandes conferências internacionais, destacadamente em *Estocolmo* (1972) e *Rio de Janeiro* (1992). Foi nesta última grande conferência que foi proclamada a concepção de Desenvolvimento Sustentável, uma idéia que se mostra enigmática (“apócrifa”, “apátrida”, “atemporal”) e frágil, mas vem cooptando inúmeros defensores e entusiastas. Sua definição alude à satisfação das necessidades presentes e futuras da humanidade, em um claro paradoxo às contradições do sistema capitalista mundial.

A simples condição desta idéia apresentar-se, desde nosso primeiro contato, unânime e irrefutável, tornou-se a motivação para que estudássemos sua gênese, seus pressupostos e significados. Poderia afirmar que o meu interesse acadêmico, nesta breve trajetória intelectual, foi a busca constante da compreensão — para além das aparências — do significado interpretativo-teórico e concreto-material do *Desenvolvimento Sustentável*. Em maior escala, meu maior intento

foi participar, ainda que infimamente, de um debate tão caro à Geografia — as vicissitudes da relação sociedade / natureza, algo que permeia a história do pensamento geográfico e reflete inesgotável polêmica entre as mais diversas correntes da geografia —, na perspectiva de realizar um trabalho de cunho militante em prol do questionamento da ordem hegemônica vigente e contribuir no vigoroso e indelével processo de (re-) afirmação do espaço geográfico na teoria social crítica.

Logo, esta preocupação de investigar a concepção de Desenvolvimento Sustentável, e compreender seu surgimento, evolução e desdobramentos práticos, se iniciou com a monografia da graduação do curso de Licenciatura em Geografia, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP). Esta monografia, intitulada *A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia* (2001)⁸, foi construída com a finalidade de averiguar as relações entre a vaga concepção de *Desenvolvimento Sustentável* e a *Geografia* praticada no Ensino Fundamental e Médio. Utilizando como metodologia a investigação do advento do debate ambiental contemporâneo, o exame dos documentos principais — “*Limites do Crescimento*” (*Relatório Meadows*), “*Nosso Futuro Comum*” (*Relatório Brundtland*) e a *Agenda 21* — e realizando uma leitura (limitada, mediante as restrições de um trabalho de graduação) da relação entre o Modo de Produção Capitalista e a Natureza, foi possível avaliar o comportamento do professor (importante *sujeito* na prática educacional) e a sistematização contida nos livros didáticos (importante recurso de ensino) no que se refere à discussão sobre a concepção do Desenvolvimento Sustentável. As conclusões extraídas neste primeiro encontro propiciaram executar o resgate do conceito de *ideologia*, principalmente nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels (MARX, 1989 e 2000; MARX, ENGELS, 2001), mas contando com o amparo intelectual das interpretações de Marilena CHAUI (1980, 1982b e 2001).

A necessidade de um aprofundamento teórico deste primeiro trabalho e o consequente surgimento de outras questões bastante pertinentes despertaram o desejo de percorrer novos caminhos de pesquisa, investigando com maior apuro o real significado deste emergente “modelo” de desenvolvimento. Tornou-se imperativo então, para a evolução das idéias daquele primeiro esforço analítico, a investigação de um referencial empírico para que fosse possível

⁸ OLIVEIRA, Leandro Dias de. *A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia*. 2001. 176 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo / RJ, 2001. [Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Campos Couto].

entender os efeitos e resultados desta nova fórmula de *reestruturação do território*, e compreender as vicissitudes da aplicação do Desenvolvimento Sustentável em bases materiais.

Quando apresentei o projeto de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia da UERJ, entendia que se tratava de uma inquirição sobre um importante processo de reestruturação territorial em curso, com base nos pressupostos deste modelo de desenvolvimento intitulado “sustentável”. Com este objetivo de analisar através de um recorte territorial as reais implicações da implantação do Desenvolvimento Sustentável em um estágio avançado, foi apresentada a dissertação “*A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia*” (2006)⁹, cujo cerne da investigação foi a criação e execução da Agenda 21 na cidade de Volta Redonda, localizada no Médio Vale Paraíba Fluminense. Esta cidade, formada a partir de uma usina siderúrgica — a C.S.N. (Companhia Siderúrgica Nacional) — é marcada por forte segregação social e violentos problemas ambientais, e o Desenvolvimento Sustentável se mostrou um potente discurso capaz de reunir inúmeros defensores na cidade (como a Prefeitura Municipal, a C.S.N. recentemente privatizada e a sociedade civil) e fomentar a aparência de interesse comum.

Assim, após percorrer as implicações da concepção de Desenvolvimento Sustentável na práxis educativa da Geografia e na estruturação do território (em um estudo empírico), o empenho nesta tese foi estruturar uma investigação interpretativo-teórica sobre os fundamentos desta ideia tão importante e controversa dos dias atuais, com base em uma reflexão sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — CNUMAD (em 1992, no Rio de Janeiro), enquanto fato geopolítico fundamental para a celebração do Desenvolvimento Sustentável em escala global.

Héctor Leis (1996) destaca que a Rio-92 foi um enorme *laboratório* que certamente mereceria ser melhor estudado, para observar a capacidade deste tipo de evento, realizado em espaços de alta visibilidade, em pensar questões de interesse global. Entendendo que a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, representou um “divisor de águas” no processo de espraiamento do Desenvolvimento Sustentável em escala mundial (justamente por indicar um consenso em relação aos seus pressupostos e implicações), é possível asseverar que refletir sobre

⁹ OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia**, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. [Orientador: Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus].

tal evento pressupõe analisar este modelo de desenvolvimento, e coroar o esforço iniciado com a apresentação da monografia no final da graduação.

No período de realização da Conferência do Rio de Janeiro – 1992, com apenas doze anos e cursando a 7.^a série do Ensino Fundamental (atualmente, denominado 8.^o ano), pude assistir de maneira próxima, ao caminhar pelas “tranquilas” ruas da cidade, como homens armados e preparados para a guerra podem gerenciar uma atmosfera de “paz”. No colégio, a pedido da professora de geografia, apresentei uma maquete da Rio-92 como parte da avaliação bimestral: na simulação escolar de tal evento, em apenas uma base de isopor, o Aterro do Flamengo e o Riocentro ficavam lado a lado (e não a cerca de 40 km de distância!) e as tendas e os pavilhões onde ocorreram os debates eram frequentados pelas mesmas pessoas. A maquete demonstrava que todos, sem exceção, trabalhavam juntos e harmonicamente pela *salvação da natureza* presente em nosso planeta, na construção de um *consenso* para a proteção do meio ambiente. Contudo, hoje eu sei que a escala de reprodução observada na maquete não coincidiu com a escala real, e além da distância física também existia uma grande distância política não apresentada no trabalho escolar. É justamente entre o imaginário construído de uma conferência em prol da “*salvação da natureza*” e as tensões de um evento geopolítico que se localiza a investigação central desta tese.

INTRODUÇÃO

CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO – 1992: ENTRE O GLOBAL E O LOCAL, A TENSÃO E A CELEBRAÇÃO

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, foi uma mega-reunião realizada entre 03 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Neste período, delegações oficiais de 178 países reuniram-se no Riocentro realizando a Cúpula Mundial sobre o Meio Ambiente, enquanto no Aterro do Flamengo ocorria o Fórum Global, evento que amalgamou movimentos sociais, líderes religiosos, artistas diversos, intelectuais, jornalistas, etc., organizado por várias ONGs (Organizações Não-Governamentais) e movimentos populares.

Foi até então a maior conferência de todos os tempos¹⁰. Estiveram na cidade do Rio de Janeiro — convertida em capital federal durante os dias da conferência, de acordo com decreto presidencial — alguns importantes presidentes do mundo. Marcaram presença o presidente norte-americano George Bush (com um forte esquema de segurança, e em plena campanha presidencial contra Bill Clinton), o *premier* inglês John Major, François Mitterrand, Fidel Castro, entre muitos outros. Fernando Collor de Mello, então presidente do Brasil, deslocou tropas federais para o Rio de Janeiro com o intento de manter a ordem pública, fato que até os dias atuais serve de exemplo de como o Exército pode atuar no combate ao crime. Afinal, utilizando até mesmo tanques de guerra, a cidade do Rio de Janeiro permaneceu em completa “paz” durante os dias da conferência.

No Aterro do Flamengo, onde se instalou o Fórum Global, intelectuais de diversas nacionalidades realizaram discussões portentosas. Herbert de Souza, o Betinho, presidente da ONG IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), participou da abertura. O

¹⁰ A maior conferência organizada pela Organização das Nações Unidas foi a Cúpula do Milênio, entre os dias 06 e 08 de Setembro de 2000, na cidade de Nova Iorque / EUA, onde estiveram presentes mais de 147 Chefes de Estado e representantes governamentais de 191 países. Segundo o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi A. Annan, esta cimeira teve como objetivos traçar metas para o novo milênio, como o reforço das operações de paz das Nações Unidas, o combate da injustiça e da desigualdade, do terror e do crime, e a proteção do patrimônio comum, a Terra, em benefício das gerações futuras. Estas preocupações estão presentes no documento final da cúpula, a *Declaração do Milênio*, que inclui a reafirmação do apoio aos princípios do desenvolvimento sustentável enunciados na Agenda 21. (Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acesso em: 08 de julho de 2011).

filósofo francês Jean Baudrillard fez uma conferência no evento, mesmo em suas entrevistas considerando-o um “simulacro”¹¹. Além de debates acadêmicos, ocorreram reuniões eclesiásticas e ecumênicas e encontros entre líderes de comunidades indígenas e tradicionais. Houve intensa participação de movimentos sociais organizados em lutas urbanas, agrárias, de gênero, étnicas, ecológicas etc. Cerca de 20.000 representantes de ONGs de mais de 170 países do mundo participaram do Fórum. Artistas de renome ou anônimos se solidarizaram com a construção de um mundo ambientalmente mais saudável.

A conferência alterou o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. No Estádio de Remo da Lagoa Plácido Domingo entoou “Aquarela do Brasil”, como parte do espetáculo intitulado “Concerto para a Vida”, conduzido pelo ator *hollywoodiano* Jeremy Irons. O ápice deste concerto foi a performance do maestro Tom Jobim, cantando sua composição mais recente, encomendada por uma rede de televisão inglesa, intitulada “*Forever Green*” (*Let there be flowers / Let there be spring / We have few hours to save our dream / Let there be light / Let the bird sing / Let the forest be forever green*¹²). A arte, a diplomacia, os políticos e os movimentos sociais marcavam presença. A imprensa, com mais de 10.000 jornalistas, cobriu os eventos, com leituras múltiplas, que mostravam otimismo ou pessimismo, ou somente perfaziam uma leitura caricatural. Ao todo, cerca de 500.000 pessoas estiveram no Aterro do Flamengo durante a realização da Conferência.

Nesta tese, apontamos que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida de maneira geral como Rio-92 ou Eco-92, foi um mega-evento que construiu um simulacro espacial cujo objetivo foi a celebração das diretrizes dominantes sobre a questão ambiental sob o manto da ideologia do Desenvolvimento Sustentável. A trajetória da construção do ideário do Desenvolvimento Sustentável, que objetiva ser consensual na busca da

¹¹ Encontramos tal referência na entrevista de Jean Baudrillard à Folha de São Paulo, realizada no Jardim Botânico pela Professora de Comunicação da UFRJ Kátia Maciel, durante o período de realização da Eco-92 (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u69174.shtml>. Acesso em 06 de junho de 2010). Questionado pela entrevistadora se a Eco-92, mesmo sendo um simulacro, teria resultados, Baudrillard asseverou: “*Parece-me que tudo isso faz parte de uma nova ordem mundial. No sentido político a ecologia faz parte de um novo establishment mundial, fundado sobre uma extensão formal da democracia, dos direitos humanos, fundado sobre um consenso. É mais um pacto simbólico com a natureza. Não é exatamente um contrato natural, não é um contrato em termos racionais. É um consenso, não é um contrato. Não é nem um pacto nem um contrato. Um consenso é como uma uniformidade para se obter o equilíbrio pela ausência de negatividade. Porque não pode haver negatividade, nem na natureza, nem na sociedade. Essa ideologia consensual me parece a pior forma de mudar. É a pior forma de dissuasão de uma relação verdadeira. O consenso não é um consenso, me parece.*”

¹² “*Deixe que haja flores / Deixe que haja uma primavera / Nós temos poucas horas para conservar nosso sonho / Deixe haver uma luz / Deixe os pássaros cantar / Deixe a floresta ser para sempre verde*” (Livre tradução do autor da tese).

aproximação entre desenvolvimento e meio ambiente, só atingiu seu intento quando o debate de uma melhor utilização da natureza inseriu-se na ordem econômica vigente, de acordo com o contexto político-econômico mundial no período da conferência. Há, sem dúvidas, uma profunda relação entre uma Geopolítica dos Estados-Maiores e as implicações e resiliências do lugar onde uma conferência ocorre. Partimos assim do pressuposto que a escolha do lugar onde ocorreu a conferência (neste caso em específico, o Rio de Janeiro — Brasil), os movimentos no decorrer da realização da cúpula e o próprio legado socioespacial são fatos eminentemente geográficos que expressaram em sua plenitude uma nova logística espacial em nível global.

Mas logo emerge uma indagação: *por que analisar a Conferência do Rio de Janeiro sob o olhar da geografia?*

Apontamos que este trabalho permite pensar, em um momento de *fluidéz globalizacional*, a importância de fenômenos espaciais aparentemente efêmeros, mas com grande diapasão ideológico-territorial. Em uma era de conferências, onde cada vez mais as estratégias e tensões geopolíticas ocorrem sob os auspícios da diplomacia, esta tese pretende contribuir para com a ciência geográfica na análise destes grandes encontros envolvendo relações internacionais. Está em pauta a constituição de uma nova maneira de se *fazer* geopolítica, onde através de uma atmosfera pacífica encontros diplomáticos selam formas contemporâneas de domínio do território.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — a Rio-92 — ocorreu sob a égide do Neoliberalismo, e tal investigação permite o entendimento da associação da “questão ambiental” com o “momento econômico”, contribuindo analiticamente para o objeto fundamental da geografia econômica contemporânea: as relações atuais entre espaço e economia e, mais especificamente, entre desenvolvimento e território. Pensar o Desenvolvimento Sustentável, seja como nova vertente de desenvolvimento ou apenas como máscara do processo de reestruturação produtiva, é um exercício intelectual sobre as complexas imbricações da produção do espaço geográfico sob os auspícios do sistema capitalista.

Por fim, este trabalho se justifica pela possibilidade de se fazer um balanço de (praticamente) duas décadas, em caráter local e global, da realização da conferência, e, por conseguinte, das transformações espaciais decorrentes da mesma. Após este período de quase vinte anos, é de fundamental importância que se reflita sobre as proposições da Conferência do

Rio de Janeiro que realmente foram colocadas em prática e aquelas que ficaram esquecidas, como em uma espécie de “relicário de intenções” arquivadas em documentos diplomáticos.

O objetivo central desta tese é realizar um estudo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, através de sua interpretação enquanto fato fundamental na perspectiva da Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável. Para realizarmos tal empreendimento, definimos determinadas prioridades específicas, que envolvem: [1] Compreender as tensões que geraram a necessidade de uma mega-conferência como esta; [2] Entender os critérios da escolha do Rio de Janeiro como “palco” da conferência; [3] Perceber a dicotomia da conferência, entre a Cúpula do Riocentro e o Fórum Global no Aterro; [4] Estudar os resultados obtidos pela conferência, em seu legado local e global.

Dentro de um grande amálgama que pode ser entendido como a relação sociedade-natureza na contemporaneidade, este estudo está situado no debate sobre a construção e celebração da Ideologia do Desenvolvimento Sustentável em caráter global, através da simulação de um consenso forjado a partir da mega-conferência do Rio de Janeiro. A análise dos onze dias de duração da conferência na capital fluminense, entre 03 e 14 de junho de 1992, propiciou a realização de uma leitura espectral da Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável.

Esta tese que agora apresentamos está dividida em três capítulos, que podemos assim sintetizar:

No primeiro capítulo, intitulado “**A Emersão da Problemática Ambiental Contemporânea: O ‘Desencontro’ entre Desenvolvimento e Meio Ambiente**”, o diálogo está centrado no despertar contemporâneo da questão ambiental — aqui denominada “*problemática*” devido à sua complexidade analítica. Torna-se mister para este momento da pesquisa uma investigação criteriosa de trabalhos que, de forma pessimista, indicavam um futuro nebuloso para a sobrevivência humana na Terra. Destaca-se a obra “*Limites do Crescimento*” (ou “*Relatório Meadows*”), que serviu de base para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, no ano de 1972. O *Relatório Meadows* colocava em xeque a noção de “*Crescimento Econômico*”, e evidenciava as contradições Norte / Sul, com a opção dos países do Terceiro Mundo pela conquista do desenvolvimento ainda que com o anátema da poluição. Esta celeuma entre “*desenvolvimento a qualquer custo*” versus “*crescimento zero*” influenciou diretamente a Conferência de Estocolmo, na qual a diplomacia brasileira, sob as

hostes do desenvolvimentismo característico do período da Ditadura Militar (e o consequente processo de espoliação das riquezas naturais), terá posição bastante firme, com atuação destacada contra mecanismos de controle do crescimento.

O segundo capítulo, com o título “**Neoliberalismo e Meio Ambiente: Por uma Politização da Crise Ambiental**”, trata da estigmatização do mundo pela Crise Ambiental, uma verdadeira “*fortaleza conceitual*” erigida por autores de diferentes filiações teóricas, mas geralmente criticada sem que se atinja o cerne do problema: *o uso da natureza enquanto “mercadoria”*. Esta noção de natureza-mercadoria atinge seu corolário no documento chancelado pela ONU intitulado “*Nosso Futuro Comum*” (ou “*Relatório Brundtland*”), que propugnou a concepção de desenvolvimento sustentável como “*redentora dos males da humanidade*”, e acabou por influenciar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992. Se vinte anos antes, o Brasil Militar projetou-se como um símbolo da crítica mordaz sobre a “*limitação do crescimento*”, o Brasil Neoliberal, então presidido por Fernando Collor de Mello (que sofreria o *impeachment* por corrupção meses depois da conferência) tornou-se sede da nova conferência, e, por conseguinte, palco de celebração do desenvolvimento sustentável em escala global.

Por fim, o terceiro capítulo, denominando “**A Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92): Entre a Ideologia e a Utopia**”, é o momento da tese em que se investiga a Conferência do Rio de Janeiro – 1992 como um simulacro. Entre as proposições dos “especialistas” — aqueles que detêm o “discurso competente” (CHAUI, 1982a) pelas diplomações e títulos acadêmicos, mas que se colocam como porta-vozes dos interesses dominantes — e a efervescência dos movimentos sociais durante o Fórum Global, a Conferência do Rio de Janeiro institucionalizou o desenvolvimento sustentável, com a assinatura da Agenda 21 e a promoção do neoliberalismo ambiental. Entretanto, apontamos que nos interstícios das ações dominantes em prol da *Operação Desenvolvimento Sustentável*, emergiram espaços de esperança, em torno das novas utopias criadas pela construção de uma sociedade melhor. O diálogo entre a celebração de um consenso ou a gênese de novos dissensos é o alvo central deste capítulo final.

Com o intento de perfazer a crítica ao *Desenvolvimento Sustentável* enquanto *Geopolítica e Ideologia*, basearemos metodologicamente esta tese em três obras do geógrafo David Harvey: “*O Novo Imperialismo*” (2004), “*O Neoliberalismo: História e Implicações*” (2008) e “*Espaços de Esperança*” (2006a): no primeiro capítulo, entendendo o desenvolvimento

sustentável como parte do “Novo Imperialismo”, baseado na hegemonia dos Estados Unidos (HARVEY, 2004); no segundo, compactuando com a ideia de que o neoliberalismo foi uma espécie de desculpa encontrada para que o Estado, antes de se ocultar ou enfraquecer, passasse a trabalhar em prol do mercado e do grande capital internacional (*Id.*, 2008; RODRIGUES, 2008), e desta forma, a sua combinação com o desenvolvimento sustentável significou uma adequação do mesmo aos dogmas do capital na contemporaneidade; e, por fim, no último capítulo, pensando em novas dimensões de cultura, intelectualidade e utopia, e assim reforçando a luta política pela criação de alternativas às ações hegemônicas com a criação de “espaços de esperança” (HARVEY, 2006a). Explorando uma mudança qualitativa em nossas concepções de tempo e espaço e utilizando-se do materialismo dialético histórico e geográfico (Ver: SOJA, 1993a E 1993b), David Harvey vem construindo um vultuoso trabalho de compreensão da ordem espacial do mundo contemporâneo. Esta tese coaduna com esta proposta, e alimenta a ideia de que uma importante luta deve ser travada contra a natureza profundamente antidemocrática do modelo dominante.

CAPÍTULO 1

A EMERSÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA: O “*DESENCONTRO*” ENTRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Acontecimentos efêmeros são capazes de mudar a perspectiva da sociedade e do mundo. O Século XX é marcado por grandes efemérides, como mostra a instigante obra de Emir Sader (2000a), entre outras referências, sobre este período. Destacamos alguns fatos, que além da efemeridade, têm em comum o caráter profundamente simbólico e um processo de criação, experimentação e produção: o vôo dos irmãos Wright (1905) e o de Santos Dumont (1906) duraram apenas alguns segundos; o dia 24 de outubro de 1929 é lembrado pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, que provocou grave crise financeira mundial¹³; nesta mesma data, mas no ano de 1945, e na mesma cidade de Nova Iorque, foi criada a Organização das Nações Unidas, responsável por estabelecer as relações, *diplomaticamente*, no mundo pós-guerra; no período de 13 dias, no mês de outubro de 1962, acirraram-se os ânimos da “Guerra Fria” que quase desencadearam um enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética, no episódio conhecido como Crise dos Mísseis. Ainda que movidos por processos econômicos, políticos, sociais, históricos, são fatos que, em pequeno período de tempo, tiveram profundas implicações na história mundial.

Indubitavelmente, nenhum destes acontecimentos tem a dimensão da explosão de uma bomba atômica. Às 08h15min da manhã do dia 6 de agosto de 1945, centenas de milhares de pessoas morreram em virtude da explosão nuclear em Hiroshima¹⁴, que marcaria para sempre — juntamente com a explosão atômica de Nagasaki, três dias depois — a história da humanidade pela sua capacidade destruidora. As explosões das bombas atômicas em terras nipônicas registraram a vitória dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra e a retomada do medo (quase medieval) do fim do mundo, não por forças desconhecidas, mas pelo uso da ciência e da

¹³ Nicolai Kondratiev, em sua análise sobre a “Crise de 1929” que então emergia, afirmara que o Capitalismo seria capaz de contornar tal entrevero, já que acreditava nas forças revolucionárias capitalistas e entendia que a crise era importantíssima para este modo de produção, por tornar necessária a realização constante de esforços políticos, econômicos e técnicos, além de ajustes de toda a natureza. Como analisaremos no decorrer da tese, coadunamos com a ideia de que as crises estimulam o crescimento do capitalismo! (Ver: PIRES, 1996).

¹⁴ Segundo Fernanda Torres Magalhães (2005), nunca se saberá ao certo quanto foram mortos pela bomba de Hiroshima: estima-se que cerca de 140 mil pessoas morreram até o final de 1945 devido à radiação, e outras inúmeras sofreram (e ainda sofrem) as conseqüências de sua detonação.

tecnologia com interesses destrutivos e, conseqüentemente, pelo menos para alguns setores, o fim da crença na neutralidade da técnica.

Vários autores, entre os quais Barbieri (2007), Bernardes e Ferreira (2003), Foladori (2001), Hobsbawm (2000), Mendonça (1998), Porto-Gonçalves (2002) e Ribeiro (2005), relacionam a gênese da atual preocupação ambiental mundial com o horror causado pela eclosão das nefastas bombas nucleares ao fim da Segunda Grande Guerra, e a certeza da capacidade de destruição macroescalar dos países mais poderosos do centro do sistema capitalista. O Homem Moderno, “senhor e possuidor da natureza”, agora ameaçava sua própria sobrevivência, em escala planetária, devido às disputas de riqueza e poder. A explosão das bombas atômicas em território japonês elucidou para todos que não havia *limites* para as ambições de poder na sociedade humana, e ainda deixou patente tratar-se de uma ameaça real às *gerações futuras*, uma vez que tais armamentos nucleares destroem por completo o lugar de sua detonação, extinguindo a vida presente e comprometendo a sua descendência devido à radiação. É sintomático que termos como “*limites*” e “*gerações*” estejam, a partir de então, constantemente presentes no léxico da problemática ambiental¹⁵.

São os tensionamentos pautados nesta “*ordem do medo*” (ou “*ecohisteria*”, na definição de Milton Santos, 2000, p. 20, ou ainda “*ecocatastrofismo*”, segundo Geraldo Luís Lino *et. al.*, 2005, p. 14)¹⁶, que provocaram reflexões sobre os conceitos de *desenvolvimento e progresso*, e forneceram a base conceitual para a paulatina construção, nas décadas seguintes, da ideia de Desenvolvimento Sustentável. Não é exagero afirmar que estas preocupações originadas no término da Segunda Grande Guerra — que acabou por desencadear uma verdadeira “*perturbação moral*” (PERROUX, 1981, p. 189) — irão fomentar a realização das conferências sobre o meio ambiente, em Estocolmo, em 1972, e no Rio de Janeiro, em 1992. Trata-se de um longo e tortuoso caminho, que merece uma meticolosa análise que intentamos realizar ao longo desta tese.

¹⁵ Vide o título do estudo do Clube de Roma intitulado “*Limites do Crescimento*”, e ainda a própria definição de desenvolvimento sustentável presente no Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*), como aquele que atente “*as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” (BRUNDTLAND, 1988, p. 46, *grifo nosso*). Ambos os documentos serão analisados no decorrer desta tese.

¹⁶ Pierre Alphanbéry, Pierre Bitoun e Yves Dupont (1992, p.16) apontam que “*o medo ecológico é um grande medo planetário. A Terra ameaçada, A Terra com a corda no pescoço, A Natureza na U.T.I., Nós só temos um planeta, dizem as manchetes dos jornais, as capas das revistas, os programas de televisão, construindo a ecologia-espetáculo que, incrédulos ou persuadidos, habituamo-nos agora a contemplar*”.

O objetivo deste capítulo é analisar, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, a gênese da *Problemática Ambiental Contemporânea*, e consequentemente, da *Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável*. Conforme elucidado, a hecatombe nuclear é a referência inicial para a emersão de uma “*problemática*” — terminologia baseada na obra de Arlete Moysés Rodrigues (1998, 2005, 2006^a, 2006^b e 2007) — pois [uma *problemática*] corresponde “*a um sistema de questões, onde as ideologias se constituem como respostas concretas, se enraízam devido ao fato das problemáticas serem desconhecidas historicamente*” (ESCOBAR, 1975, p. 13). Evidentemente, a “*problemática ambiental está diretamente ligada às atividades sociais que incidem sobre a natureza*” (FERNANDES; SAMPAIO, 2008, p. 89, grifo dos autores). Asseveramos que a “*problemática*” é em si mesma uma resposta, não mais às suas próprias questões internas, mas aos problemas objetivos que o seu tempo coloca à ideologia (ALTHUSSER, 1979, p. 55)¹⁷. Conforme Rodrigues (2006^b, p. 104), uma “*problemática*” indica uma noção de maior complexidade e, por conseguinte, tem soluções mais intrincadas do que uma “*questão*”¹⁸.

Além de potente estigma da *Problemática Ambiental Contemporânea*, a eclosão das bombas nucleares prenunciou um período de “preocupações ambientais” que delinearão uma nova política territorial em escala global. Destaca-se, para a análise aqui empreendida, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e o despertar de uma luta pela paz duradoura e de discussões ecológicas, que pode ser relacionada ao surgimento de movimentos ambientalistas e dos primeiros partidos verdes. A publicação de trabalhos como “*Primavera Silenciosa*” (1962), de Rachel Carson, e principalmente do “*Limites do Crescimento*” (1972), do Clube de Roma (MEADOWS *et. al.*, 1973), e a realização da Conferência de Estocolmo são pontos cruciais para análise neste capítulo.

¹⁷ Segundo Althusser (1979, p. 54), *problemática* “é a unidade constitutiva dos pensamentos efetivos que compõem esse domínio do campo ideológico existente, com o qual um autor singular se explica em seu próprio pensamento” (ALTHUSSER, 1979, p. 54). “*O que de fato distingue o conceito de problemática dos conceitos subjetivistas da interpretação ideológica do desenvolvimento das ideologias é que põe em evidência, no interior de um pensamento, o sistema de referência interna objetivo dos seus próprios temas: o sistema das questões que comandam as respostas dadas por essa ideologia. Portanto, de início é necessário colocar uma ideologia a questão de suas questões para compreender, nesse nível interno, o sentido de suas repostas*” (Id., p. 55).

¹⁸ Para Claude Raffestin (2011, p. 2), o termo *problemática* é polissêmico e pode ser analisado a partir de três significações: “(a) *Conjunto de problemas próprios a um tema; (b) Modo de colocar um conjunto de problemas relativos a uma questão particular; e (c) Mecanismo que consiste em determinar, antes de qualquer análise, o estatuto de inteligibilidade capaz de justificar um sistema*”. Segundo o próprio autor, relacionando as três definições podemos entender *problemática* como um conhecimento científico sobre um objeto qualquer, cujo entendimento requer a explicação do corpo de conceitos que a compõe.

A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972, foi marcada pela retórica e pelo dissenso de dois grupos claramente antagônicos. Representantes de países centrais demandavam, ainda de maneira dissimulada pela contradição da proposta em si, o denominado *crescimento zero*, enquanto os representantes dos países periféricos (com participação ativa da delegação brasileira, que atuava de acordo com o projeto hegemônico-militar do período de “*Brasil — Potência*”, como veremos no decorrer deste capítulo) apontavam a necessidade do *desenvolvimento*, priorizando o progresso econômico (EVASO *et. al.*, 1992). Tais propostas inconciliáveis indicaram um desencontro de “interesses”, em um mundo marcado por um “Novo Imperialismo” (HARVEY, 2004, e também 2005b e 2006b).

Assim, utilizando a obra “*O Novo Imperialismo*” (HARVEY, 2004) como método, é possível constatar a emergência uma nova forma de domínio dos territórios através da ideologia. Já em Estocolmo as delegações dos países periféricos expuseram as chagas da divisão territorial do trabalho e a ingerência sobre a problemática ambiental em seus territórios, questionando a primazia das graves necessidades presentes — como a fome e a miséria em seus territórios —, em relação às supostas questões futuras, de acordo com a perspectiva catastrofista do discurso do “*Limites do Crescimento*”.

1.1 O Despertar Geopolítico da Contradição *Desenvolvimento x Meio Ambiente*

Etimologicamente, “*des + envolver*” significa retirar o que oculta, o que envolve¹⁹; uma forma de conhecer algo que está envolvido, romper o que está oculto (PIZZI, 2005). Segundo Jovino Pizzi (2005), no período medieval o desenvolvimento vinculava-se a algo cíclico, com um começo, apogeu e declínio; na perspectiva científica positivista, passou a designar um progresso sistemático, com um constante ideal de superação. A racionalidade moderna passou a definir desenvolvimento como crescer, aumentar, incrementar, ou seja, como sinônimo de amadurecimento, de avanço, de prosperidade. Após a Segunda Guerra Mundial, quando Harry Truman popularizou o termo *subdesenvolvimento*, a concepção de *desenvolvimento*

¹⁹ Carlos Walter Porto-Gonçalves (1992, p. 11) nos lembra que este significado de “retirar o que envolve”, “romper o invólucro” do termo “*desenvolver*” está presente em diversas línguas além do português, como o inglês, o espanhol, o francês e o italiano.

igualou-se à de progresso material, um estágio a ser atingido por todos os países do mundo (*Id.*, *Ibid.*)²⁰.

Apresentamos, então, uma primeira questão central em nossas reflexões: [1] *Qual o sentido do conceito de “desenvolvimento” no sistema capitalista?* Entendendo de antemão as imbricações entre desenvolvimento e acumulação capitalista — e partindo de sua perspectiva territorial, uma vez que é o olhar geográfico o que se propõe aqui — surge uma segunda questão para análise: [2] *Por que este sentido hegemônico de desenvolvimento recebeu questionamentos ambientais?* Ainda que saibamos da impossibilidade de responder tais indagações em sua plenitude — “o desenvolvimento não poderá nunca ser o objeto de uma definição satisfatória para todos, isto é, para todos os países, todas as experiências, todas as exigências”, como já nos alertava Sinaceur (1981, p. 11) —, estas questões permitem realizar uma reflexão, com referencial teórico e metodológico crítico, sobre o potencial e a inexorável capacidade sedutora do *desenvolvimento* na sociedade capitalista.

1.1.1 O Conceito de *Desenvolvimento* no Sistema Capitalista

Para Carlos Walter Porto-Gonçalves (1992, p. 11), o conceito de desenvolvimento “*revela-se como um fim em si mesmo, o que significa sair/dominar a natureza, e também os homens*”, algo próximo ao que apontou Sinaceur (*op. cit.*, p. 11), quando afirma que o “*desenvolvimento é ao mesmo tempo a ação de desenvolver e o que daí resulta*”. Para Celso Furtado (2000, p. 21), o desenvolvimento tem sido utilizado em dois sentidos ambíguos na contemporaneidade: como a *eficácia da acumulação e da técnica* de um sistema social e como o *grau de satisfação das necessidades humanas*. Entendendo a natureza como fonte inicial de todos os meios de trabalho e de objetos de trabalho (MARX, 1984, p. 07), é possível asseverar que o desenvolvimento capitalista tem como significado central o domínio do capital — Marx apontava como o capital se tornava *sujeito* do processo (DAMIANI, 2006, p. 05) — sobre o homem, a

²⁰ Yves Lacoste, em sua obra “*Os Países Subdesenvolvidos*” (1975), enumera alguns elementos constitutivos do subdesenvolvimento de um país: insuficiência alimentar, deficiência na agricultura, baixa renda nacional média e baixos níveis de vida, industrialização reduzida, fraco consumo de energia mecânica, subordinação econômica, setor comercial hipertrofiado, estruturas sociais ultrapassadas, fraco desenvolvimento das classes médias, frágil integração nacional, importância do subemprego, deficiente nível de instrução, intensa natalidade e estado sanitário imperfeito. Evidentemente, é importante destacar que se trata de uma visão marcada por uma época, que aqui utilizamos justamente por impingir ao termo subdesenvolvimento os claros limites de entendimento do período. O próprio Yves Lacoste irá rever e aprofundar suas concepções geopolíticas em suas obras posteriores.

natureza e o trabalho, promovendo a interação entre estes vetores através, destacadamente, da evolução das forças produtivas.

O desenvolvimento perpassa, pela “*dominação do homem através do domínio da natureza*” (MARCUSE, 1973, p. 65), ou seja, em sentido amplo significa uma sujeição da natureza externa e interna do homem (ECHEVERRIA, 1996, p. 16). Segundo Herbert Marcuse (*op. cit.*, p. 63), a natureza é uma “entidade histórica”, e o homem sujeita a mesma a uma racionalidade específica — num grau cada vez maior, convertida em racionalidade tecnológica e instrumentalista — subjugada às exigências do capitalismo. Torna-se oportuno lembrar Marx, quando este afirma que a natureza não produz máquinas, locomotivas, estradas-de-ferro, telégrafos, teares automáticos: estes são produtos da indústria humana, materiais da natureza transformados em órgãos da vontade humana sobre a mesma (*apud* DORIA, 1974, p. 35)²¹. No capitalismo, há um monopólio social das riquezas naturais (AMIN, 1976, p. 54), mas, como adverte Alain Lipietz (2003, p. 19), “*o progresso técnico não é necessariamente sinônimo de emancipação humana e de melhorias do meio ambiente*”.

Marx e Engels acreditavam que o desenvolvimento da produção deveria ter como objetivo final a constante melhoria das condições de existência da sociedade, no seu todo e de cada um de seus membros em particular (OSTROVITIANOV, 1972, p. 11). Isto é, possuíam uma visão em contraposição ao modelo de desenvolvimento sócio-econômico capitalista, baseado na relação entre *capital* e *trabalho* e voltado para a acumulação de capital em larga escala e o progresso técnico (DEANE, 1980, p. 175), transformando os homens em senhores da natureza (LIPIETZ, 2003, p. 17). Como a base do capitalismo é a exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição. São os antagonismos sociais do capitalismo que causam o seu dinamismo (FURTADO, 2000). Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria (ENGELS, s/d, p. 191). O desenvolvimento da produção mercantil não faz desaparecer essas contradições, mas proporciona que ocorra o inverso; segundo Lênin, “*o desenvolvimento é uma luta de contrários*” (*apud* ROSENTAL, 1968, p. 173). Mesmo contrapondo em suas análises o pensamento de Marx, François Perroux (1981, p. 42) corrobora com a ideia de que toda relação humana é compósita, feita de luta / conflito e de cooperação.

²¹ Lembrando que Doria (1974, p. 34), ao lembrar Marx, afirma que “*a natureza é o corpo inorgânico do homem*”, e assim, “*dizer que o homem vive da natureza significa dizer que a Natureza é o seu corpo, com o qual o homem deve se manter numa interação contínua, para não morrer*”.

Marx ainda apontava que a base material do *desenvolvimento* do homem, tanto como ser “natural” como ser “cultural”, se insere no grau de *desenvolvimento* das forças produtivas de que dispõe a sociedade (MEHRING, 1977, p. 15; POLITZER, 1963, p. 195; SANTOS, 1984, p. 27), quando afirmava que o modo de produção da vida material condiciona o *desenvolvimento* da vida social, política e intelectual em geral (MARX, 1977, p. 24). O desenvolvimento, entendido como uma tensão criadora (SINACEUR, 1981, p. 26), cria e recria a própria sociedade, pois “*a sociedade civil compreende o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas*” (MARX; ENGELS, 2001, p. 33). Esta criação / recriação é tensa e contraditória, em desacordo com o que vislumbrava W. W. Rostow (1964)²², que para François Perroux (1981, p. 139) mais justapõe que combina os fatores do desenvolvimento.

O artifício capitalista para a promoção do *desenvolvimento* é o “*domínio da natureza*” através da técnica (PORTO-GONÇALVES, 2004)²³, pois com o intento de obter pragmaticamente maior produtividade, a técnica se torna a ferramenta incontestável a partir da sobrepujança da *máquina* — entendida por Marx como a reunião dos instrumentos de trabalho (MARX, 2001b, p. 122)²⁴ —, e assim o capital pode controlar o mundo como meta de sua hegemonia de classe (MOREIRA, 2004). Aliás, nos lembra Ruy Moreira (2002b, p. 13), é a razão técnica transformada em lógica dominante leva ao que conhecemos hoje como uma verdadeira devastação ambiental. Segundo Celso Furtado (2000, p. 13), ainda que a tendência inicial dos intelectuais fosse compreender o avanço das técnicas como um meio de contornar a escassez — como se a invenção de máquinas fosse sempre com o objetivo de superação das dificuldades e satisfação de necessidades humanas —, a constante renovação técnica (e a conquista de novas tecnologias) acaba condicionada aos interesses dominantes. Neste processo de exploração do

²² W. W. Rostow (1964) pensa o desenvolvimento econômico em etapas, que perpassam cinco momentos: [1] sociedade tradicional, [2] as condições ao *arranco econômico* e o [3] processo do *arranco* em si, [4] a marcha para a maturidade e a [5] era do consumo em massa. Este “etapismo” do desenvolvimento indica, no mínimo, uma naturalização dos processos econômicos e sociais.

²³ Neil Smith (1988, p. 88) nos oferece uma explicação didática sobre o uso (ou melhor, sobre a produção, nas palavras do próprio autor) da natureza no sistema capitalista: “*o capital se volta para a superfície do solo em busca dos recursos materiais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção*”.

²⁴ Segundo Marx (1980b, p. 46), “*a máquina só pode agir com massas de operários, cuja concentração, face ao capital, é historicamente uma das suas condições prévias (...). Ela não surge para suprir uma falta de mão-de-obra, mas pra reduzir a utilização de uma força de trabalho, disponível em massa, à parte de que o capital necessita. A força de trabalho tem que existir em massa para que as máquinas se desenvolvam*”.

homem e da natureza pelo capital, a apropriação das riquezas naturais pela ação industrial capitalista artificializa o espaço geográfico e cria verdadeiros prolongamentos do território, o que Milton Santos denominou como *próteses*²⁵ (SANTOS, 2002), em um termo próximo ao que Karl Marx denomina de máquina-ferramenta (MARX, 1980a, p. 426)²⁶.

Destarte, Celso Furtado (2000, p. 14) afirma que “*o progresso técnico é um conjunto de transformações sociais que possibilitam a persistência do processo de acumulação, e, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista*”. Para este autor, por viabilizar a acumulação, o progresso técnico está a serviço da realização deste projeto²⁷, e significa, ideologicamente, a “*assimilação das novas formas de vida possibilitadas por um nível mais alto de acumulação*” (FURTADO, 2000, p. 27).

A tecnologia, que é uma força produtiva *par excellence* (DIAS, 1999, p. 24), traz embutida “*consequências inevitáveis de desqualificação e perda de controle imediato dos trabalhadores sobre o processo de trabalho*” (CARVALHO, 1987, p. 31). As máquinas fortaleceram ainda mais os capitalistas (ANTUNES, 1980, p. 10), já que o lugar da tecnologia torna-se também o lugar da servidão, e o potencial libertador da técnica revela-se ao avesso, com a instrumentalização do homem (ARAÚJO, 2000, p. 135). Estamos de acordo com Gilvan Hansen (1999, p. 151), quando este aponta que a tecnologia, ao mesmo tempo em que “*carrega elementos aniquiladores das relações de produção nos moldes do desenvolvimento como nós a conhecemos*”, traz consigo “*potenciais emancipatórios capazes de favorecer o desenvolvimento da interação social e promover, paradoxalmente, a humanização das relações de produção*”. A técnica visa possibilitar a expansão continuada dos gastos de consumo dos grupos de rendas altas e médias (FURTADO, 2000, p. 23); seja incorporando-se diretamente ao saber do homem, seja

²⁵ As próteses, para Milton Santos (2002, p. 237), se tornam territoriais a partir do meio técnico, quando os instrumentos de trabalho do homem deixam de se apresentar como prolongamentos de seu corpo e se tornam prolongamentos do território. Exemplificando, de simples ferramentas como “machados” se tornam grande arsenais maquinários reunidos em fábricas.

²⁶ Marx examina a máquina ferramenta, que é justamente quando os instrumentos de trabalho deixam de ser do artesão e se tornam ferramentas de um mecanismo complexo. “*A máquina por inteiro é uma edição mecânica mais ou menos modificada do antigo instrumento profissional*” (MARX, 1980a, p. 427), como o tear mecânico é um conjunto de agulhas. “*O número de ferramentas que com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar*”, completa o autor (*Id., Ibid.*).

²⁷ Segundo Celso Furtado (2000, p. 09), as raízes da ideia de progresso podem ser detectadas em três correntes do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII: [1] o Iluminismo, que concebe a história como uma marcha para o racional; [2] a ideia de *acumulação de riqueza*, com a promessa de um futuro melhor; e [3] a *expansão geográfica da influência europeia*, como um acesso a uma forma “superior” de civilização.

sob a forma de instrumentos, as técnicas somente se transmitem mediante um processo de acumulação (*Id.*, p. 44) e funcionam como instrumento de dominação de classe. Não se mostra muito plausível apostar no progresso técnico como moderador do *trade-off* entre a economia e o meio ambiente (MIRANDA *et. al.*, 1999, p. 68).

Jacques Ellul (1968) nos proporciona uma leitura da técnica além da identificação técnica-máquina, e nos mostra como Babini (1972, p. 08), que a técnica é o ato em si. Segundo Jacques Ellul (1968, p. 101), “a técnica é o melhor meio de fazer alguma coisa”; isto porque, segundo o autor a técnica é um meio, “um modo único que não é entregue à nossa livre escolha porque nada tiraremos da máquina ou da organização se não nos servirmos dela como devemos”, ou seja, “é, por si mesma, um modo de agir, exatamente um uso”. Com tal definição, Ellul — que para McFetridge [et.al.] (1992) trata com hostilidade a tecnologia — nos mostra que a técnica é uma construção social da coletividade, que condiciona e é condicionante das ações humanas e, por que não, da produção do espaço geográfico (CLAVAL, 1979; FRANCA, 2007; SANTOS, 2002). A técnica é a invenção ligada à ação, e, na civilização industrial-moderna-ocidental, a criação técnica canaliza o gênio inventivo (FURTADO, 2000, p. 07). Não é por outro motivo que Sinaceur (1981, p. 17) afirma que “o desenvolvimento é o Ocidente reproduzindo a si próprio”²⁸.

Assim, a técnica ideologicamente faz a sociedade moderna crer em um triunfalismo civilizatório do modo de vida ocidental. Afinal, a contemporaneidade encontra mensagens otimistas na superação dos limites e das misérias do tempo atual, com a resolução dos problemas contemporâneos através da emersão de um “tempo novo”, uma “nova vida”, um “novo homem”, uma “nova sociedade”, uma “nova era”²⁹ (RODRIGUES, 2003, p. 35). E a técnica, através de seu constante progresso, será a responsável pela re-construção constante do *desenvolvimento*. Por sinal, o desenvolvimento do capital fixo, isto é, das máquinas e instrumentos que possibilitam o trabalho industrial, nos mostra até que ponto a totalidade do conhecimento social e da ciência se transformou numa força produtiva imediata (DORIA, 1974, p. 35). A noção de desenvolvimento

²⁸ Como afirmavam Marx e Engels, a burguesia arrasta todas as nações para a civilização (MARX; ENGELS, 1975, p. 64), dando um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (*Id.*, p. 62).

²⁹ Seguindo a cartilha do desenvolvimento sustentável, os problemas ambientais serão contornados pela evolução da *técnica*, através de mecanismos de filtragem da poluição e pelo uso metódico dos “recursos” cada vez mais escassos. Estes “recursos” serão paulatinamente guardados para um mercado futuro em espaços específicos (RODRIGUES, 1992, p. 80) para que assim seja prolongada a existência da fonte natural da máquina de acumulação capitalista que não pode diminuir sua produção.

é um paradoxo de nosso tempo: a vontade do progresso convivendo com a desconfiança face ao mesmo (SINACEUR, 1981, p. 11)³⁰.

Henri Lefebvre (2009, p. 80) afirma que, no modo de produção capitalista, o progresso econômico é “*um desenvolvimento das forças produtivas, mas a preço de ruínas, falências e a miséria resultante para os operários, ou seja, por meio de contradições múltiplas*”. Sob a égide do sistema capitalista, o *desenvolvimento* significa o aumento na formação de capital e introdução de inovações tecnológicas (BIATO *et. al.*, 1973), mas ideologicamente se constitui como um sinônimo de *modernização* e *progresso* (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007, p. 17)³¹, mitos para a ilusão necessária de que somente com o sistema capitalista obtêm-se um crescimento econômico e tecnológico para toda a sociedade³². Afinal, é uma exigência econômica de todo capitalista modernizar seus equipamentos como forma de intensificar a produção e preparar-se melhor para a livre concorrência. Fazemos coro com Eric Hobsbawm (1985, p. 17), quando este afirma que o progresso “*é observável na crescente emancipação do homem relativamente à natureza e no seu domínio cada vez maior sobre a mesma*”.

Massimo Quaini (1979) acrescenta que tal desenvolvimento das forças produtivas se espraia de maneira progressiva, integrando vários lugares e regiões, e criando um sistema de interdependências funcionais, econômicas e geográficas. Aliás, desde seus primórdios o capitalismo mostrou com clareza a sua face territorial, marcadamente com o processo de privatização das terras através do “cercamento dos campos” (*enclosures*), determinante no fim do mundo feudal (Ver: DOBB, 1973, p. 278; HUBERMAN, 1969, p. 61; HUNT, SHERMAN, 1978, p. 33, e também FILIPPI, 2005, p. 24), que transformou em capital os meios de subsistência (CODD, 1985, p. 30) e dissociou o trabalhador dos meios de produção (MARX, 1980a, p. 830) e

³⁰ No século XIX, no entusiasmo iluminado pela ciência, técnica e a educação de base, o progresso foi visto como uma ‘fatalidade feliz’ cujo desenvolvimento era automatizado e cumulativo. A experiência provou o contrário: o progresso depende da capacidade inventiva sempre acordada, do controle exigente e atento e da perseverança do esforço (PERROUX, 1981, p. 69).

³¹ Celso Furtado (1998, p. 8) também aponta a proximidade entre a concepção de desenvolvimento econômico sob a ótica capitalista com a noção de progresso. O autor, que discute o mito da universalização econômica nos moldes dos países do “Primeiro Mundo”, objetivava combater a visão da época de que o desenvolvimento econômico estava ao alcance de todos os países da esfera terrestre. Sabemos que este “mito” já foi exaustivamente discutido e esclarecido (Ver, por exemplo, VEIGA, 2005b), porém o pressuposto de que o desenvolvimento está intrinsecamente ligado ao progresso permanece atual.

³² Segundo Marilena Chauí, a classe dominante capitalista tende a explicar a história através da idéia de progresso, pois vê a si mesma como uma força progressista (CHAUI, 1982b, pp. 84-85). A história que nos é “transmitida” é a do progresso das “*nações, Estados, das ciências, das artes, das técnicas*” (*Id.*, p. 121); da constante vitória dos povos ditos “civilizados”, colonizando os povos “primitivos”, e imprimindo-os a lógica do beneficiamento do progresso. E o que entendemos como desenvolvimento (econômico, que se sobrepõe ao social) é fundamentado na idéia do progresso. É o que Sinaceur (1981, p. 11) denomina como “*fascínio do progresso*”.

da própria natureza (FOSTER; CLARK, 2006, p. 227). Como relatou Marx (2001a, p. 106), “o regime da propriedade privada tem início com a propriedade agrária, que é o seu alicerce”.

No que se refere ao território, Paul Singer (1971 e 1992) explica que o desenvolvimento consiste precisamente no processo de transformação estrutural das *Economias Coloniais* em *Economias Estruturais*, isto é, está alicerçado na posição em que cada país se situa na Divisão Internacional do Trabalho (D.I.T.). O desenvolvimento seria realmente a ruptura, a destruição dessa estrutura colonial e a formação de uma estrutura econômica industrial do tipo moderna (SINGER, 1971, p. 55). Este autor atesta, sob influência de vasta literatura de tradição marxista (Ver, por exemplo, TROTSTY, 2007 e 2008), que o desenvolvimento das forças produtivas promovido pelo capitalismo tem ocorrido no plano mundial de modo desigual e combinado, já que a industrialização elevou o desenvolvimento das forças produtivas em determinados países em detrimento de outros. Isto significaria dizer que o desenvolvimento, nos moldes capitalistas, só teria lugar em um pequeno grupo de países através da contrapartida do atraso sistemático do resto do mundo (SINGER, 1983, p. 32). Isto faz lembrar as palavras de Ernesto Che Guevara, que afirmava que os países subdesenvolvidos são “*países coloniais, semicoloniais ou dependentes, de economia distorcida pela ação imperial, que já desenvolveram anormalmente as filiais industriais ou agrícolas necessárias para complementar sua economia complexa*”³³. São também os “*países da monocultura, aqueles do monoproduto, do mercado único que impõe e repara circunstâncias*”³⁴ (Ernesto Guevara, 1962 *apud* RAMA, 1963, p. 47, *livre tradução do autor da tese*). Acrescentaríamos ainda que nos próprios países desenvolvidos o crescimento é acompanhado de desenvolvimentos desiguais (PERROUX, 1981, p. 62).

Esta relação entre *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento* também é explorada na análise de Francisco Luiz Corsi (2003, p. 143), quando este autor afirma, inspirado em Caio Prado Jr., que o subdesenvolvimento é fruto de circunstâncias históricas que impediriam que a maior parte do processo de acumulação e reprodução do capital se desse no interior das economias nacionais subdesenvolvidas. E que, desta maneira, ficavam nacionalmente controlados, já que o ritmo e a necessidade de consumo e produção são decididos pela economia

³³ Livre tradução de: “*países coloniales, semicoloniales o dependientes, de economia distorsionada por la acción imperial, que já desarrollado anormalmente las ramas industriales o agrícolas necesarias para complementa su compleja economía*”.

³⁴ Livre tradução de: “*países del monocultivo, los del monoproduto, los del mercado único que impone e fija condiciones*”.

internacional³⁵. Samir Amin irá intitular este processo de “*extroversão das economias subdesenvolvidas*”, cuja dependência das economias centrais impediria o desenvolvimento da economia local periférica (AMIN, 1976, p. 168).

De acordo com os argumentos relacionados, podemos sintetizar que o *desenvolvimento*, sob a égide do sistema capitalista, significa: [1] *domínio sobre a natureza*, e, por conseguinte, sobre o território, através da subserviência das riquezas naturais aos ritmos da produção econômica; [2] *progresso econômico*, entendido aqui como acumulação de capital a ser obtido, especificamente, através da opressão de classe e exploração da força de trabalho, ocultados ideologicamente; [3] *modernização técnica*, que compreende a evolução massiva da maquinização do processo produtivo, que geograficamente implica em um processo de tecnificação espacial; [4] *hegemonia econômica* na perspectiva do sistema-mundo, na medida em que o desenvolvimento é um modelo a ser atingido pelos países que compõem a periferia econômica mundial; e por fim, uma [5] *ideologia* extremamente potente, capaz de indicar um futuro próspero a ser construído através da reprodução do modelo então vigente.

É com este alicerce conceitual que a justaposição *desenvolvimento + sustentável* será paulatinamente construída no âmago das conferências sobre meio ambiente, em 1972, em Estocolmo, e em 1992, no Rio de Janeiro³⁶. Este também é o modelo de desenvolvimento que começou aparentemente a se esfacelar com questionamentos incisivos na segunda metade do Século XX.

³⁵ Florestan Fernandes (1979, p. 72) nos apresenta uma interessante argumentação sobre a relação entre *subdesenvolvimento* e *industrialização*, quando afirma que, apesar das potencialidades da industrialização serem selecionadas, incentivadas ou destruídas através de influências da dinâmica do sistema social, e da mesma operar como veículo de defesa do *status quo* (e das condições de subdesenvolvimento que ele encarna), ela causa um *desajuste funcional* que permitirá uma racionalização maior da sociedade, uma melhor interação do homem com a máquina, e por que não, alterações na própria ordem social do mundo.

³⁶ O termo *sustentável* “*tem origem na Ecologia (ciência natural) e se refere, de maneira geral, à natureza homeostática dos ecossistemas naturais, à sua autopropetuação*” (BRÜGGUER, 1994, pp. 72-73). O *sustentável*, na leitura da Ecologia, engloba, ainda, o conceito de “capacidade de suporte”, cuja definição passa por um balanceamento de recursos disponíveis e crescimento populacional de determinada espécie (*Id.*, p. 73, e também BEGOSSI, 1997, p. 61). Aproximando economia e ecologia, o desenvolvimento sustentável oferece muito mais o puro somatório de termos do que a composição de duas áreas do conhecimento. A contradição do desenvolvimento sustentável está na soma de “desenvolvimento”, retirado da economia, e “sustentabilidade”, da biologia e da ecologia, apesar de “sustentabilidade” e “desenvolvimento capitalista” se negarem mutuamente (BOFF, 2000, p. 43).

1.1.2 Os Questionamentos Ambientais do Conceito de Desenvolvimento

Ao mesmo tempo em que podemos afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas não foi imposto por nenhuma necessidade histórica (FURTADO, 2000, p. 96), e desta forma priorizou o aumento na acumulação de capital, torna-se possível perceber que o conceito de desenvolvimento (particularmente, o capitalista) se fundou “*no processo de invenção cultural no qual o homem é o agente transformador do mundo, e por isso traduz potencialidades humanas em um sentido positivo*” (Id., Ibid., p. 07). Segundo Celso Furtado, no momento subsequente a Segunda Grande Guerra, iniciou-se uma profunda reflexão sobre o modelo de desenvolvimento, envolvendo a tomada de consciência do atraso econômico em que vive a grande maioria da humanidade (Id., Ibid.). Com esta proposta, houve a participação ativa da ONU (Organização das Nações Unidas), suas comissões regionais e agências especializadas, no processo de reflexão sobre o *desenvolvimento*, com o conseqüente desmantelamento das estruturas coloniais e emergências de novas formas de hegemonia internacional fundadas no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica (Id., Ibid., p. 25).

Ainda que o período pós-guerra seja identificado com uma “Era de Ouro” (HOBBSAWM, 2000) para os países centrais (especialmente para os Estados Unidos) pelo grande desenvolvimento econômico e produção concentrada de riqueza, não há dúvidas sobre a emergência de um verdadeiro “vazio” teórico, analítico e doutrinal que transpôs diferentes classes, Estados e regiões da economia-mundo (PERROUX, 1981, p. 83). Ocorreu a complexificação dos problemas da agenda global, com a degradação sócio-ambiental e os riscos sistêmicos de crise financeira de processos especulativos e de fraudes (BOCAYUVA, 2007, p. 129). Em 1950, por exemplo, o consumo mundial de energia era dez vezes maior que o de um século anos (LOPES, 1987, p.47), o que claramente instituiu novas exigências energéticas e produtivas. Os problemas da agenda do desenvolvimento se tornaram questões efetivamente globais — e o próprio desenvolvimento-modernização acabou sendo colocado em xeque (ALMEIDA, 2002) — exigindo um enorme esforço de reconstrução de estruturas, organizações e movimentos de porte mundial.

A década de 60 é a responsável pela emergência do movimento ecológico/ambientalista, organizado de forma autônoma e independente, sem uma referência classista imediata (DIAS, 2003, p. 102; ORTIZ, 1996, p. 14). Este movimento imprime um caráter questionador do modo

de vida, sobretudo em relação à “destruição do meio ambiente”³⁷, e acaba englobando questões diversas como, por exemplo, o desmatamento, o uso de agrotóxicos, a extinção das espécies, e até mesmo a crítica ao *american way-of-life*. Quando desponta na década de 60³⁸, o movimento ambientalista possui um caráter então radical, pois identifica “*como seus inimigos a voracidade do lucro, o gigantismo industrialista, a centralização do poder de estado, a apropriação privada e descontrolada dos recursos naturais e o complexo industrial-militar*” (MINC, 1985, p. 09). Afinal, a influência americana difunde-se pelo mundo, de forma que o sonho americano se transformara em sonho mundial, baseado nos altos índices de consumo (TAYLOR, 1997, p. 50). Não era possível manter o nível de consumo e a promessa do padrão de desenvolvimento dos subúrbios norte-americanos para todos os países do globo.

É importante alentar que, evidentemente, os problemas de ordem ambiental não nascem no Pós-Guerra, mas que desde a Idade Média há registros de destruição ambiental. Jean Gimpele (1977, pp. 73-75) nos aponta os graves desmatamentos europeus do período, com alguns dados factuais: em 1330, as florestas da França cobriam 13 milhões de hectares, ou seja, apenas 1 milhão de hectares a menos que em nossa época; na Inglaterra, em 1170, a construção do castelo de Windsor exigiu o corte de uma floresta inteira, sacrificando 3.004 robles (espécie florestal comum na vertente atlântica da Europa) e mais 940 robles dos bosques de *Combe Park* e *Pamber*. O autor ainda atesta que, durante o século XIII no Norte da França, a madeira já era tão rara e cara que se alugavam caixões para os óbitos dos mais pobres, para que após velório fossem enterrados diretamente em suas covas. É já na sociedade medieval que progressivamente se

³⁷ Como alertamos em momento anterior (OLIVEIRA, 2001), a noção de *meio ambiente* é bastante confusa — Henri Lefebvre (1999, p. 169) chega a afirmar tratar-se de um *pseudoconceito* —, pois, num primeiro enfoque, costuma-se considerá-la como sinônimo de *natureza* (CAVALVANTI, 1988, p. 114), ou aproximá-la simplesmente do conceito de ecossistema (KLOETZEL, 1998). Podemos crer que é importante congregarmos, sob a terminologia meio ambiente, a “*natureza e a sociedade*”, o “*meio natural e o meio social*” (MENDONÇA, 1998, p. 23), os “*elementos naturais e sociais conjuntamente*” (*Id.*, p. 32), onde estes elementos naturais e sociais se encontram “*em relações dinâmicas e de interação*” (REIGOTA *apud* CAVALVANTI, 1988, p. 114). Sinteticamente, entendemos que a defesa do *meio ambiente* significa, para o movimento ecológico-ambientalista, a preocupação com a relação sociedade-natureza nos moldes atuais; e desta maneira, faz sentido definições como questão e / ou problemática ambiental, pois remetem a indagações sobre a relação sociedade-natureza.

³⁸ A década de 60 é responsável pelo fortalecimento de diferentes movimentos sociais — estudantis, étnicos, em favor da paz, entre outros — com novas ideias acerca dos problemas globais e sobre suas possíveis soluções (BOTTOMORE, 1970, p. 105). Talvez um movimento geral fecundo de “individualismo” (CASTORIADIS, 1991), mas acima de tudo um questionamento da ordem hegemônica com um olhar multifacetado. Concordamos com Eder Sader (1986, pp. 52-52), quando este afirma que se tratava de novos sujeitos políticos questionando a ordem instituída e também as formas instituídas de oposição. Isto pode ser exemplificado pela emergência do movimento de estudantes, com as revoltas estudantis que explodiram em Berkeley, Berlim, Roma, Paris, Pequim, São Paulo, Rio de Janeiro, Praga, Buenos Aires e México entre os anos 66 e 69. O feminismo, os movimentos homossexual, negro, de cativos e de deficientes físicos significaram, para este autor, uma politização do social e o estilhecimento do campo da política.

substitui o trabalho manual pelo trabalho das máquinas, dando origem a uma verdadeira revolução industrial (BABINI, 1972, p. 33; GIMPEL, 1977, p. 11), em um processo tão lento que não evitará as dificuldades de adaptação social da economia agrária para a economia industrial durante a Revolução Industrial Inglesa do Século XVIII (HENDERSON, 1979, p. 22)³⁹.

Jean Gimpel atesta também em sua obra que já no século XIII ocorrem protestos contra a destruição de florestas na Europa: houve interdição de serrarias hidráulicas em Colmars — França, enquanto na comuna de Montaguloto — Itália, exigiu-se que cada proprietário de terras plantasse 10 árvores por ano. Por fim, a Inglaterra importava já neste período madeira da Escandinávia. Protestos semelhantes ocorriam no medievo em relação à queima do carvão (hulha): segundo o mesmo autor, Londres, nos últimos anos do século XIII, obteve o triste privilégio de ser a primeira cidade do mundo a sofrer reconhecidamente a poluição atmosférica, gerando proclamações reais de proibição do uso do carvão nos fornos de cal sob pena de multa. A poluição da água também era naquele período um grave problema, com o rio Sena afetado por matadouros e curtumes⁴⁰.

Sargent Florence (1966, p. 178) afirmava categoricamente, na década de 60, que a *“industrialização elevará indubitavelmente os níveis de vida da maioria dos países que na atualidade são predominante agrícolas”*⁴¹. Como vimos no debate anterior, a fé na técnica estava abalada, e a industrialização, mais que aumentar os níveis de vida do mundo, aumentou o abismo entre ricos e pobres.

Este “novo” movimento ecológico / ambiental que emerge na década de 60 traz consigo uma crítica à sociedade tecnológico-industrial (particularmente, contra empreendimentos extremamente controversos ambientalmente como as centrais nucleares), tanto capitalista quanto socialista, e é em parte fruto das agitações estudantis de 1968, nos Estados Unidos e na Europa

³⁹ Jean Gimpel (1977) exemplifica citando alguns inventos tecnológicos anteriores a revolução inglesa, como os moinhos e outras máquinas hidráulicas (Séculos IX a XI) e os teares com pedal (Século XII). O mesmo autor lembra que até mesmo a denominação “engenheiro” — que advém de *engenhoso*, *engenho* — é um termo medieval. Para Gimpel, a Idade Média corresponde ao *“Período das Máquinas”* e não ao *“Período das Trevas”* (*Id.*, p. 9).

⁴⁰ Gimpel (1977, p. 82) também relata em sua obra que em 1338 foi promulgada a primeira lei antipoluição do mundo: o Parlamento Inglês, sediado em Cambridge, votou esta lei contra a poluição de rios e do ar, conclamando, sob pena de multa, a levar as “imundícies” para fora da cidade. Vale ainda atentar que não havia ainda o termo poluição — falava-se em *“corrupção do rio”* (*Id.*, *Ibid.*).

⁴¹ Livre tradução de: *“industrialización elevará indudablemente los niveles de vida de la mayoría de los países que em la actualidad son predominantemente agrícolas”*.

(DIEGUES, 1996)⁴². Contudo, o movimento ambientalista deste período (MONTIBELLER-FILHO, 2008, fala em “*revolução ambiental norte-americana*”) repercutiu um antigo debate que, em termos teóricos, havia nos Estados Unidos já no século XIX. Naquele momento, duas visões de proteção do mundo natural se enfrentavam, sintetizadas pelo arquétipo do embate entre as ideias do engenheiro florestal Gifford Pinchot (fundador do Serviço Florestal dos EUA, em 1905), que articulou as bases teóricas do conservacionismo, e do naturalista John Muir (escocês, radicado nos Estados Unidos)⁴³, que propugnou, sob influência de Thoreau, Marsh, Darwin e Haeckel (este último, criador da noção de ecologia), as bases do preservacionismo (DIEGUES, 1996).

Os *preservacionistas* são aqueles que lutam pela criação dos Parques Nacionais, onde seja possível “*reverenciar a Natureza num sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem*” (DIEGUES, *op. cit.*, p. 30), protegida da industrialização, da urbanização e de qualquer intervenção do homem. O preservacionismo aposta na intocabilidade dos sistemas naturais, o “culto ao silvestre” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007), com a implantação de reservas ecológicas e defendendo a retirada das populações que nelas vivem, desde ribeirinhos até indígenas (RIBEIRO, 2005).

Já os *conservacionistas* atentam para a necessidade de uso adequado e criterioso dos recursos naturais, de forma racional, para se evitar o desperdício, e para que a utilização destes recursos seja em benefício da maioria dos cidadãos (DIEGUES, *op. cit.*, p. 29). Trata-se de uma proposta de uso adequado da natureza enquanto recurso (RIBEIRO, 2005)⁴⁴, baseado em uma apropriação metódica dos mesmos (DIEGUES, *op. cit.*, p. 26), algo que Joan Martinez-Alier (2007) denominou de “evangelho da ecoeficiência”. Diferentemente do *preservacionismo*, que pressupõe a proteção integral de “áreas naturais” para apreciação estético-contemplativa, o *conservacionismo* impõe um valor de troca às riquezas naturais, regulando sua utilização através de leis mercadológicas de oferta e demanda e investindo na natureza como reserva monetária de médio e longo retorno. O uso racional corresponde então à adequação das reservas de

⁴² Hedy Vasconcellos (2002, p. 139) aponta que está incluso nos objetivos múltiplos dos movimentos ambientalistas “*a recuperação da utopia ética da prática cotidiana do bem comum*”, o que indica um projeto utópico-ético de um movimento plural e multiclassista, e por este motivo difuso em seus ideais.

⁴³ John Muir foi o responsável direto pela criação do Parque Nacional Yosemite em 1890 (que serviu de inspiração para outros parques ambientais, como o próprio Parque Nacional do *Grand Canyon*), e também foi o fundador do *Sierra Club*, em 1898, movimento popular conservacionista para apreciação da natureza (PALMER, 2006, p. 140), e uma das mais importantes e influentes organizações ambientalistas do mundo (DIEGUES, 1996, p. 32).

⁴⁴ Segundo Santos (2002, p. 53), é o próprio movimento ecológico que completa o processo de “desnaturalização da natureza”, dando a esta um valor, e assim, enxergando-a como um recurso que deve ser administrado.

combustível natural às necessidades do capital, na busca pelo equilíbrio que evite o desperdício desta valiosa mercadoria (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2010). Concordamos com Dinizar F. Becker (2002, p. 59), quando este afirma que “racionalizar” passou a significar, no modo de produção capitalista, menos tempo, estoques, trabalho, energia, custos, entre outros. Para este autor, racionalizar é acima de tudo elevar a produtividade, potencializar a valorização desta escalada produtiva e viabilizar a financeirização da riqueza.

Antônio Carlos Diegues (1996, p. 29) acrescenta que as idéias conservacionistas foram precursoras da hoje instituída concepção de desenvolvimento sustentável, pois Gifford Pinchot, nos Estados Unidos do século XIX, “*agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria*”. Desta forma, não se questionava a apropriação capitalista da natureza, mas sim o ritmo veloz desta apropriação. Theodore Roosevelt, presidente norte-americano entre 1901 e 1909 e bastante influenciado pelas ideias liberais de Gifford Pinchot, afirmava que as riquezas de uma nação estão nos recursos naturais disponíveis em seu território e no controle dos mesmos em outros países (EIR, 2001).

MONTIBELLER-FILHO (2008), através do estudo da obra de Leis e D’Amatto (1995), divide historicamente o movimento ambientalista da segunda metade do Século XX em cinco decênios, assim considerados:

[1] na década de 50, emerge o *ambientalismo dos cientistas*, com a inclusão da temática ambiental em breves relatórios e documentos da UNESCO;

[2] na década de 60, surge o *ambientalismo das ONGs* (e dos movimentos sociais), esta nova estruturação dotada de ideias prolixas e, em geral, bastante atuantes;

[3] na década de 70, ocorre a *institucionalização do ambientalismo*, com a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a gerência definitiva, por parte da ONU, das questões intrínsecas à problemática ambiental;

[4] nos anos 80 têm-se a era do fortalecimento dos *Partidos Verdes* e constituição da *Comissão Brundtland*, que definirá a concepção de Desenvolvimento Sustentável como agenda do novo século;

[5] por fim, na década de 90, as empresas passam a adotar o desenvolvimento sustentável em suas estruturas produtivas e mercadológicas, numa espécie de *empreendedorismo verde*.

Apesar de controverso, é possível perceber nesse esforço de periodização a consolidação da temática ambiental, e seus braços mais sólidos, particularmente através da análise das ONGs e dos Partidos Verdes.

A obra “*Máfia Verde*” (EIR, 2001) aponta a origem elitizada das ONGs (Organizações Não-Governamentais, expressão esta cunhada pela Fundação da Comunidade Britânica — *Commonwealth Foudation*) nos anos 60, cujo aparato provém de uma imensa estrutura constituída de mais de 1000 fundações familiares oligárquicas da América do Norte e da Europa, além de doações de empresas privadas dos países desenvolvidos. Os autores mostram, por exemplo, que a UICN e a Conservation Foundation têm suas origens nos esforços de Julian Huxley e Max Nicholson, membros da Sociedade Eugênica Norte-Americana, e que receberam financiamento de Fairfield Osborn, sobrinho de Henry Osborn, quem organizou a conferência Eugênica Internacional, em Nova Iorque, que serviu de base do ideal racista do nazismo. A WWF também tem fundação aristocrática — Casa de Windsor, em 1961 (a mesma que em 1170 ocasionou o corte de uma floresta inteira para a edificação do castelo, como explicado anteriormente) — conciliando os esforços dos príncipes Philip da Inglaterra e Bernardo, da Holanda, e o pintor conservacionista Peter Scott (a quem é oficialmente atribuída a “paternidade” da organização) (EIR, 2001). Os autores não apresentam dúvidas quanto à origem elitista das ONGs, e suas amarrações com causas da classe dominante branca do período, e apontam em sua obra que o ideal da conservação silvestre era um passo importantíssimo para o estabelecimento de um governo mundial.

Quanto à institucionalização dos primeiros partidos verdes, isto só aconteceria na década de 70, inicialmente na Oceania, especificamente na Austrália (Tasmânia) e na Nova Zelândia, ao contrário do que geralmente se imagina. O primeiro partido de plataforma ambientalista surgiu na Tasmânia, em 1971, com o objetivo político de salvar o lago Pedder, e teve duração efêmera, até 1977. O segundo Partido Verde foi fundado na Nova Zelândia, em 1972, contra o represamento do lago Manapouri e o aproveitamento hidroenergético do rio Clutha. Este partido neozelandês conseguiu alguma expressão logo na sua primeira participação em eleições, arregimentando 2,7 % dos votos nacionais. Ambos os partidos tinham vinculação comunitária e lutavam contra as mazelas do industrialismo, assim como possuíam em comum certa frustração de seus partidários com o ideário trabalhista. Somente após essas duas primeiras experiências surgiram em 1973 os primeiros partidos verdes europeus, na Grã-Bretanha e na

Alemanha. Nesse último país, em parte pela destruição da guerra, mas também pelo cultuado estilo jovem excursionista romântico propalado no Século XIX (a tradição do Wandervögel), associado ao elemento sagrado cultuado na natureza nacional e também pela contracultura então emergente, o Partido Verde obtém maior sucesso e participa ativamente dos grandes debates políticos nacionais, destacadamente na década seguinte. Se os dois primeiros partidos calcados na plataforma ambiental são oriundos de países desenvolvidos, mas de tradição extrativista, os novos partidos europeus adotaram o ambientalismo plenamente vinculado a questões políticas e econômicas, e deslocaram as discussões ecológicas para as universidades e para os parlamentos (RABÓCZKAY, 2004). O apoio destes partidos será fundamental para a elevação das discussões sobre meio ambiente a um plano internacional, com a maciça divulgação de reportagens, denúncias e estudos correlatos.

É possível ainda afirmar que algumas obras são marcantes na divulgação da problemática ambiental. Entre as mais importantes, sem dúvida, podemos destacar “*Primavera Silenciosa*” (*Silent Spring*), de 1962, de autoria de Rachel Carson, que além de escritora era bióloga do Serviço de Caça e Pesca dos Estados Unidos, uma “biógrafa do mar”, segundo suas próprias palavras. Em um dos livros mais importantes do Século XX (PALMER, 2006), Carson mostrou que grande parte da atividade humana produzia efeitos negativos sobre o meio ambiente (McFETRIDGE *et. al.*, 1992). A autora cristalizou uma “ética do meio ambiente”, inspiradora do “ambientalismo de base”, do movimento da “ecologia profunda” e até do “ecofeminismo” (HYNES, 1989, *apud* PALMER, 2006, p. 200). “*Primavera Silenciosa*” questionava o uso de venenos, particularmente o impacto do uso de DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano), o primeiro pesticida moderno — que rendeu o Nobel de Medicina de 1948 a Paul Hermann Müller, seu inventor — usado no combate aos mosquitos causadores da malária e do tifo (CLAVAL, 2007), mas que segundo a autora poderia causar câncer em seres humanos e também ocasionar o aumento de mortalidade de pássaros. Podemos destacar que “*Primavera Silenciosa*”, e também o “*Limites do Crescimento*” (*The Limits to Growth*, 1971), do Clube de Roma, são livros que mudaram o mundo sob o prisma do ambientalismo.

**“LIVROS QUE MUDARAM O MUNDO”:
A emersão da “Problemática Ambiental Contemporânea”**

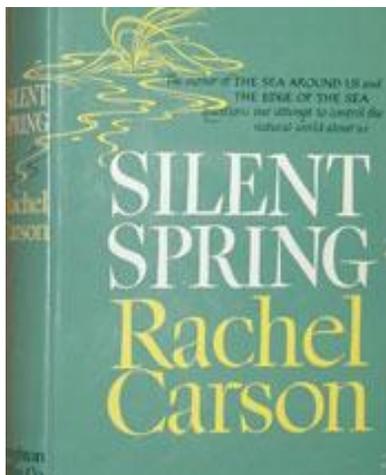


Figura 1.1: Imagem da primeira edição de Primavera Silenciosa, de Rachel Carson.
(CARSON, Rachel. **Silent Spring**. New York, Houghton Mifflin, 1962)⁴⁵

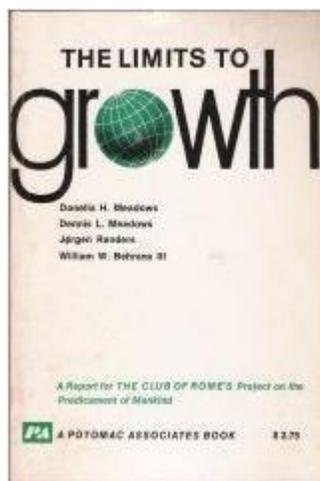


Figura 1.2: Imagem da primeira edição de “Limites do Crescimento”.
(MEADOWS, Dennis L.; MEADOWS, Donella H.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William. **The Limits to Growth**. New York, Universe Books, 1972)⁴⁶

⁴⁵ Imagem disponível em: http://www.utexas.edu/features/2007/books_america/. Acesso em: 26 de janeiro de 2011.

⁴⁶ Imagem disponível em: http://projectawake.wordpress.com/2010/12/30/the-grotesque-overpopulation-legalized-murder-of-billions/cover_first_edition_limits_to_growth/. Acesso em: 26 de janeiro de 2011.

1.2 Desentendimentos sobre os “*Limites do Crescimento*”

Ao percorremos a história recente do ambientalismo, logo notaremos que não são poucas as obras que produziram grande impulso nos debates internacionais sobre a temática. Além de *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, podemos destacar que trabalhos como “*This Endangered Planet*”⁴⁷ (1971), de Richard Falk⁴⁸ e “*Blueprint for Survival*”⁴⁹ (publicado em janeiro de 1972 pela revista inglesa *The Ecologist*), e ainda os ensaios e livros de Garrett Hardin⁵⁰, como “*Exploring New Ethics for Survival*”⁵¹ (1962) e “*The Tragedy of Commons*” (1968)⁵² (LAGO, 2007, pp. 28-30), foram obras importantíssimas para a consolidação da problemática ambiental em escala global.

Contudo, o trabalho intitulado “*The Limits to Growth*” (1972) [*Limites do Crescimento*, na tradução brasileira] teve especial importância para a problemática ambiental, principalmente pela imensa divulgação internacional (que acabou por colocar a questão ambiental na agenda política mundial) (OLIVEIRA, 2006, p. 43), e também por trazer “*para o primeiro plano da discussão problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico sempre deixaram à sombra*” (FURTADO, 1998, p. 09). A proposta central de “*Limites do Crescimento*” era parar o crescimento (RATTNER, 1979, p. 191) econômico e populacional. Neste item, o “*Limites do Crescimento*” apresenta tom pessimista (*Id.*, p. 177), assim como a primeira edição (1798) do “*Ensaio sobre o Princípio da População*”, de Thomas Robert Malthus (DROUIN, 2008, p. 59)⁵³. Desta forma, “*Limites do Crescimento*” se enquadra no conjunto de

⁴⁷ “*Este Planeta em Perigo*” (livre tradução do autor da tese).

⁴⁸ O norte-americano Richard Falk é atualmente professor emérito de direito internacional da Universidade de Princeton.

⁴⁹ “*Projeto para a Sobrevivência*” (livre tradução do autor da tese) foi publicado inicialmente em uma edição especial da revista *The Ecologist* no mês de janeiro de 1972, mas posteriormente foi lançado como livro e vendeu mais de 750.000 cópias. Entre os mais de trinta autores, encontramos Julian Huxley, citado anteriormente como membro da Sociedade Eugênica Norte-Americana, e Peter Scott, um dos fundadores da WWF.

⁵⁰ Também norte-americano, Garret Hardin, zoólogo e doutor em biologia, foi professor de Ecologia Humana da Universidade da Califórnia em Santa Barbara.

⁵¹ “*Explorando a nova ética para a sobrevivência*” (livre tradução do autor da tese).

⁵² “*A Tragédias dos Comuns*” (livre tradução do autor da tese). A *tragédia dos comuns* é um tipo de armadilha social que envolve um conflito entre interesses individuais e coletivos no uso de recursos finitos, que devido ao livre acesso, termina por condenar o equilíbrio dos recursos disponíveis. Trata-se de um trabalho de cunho neomalthusiano, que, segundo palavras do próprio autor, refuta a mão invisível no controle da população e prevê como inevitabilidade do destino a tragédia do fim dos recursos naturais, caso não ocorra um cerceamento às liberdades de produção econômica e reprodução humana.

⁵³ Segundo Tom Tietenberg (2000), tal trabalho é um importante exemplo de “modelo pessimista” da relação entre desenvolvimento e meio ambiente.

obras as quais John McCormick (1992) se refere como escritas por “*Profetas do Apocalipse*” (ou ainda, “*Novos Jeremias*”), pelo tom catastrofista dos apontamentos e conclusões dos autores.

Entre os “*Profetas do Apocalipse*”, McCormick relaciona Paul Erlich, de Stanford, Barry Commoner, de Washington (St. Louis), La Mont Cole, de Cornell, Eugene Odum, da Geórgia, Kenneth Watt, da Universidade da Califórnia em Davis, e Garret Hardim, da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara (este último citado anteriormente pela autoria de “*Exploring New Ethics for Survival*” e “*The Tragedy of Commons*”). Em comum entre todos os trabalhos destes autores — os “*estudos sobre o futuro global*”, segundo Jennifer A. Elliott (2006) —, podemos destacar que existe uma mensagem: há limites claros para o crescimento econômico, baseado em três questões centrais: poluição, crescimento populacional e tecnologia. Podemos especificar como exemplos máximos desta perspectiva os escritos de dois biólogos, Paul Erlich e Barry Commoner, cujas obras se relacionam profundamente com “*Limites do Crescimento*”. Segundo John McCormick (1992), o que há em comum entre os dois autores é o olhar voltado para a realidade dos países desenvolvidos.

Paul Erlich escreveu “*The Population Bomb*” (publicado em 1968 pelo *Sierra Club*, a organização preservacionista fundada por John Muir, como anteriormente citado), best-seller⁵⁴ que indicava com profunda urgência a necessidade de controlar o crescimento populacional, sob a pena de centenas de milhões de pessoas enfrentarem a fome nas décadas de 70 e 80, uma vez que os limites de produção de alimentos já haviam sido alcançados e as tentativas de aumentar a produção deteriorariam ambientalmente a Terra. Erlich indicava como caminho a mudança das atitudes humanas através da adoção dos auspícios do controle de natalidade, para que fosse possível evitar guerras, epidemias e o próprio fim da espécie humana na Terra (McCORMICK, 1992, p. 82). O livro, como já indicava o sugestivo nome “*A Bomba da População*”, possui marcante influência neomalthusiana (PALMER, 2006, p. 253) — referência comum após o aumento das taxas de crescimento populacional do pós-guerra —, uma vez que a obra discute as imbricações entre crescimento populacional e agricultura intensiva, as altas taxas de uso de minerais e energia, e também o uso de contaminantes ambientais. Os defensores do neomalthusianismo “vestiam” em Malthus, a partir deste trabalho, uma indumentária “verde”: se no malthusianismo clássico a população humana, em crescimento por progressão geométrica, poderia se autodestruir pela luta cotidiana por alimentos em crescimento por progressão

⁵⁴ Segundo John McCormick (1992), o livro de Paul Erlich, *The Population Bomb*, vendeu mais de três milhões de cópias somente na década de 70, se tornando um dos livros mais vendidos sobre meio ambiente de todos os tempos.

aritmética, agora sob a ótica do “neomalthusianismo verde” o problema não seria somente o estrangulamento da produção de alimentos, mas também os limites ambientais para o crescimento da sua produção, e também pela própria multiplicação das necessidades cotidianas que implicariam em maior esgotamento da natureza (Ver: RODRIGUES, 2007) ⁵⁵. Podemos asseverar que “*Limites do Crescimento*”, publicado posteriormente a “*The Population Bomb*”, também elegeu como causa dos problemas ambientais, acima de tudo, a pressão exercida pelo elevado crescimento populacional mundial sobre os recursos naturais (LEMOS, 1991; RATTNER, 1979).

Já Barry Commoner⁵⁶, que escreveu “*The Closing Circle*”⁵⁷, em 1971, afirmava que o grande problema ambiental da humanidade era o advento de uma “tecnologia defeituosa”, resultando em crescimento do uso de sintéticos, produtos descartáveis, pesticidas e detergentes. Uma vez que a poluição era o grande inimigo (juntamente com a exaustão dos recursos minerais), seu controle seria — independentemente das formas de inibição de crescimento populacional — o principal desafio (McCORMICK, 1992, p.83). Estes princípios são hoje adotados através da defesa do uso de MDLs (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo)⁵⁸, e consequente utilização de instrumentos de despoluição e filtragem de contaminantes do ar, água e solo, bem como no processo de recuperação de áreas degradadas⁵⁹.

Os “*Profetas do Apocalipse*”, como salienta McCormick (1992), não somente ressuscitaram o conceito de “superpopulação”, mas também a proposição de “limites do crescimento exponencial”, que se consolidava como raiz da crise ambiental. “*Limites do Crescimento*” exigia, por exemplo, uma redução de 75 % do consumo atual de certas matérias-

⁵⁵ É este o princípio de ideias como *Pegada Ecológica*, que seria a marca que cada homem infere no planeta, estimando a quantidade de “recursos” naturais necessários para o sustento das suas atividades diárias. A WWF-Brasil mantém um endereço eletrônico (www.pegadaecologica.org.br) destinado a auferir tais estimativas. Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006, p. 163), a pegada ecológica de um ‘estadunidense’ médio é 12 vezes maior que a de um africano, seis vezes maior que a de um asiático e duas vezes maior do que a de um europeu norte-ocidental. Com a explosão das necessidades do tempo presente, cresce o impacto sobre os recursos da natureza na produção de novas mercadorias.

⁵⁶ Barry Commoner, além de professor universitário, enveredou pela política, candidatando-se às eleições para Presidente dos Estados Unidos da América nas eleições de 1980 pelo *Citizens Party*.

⁵⁷ “*Fechando o Círculo*” (*livre tradução do autor da tese*).

⁵⁸ Os MDLs são mecanismos utilizados para a redução de emissões de gases poluentes, cujo intento é mitigar o Efeito Estufa e o Aquecimento Global. A proposta de utilização de MDLs advém do Protocolo de Quioto, um compromisso internacional articulado pela ONU para o combate ao Aquecimento Global.

⁵⁹ Os “*Profetas do Apocalipse*” receberam duras críticas por sua *ecohisteria*. As críticas, que aglutinaram desde John Maddox, editor do periódico britânico *Nature*, até mesmo do Nobel da Paz de 1970, Norman Bourlag (pai da Revolução Verde), apontavam os escritos dos “*Profetas do Apocalipse*” como trabalhos dogmáticos, baseados em uma tecnofobia cega e com certa ignorância no que se refere à ciência, filosofia, economia e mesmo meio ambiente.

primas, e o controle do crescimento demográfico ao nível zero, para evitar o colapso (RATTNER, 1979, p. 172), uma postura adequada aos países centrais (ROGGERO, 1976, p. 65) que já completavam o processo de transição demográfica⁶⁰. A ideia-chave do documento, sintetizada sob o estigma de “Crescimento Zero”, era dificilmente aceitável tanto do ponto de vista econômico quanto do político, principalmente em curto prazo (LAGO, 2007, p. 28).

“*Limites do Crescimento*” (*The Limits to Growth*) corresponde a um relatório realizado pelo MIT (Instituto Tecnológico de Massachussets), com a liderança de Dennis Meadows e sob encomenda do Clube de Roma. Tratava-se, segundo John McCormick (1992), de um resumo não-técnico das descobertas do MIT, e sua publicação pretendeu realmente chocar as pessoas a ponto de fazê-las abandonar a complacência em relação à questão ambiental.

O Clube de Roma foi uma organização fundada pelo industrial italiano e presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurelio Peccei, em cerimônia na propriedade da família Rockefeller em Bellagio, Itália. Aurélio Peccei era um consultor administrativo italiano (foi executivo da FIAT e da Olivetti⁶¹) que esboçou suas ideias ambientalistas na obra “*The Chasm Ahead*”, publicado em 1969 (“O Abismo à Frente”, *tradução livre do autor da tese*). Aurélio Peccei reuniu em 1968 um grupo informal de trinta economistas, cientistas, educadores e industriais num encontro em Roma, mas já em 1970 este clube possuía 75 membros de 25 países⁶², com o objetivo de pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, entre os quais o combate à degradação ambiental.

A proposta do Clube de Roma era repensar a conjuntura mundial a partir da ótica industrial dominante, já que os seus integrantes eram, em grande parte, importantes líderes empresariais. Seus trabalhos sempre contaram com o financiamento da Fundação Volkswagen, da FIAT, da Fundação Ford, da Royal Dutch Shell, da Fundação Rockefeller etc. (REBÊLO Jr., 2002). Entre os seus integrantes figurava Maurice Strong, um homem de negócios canadense e

⁶⁰ Observamos a utilização da retórica neomalthusiana em várias das conclusões do “Limites do Crescimento”, como é possível notar no seguinte excerto: “(...) *Mesmo se a escolha da mais alta prioridade fosse sempre a de produzir alimentos, um crescimento continuado da população, e a lei do aumento dos custos, poderiam levar rapidamente o sistema ao ponto que todos os recursos disponíveis seriam postos a serviço da produção de alimentos, não deixando possibilidade para expansão*” (MEADOWS *et. al.*, 1973, p.51).

⁶¹ Aurelio Peccei foi o encarregado de reiniciar as operações da FIAT na América Latina, no final da Segunda Grande Guerra, o que o levou a viver com sua família por quase uma década na Argentina (MASINI, 2004).

⁶² O Clube de Roma (www.clubofrome.org) permanece como grupo de debates diversos, incluindo a problemática ambiental e desenvolvimento sustentável. Entre os membros efetivos, destacam-se personalidades como Mikhail Gorbachev, último presidente da extinta União Soviética, o rei Juan Carlos I, da Espanha, e Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, além de, especificamente, Jay W. Forrester, engenheiro de computação que foi precursor do modelo da Dinâmica de Sistemas, que fundamentaria a obra “*Limites do Crescimento*”.

milionário self-made, com inúmeros empreendimentos (como a Petro-Canadá) (McCORMICK, 1992), que mais tarde seria secretário geral da ONU em assuntos sobre Meio Ambiente, inclusive nas Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (em Estocolmo – 1972 e no Rio de Janeiro – 1992) (PENNA, 2002, p. 99), e grande interlocutor do Desenvolvimento Sustentável enquanto novo padrão de ação global.

Este clube encomendou ao MIT um estudo, alicerçado em modelos informáticos (com base nos World 1, 2 e 3, baseados no método da dinâmica de sistemas de Forrester), sobre as tendências ambientais do mundo. Segundo McCormick (1992), os estudos do MIT, sob encomenda do Clube de Roma, apontavam três conclusões principais: [1] se a tendência do crescimento da população (e, por conseguinte, da poluição, industrialização, produção de alimentos e exaustão de “recursos” naturais) se mantivesse, os limites do planeta seriam atingidos em 100 anos; [2] era possível alterar esta tendência através de uma possibilidade *sustentável* de estabilização econômico-ecológica; e [3] as pessoas deveriam o mais rapidamente possível adotar como meta a perspectiva de estabilização, para lograr sucesso nesta empreitada.

O caráter catastrófico, que indicava a fome, a poluição e o crescimento demográfico como vilões de um futuro sombrio, ressaltava a importância da *contenção do crescimento* e proclamava a adoção da política do “crescimento zero” para todos os países. Estas conclusões mostram um interesse em perpetuação da exploração centro-periferia, “*pois condenaria a maioria dos países da Terra a situações de permanente subdesenvolvimento*” (LEMOS, 1991, p. 4); e também à lógica manutenção do modo de produção capitalista, já que o alvo maior foi a crítica ao crescimento exacerbado da população mundial.

“*Limites do Crescimento*”, ou simplesmente *Relatório Meadows*, gerou controvérsias profundas⁶³. McCormick (1992) destaca que a crítica mais severa ao relatório advém de uma pesquisa realizada por ensaístas vinculados à Unidade de Pesquisa de Ciência Política da Universidade de Sussex, na Grã-Bretanha, que afirmava que o maior erro do relatório consistia no “fetichismo do computador”, com conseqüente fraqueza da metodologia, do valor técnico do modelo e na própria ideologia dos seus criadores. “*Limites do Crescimento*” se tratava de uma

⁶³ André Aranha Corrêa do Lago (2007) assevera que as teorias do Clube de Roma, que envolvem a defesa do meio ambiente pela elite empresarial, podem ser vistas sob a ótica *ecofacista*, em um planejamento austero que envolveria sacrifícios em um quadro deveras reacionário de controle da população. O autor lembra que Ernst Haeckel, o biólogo que cunhou o termo “ecologia”, acreditava na superioridade da raça nórdica, e ainda que o nazismo alemão também adotou pressupostos ambientais, como a preservação severa da flora, fauna e monumentos naturais no território alemão.

redescoberta das leis da natureza por computador, a fim de provar a falácia do desenvolvimento industrial (RATTNER, 1979, p. 189). Sem condenar o estudo — a equipe de Sussex creditava um grande sucesso à empreitada do MIT, particularmente pelo grande debate público ocasionado por suas conclusões —, é possível apontar três aspectos fundamentais de crítica por parte dos ingleses: [1] os limites do crescimento são mais políticos e sociais que econômicos; [2] subestimou-se o progresso técnico; e [3] há um limite na abordagem da dinâmica de sistemas.

O próprio “crescimento zero” é um raciocínio demasiado simplista (PERROUX, 1981, p. 62), e se tratou de uma proposta que só teria sentido para os países ricos (SINGER, 1992, p. 155) como manutenção da pressão centro-periferia. Uma vez que os países industrializados evoluem por sucessivas reestruturações produtivas (PERROUX, *op. cit.*, p. 63), o desenvolvimento não é compatível com o crescimento zero salvo distorções e incertezas. Segundo François Perroux (1981, p. 64), se o crescimento sem desenvolvimento é um fenômeno observável, o desenvolvimento sem crescimento permaneceria uma hipótese gratuita. Desta maneira, é possível concluir que a própria proposta de “crescimento zero” se tratava de uma farsa, uma vez que contraria os próprios fundamentos do capitalismo. O “crescimento zero”, sob o viés político-econômico, significava um embrutecimento na relação Norte-Sul, com um esmagamento das pretensões de desenvolvimento dos países periféricos.

Segundo Celso Furtado (1998, p. 11), *“a importância do estudo feito para o Clube de Roma deriva exatamente do fato de que nele foi abandonada a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais”*. Este autor lembra não haver neste estudo *“qualquer preocupação com o respeito à crescente dependência dos países altamente industrializados vis-à-vis dos recursos naturais dos demais países”*, e tampouco *“com as conseqüências para estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos”* (*Id., Ibid.*). Assim, Celso Furtado (1998, p. 11), mostra que:

“A novidade está em que o sistema pôde ser fechado em escala planetária, numa primeira aproximação, no que se refere aos recursos não-renováveis. Uma vez fechado o sistema, os autores do estudo formularam-se a seguinte questão: que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seria de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso”.

Segundo Celso Furtado, o espraiamento do modo de vida das populações dos países mais ricos aos países mais pobres é insustentável, de maneira que o modelo de desenvolvimento dominante a ser copiado pelas nações periféricas colocaria em risco a própria existência humana na Terra. A solução propugnada no “Limites do Crescimento” não implicava, evidentemente, em distribuir a riqueza já produzida mundialmente, mas congelar o crescimento para que as nações periféricas não atingissem o mesmo grau de desenvolvimento dos países mais ricos, e, por conseguinte, aumentasse a pressão sobre os “recursos” da natureza.

O impacto deste estudo é um ponto fundamental para que se entenda a importância de suas conclusões. É Porto-Gonçalves (1985, p. 37) quem destaca que, politicamente falando, chama a atenção o fato de uma instituição como o MIT e de seus pesquisadores estarem se interessando pela problemática ecológica, relegada até então a protestos da juventude transviada⁶⁴. O universo alcançado por estas conclusões do *Limites do Crescimento* mostra a preocupação do poder hegemônico com os caminhos da exploração da natureza e os movimentos populares resultantes disso. À revelia da proposta de “crescimento zero”, as soluções não deveriam ter alterações profundas no modelo produtivo vigente.

A obra “*Limites do Crescimento*”, âncora da Conferência de Estocolmo (BRAUN, 2005), é um estudo de importância peculiar na questão ambiental devido principalmente: [1] ao pioneirismo no que se refere à questão do *meio ambiente x desenvolvimento econômico* no debate geopolítico contemporâneo; [2] à consolidação, no âmbito acadêmico-universitário, da questão ambiental, uma vez que se multiplicou o número de trabalhos envolvendo a temática; e ainda [3] à sua dimensão global de divulgação, com grande diáspora de ideias, pois sua publicação atingiu cifras extraordinárias, ao mesmo tempo em que suas conclusões atingiram diferentes públicos e colocaram definitivamente a problemática ambiental na pauta dos assuntos cotidianos.

Contudo, é importante asseverar que não foi possível encontrar no “*Limites do Crescimento*” uma ideia-força capaz de aproximar centro e periferia, de servir de motor para os acordos da Conferência de Estocolmo. Mas é possível considerar que a união entre *desenvolvimento e sustentabilidade* estava sendo desenhada, quando lemos no documento que:

⁶⁴ Lago (2007, p. 27) afirma que a força do movimento ecológico, nos anos 60, vem, sobretudo, do fato de as consequências negativas da industrialização, como poluição, tráfego e barulho, passarem a afetar a maior faixa da população dos países ricos e, por consequência, extravasarem os limites dos grupos diretamente vinculados à questão ambiental.

“Medidas tecnológicas são acrescentadas às políticas que regulam o crescimento do processamento anterior, com o fim de produzir um estado de equilíbrio que seja sustentável em um futuro longínquo.” (MEADOWS, 1973, p.162, *grifo nosso*)

Mesmo não existindo o termo desenvolvimento sustentável, já é perceptível preocupações com o “equilíbrio” e o “futuro”, que irão nortear os documentos ambientais propugnados pela ONU, especialmente o “*Nosso Futuro Comum*” e a *Agenda 21*, assinada durante a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992.

1.3 Os Desencontros de Estocolmo

A proposta de “*Crescimento Zero*” foi debatida na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972⁶⁵. Muitos autores, como Becker (1995), Brandenburg (1999), Mendonça (1998) e Sachs (2000), apontam este conclave como um marco na tentativa de adequação do uso dos recursos naturais. Lago (2007, p. 26) ainda destaca que tal conferência é fruto de um forte questionamento tanto do modelo ocidental de desenvolvimento quanto do modelo socialista.

A Conferência de Estocolmo foi a primeira grande reunião da temática ambiental que teve dimensão político-diplomática. Em setembro de 1968, por exemplo, ocorreu a Conferência da Biosfera⁶⁶, em Paris, que se voltou particularmente para os aspectos *científicos* das questões ambientais, e apontou como questões centrais: [1] o estágio crítico das mudanças ambientais; [2] o papel primaz das economias dos países industrializados nestas mudanças; [3] a exigência de mudança dos modelos de desenvolvimento e do uso dos recursos naturais; [4] a necessidade de um enfoque interdisciplinar para uso dos recursos naturais; e [5] a necessidade de aumento dos investimentos em pesquisa nos países desenvolvidos e também nos subdesenvolvidos. É possível apontar como resultado principal da Conferência da Biosfera a criação do programa da ONU

⁶⁵ Ocorreram reuniões estritamente científicas sobre o tema ambiental nas primeiras décadas do século XX, como o Congresso Internacional para a Proteção de Paisagens (1909), Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (1923) e o II Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (1932). Houve também uma reunião de cientistas, ligados à ONU, já no pós-guerra (em 1949), realizada em Nova York, intitulada Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, de importância para a emersão do ambientalismo mundial (MARQUES, 2000, p. 07-12).

⁶⁶ A *Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera*, ou simplesmente “Conferência da Biosfera”, foi realizada entre 1.º e 13 de setembro de 1968, após discussão na Assembleia Geral da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e convocação posterior da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

intitulado “*O Homem e a Biosfera*” (MAB — *Man and Biosphere*), em 1971 (McCORMICK, 1992).

Todavia, a Conferência de Estocolmo, influenciada pelo relatório do Clube de Roma (que indicava um futuro sombrio na relação *população x recursos*), não constituiu uma ideia que conclamasse os países a estabelecerem estratégias ambientais comuns. Estocolmo foi palco de confronto entre os chamados “*Zeristas*”, que defendiam a contenção do desenvolvimento econômico, e os “*Desenvolvimentistas*”, que defendiam o crescimento econômico, ainda que com o ônus da poluição (EVASO *et. al.*, 1992⁶⁷; RIBEIRO, 2005; RODRIGUES, 1993a). A mudança do enfoque das discussões, que migraram do problema da poluição para a questão do desenvolvimento econômico, e o afastamento do debate sobre as questões demográficas significaram, acima de tudo, uma vitória dos países do chamado Terceiro Mundo (REBÊLO Jr., 2002, p. 140).

A Conferência de Estocolmo esteve marcada pelo dissenso entre países centrais e periféricos (no tenso período de Guerra Fria), pautado no debate sobre possíveis soluções para o veloz e destrutivo ritmo de utilização das riquezas naturais. A maior preocupação desta conferência era criar uma coalizão internacional “*para conter a poluição em suas várias formas*” (EVASO *et. al.*, 1992, p. 94), estimulando os governos nacionais a efetuarem a criação de “*políticas ambientais*” que evitassem o agravamento da situação, buscando a restauração dos padrões de qualidade de água, ar e solo. Quanto aos recursos não-renováveis, deveriam “*ser utilizados de forma a evitar que o perigo de seu esgotamento futuro e assegurar que toda a humanidade participe de tal uso*” (JUNGSTEDT, 1999, p. 07). Percebe-se que o objetivo central foi a tentativa de associar as implicações do crescimento capitalista com cuidados referentes à temática ambiental.

A convocação de Estocolmo ocorreu de maneira a dirigir a atenção dos governos e da opinião pública sobre a importância e a urgência da questão ambiental (LAGO, 2007, p. 25). Formalmente, a convocação desta Conferência das Nações Unidas ocorreu através da Resolução 2398 da XXIII Sessão da Assembleia Geral, que acabou endossando a proposta de uma

⁶⁷ Lemos nas palavras de Evaso [*et. al.*] (1992, p. 94) que “*de modo geral, duas foram as teses discutidas durante o evento: de um lado os zeristas, representados pelos países desenvolvidos, que defendiam a contenção do crescimento econômico frente à provável esgotabilidade dos recursos naturais que o ritmo de exploração da natureza poderia causar, isto é, propunham o crescimento zero para os países dependentes, congelando-os no estágio em que se encontravam; de outro, os desenvolvimentistas, cujos adeptos eram em sua maioria países do chamado Terceiro Mundo, reivindicando o desenvolvimento, mesmo que este trouxesse consigo a poluição*”.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, transmitida pela Resolução 1346 (XLV) do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), redigida com base em proposta apresentada pelo embaixador sueco na ONU, Sverker Astrom, no ano anterior, na XLIV Sessão do mesmo conselho (LAGO, 2007, p. 33). Como país anfitrião, coube à Suécia indicar Ingemund Bengtsson, Ministro da Agricultura e Chefe de sua Delegação, como presidente da conferência.

A conferência nascia sob os auspícios do preocupante agravamento dos índices de acidez da chuva no território sueco, que impeliu cientistas locais a reivindicar ações preventivas (McCORMICK, 1992). Desta maneira, a própria convocação da conferência ressaltava preocupações ambientais que estavam focadas na *poluição atmosférica*. Como partimos da tese que a escolha do lugar da conferência é um indício geográfico de sua lógica e necessidade, a realização da Conferência em Estocolmo expressava, desde sua convocação, que a poluição atmosférica era o problema central a ser debatido e questionado.

Além disso, a escolha de Estocolmo, na Suécia, localizada na Europa Setentrional é facilmente relacionada aos óbvios objetivos de discussão. A escolha de um país no “Primeiro Mundo”, rico, sem graves problemas sociais, já nos remete a certo olhar do que seria proposto e que as conclusões não afetariam a manutenção da ordem econômica existente. No período de realização da Conferência de Estocolmo, a social-democracia sueca era um exemplo político-econômico de sucesso de capitalismo. Apresentava indicadores sociais elevados, como, por exemplo, a menor taxa de mortalidade infantil do mundo, a segunda maior renda *per capita* (logo após os Estados Unidos), assistência hospitalar gratuita e de altíssima qualidade (com reembolso de medicamentos prescritos) e índices baixíssimos de desemprego — o que levava o patronato sueco a importar mão-de-obra estrangeira (177.500 trabalhadores em 1968, sendo 75.000 finlandeses). Além disso, 98,1% das casas suecas, em 1966, tinham água corrente (ARNAULT, 1976).

A realização desta conferência em um país da Escandinávia adequava-se perfeitamente como a exibição de um mostruário do “capitalismo avançado”, demonstrando que este evento não objetivou um debate consistente sobre a problemática ambiental. O plano inicial, ao que tudo indica, era fazer com que os representantes dos ditos países subdesenvolvidos apenas coadunassem com as propostas dos países centrais e se submetessem às suas normas, com a permanência de dependência econômica, política e tecnológica.

John McCormick (1992) lembra que esta questão “*desenvolvimento x meio ambiente*”, particularmente no que se refere aos países subdesenvolvidos, foi levantada em dois encontros preparatórios no ano de 1971: a Mesa Redonda de Especialistas em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Founex, Suíça, de 4 a 12 de junho) e o grupo de trabalho do SCOPE / UNCHE (*Scientific Committee on Problems of the Environment / United Nations Conference on the Human Environment*⁶⁸) sobre problemas ambientais em países menos desenvolvidos (Canberra, Austrália, de 24 de agosto a 3 de setembro).

Aliás, desde a primeira sessão do comitê preparatório (do qual o Brasil fazia parte), realizada em Nova Iorque, em março de 1970, e centrada na discussão sobre a estrutura organizacional, já era visível a insatisfação dos ditos “países em desenvolvimento” com relação ao caminho que estava sendo traçado para Estocolmo (LAGO, 2007, p. 34). Segundo Lago (2007, 36), Maurice Strong não escondia que sua sensibilidade em relação às preocupações dos países em desenvolvimento se devia, em parte, as suas origens modestas e também sua experiência de quase dois anos de vida na África, principalmente no Quênia, entre os 22 e 25 anos de idade. Strong dirigia a entidade canadense de cooperação internacional (*Canadian International Development Agency*⁶⁹), quando foi convidado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, U Thant, e pelo Primeiro Ministro sueco, Olof Palme, para planejar a Conferência de Estocolmo (LAGO, 2007, p. 36). Independente das experiências de Maurice Strong, é fato que o discurso do “crescimento zero” não era suficientemente palatável nem para os países centrais — já alertamos anteriormente para a contradição entre a proposta do “crescimento zero” e a própria dinâmica do capitalismo — quanto mais para os países da periferia mundial, ávidos pelo desenvolvimento econômico sob os moldes dominantes. Havia, desde as reuniões preparatórias, um claro desencontro entre as propostas a serem colocadas em pauta.

A desconfiança dos países periféricos quanto às diretrizes a serem apontadas pela conferência eram patentes, de forma que o apoio dos então intitulados “países em desenvolvimento” à realização da conferência só foi conseguido durante a reunião do Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, em Founex, na Suíça, entre 04 de 12 de junho de 1971. Foi em Founex que se indicou um *libretto* (IGLESIAS *apud* LAGO, 2007) para

⁶⁸ Comitê Científico sobre Problemas do Meio Ambiente / Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.

⁶⁹ Ou ACIDI (*Agence Canadienne de Développement International*) — “Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional”.

Estocolmo, uma espécie de documento seminal que ofereceu um suporte intelectual sobre o debate ambiental e proporcionou uma inserção mais legítima da questão do meio ambiente na agenda internacional (LAGO, 2007, p. 37). Entre os peritos, o embaixador brasileiro Miguel Ozório de Almeida — o único diplomata entre os participantes — apresentou um entre os nove *working papers* (assim como Enrique Iglesias⁷⁰ e Ignacy Sachs⁷¹). Após a realização dos seminários regionais em Bancoc, Addis Abeba e Cidade do México, e da II Reunião Ministerial do Grupo dos 77, a posição dos países periféricos se consolidaria em torno do Relatório de Founex. Durante a Terceira Sessão do Comitê Preparatório, em Nova Iorque em setembro de 1971, a promulgação do documento “*Only one Earth*” (“Uma só Terra”) acabou por solidificar a posição crítica dos países periféricos em relação ao desenvolvimento⁷².

A cerimônia de abertura da Conferência, no dia 04 de junho, foi marcada pela presença da China e a ausência da União Soviética. Era o primeiro grande evento internacional do qual participava a República Popular da China como membro das Nações Unidas (LAGO, 2007, p. 43). Já na abertura, Strong alertava que “*o conceito de ‘no growth’ era inaceitável*” (LAGO, 2007, p. 45).

Lago (2007, p. 44) lembra que várias delegações, durante a conferência, mencionaram “*no contexto da problemática ambiental, as questões de descolonização (principalmente em relação às colônias portuguesas), apartheid, guerra do Vietnã, armas nucleares, aviões supersônicos (...), territórios ocupados etc.*”, ou seja, tratou-se de temas da agenda internacional e adotou-se uma concepção elástica de problemática ambiental. Robert McNamara, ex-secretário de defesa dos EUA nas presidências Kennedy e Johnson e então presidente do Banco Mundial, afirmou que não havia evidências de que o crescimento econômico da periferia mundial pudesse

⁷⁰ Enrique Iglesias, economista uruguaio – na verdade, nascido na Espanha, de onde migrou com apenas três anos – e ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre 1988 e 2005, foi um importante articulador da posição dos países subdesenvolvidos nas reuniões preparatórias para Estocolmo (e também da Conferência do Rio de Janeiro, convocando inclusive a “*Comisión de Desarrollo y Medio Ambiente de América Latina y el Caribe*”, responsável pela estruturação da obra *Nuestra Propria Agenda sobre Desarrollo y Medio Ambiente*, publicada em 1990). Vale acrescentar que Enrique Iglesias é um membro honorário do Clube de Roma.

⁷¹ Ignacy Sachs é um economista polonês (naturalizado francês) que posteriormente formulou juntamente com Maurice Strong a noção de Ecodesenvolvimento, que analisaremos no decorrer da tese.

⁷² O embaixador brasileiro Miguel Ozório de Almeida e o representante permanente dos Estados Unidos na ONU, Daniel Patrick Moynihan, travaram um importante debate nesta segunda comissão. O embaixador brasileiro afirmou que se os recursos naturais deveriam ser compartilhados (em uma espécie de *World Trust*, uma fundação mundial para administração dos “*common goods*”), também deveria ocorrer o mesmo com o poder econômico, a produtividade industrial e o controle financeiro. Daniel Patrick Moynihan retrucou afirmando que o desenvolvimento dos países centrais era fruto de trabalho árduo, o que Ozório de Almeida prontamente respondeu afirmando que o subdesenvolvimento não é fruto de preguiça, e que há uma inversão na lógica na relação entre riqueza e trabalho árduo, uma vez que os mais pobres são os que mais trabalham (LAGO, 2007, pp. 136-137).

necessariamente provocar um fardo inaceitável no meio ambiente (LAGO, 2007, p. 45). Juntamente com McNamara, Sicco Manshold, Presidente da Comunidade Européia, também defendeu o desenvolvimento econômico da periferia.

Se a China apresentou papel passivo, os Estados Unidos, que sempre advogaram em prol da realização da conferência, se posicionaram contra muitas propostas surgidas no decorrer do conclave (como a proposta do Registro Internacional de Substâncias Químicas Potencialmente Tóxicas) e se abstiveram na votação da resolução contra os testes com armas nucleares. Keith Johnson, embaixador jamaicano, exibiu seu temor que a conferência fosse uma forma de evitar a “revolução do desenvolvimento” (McCORMICK, 1992). Vale acrescentar que apenas dois chefes de Estado compareceram à Conferência de Estocolmo: Olaf Palme (na condição de anfitrião, representando a Suécia) e Indira Gandhi (Índia).

Assim como no Rio de Janeiro, ainda que em bem menor escala, as ONGs estavam oficialmente representadas em um fórum ambiental (o *Miljöforum* — “Fórum do Meio”), sancionado pela ONU. Sob olhares desconfiados pelo temor de um caráter radical, o fórum foi capaz de organizar uma série de comunicações e encontros, ainda que fora da conferência principal — uma vez que as ONGs organizaram o *Miljöforum* porque estavam proibidas de assistir as sessões da conferência oficial. Houve uma desilusão das ONGs por perceber os limites do papel que desempenhavam na conferência. Mas, ainda assim, a era pós-Estocolmo assistiu a multiplicação das ONGs, com a existência de mais de 15 mil ONGs internacionais de cunho ambiental apenas 10 anos depois da conferência (McCORMICK, 1992, p. 108). O *Miljöforum* apresentou atuação múltipla das ONGs, já que englobou descontentamento em alguns participantes enquanto servia de palco para reivindicações de outros, que acreditavam influenciar as delegações da conferência oficial (RIBEIRO, 2005).

Segundo John McCormick (1992, p. 97), a Conferência de Estocolmo marca a transição do Novo Ambientalismo emocional e ocasionalmente ingênuo dos anos 60 para uma perspectiva mais racional, política e global dos anos 70. Segundo o mesmo autor, foi o acontecimento isolado que mais influenciou na evolução do pensamento ambientalista internacional⁷³, devido principalmente: [1] à ênfase no meio ambiente humano; [2] a importância dos países subdesenvolvidos, que marcaram sua posição e conseguiram evitar a imposição do pensamento

⁷³ É importante destacar que a edição original da obra consultada [Rumo ao Paraíso / “*Reclaiming Paradise*”, de John McCormick] é de 1989, portanto, anterior à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro.

dominante indicado pelo “crescimento zero”; e [3] ao papel ativo das ONGs, que mudava definitivamente a participação da sociedade civil em eventos da ONU. Segundo Lago (2007, p. 48), o fortalecimento das organizações não-governamentais significou a maior participação da sociedade civil particularmente nas questões ambientais.

O legado de Estocolmo foi a entrada definitiva do tema ambiental na agenda multilateral e a determinação das prioridades das futuras negociações sobre meio ambiente, com a criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)⁷⁴. Consequentemente ocorreu um estímulo à criação de órgãos nacionais dedicados à questão do meio ambiente em dezenas de países que ainda não os tinham, como no caso brasileiro, em que logo após a Conferência foi criada a SEMA — Secretaria Especial de Meio Ambiente (ACSERALD, 2001) — no âmbito no Ministério do Interior. Segundo Wagner Costa Ribeiro (2005), a mais relevante deliberação da Conferência de Estocolmo foi a indicação, para a Assembleia da ONU, da necessidade de criação do PNUMA — Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, estabelecido em dezembro de 1972, com sede em Nairobi, Quênia, e que em 1982 realizaria uma conferência sobre a temática ambiental.

Ainda como legado, a Conferência produziu a Declaração de Estocolmo⁷⁵ (assinada ao final do evento) e o Plano de Ação para Política Ambiental, que abarcava 109 recomendações para a cooperação internacional em prol do meio ambiente e a criação de um Fundo Ambiental, que deveria ser preenchido com contribuições voluntárias dos governos de vários Estados Nacionais (VIEIRA, 2002). O Plano de Ação deveria operacionalizar os princípios contidos na Declaração, envolvendo temas como poluição, avaliação ambiental, manejo dos recursos naturais e os impactos do desenvolvimento no ambiente (RIBEIRO, 2005). Este modelo de conferência, a partir de Estocolmo, tornou-se fortalecido, de forma que as Nações Unidas realizaram novas conferências sobre diferentes temáticas — compreendendo o chamado Ciclo Social de Conferências da ONU (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007) — como População, em Bucareste (Romênia, 1974), Mulheres, Cidade do México (México, 1975), Agenda Habitat, em Vancouver (Canadá, 1976), e ainda, Desertificação (1977) e Fontes Renováveis de Energia (1981), ambas em Nairóbi, no Quênia.

⁷⁴ A sigla em inglês é UNEP — *United Nations Environment Programme*. Vale acrescentar que os primeiros diretores do PNUMA foram Maurice Strong e o cientista egípcio Mostafa Tolba.

⁷⁵ A Declaração de Estocolmo encontra-se na íntegra nos *Anexos*, ao final da tese. É observável facilmente em sua leitura a colocação da temática do subdesenvolvimento como problema fundamental a ser enfrentado, bem como a questão do crescimento populacional enfatizada no “Limites do Crescimento”.

**CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO – 1972:
A Problemática Ambiental se torna Questão Geopolítica**



Figura 1.3: Na Cerimônia de Encerramento da Conferência de Estocolmo, em 16 de junho de 1972, o Secretário Geral da Conferência, Maurice Strong (à esquerda) cumprimenta Ingemund Bengtsson, Presidente da Conferência⁷⁶.



Figura 1.4: A criação do PNUMA — Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente foi a mais relevante deliberação da Conferência de Estocolmo – 1972⁷⁷.

⁷⁶ Imagem disponível em: http://www.avizora.com/atajo/colaboradores/textos_thierry_meysan/0014_el_pretexto_climatico_1_3.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

⁷⁷ Imagem disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/natural/programas_e_projetos/pnuma_-_programa_das_nacoes_unidas_para_o_meio_ambiente.html. Acesso em: 10 de outubro de 2010.



Figura 1.5: Cobertura da Conferência de Estocolmo pelo Jornal do Brasil. No destaque, o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, Chefe da Delegação Brasileira na conferência.



Figura 1.6: Charge de Lan sobre os debates entre *Desenvolvidos* e *Subdesenvolvidos* em Estocolmo, publicada no Jornal do Brasil de 08 de junho de 1972⁷⁸.

⁷⁸ Ambas as imagens disponíveis em: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?blogid=57&archive=2007-06>. Acesso em: 26 de janeiro de 2011.

Ao final da Conferência de Estocolmo, ficaram evidentes as contradições com feições *momentaneamente* insuperáveis, entre os interesses econômicos calcados na divisão internacional do trabalho e os pressupostos ecológicos. A obliteração da natureza, apesar de “combustível” passível de escassez, foi negligenciada. Se for possível concordar com John McCormick (1992) quando o mesmo aponta que o maior avanço da conferência foi a percepção da posição dos países menos favorecidos em favor do desenvolvimento — uma vez que a fumaça das chaminés era símbolo do progresso, e seu controle era uma forma de estagnação —, discordamos quando o mesmo autor afirma que não houve cisão em Estocolmo, mas apenas diferenças de opinião. O próprio Maurice Strong acabou por alertar para a insuperável discórdia na conferência, entre os países mais e menos desenvolvidos (STRONG, 2000 *apud* LAGO, 2007, p. 51). *Estocolmo foi palco de um profundo desencontro entre centro e periferia, e principalmente, entre economia e ecologia!*

1.4 A Opção do Brasil Militar pelo “Desenvolvimento”

Se a Conferência de Estocolmo ficou marcada pela centralidade do debate em torno do “desenvolvimento econômico”, podemos apontar o Brasil como o maior articulador dos países periféricos em torno das demandas do progresso. A diplomacia brasileira presente em Estocolmo teve papel fundamental no debate centro-periferia, e o Brasil apresentou-se como liderança dos países do Terceiro Mundo. Durante os preparativos da conferência, Maurice Strong chegou a temer um possível boicote dos países periféricos liderado pelo Brasil (LAGO, 2007). Diante da consistente resistência e influência do Brasil e ainda que preferisse que Estocolmo tivesse conotação mais ambientalista, Maurice Strong acabou por consentir que o mote do debate fosse sobre o “desenvolvimento econômico”⁷⁹.

Especificamente, como o Brasil já tinha consolidado sua posição nas comissões preparatórias para a conferência, a maior luta travada pela delegação brasileira foi contra a Argentina no que se refere à gestão dos rios internacionais, devido ao projeto da construção da Hidrelétrica de Itaipu, onde a articulação dos diplomatas brasileiros barrou a proposta argentina.

⁷⁹ Maurice Strong esteve no Brasil em janeiro de 1972, quando saudou a presença brasileira no comitê-preparatório como o maior contribuinte para a realização da conferência (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 1972). Vale lembrar que, já na reunião de Founex, o embaixador brasileiro Miguel Osório de Almeida havia conseguido incluir as intenções da diplomacia brasileira no documento final.

Vale lembrar que para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi constituído um programa bi-nacional Brasil-Paraguai, e que a Argentina era contra sua construção por diagnosticar que em caso de rompimento das barragens cidades importantes em seu território correriam riscos de alagamento (como a própria capital, Buenos Aires). A diplomacia brasileira foi vitoriosa na questão de Itaipu, com atuação condizente com a proposta de “desenvolvimento econômico” e de acordo com os interesses da agenda política da ditadura militar então vigente.

Segundo Lago (2007), sob os auspícios do regime militar, o Brasil defendeu uma agenda de país democrático. Este autor refuta considerar um erro histórico o Brasil bloquear a agenda ambiental em prol do desenvolvimento; afinal, isto significaria congelar o *status quo*. Durante a conferência, havia o temor da diplomacia brasileira que a posição crítica do Brasil fosse interpretada no contexto da falta de democracia e dos abusos dos direitos humanos, o que ficou claro nas metas traçadas para a conferência pelo Secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, General João Baptista de Oliveira Figueiredo. A imagem do Brasil que chegava a conferência não era a do “milagre econômico”, da “bossa nova” e do “tricampeonato de futebol”, mas de um país que vivia sob os ditames do Regime Militar, com o duro governo do General Emílio Garrastazu Médici, e com ênfase no crescimento econômico e desprezo pelos direitos humanos e pela preservação da natureza (LAGO, 2007). Como salienta James O’Connor (2003, p. 46), no Brasil, assim como Índia e México — para elucidar apenas três casos —, o capitalismo industrial se desenvolveu ao custo de pobreza e miséria, e da erosão da estabilidade ecológica. No curso da Ditadura Militar, o Brasil era um país em fase de desenvolvimento (entendido como *modernização*, em sua face mais conservadora) sob os auspícios da falta de democracia e controle austero da população, e também destruição das riquezas naturais em seu território⁸⁰.

O Brasil, em 1972, vivia a era do *milagre econômico* — concordamos de antemão com Paul Singer (1977, p. 15), quando este afirma categoricamente que os milagres econômicos têm sobretudo caráter político — com taxas de crescimento superiores a 10 % ao ano (LAGO, 2007, p. 115), e, segundo Francisco de Oliveira (2003), grande concentração de renda. O desenvolvimento no país se construía a partir de investimentos públicos em petróleo, energia, siderurgia e infra-estrutura, viabilizando a industrialização por “*substituição de importações*” (F.

⁸⁰ André Aranha Corrêa do Lago (2007, p. 115-116) assevera que os governos de países com regimes autoritários e com altas taxas de crescimento econômico — como a África do Sul, Espanha, Irã, Coréia do Sul e, evidentemente, o Brasil — se mostravam apreensivos com os movimentos em favor do meio ambiente, não só pelo temor do questionamento das políticas econômicas que sustentavam o regime, mas pela possibilidade de criação de um novo fator de desestabilização política no país.

OLIVEIRA, 2003; VIEIRA, BREDARIOL, 1998). A “*substituição de importações*” foi o processo que fundamentou a industrialização brasileira (BRESSER-PEREIRA, 1973, p. 72) desde o período getulista — reforçando que a revolução industrial brasileira foi fruto de uma conciliação de interesses sem reforma agrária e tampouco a expropriação da oligarquia latifundiária (SINGER, 1992, p. 150) — e estava orientada “*no sentido de diversificar a estrutura produtiva a fim de que a oferta interna cobrisse os espaços que uma oferta externa deixava insuficientemente vazios*” (FURTADO, 1991, p. 126).

Segundo Alfredo Sirkis (1992, pp. 215-216), o *milagre econômico* do Regime Militar é a expressão máxima da destruição ambiental, consumado pelo conjunto formado pela supersaturação das megalópoles, devastação de quase 10 % da Floresta Amazônica, consolidação do “primado do automóvel”, a poluição de Cubatão e o advento da usina atômica. Trata-se do período onde os problemas ambientais apareceram em profusão no Brasil, como os destacados exemplos da poluição nos rios Tietê (São Paulo) e Guaíba (Rio Grande do Sul), e a contaminação do solo e do ar por uma indústria de cimento em Betim, em Minas Gerais (VIEIRA, BREDARIOL, 1998). Como salienta José Carlos Barbieri (2007), o governo brasileiro empenhava-se na sustentação de uma política desenvolvimentista através da industrialização substitutiva de insumos industriais e da expansão das fronteiras agrícolas e dos distritos minerais em áreas de ecossistemas frágeis, como são as áreas do cerrado e da Floresta Amazônica. Sob os auspícios da Ditadura Militar, o Brasil, que carrega em seu próprio nome o estigma da devastação (SIRKIS, *op. cit.*, p. 215), empreendia o “desenvolvimento econômico” devidamente alicerçado em um profundo processo de “destruição do meio ambiente”. Os planos de desenvolvimento elaborados pelos sucessivos governos do Brasil até a Conferência de Estocolmo não tocavam na questão ambiental: o primeiro a fazê-lo timidamente é o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado para o período de 1975-79, mas que marcava uma posição desenvolvimentista (ABREU, 2006; BARBIERI, 2007, p. 20), uma vez que apresentava textualmente que o país não deveria se deixar enganar por propostas de controle internacional ambiental que impediriam o seu desenvolvimento (CAPOBIANCO, 1992).

Marilena CHAUI (2001) ensina que a Ditadura Militar deu a si três tarefas: a integração, a segurança e o desenvolvimento nacional. A ideologia do “*Brasil Grande*” entendia que aqui deveria emergir um centro de poder na América do Sul, com a ascensão do país a níveis superiores da hierarquia internacional (GARCIA, 1997); também propugnava a “integração

nacional”, com rodovias nacionais e cidades monumentais (CHAUI, 2001, p. 32) dotadas de arranha-céus e vias expressas, aptas a receber os investimentos internacionais e a acolher as empresas multinacionais (*Id.*, p. 41). Afinal, segundo Eugênio Vargas Garcia (1997), como os Estados Unidos garantiam a segurança externa, os governos militares deveriam olhar para seu território, priorizando a segurança interna e a ação cívico-social. Tratava-se da ideologia geopolítica do “*Brasil 2000*”, cujo expositor mais importante foi o General Golbery Couto e Silva, e que estava “*baseada na vastidão do território, nas riquezas naturais e nas qualidades pacíficas, empreendedoras e ordeiras*” da população brasileira (*Id.*, *Ibid.*, grifo nosso). A ideologia do “*Brasil 2000*” estava alicerçada na proposta de “*Brasil Potência*” dos militares, cujo desenvolvimento do período se deu pelo endividamento e engajamento em grandes projetos de integração nacional, como o RADAM⁸¹ (levantamento de “recursos naturais” nas décadas de 60 e 70), Grande Carajás, corredores de exportação, e ainda, expansão da fronteira agrícola (VIEIRA, BREDARIOL, 1998). Este Brasil do “*Desenvolvimentismo*” — arremedo de Fordismo adaptado ao populismo de Vargas e ao autoritarismo dos militares⁸² —, foi o construtor de uma série de obras faraônicas: Ponte Rio-Niterói (RJ), Ponte Colombo Sales (SC), a “Ferrovia do Aço” (inacabada; cortaria grande parte da Região Sudeste), e a duplicação da Estrada Rio-Juiz de Fora e da Rodovia Presidente Dutra, que liga as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Uma das bandeiras da Ditadura Militar era o Plano de Integração Nacional (PIN), sob o lema “*integrar para não entregar*”⁸³, que visava povoar o território brasileiro, e especialmente, colonizar a Amazônia. Com este intento, a Região da Amazônica recebeu especial atenção, através de uma série de ações: a criação da SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (1966)⁸⁴ e do Banco da Amazônia S/A – BASA (1966)⁸⁵; a estruturação do Projeto Rondon (iniciado em 1967, foi um conjunto de atividades assistenciais realizadas por estudantes

⁸¹ Contração de “*Radar na Amazônia*”.

⁸² Não deixa de fazer sentido a asserção de Francisco de Oliveira (2003), quando este afirma que o *desenvolvimentismo* foi sustentado pela “teoria do subdesenvolvimento”, ao desviar as atenções da luta de classes. Segundo este autor, o subdesenvolvimento foi a ideologia do período populista, e se hoje ela não cumpre este papel, é porque a hegemonia de classe se firmou de tal forma que não mais precisa de máscara.

⁸³ Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988) questiona tal lema em sua obra “Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia” [no título da obra, o “não” recebe um “X”, numa clara alusão à falsa negatividade da proposta], quando mostra o paulatino processo de interferência estrangeira nas políticas públicas para a Amazônia.

⁸⁴ A SUDAM foi extinta durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, dando lugar à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), mas foi novamente recriada em 2003, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva.

⁸⁵ Na verdade, o Banco da Amazônia foi fundado no decorrer da Segunda Guerra Mundial durante o governo de Getúlio Vargas sob o nome de *Banco de Crédito da Borracha*, e renomeado durante o Regime Militar.

universitários no interior do Brasil); a criação da Zona Franca de Manaus – ZFM (1967), com seus pólos comercial, industrial e agropecuário; a construção da Rodovia Transamazônica (1972), que visava integrar Benjamin Constant (AM) à Cabedelo (PB) e jamais foi completamente terminada, assim como Rodovia Perimetral-Norte (BR-210), que visava integrar a Amazônia e teve as construções suspensas; e, ainda, o Comando Militar da Amazônia – CMA (1969), com o *Centro de Instrução de Guerra na Selva*, com treinamentos militares para missões na floresta equatorial / tropical e proteção das fronteiras.

Além disso, entre 1964 e 1985, é possível destacar inúmeros projetos gigantescos surgidos na Amazônia, com a instalação de empresas que ocupavam grande quantidade de hectares durante a Ditadura Militar. Fiorelo Picoli (2006, pp. 47-48) aponta que mais de 600 empresas transnacionais passaram a investir maciçamente na região, o que envolveu empreendimentos como o Projeto Jari S.A. (1.500.000 ha), e a implementação de empresas como Suiá-Missu (680.000 ha), Codeara (600.000 ha), Georgia Pacific (500.000 ha), Bruynzeel Pacific (500.000 ha), Robim Mac Glolm (400.000 ha), Toyamka (300.000 ha) e Volkswagen (140.000 ha), além de grupos como Bradesco, Atlântica-Boa Vista, Bamerindus, Swift, Supergasbrás e muitos outros. Como afirma Bertha Becker (1993b, p. 59), a Amazônia, entre 1960 e 1980, foi alvo de uma “*estratégia nacional de desenvolvimento aliada ao capital internacional*”.

Durante o Regime Militar também ocorreu o estímulo aos pólos petroquímicos e siderúrgicos, destacando a implementação da Açominas, em Ouro Branco, Minas Gerais, no ano de 1968 (a Usina Presidente Arthur Bernardes só foi inaugurada durante o Governo de José Sarney, em 1986), e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), localizada no município de Serra — na região da Grande Vitória, estado do Espírito Santo — cujo início da construção foi em 1976, mas suas atividades somente foram iniciadas em novembro de 1983. Os governos desenvolvimentistas parecem seguir a premissa que indica que, se o grau de industrialização de um país pode ser encarado como índice de seu desenvolvimento econômico, a importância da *indústria pesada* é o índice do desenvolvimento econômico de um país industrializado (BUKHARIN, 1969, p. 85).

É importante ressaltar que as siderurgias se destacam como empreendimentos altamente poluentes, como podemos observar através dos exemplos de Volta Redonda (RJ), cidade instituída a partir da implementação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e Cubatão (SP), onde está situada a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA). Estas cidades

possuem em comum os altos índices de poluição (em processo de contenção por termos de ajuste ambiental), cujo impacto é causador de doenças respiratórias e alérgicas na população. Se Volta Redonda apresentava índices alarmantes de poluição (conforme nosso estudo anterior: OLIVERA, 2006), Cubatão foi considerada a cidade mais poluída do mundo em publicações internacionais durante a década de 80. A CSN e a COSIPA, fundadas respectivamente em 1941 e 1953, foram responsáveis pela transformação das cidades de Volta Redonda e Cubatão, no decorrer da ditadura militar, em áreas de segurança nacional, assim se tornando controladas por interventores indicados diretamente pelo presidente da República.

Além da construção de siderúrgicas, a implementação de usinas hidrelétricas de grande porte também foi importante durante a Ditadura Militar: a Usina Hidrelétrica Ilha Solteira, localizada no Rio Paraná, entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, cuja construção iniciou-se em 1965, mas só foi concluída em 1978; a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no Rio Tocantins, no município de Tucuruí, Pará, cuja construção foi iniciada em 1975 e terminou em 1984; e, ainda, a Usina Binacional de Itaipu, também no Rio Paraná, resultado de intensas negociações entre Brasil e Paraguai (particularmente, entre os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, Sapena Pastor, que resultou na “Ata do Iguazu”, tratado assinado em 1973), iniciada em 1971 e concluída em 1982. Os impactos ambientais pela instalação de usina hidrelétricas também são consideráveis, envolvendo desde alterações na dinâmica natural dos rios até a inundação de áreas silvestres pela construção das grandes barragens e lagos para a geração de energia.

Por fim, a construção de usinas nucleares através de um acordo de cooperação entre Brasil e Alemanha, como Angra 1 (iniciou-se em 1972, na Praia de Itaorna, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro) e Angra 2 (tornou-se operacional em julho de 2000, iniciando a operação comercial em fevereiro de 2001), significaram, definitivamente, a primazia do desenvolvimento sobre o meio ambiente.

É com a primazia do desenvolvimento sobre o meio ambiente que podemos interpretar o *Programa Nacional do Alcool*, hoje visto como precursor do uso de combustíveis alternativos ao uso do petróleo. O Pro-Álcool foi um programa do governo militar instituído a partir de 1975, que se baseava na substituição em larga escala dos combustíveis derivados de petróleo por álcool. O intento de tal programa era contornar os problemas de fornecimento e encarecimento dos combustíveis de matriz fóssil ocasionadas pelas crises do petróleo ocorridas nos anos de 1973 e

1979 (BUENO, 1981), e não exatamente promover o uso de um combustível menos poluente. Ainda assim, segundo L. Vieira e C. Bredariol (1998, p. 59), o Pro-Álcool brasileiro, mesmo constituído a partir da aliança entre usineiros e multinacionais do ramo automobilístico (SANTOS, 2008), pode ser considerado uma experiência de “ecodesenvolvimento” através da produção alternativa a partir da biomassa. Elaborado por Maurice Strong, o ecodesenvolvimento ganhou dimensão devido ao seu surgimento no bojo da crise do petróleo (VIEIRA, BREDARIOL, 1998, p. 56), mas apresentava contornos conflitantes com a economia capitalista, que podem ser representados simbolicamente pelo prefixo “*eco*” antes (e em primeiro plano) do “*desenvolvimento*”.

O ecodesenvolvimento foi uma proposta de desenvolvimento elaborada por Maurice Strong, diretor executivo do programa *O Homem e a Biosfera*, da UNESCO, no ano de 1973. Esta proposta alicerçava-se em um estilo de sociedade particularmente inscrito em áreas rurais dos países do chamado Terceiro Mundo, cujas intenções eram o combate da miséria e, principalmente, da contaminação ambiental. Evidentemente, não era este o caso do Pro-Álcool, que mais promovia a miséria — através das injustiças no campo devido à estrutura agrária brasileira com base no latifúndio — do que a combatia.

A proposta de ecodesenvolvimento passou a conter contornos mais científicos a partir dos esforços de Ignacy Sachs, assessor direto de Maurice Strong, que ratificou a concepção e aprofundou suas bases teóricas. Este autor, imaginando construir um modelo alternativo de equilíbrio entre o crescimento econômico e proteção à natureza, define o ecodesenvolvimento como:

um processo criativo de transformação do meio, com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsiderado dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades reais de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. Promover o Ecodesenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e os recursos potenciais para receber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica (SACHS, 1975 *apud* VIEIRA, BREDARIOL, 1998, pp. 58-59).

A construção do ecodesenvolvimento, segundo Ignacy Sachs, teria como dimensões necessárias as reestruturações econômica, social e cultural. A dimensão *econômica* tentaria

demonstrar a incompatibilidade do mercado sem restrições com a proteção do meio ambiente (SACHS, 2000, p. 55), valorizando-se os aspectos macrosociais nos investimentos públicos e privados (*Id.*, p. 52). A dimensão *social* apontaria para a redução das injustiças, com maior equidade social entre os mais abastados e os mais carentes, e também a diminuição do abismo que separa o padrão social dos países do “Norte” e “Sul” econômico. Para se atingir o ecodesenvolvimento, existiria uma terceira dimensão, de cunho *cultural*, cuja preocupação insere-se prioritariamente no âmbito local em respeito às tradições endógenas (*Id.*, *Ibid.*, p. 85) e às necessidades do lugar⁸⁶.

A concepção de ecodesenvolvimento sofreu duras críticas destacadamente por suas experiências estarem sempre envolvidas em soluções locais muito específicas. Mas, fundamentalmente, a grande questão é que esta concepção não parece adequar-se ao sistema capitalista. Segundo os apontamentos do geógrafo alemão W. D. Sahr (1988, p. 73), as proposições do ecodesenvolvimento têm fundamentos poéticos, românticos e religiosos cuja realização material é impossível. A fé e a esperança em busca da harmonia entre homem e natureza que atravessam os textos de Sachs (BINSTOK, 2002, p. 208) parecem inserir o ecodesenvolvimento dentro de um imaginário extremamente otimista e de difícil execução. Por isso, o horizonte da realização do Ecodesenvolvimento coloca-se décadas ou mesmo séculos adiante (LAYRARGUES, 1997, p. 07).

Além de distantes, Philippe Layrargues (1997) escreve que, para que as propostas de Sachs se tornassem operacionalizáveis, seria necessário um longo aprendizado com as comunidades que convivem diretamente com a natureza, e para isso, a tecnologia (obrigatoriamente gestada de forma pluralista) não deveria ser impositiva, mas sim adequada ao local. Os investimentos e auxílios externos não são prioritários, pois as soluções devem ser locais e circunstancialmente criativas. Mas, evidentemente, o mercado é insensível aos problemas ambientais, e desta forma incapaz de solucioná-los quando não há movimentação de lucros.

Sachs estimula atualmente a confusão entre as noções de *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável*, quando apregoa que a sua concepção foi rebatizada (inadequadamente) de *sustainable development* por pesquisadores anglo-saxões (SACHS, 1994, p. 47). Este autor sustenta a interpretação de que o modelo atual denominado “desenvolvimento

⁸⁶ Atualmente, o autor prefere falar em dimensões da sustentabilidade, e incorporou mais duas: a *espacial*, que aponta uma maior distribuição territorial da riqueza e da justiça social, e a *ecológica*, que envolve a necessidade de proteção do meio ambiente e seus recursos (SACHS, 1994, p. 52).

sustentável” nasceu no âmago de seu “pensamento combativo” em relação aos entraves do mercado e da própria sociedade industrial, e assim representaria um modelo alternativo ao então vigente. Parece haver uma contradição quando lemos que o ecodesenvolvimento tem caráter combativo em relação à exploração industrial da natureza e lembramos que Maurice Strong e Ignacy Sachs são intelectuais organicamente vinculados aos interesses da ONU (PNUMA) e das próprias nações hegemônicas. O aparente caráter combativo pode ser considerado uma necessidade ideológica de legitimação e cooptação universal, mas o que objetivamos mostrar aqui é que houve uma primeira tentativa — frustrada — de adequar o meio ambiente aos cânones econômicos através da concepção de ecodesenvolvimento. Mas o ecodesenvolvimento possuía um insolucionável problema de concretização, pois dependeria de uma harmonia impossível de se imaginar no sistema capitalista, já que apontava uma perspectiva de atuação compactuada de todos em prol de um ideal comum. A noção de desenvolvimento sustentável, sem dúvida, mantém o caráter multidimensional (econômica, cultural, social, ecológica etc.) de sua concepção ancestral, mas reverte as incongruências entre meio ambiente e economia com a adoção do neoliberalismo.

Independente das limitações teóricas e materiais do ecodesenvolvimento — há um caráter utópico ausente de qualquer pragmatismo em sua essência — é patente que a concepção de Desenvolvimento Sustentável utiliza-se de alguns de seus pressupostos. É possível considerar o ecodesenvolvimento um ancestral do desenvolvimento sustentável, mas apontamos que este modelo que emerge na década de 80 trata-se de uma adaptação *livre* do ecodesenvolvimento às demandas do mercado, de acordo com as necessidades do capital.

1.5 O Advento de uma “Geopolítica da Paz” baseada no “Meio Ambiente”

A Conferência de Estocolmo, em 1972, ocorreu em um momento de turbulências na ordem geopolítica mundial, que envolvia desde a crise do fordismo (FRIGOTTO, 2000; HARVEY, 2004) até a Guerra do Vietnã, ou mesmo o crescimento de movimentos populares contrapondo a intensificação da atuação das ditaduras militares latino-americanas. Contudo, é importante salientar que, se a problemática ambiental contemporânea emergiu a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (com a deflagração das bombas atômicas e o horror universal à magnitude destrutiva destes artefatos), seu fortalecimento definitivo ocorreu a partir da Crise do

Petróleo, que eclodiu logo após a conferência, no ano de 1973. É de cabal importância entender tal crise, que marcou para o historiador inglês Eric Hobsbawm (2000) um verdadeiro divisor de águas no Século XX acabando com a “Era de Ouro”, período de gigantesca prosperidade econômica dos países centrais no pós-guerra.

A Crise do Petróleo foi ocasionada pela articulação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), formada por um conjunto de países periféricos do Oriente Médio e a Venezuela, que inflacionou o preço do petróleo e gerou um imenso abalo em todo o sistema capitalista em escala global. O “choque do petróleo” praticamente estrangulou a economia norte-americana e empreendeu um grave golpe no regime fordista, acelerando as transformações para um modelo flexível (HARVEY, 1992). Como afirmamos em outra ocasião (OLIVEIRA, 2006), tal crise proporcionou algo insólito: um conjunto considerável de países periféricos não obedeceu aos ditames dos países centrais e acabou por expor a máquina econômica capitalista à perigosa falta de combustível natural, fazendo com que a preocupação, a partir de então, não fosse somente a obliteração da natureza enquanto recurso, mas também a exigência de uma gestão protocolar dos recursos naturais presentes nos países periféricos. O impacto do enfrentamento da OPEP em busca de maiores ganhos com o petróleo é o corolário de uma grande crise de todo o sistema capitalista, marcada pela concorrência dos grandes pólos econômicos do capitalismo — Estados Unidos, Japão e Europa, os últimos em processo de reconstrução — e que teve como marco o excesso de produção e aumento dos níveis de endividamento mundial.

Manoel Rebêlo Jr. (2002) mostra que com o grande fluxo comercial global e inundação de produtos importados na economia dos Estados Unidos associados à indexação do dólar em relação ao ouro (na Conferência de *Bretton Woods*, em 1944) houve uma grande desvalorização cambial da moeda americana em relação às européias e ainda a necessidade de expansão do crédito ao consumidor que não poderia em nenhuma hipótese parar de adquirir mercadorias. Os Estados Unidos viveram uma estagflação (BECKER, 1980, p. 225; WALLERSTEIN, 2003, p. 80), nomenclatura que sintetiza a recessão, desemprego e alta da inflação do período. Para Manoel Rebêlo Jr. (2002), assim como para Immanuel Wallerstein (2003), esta crise do dólar posteriormente inflacionado era apenas a forma aparente do impacto da reconstrução veloz do Japão e da Europa, e também do crescimento industrial do Terceiro Mundo (REBÊLO Jr., 2002), que atingiram a economia americana até então considerada soberana e imponente no mundo capitalista em tempos de Guerra Fria.

Vale salientar que, na década de 70, os Estados Unidos viviam um momento conturbado com profundos impasses econômicos e políticos. Neste período, esta nação permanecia envolvida na Guerra do Vietnã ao mesmo tempo em que buscava a aproximação com a China de Mao Tsé-Tung, admitida pela ONU somente em 1971 (SADER, 2000a, p. 140)⁸⁷. Em território norte-americano aconteciam fortes movimentos de contestação como o feminista, anti-guerra, igualdade étnica e estudantil, enquanto o Partido Republicano envolvia-se com espionagem contra seus adversários do Partido Democrata (*Id., Ibid.*), que acabaram por deflagrar o escândalo do *Watergate*⁸⁸ e consequente cassação do Presidente Nixon.

A Crise do Petróleo, desencadeada por nações periféricas, tornou-se basilar para o enfrentamento do processo de crescimento econômico dos países do chamado Terceiro Mundo (REBÊLO Jr., 2002). A grande questão para Rebêlo Jr. é que a *política do meio ambiente* — sintetizada pela *política do desenvolvimento sustentável* — foi a fórmula encontrada para controle dos países periféricos por parte das nações hegemônicas e sua principal serventia foi iniciar um longo processo de recolonização, por meios pacíficos, dos territórios das nações subdesenvolvidas.

Concordamos com esta idéia de *novo colonialismo* exposta por Rebêlo Jr., ou de “*colonialismo sem colônias*”, conforme David Harvey (2008), bem como apontamos que este consórcio de países da periferia econômica, a OPEP, demonstrou às mais poderosas nações duas novas perspectivas: [1] a própria organização (bem sucedida) de dirigentes de países menos poderosos economicamente em prol de seus interesses colocando em risco todo o sistema mundial (CARVALHO, 1993), e [2] a importância da natureza contida nos territórios destes países pouco industrializados para alimentar a incessante máquina capitalista. Surgia a necessidade, agora inequívoca, de que se formulasse um modelo de administrar as riquezas naturais dos países periféricos⁸⁹. Este “*novo colonialismo*” engendrado pelos Estados Unidos significou um processo de hegemonia político-econômica estruturado em uma “*geopolítica da*

⁸⁷ Da mesma maneira, os norte-americanos assinavam acordos com a União Soviética (e outros países) referentes ao congelamento da fabricação das bombas nucleares (1968).

⁸⁸ *Watergate* é o como ficou conhecido o escândalo causado pelas ligações entre a Casa Branca e o assalto à sede do Comitê Nacional Democrata, em 1972, que ocasionou a renúncia do então presidente norte-americano Richard Nixon. O nome *Watergate* refere-se um complexo de escritórios localizado em Washington, onde estava situado o Comitê Democrata.

⁸⁹ Antes desta Crise do Petróleo de 1973 não se discutia amplamente a necessidade de renovação deste combustível fóssil: bastou que se demonstrasse que as jazidas mais produtivas se encontravam nos países periféricos, e que estes tentavam controlar o seu *preço e uso*, para que o debate sobre o seu rareamento se ampliasse, com a concomitante exigência de descoberta de novos combustíveis alternativos, ambientalmente limpos e reproduzíveis.

paz”, onde o controle dos territórios ocorre *também* sob os auspícios das costuras diplomáticas, e é mediado pelos organismos da ONU, como FMI e Banco Mundial. Em meio à Guerra Fria e sob o estigma da conquista do controle de territórios pelo potencial bélico e postura beligerante, emergia uma forma de fazer geopolítica através de pactuações ocultadas pela ideologia.

Wallerstein (2003) aponta o quão era importante para os Estados Unidos a manutenção da Ordem Mundial da Guerra Fria, e a conseqüente divisão do mundo em duas áreas de influência: uma sob controle da ex-União Soviética e vivendo o regime do “socialismo real”, e a outra adotando o regime capitalista sob o manto dos Estados Unidos, que se posicionava como guardião e líder do bloco capitalista mundial. Afinal, os resultados da Segunda Guerra Mundial se refletiram em Ialta, que dividiu a Europa e o mundo, impondo um quadro político onde dois campos armados atuam como se devessem um dia enfrentar-se (PERROUX, 1981, p. 146). Mas, a Guerra Fria apresentou-se com uma oportunidade de criar valores universais a serem resguardados pelos Estados Unidos, que manteria a segurança das democracias europeias e reconstruiria as economias do Japão e da Alemanha Ocidental⁹⁰ de forma protocolar (HARVEY, 2004, p. 41). A Declaração de Direitos Humanos da ONU permitiu que, diplomaticamente, os Estados Unidos criassem fronteiras para seu império baseado no modo de vida capitalista⁹¹. Segundo Amy Bartholomew e Jennifer Breakspear (2006), os direitos humanos são “espadas” do império norte-americano.

É plausível compreender que assistimos o renascimento do Imperialismo (BOTTOMORE, 1970, p. 115), ou melhor, formas contemporâneas de sua expressão (O’BRIEN, 1965 *apud* BOTTOMORE, *op.cit.*, p. 115) como uma espécie de “*imperialismo do nosso tempo*” (AHMAD, 2006). O imperialismo é o capitalismo no seu grau superior (LÊNIN, 2008, p. 50); “*é a expressão política do processo de acumulação de capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontrem ainda dominadas*” (LUXEMBURGO, 2003, p. 392). Ao contrário do que afirmava Franz Mehring — que a política imperialista era uma tentativa da burguesia de adiar o momento do colapso do capitalismo — concordamos com

⁹⁰ Neste momento, apesar de seu crescimento econômico progressivo, a Europa e o Japão ainda representavam pólos secundários de apoio ao capitalismo mundial. A Europa vivia o antigo interesse da unificação econômica, traçada pelo retorno ao pan-europeísmo (final dos anos 50) e formalização do MCE — Mercado Comum Europeu (1953). Segundo Rogério Haesbaert (1994, p. 33), este continente tinha vivido os últimos cinquenta anos com o objetivo de recuperar o prestígio abalado com a ascensão dos EUA e Japão (capitalistas), além de URSS e China (socialistas). O Japão, apesar de estar numa crescente econômica, estabilidade política (domínio do Partido Liberal), somente na década de 1980 iria estabilizar-se como *pilar* de uma nova ordem mundial (*Id.*, p. 66).

⁹¹ É possível confirmar tais asserções consultando a Declaração Universal dos Direitos Humanos que está disponibilizada integralmente nos *Anexos*, ao final da tese.

Berstein, sobretudo quando este apontava os elementos de *vitalidade* presentes na fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo (ANDREUCCI, 1984, p. 267). O capitalismo presente é a expressão do “Novo Imperialismo”.

E sob a égide da Guerra Fria os então chamados “países em desenvolvimento” estavam nitidamente submetidos a tensões internas excepcionais, agravadas pelo fato de se saberem joguetes numa luta mundial (PERROUX, *op. cit.*, p. 83), já que era do interesse dos países desenvolvidos perpetuar o atual sistema de divisão internacional do trabalho. Assim, naquele momento, era impossível não compreender que o desenvolvimento dos países atrasados requeria um projeto político (FURTADO, 2000, p. 33), pois “*não há dúvida que cada país atrasado encontra alguns traços do seu futuro na história dos países adiantados, mas nunca se trata de uma repetição geral do desenvolvimento dos acontecimentos*” (TROTSKY, 2007, p. 31). Os países “atrasados” compreendem uma parte de um mundo dominado pelo imperialismo, e é por isso que seu desenvolvimento tem um caráter *combinado*, pois reúnem em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista (*Id.*, 2008, pp. 55-56), que hoje permanece em formas de reprodução sistemática em um arranjo organizativo hierárquico do mercado mundial (ALBO, 2006). Existem desenvolvimentos desiguais dentro dos próprios Estados fundados em parte em relações assimétricas de troca (HARVEY, 2004, p. 35); contudo, quanto mais a economia capitalista adquirir traços mundiais, mais original se torna se torna o desenvolvimento dos países atrasados, onde os elementos retardatários se combinam com os mais modernos elementos do capitalismo (TROTSKY, 2007, p. 32)⁹².

Segundo David Harvey (2004), o dismantelamento dos imperialismos baseados na Europa também desautorizou formalmente o racismo (uma “*superioridade da civilização ocidental-europeia*”) que permitira a reconciliação do nacionalismo com o imperialismo. Neste item, a Declaração dos Direitos Humanos da ONU negou a validade do racismo e buscou fundar um universalismo da propriedade privada e dos direitos individuais apropriados a uma segunda etapa de regime político burguês. Para o mesmo autor (*op. cit.*, p. 53), o bom funcionamento destas propostas exigiu que os Estados Unidos se descrevessem como o “*pináculo da civilização*”

⁹² O *mercado mundial* é a “obra-prima” do capitalismo (ANDREUCCI, 1984, p. 262); e a grande indústria criou o mercado mundial que a descoberta da América preparara (MARX; ENGELS, 1975, p. 61). Inspirados em Bukharin (1969, p. 30), podemos definir *economia mundial* como um sistema de relações de produção e de relações de troca correspondentes, abrangendo a totalidade do mundo. A incrível rapidez da expansão da economia mundial, nas últimas décadas, foi provocada pelo extraordinário crescimento das forças produtivas do capitalismo, destacadamente pelo progresso técnico (BUKHARIN, 1969, p. 35).

e um bastião dos direitos individuais”, e foi preciso “cultivar e projetar no exterior o pró-americanismo, em lugar dos valores europeus decadentes”. Desta maneira, o poder do dinheiro dominou os valores culturais, com um imperialismo baseado em filmes, música e até movimentos políticos. Os Estados Unidos “foram concebidos como um farol de liberdade”⁹³ dotado do poder exclusivo de engajar o resto do mundo numa civilização duradoura caracterizada pela paz e pela prosperidade” (HARVEY, 2004, p. 53). O processo de descolonização da África evidenciou o declínio do poder britânico (Id., p. 11), e mostrou a face mais cruel do imperialismo europeu, o que permitiu que os Estados Unidos se apresentassem como uma espécie de “bastião da paz”.

David Harvey (2004, pp. 31-32) nos apresenta o imperialismo como sendo um “projeto distintivamente político por parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e na capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares”. Em sua face político-econômica, este projeto é difuso no tempo e no espaço, no qual o domínio e uso do capital assumem a primazia. Para realizar a parte eminentemente política do projeto, os atores hegemônicos suscitam estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas por um Estado (ou bloco de poder), enquanto a parte político-econômica do processo indica um fluxo contínuo de ações sobre o território, que envolve a produção, troca, comércio, transferências monetárias, de informações e de tecnologia, migrações, fluxos culturais, entre outras. Assim entendemos a *Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável*, como um projeto político de dominação territorial com base no controle das riquezas naturais, articulado estrategicamente mente de forma diplomático-protocolar, destacadamente através das grandes conferências. E para compreender os pressupostos da *Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável* em sua plenitude, é necessário empreender “uma releitura da relação entre poder e território” (RODRIGUES, 1998, p. 130). Trata-se de um novo significado da geopolítica, “que não mais atua na conquista de territórios, mas na apropriação da decisão sobre seu uso” (BECKER, 2004, p. 21).

Segundo David Harvey (2004 e 2006b), o *imperialismo industrial*, cuja riqueza advém da produção, cedeu lugar para o “Novo Imperialismo”, cujo motor é sobretudo o capital financeiro (Ver também: MIGLIOLI, 2005) e a riqueza econômica é oriunda da *acumulação por espoliação* — que remete aos arroubos de violência e predação presentes na acumulação

⁹³ É possível lembrar Lênin (1978, p. 90), que aponta que no capitalismo “a liberdade e a igualdade nunca puderam nem foram outra coisa senão a expressão da igualdade e da liberdade dos possuidores de mercadorias, da igualdade e da liberdade do capital”.

primitiva. Ao contrário do que possa indicar, o *novo imperialismo* é tão brutal quanto o seu modelo predecessor: a grande questão é que sua face violenta é escamoteada por mecanismos ideológicos de coerção e por estratégias de controle disfarçadas através de práticas com aparência libertário-democrática. O *novo imperialismo* se estabelece em bases concretas através do potencial financeiro e militar, alicerçado em mecanismos de regulação global. Estes mecanismos, em contraposição à face violenta do imperialismo e sua face coercitiva não mais oculta (PANITCH; GINDIN, 2006), incluem o processo de *articulação da gestão diplomática do mundo*⁹⁴ — Ignatieff fala em “*império leve*” (HARVEY, 2004) —, que fica oculto e consegue eclipsar as relações de domínio e poder, e exatamente por isso se tornando mais difícil de ser analisado.

Interessante perceber que, na perspectiva do meio ambiente, os Estados Unidos sempre desempenharam papel particular. Apesar do “*ecocídio*” praticado no Vietnã (LAGO, 2007), os norte-americanos têm uma grande tradição em assuntos ambientais. Já citamos anteriormente o pioneirismo desta nação na construção das ideias de preservacionismo e conservacionismo, mas vale acrescentar que foi no território dos Estados Unidos que se constituiu, em 1.º de março de 1872, a primeira área de proteção ambiental do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, localizado nos estados de Wyoming, Montana e Idaho, e famoso por seus gêiseres e suas fontes termais.

É possível relacionar outros fatos: desde 1969, com a aprovação da Lei Federal denominada “*National Environmental Policy Act*” (NEPA), passou a ser exigida, nos Estados Unidos, a realização de Estudos de Impactos Ambientais (EIAs), como requisito para instalação de empreendimentos potencialmente poluidores (MOURA, 2002 *apud* CAMARGO, 2005, p. 47). Com esta exigência, todos os empreendimentos com potencial impactante estavam obrigados a ter procedimentos como a identificação dos impactos ambientais, a caracterização dos efeitos negativos e a definição de ações e meios para mitigação dos impactos negativos (SILVA & SILVA, 2000). Em 22 de abril de 1970, mais de 300 mil americanos participaram do “Dia da

⁹⁴ Segundo David Harvey (2004^a), onde o *imperialismo* não é consentido, a guerra permanece como uma forma cabal de dominação por sobreacumulação; contudo, a própria guerra transformou o domínio do território em domínio ideológico, com a demonstração do poderio bélico. Para Harvey (*op. cit.*, p. 187), “*se a paz fosse firmada em toda a parte, os Estados Unidos não conseguiriam persuadir ninguém, interna ou externamente, de que sua presença militar é necessário em alguma parte do mundo*”. Entretanto, com o enfraquecimento da hegemonia, o perigo de táticas mais coercitivas (como a guerra) pode se tornar inevitável. Desta maneira, o controle militar dos recursos globais de petróleo, bem como todo o enfrentamento dos Estados Unidos contra o terrorismo é um exercício de imperialismo (IGNATIEFF *apud* HARVEY, *op. cit.*, p. 13).

Terra”, considerada a maior manifestação ambientalista da história (CAMARGO, *op. cit.*, p. 47; COSTA, 2002), ainda que Robert O. Anderson — magnata do petróleo e um dos fundadores do IIEA⁹⁵ —, Maurice Strong e Robert McNamara (então presidente do Banco Mundial, esteve presente em Estocolmo), entre outros, tenham destinado 200.000 dólares financiando o “Dia da Terra” (EIR, 2001, p. 54). É possível notar, assim, que a problemática ambiental é adotada pelos Estados Unidos de maneira seletiva, como é possível atestar na atual resistência deste país em ser signatário do Protocolo de Quioto, que visa diminuir as emissões de gases poluentes na atmosfera.

A *Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável* está inserida no grande processo de reestruturação produtiva do capital sob a égide do *Novo Imperialismo*. Se os Estados Unidos se posicionam contrariamente às propostas de diminuição da poluição atmosférica, são importantes articuladores nas proposições de gestão sustentável das riquezas naturais presentes nos territórios dos países periféricos. A ONU e seus organismos como o Banco Mundial e o FMI — “*O FMI são os Estados Unidos*”, nos assevera David Harvey (2004, p. 66) — são os grandes patrocinadores dos projetos ambientalmente sustentáveis e da adoção dos fundamentos deste modelo de desenvolvimento em escala global. No próximo capítulo, estudaremos a importância dos Estados Unidos na articulação do desenvolvimento sustentável como uma adequação do discurso de “*proteção da natureza*” com o *neoliberalismo econômico*, e sua consequente celebração em escala planetária.

⁹⁵ Instituto Internacional para Assuntos Ambientais, posteriormente renomeado Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a sigla IIED.

CAPÍTULO 2

NEOLIBERALISMO E MEIO AMBIENTE: POR UMA POLITIZAÇÃO DA CRISE AMBIENTAL

Nosso objetivo neste capítulo é compreender o processo de elaboração e celebração do encontro entre o *neoliberalismo econômico* e o que se chama de *meio ambiente*, primeiramente no Relatório Brundtland, o documento primaz da ONU que norteou as ideias sobre a questão ambiental, e posteriormente, em uma série de conferências realizadas como preparativos para a Conferência do Rio de Janeiro em 1992. Se o que faltou na Conferência de Estocolmo (e também no documento final do Clube de Roma) foi a construção de um compromisso consoante com os interesses capitalistas presentes (lembrando tratar-se de um mundo bipolar, em contraponto à ordem unipolar/multipolar da globalização) e que funcionasse como uma estratégia conjunta de atuação de países do centro e da periferia mundial, na Conferência do Rio de Janeiro forjou-se um “consenso” sob os auspícios do neoliberalismo.

Isto porque é possível afirmar que o sucesso de uma conferência internacional como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 no Rio de Janeiro, sob a ótica da geopolítica e os interesses dominantes, pode ser mensurado pelos acordos construídos que aparentemente tem objetivos comuns. Ou seja, sob este olhar, tal evento torna-se efetivamente frutífero quando ocorre o encontro de ideias e a consequente celebração de intenções comuns aos participantes, ainda que isto signifique “suavizar” a importância dos debates plurais e sua dispersão, e a evidente necessidade de conferências trazerem a tona os conflitos e as contradições sobre seu tema central.

Destarte, se levarmos em conta um escalonamento desta natureza, podemos asseverar que a Conferência de Estocolmo foi um grande fracasso, pois não foi capaz de alinhar os difusos interesses das delegações de países centrais e periféricos, o que representaria os interesses dominantes. Mesmo sendo tal conferência fundamentalmente pautada por divergências políticas, e marcada por uma série de debates polêmicos, não houve a pactuação de uma proposta comum de ação no que se refere ao meio ambiente.

Além da Conferência de Estocolmo não ter forjado uma ideia consensual que aliasse ecologia e economia e tampouco ter logrado possibilidades concretas de resolução dos anátemas

ambientais, a década de 70 foi estigmatizada por uma aceleração contínua de efeitos que retratam um processo incontestável de “destruição” ecológica: aumento significativo dos índices de poluição global, ameaças nucleares, desmatamento, problemas atmosféricos (como o efeito estufa⁹⁶ e o buraco na camada de ozônio), o extermínio de espécies de animais silvestres, perda de biodiversidade, entre outros. Junto com estes problemas concretos, ocorreu a ascensão do discurso de *Apocalypse Now*⁹⁷ sob a forma de Crise Ambiental — visível em reportagens das revistas *Time* e *Life*, por exemplo —, e por isso mesmo alarmista para com todo assunto desta ordem. Se os problemas ambientais indubitavelmente se agravaram, a mídia proporcionou uma exposição sensacionalista de tais anátemas, sem evidentemente debatê-los em sua complexidade.

Se em Estocolmo (calcada parcialmente no estudo “Limites do Crescimento”) ocorreu um desencontro entre *economia e meio ambiente*, um descompasso entre os interesses econômicos e as propostas para o meio ambiente tidas como prejudiciais ao capitalismo, asseveramos que na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, houve o encontro: no Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum”, 1987) a proteção do meio ambiente era plenamente adequável à economia, agora sob a égide do neoliberalismo. A suposta remodelação do desenvolvimento perpassava pela possibilidade lucrativa de salvaguardar estoques de natureza⁹⁸.

A assinatura de documentos como Agenda 21 e a exaltação do Desenvolvimento Sustentável como solução das questões ambientais são provas cabais do sucesso da Conferência do Rio de Janeiro – 1992, que acabou por mascarar as tensões, as contradições e os conflitos pertinente à temática, e tacitamente relegou assuntos importantes para além da questão ecológica.

⁹⁶ É importante lembrar que o “efeito estufa” é um processo natural que mantém a temperatura do Planeta Terra estabilizada. Isto porque “o CO₂ distribuído na atmosfera age como a cobertura de uma estufa sobre o planeta, permitindo a passagem da radiação solar, mas evitando a liberação da radiação infravermelha emitida pela Terra. Assim, pela ação do efeito estufa natural a atmosfera se mantém cerca de 30°C mais aquecida, possibilitando, com isso, a existência de vida no planeta, que sem o efeito estufa natural seria um mero deserto gelado” (BNDES, 1999). Segundo alguns pesquisadores, a emissão de gases poluentes, especialmente de CO₂, aumenta a capacidade de absorção do calor na atmosfera, com o conseqüente aumento da temperatura. Isto poderia implicar em graves desastres naturais, especialmente o degelo das calotas polares e possível elevação do nível do mar. Esta discussão será retomada no Capítulo 3.

⁹⁷ A mídia adotou este discurso catastrofista, particularmente, a partir deste período. Conforme citado, a publicação de uma série de artigos na revista *Life*, em 1969, e a reportagem de capa da revista *Time*, em 1970, com o tema “Ambiente” e ilustrada com um ecologista dividido entre um mundo poluído e uma idílica paisagem ensolarada, desencadearam uma sucessão de matérias de mesma natureza e trouxeram para o grande público a noção de crise ambiental (REBÊLO, 2002, pp. 132-133).

⁹⁸ Estas reflexões serão aprofundadas no decorrer da tese. Quando falamos em desencontro, em termos gerais, afirmamos que houve uma inadequação mercado / meio ambiente, já que ideias como “crescimento zero” tornavam antípodas economia e ecologia. Somente no Relatório Brundtland e, por conseguinte, na Conferência do Rio de Janeiro, ocorreu a adequação através de um “neoliberalismo ambiental”.

**O HOMEM ENTRE DOIS MUNDOS:
A crise ambiental na grande imprensa internacional**

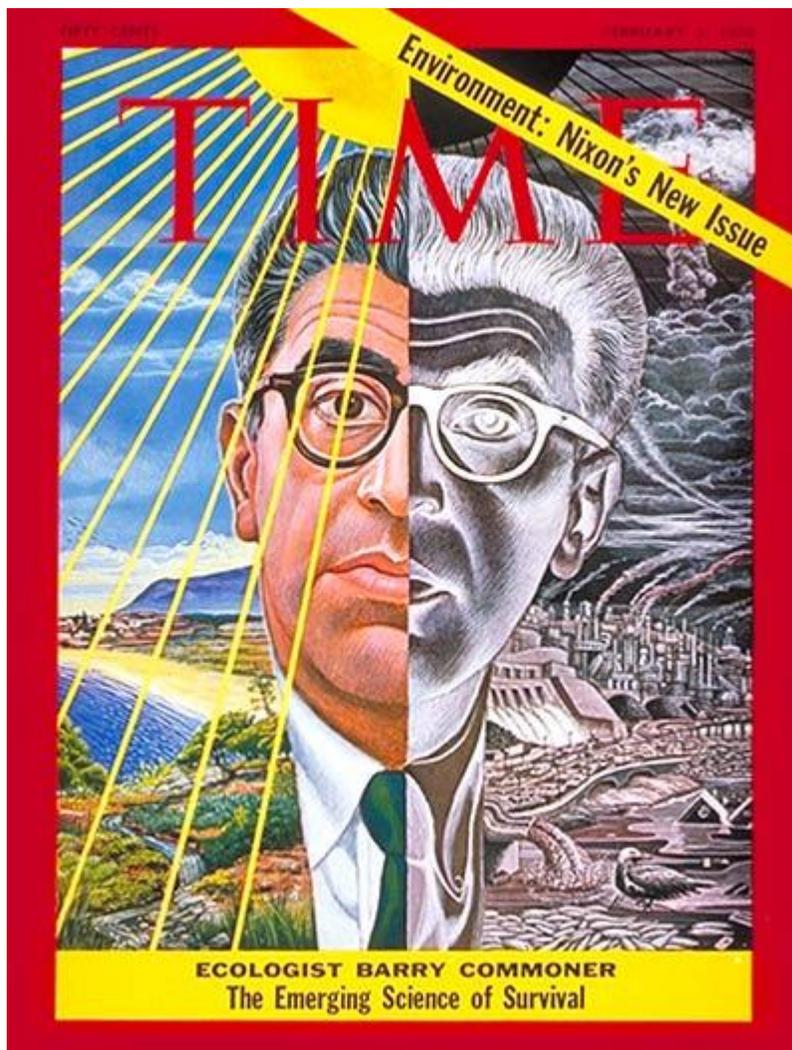


Figura 2.1: Revista Time. February 2, 1970, Vol. 95, N^o. 5.

Disponível em: <http://www.time.com/time/covers/0,16641,19700202,00.html>

Acesso em: 24 de janeiro de 2011.

“A grande questão dos anos 70 é: Será que nós iremos nos render ao nosso entorno ou será que faremos a paz com a natureza e começaremos a fazer reparações pelos danos que fizemos ao nosso ar, nossa terra e nossa água?”⁹⁹

(Revista Time, 2 de fevereiro de 1970)

⁹⁹ Livre tradução de: “The great question of the '70s is: Shall we surrender to our surroundings or shall we make our peace with nature and begin to make reparations for the damage we have done to our air, to our land and to our water?”

Para compreendermos tal encontro de ideias, é necessário empreender uma reflexão sobre os sentidos da *crise ambiental*, que aqui é entendida como integrante de uma crise muito mais ampla e complexa. É fundamental interpretar a adequação de tal crise às soluções encontradas nos entremeios do neoliberalismo econômico, teoria econômica dominante no último quartel do Século XX e que necessita de um exercício interpretativo. Por fim, torna-se mister discutir a tensão acerca da utilização das riquezas naturais no modo de produção capitalista, em que a natureza é transformada em mercadoria, em um violento processo de alteração dos ciclos naturais (e do trabalho enquanto interação homem — natureza). Para esta compreensão da crise ambiental, realizaremos uma análise crítica desta concepção hegemônica, estudando as propostas contidas no Relatório Brundtland e na Agenda 21, assinada na Conferência do Rio de Janeiro.

2.1 Crise Ambiental: A Construção de uma “Fortaleza” Conceitual

Conforme demonstrado no capítulo anterior, poucas ideias são tão complexas e discutidas como o *desenvolvimento*. Existe em essência uma profunda “tensão teórica” sobre o significado desta concepção, que alude questões como a relação sociedade-natureza e adequações a novos modelos técnico-produtivos (como a transição do fordismo para a “acumulação flexível”¹⁰⁰, em um processo de reestruturação produtiva do capital). A “tensão” prescreve diferentes idealizações / materializações acerca do modelo de desenvolvimento em curso. Atualmente, ao invés de se pensar em uma reformulação profunda no significado de desenvolvimento — cada vez mais mecanizante e excludente — assistimos o fausto de seus pressupostos técnicos. A concepção hegemônica de desenvolvimento acaba se afastando cada vez mais de processos de melhorias das questões sociais quando embates infrutíferos sobre as possibilidades de sucesso de novos modelos de desenvolvimento o mantém com caráter técnico-econômico, como o modelo com qualificativo *sustentável*.

O cerne desta discussão é o esgotamento de um estilo de desenvolvimento, nascido com a revolução industrial e reforçado pelo fordismo, onde a natureza se transformou em

¹⁰⁰ Utilizamos a denominação de David Harvey (2004), mas poderíamos empregar “ohnoísmo ou toyotismo”, “just-in-time e auto-ativação”, “neofordismo”, “reinvenção do fordismo” (MORAES NETO, p. 99), ou ainda, Sociedade Pós-Industrial (BELL, 1973) e Neo-Fordismo (KATZ, SICSÚ, 2001), entre outras denominações para este novo modelo produtivo emergente, ou melhor, esta reformulação da sociedade industrial (Ver, p. ex., Ron MARTIN, 1996).

“combustível” — ou seja, *matérias-primas e recursos naturais* — e o homem (*proletário*) em “engrenagem” na máquina econômica mundial.

Nossas formulações estão baseadas na certeza de que Estocolmo e Rio de Janeiro foram palcos de debates e embates de reflexão sobre o conceito de desenvolvimento. Estes encontros internacionais objetivaram soluções não somente para os problemas ambientais a partir dos preceitos econômicos hegemônicos, mas também *sugeriram* a inadequação do atual paradigma mecanicista newtoniano-cartesiano, que está epistemologicamente calcado na modernidade científica e é empiricamente observável na cadeia de relações sociais circunscritas no processo Capitalismo – Industrialismo – Urbanização.

A crise ambiental tem caráter multifacetado, por ser uma crise produtiva que é também crise do próprio conhecimento¹⁰¹. Mas, em tom adverso ao que sugerimos anteriormente chamar de “tensão teórica” quando nos referimos ao conceito de *desenvolvimento*, entendemos existir uma “fortaleza conceitual” em torno da noção de *crise ambiental*¹⁰², que parece impedir profundos questionamentos e se tornou algo quase metafísico. A chamada crise ambiental se delinea tanto no mundo acadêmico como no imaginário coletivo como grande desafio do século XXI, eclipsando outras questões de importância indiscutível.

Antes de tudo, há que se refletir acerca das vicissitudes teóricas sobre a existência desta crise, pois “*a extensão brusca do domínio da economia capitalista, e não o seu retraimento, tem sido sempre até agora, a causa das crises comerciais*” (LUXEMBURGO, 2003, p. 36) — algo que pode ser denominado com um “*estado de superacumulação*” (HARVEY, 2005, p. 133). Arlete Moysés Rodrigues (1993c, 2006a, 2006b) já nos alertou sobre a inconsistência da concepção do desenvolvimento sustentável (“ideário”, “mito”, “idéia mágica”, “lenda”, “uma nova *roupagem* para a velha questão do desenvolvimento”) cuja fragilidade visa ocultar uma agenda política pautada na manutenção da dominação de classe, realizando um suposto choque de gerações presentes e futuras — esta última, por si só, uma categoria abstrata

¹⁰¹ Quando falamos em ruptura paradigmática, nos referimos ao debate sobre o processo repetitivo e mecanicista da revolução industrial baseada no uso de “recursos” naturais esgotáveis, como os metais básicos, o carvão e petróleo. Não são poucos os autores que partem destes pressupostos e analisam a renovação conceitual-epistemológica e a transformação material de um novo projeto científico-produtivo como uma proposição das necessidades do sistema hegemônico, que envolve desde uma superação desta civilização baseada no usufruto dos combustíveis fósseis e a reformulação das tarefas fabris tão repetitivas do trabalho humano (Ver, p.ex.: CAPRA, 1999; MOREIRA, 2004). Vale alentar que é possível ir além neste debate: além da superação desta dependência de combustíveis fósseis, a gestão da água (que passou de recurso renovável para não-renovável), das florestas e de outros recursos vai além desta questão supracitada.

¹⁰² David Harvey (2006a, p. 282), por exemplo, fala “*no papel avassaladoramente forte*” da crise ambiental.

(FERNANDES, 2003) —, em um deslocamento ideológico da “luta de classes” para o “conflito de gerações”, usando a natureza como artifício. Rodrigues ainda destaca que podemos enxergar a crise ambiental como uma possibilidade de criação de um novo olhar para com o espaço: esta nova visão, de forma alguma, afasta a condição de “recurso” que o capitalismo entende a natureza, e ainda mantém o território como fonte de riqueza a ser controlada por poucas mãos, agora em forma de patente, propriedade intelectual e controle do capital técnico-científico. A transmutação da “*Ideologia do Desenvolvimento*” para a “*Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*”¹⁰³ se trata de uma mediação para um novo paradigma, mas que mantém a natureza enquanto reserva de valor exclusivo de uma classe, com a prática de um novo colonialismo (REBÊLO Jr., 2002), de um novo imperialismo (HARVEY, 2004), conforme asseveramos, sob o manto dos Estados Unidos.

Entendendo a concepção de desenvolvimento sustentável como ideologia¹⁰⁴ e mecanismo de manutenção, *sob nova alcunha*, da exploração capitalista da força de trabalho e da natureza (considerada como conjunto de recursos naturais¹⁰⁵), é possível interpretar a crise ambiental como intempérie “*necessária*” ao modo de produção capitalista. Leo Huberman (1986) relata o importante papel das crises para o sistema capitalista, afirmando que neste sistema não se trata jamais de um acontecimento “anormal” nem tampouco um acontecimento “físico”. A crise é econômica é, além disso, necessária e providencial para as exigências de renovação deste sistema político-econômico. A abundância gera a crise, e não a falta: a sua razão é eminentemente econômica, e não social e tampouco ambiental. As crises se tornam cíclicas no modo de produção capitalista. Segundo Hindemburgo F. Pires (1996, p. 44), o economista russo Nicolai Kondratiev:

“foi o primeiro a antever a idéia dos longos ciclos de 55 anos de duração. Sua intenção não era constituir ou colocar os fundamentos de uma Teoria apropriada dos longos ciclos, mas somente de provar a sua existência a partir de evidências empíricas presentes e expressas na história da economia mundial. Com esse

¹⁰³ Ainda que João Almino (2003) aponte que o desenvolvimento sustentável se trata de um conceito de desenvolvimento em que o longo prazo prevaleça sobre o curto prazo (e por isso, sua imaterialidade no momento presente), apontamos ser acima de tudo uma forma impositiva (e neoliberal) de tratar o desenvolvimento, como veremos mais adiante.

¹⁰⁴ A relação entre *desenvolvimento sustentável* e *ideologia* já foi objeto de nossas pesquisas anteriores (Ver: OLIVEIRA, 2001 e 2006). Retomaremos esta questão do desenvolvimento sustentável enquanto ideologia no decorrer do *Capítulo 3 – A Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92): Entre a Ideologia e a Utopia*.

¹⁰⁵ Segundo Catherine Prost (2009, p. 184), a natureza é compreendida como “*um amontoado de recursos naturais a ser explorado, mais cedo ou mais tarde*”.

propósito, ele catalogou informações e dados de quase todos os países, principalmente da França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, procurando demonstrar empiricamente que os mecanismos e leis que condicionam as longas ondas, são provenientes de: Modificações Técnicas; Guerras e Revoluções; Assimilação de Novos Países dentro da Economia Mundial e Flutuações na Produção de Ouro”

Conforme a citação, através de observações empíricas e análise conjuntural da economia mundial, Kondratiev aponta o caráter cíclico do sistema capitalista, que varia momentos de auge (Fase A) e crise (Fase B), em ondas *quase* naturalizadas pela exigência da efetivação das profundas revoluções das forças produtivas da classe dominante, que Karl Marx e Friedrich Engels alegavam em suas obras¹⁰⁶. O sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein (2003) aponta que o Capitalismo conhece atualmente uma intensa crise (uma “Fase B”, remetendo aos Ciclos de Kondratiev)¹⁰⁷, com base em dois vetores: [i] uma crise norte-americana *strictu sensu*, com o fim da antípoda URSS e conseqüente abalo na economia anti-comunista, o fortalecimento do chamado Terceiro Mundo e da Europa e do Japão, agora na condição de fortes concorrentes econômicos, e ainda as readequações no processo produtivo, que significaram mais derrotas que vitórias, como a deslocalização das fábricas e flexibilização do trabalhador; [ii] um conjunto de tendências seculares, como a desruralização e a crise no modelo urbano de mundo, o esgotamento ecológico e a ultra-democratização, advinda com a globalização e assim, um processo de proletarianização das massas cada vez mais informadas e participantes da esfera política. Vale acrescentar que este autor afirma, ainda que sem escala temporal, que o neoliberalismo econômico é demasiado incompetente para resolução destas dificuldades, e que os fatores acima sintetizados criaram um impasse para o Capitalismo que pode significar o seu próprio desaparecimento (*Id.*, p. 91).

Immanuel Wallerstein (2003) e Jean-Marie Martin (1990) alertam sobre a gigantesca dimensão da atual crise produtiva, que coloca em risco o próprio sistema capitalista e as bases edificadas no século XX. Reconhecem sua necessidade para a adequação das novas exigências do modelo produtivo, pautado em ajustes na relação de trabalho, fontes renováveis de energia e, principalmente, em um modelo de desenvolvimento, como manutenções e transformações.

¹⁰⁶ Veja-se, entre outros textos dos autores, o *Manifesto do Partido Comunista* (1948 [1975]).

¹⁰⁷ Sobre o fato de vivermos um novo ponto de inflexão de um ciclo de Kondratiev, Celso Furtado (1983, p. 52) discorda veementemente, pois critica a ideia de que “o futuro repetirá morfologicamente o passado”, e aponta que o desenvolvimento tecnológico obedece, atualmente, a fatores exógenos à racionalidade econômica, como, por exemplo, o impacto do financiamento no militar no mundo da tecnologia. Ainda que com esta ressalva, apontamos a solidez dos argumentos de Wallerstein sobre a crise dos Estados Unidos.

Será que a crise ambiental pode ser entendida como um processo “educativo” para o sistema capitalista? Que se trata de uma oportunidade de adequar-se a certos limites naturais, e da mesma maneira, selecionar o que precisa ser respeitado e considerado na construção de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável? Mas se não é possível pensar em um sistema de produção de mercadorias sem exploração da natureza como recurso, é ao menos plausível imaginar uma proposta de uso “racional” destes recursos naturais?

Utilizando os ensinamentos de Wallerstein e Martin, notaremos que a crise ambiental não coloca em risco o sistema capitalista: o que está implícito é que as próprias contradições do sistema capitalista o colocam em risco, numa clara alusão a Marx e Engels, quando estes afirmaram que o próprio capitalismo cria seus “coveiros” (MARX, ENGELS, 2001, p. 74). Para Wallerstein, a atual crise, baseada nas contradições políticas, econômicas, sociais e ambientais do capital, pode esgotar o sistema dominante. Trata-se de crise multifacetada, e não somente ambiental-energética. Martin (1990) realiza uma aguda interpretação sobre a economia da energia e mostra que não houve, em momento algum da história, a obliteração completa de quaisquer fontes energéticas.

A crise ambiental é uma crise capitalista, que demanda estratégias de controle e suavização, pois a possível diminuição da oferta de certos recursos naturais (como em particular, os de origem mineral-fóssil) significaria a falta de combustível para a máquina capitalista. Este fato, se não implica em um colapso das estruturas do capital, indica a necessidade de readequação produtiva para que não ocorra diminuição dos lucros. Fazemos coro com François Chesnais e Claude Serfati, quando estes afirmam que a crise ambiental corresponde a:

“uma crise para a humanidade, uma crise da civilização humana; mas, no que tange ao capitalismo, as coisas não podem ser analisadas tão simplesmente. A ou as crise(s) ecológica(s) planetária(s), cujos efeitos se repartem de forma muito desigual, são os produtos do capitalismo, mas nem por isso são fatores centrais de crise para o capitalismo. (...) Não compartilhamos a idéia que, pelo viés da destruição ou de danos graves ao ambiente natural, o capitalismo poria em perigo, e até destruiria, suas próprias condições de reprodução e de funcionamento enquanto capitalismo.” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 04)

Se para Chesnais e Serfati, a crise ambiental atinge de forma holística a civilização humana, os mesmos não concordam com seu potencial de ameaça para o bom funcionamento da máquina capitalista. Os autores complementam a análise apontando que:

“É no âmago dos mecanismos de criação e de apropriação da mais-valia que jazem as contradições que fazem com que 'a verdadeira barreira da produção capitalista seja o próprio capital'. Na esfera do ambiente natural, o capital representa uma barreira, ou mais exatamente uma ameaça premente para a humanidade – e, no imediato, para certas parcelas específicas dessa – mas não para o capital em si. No plano econômico, o capital transforma as poluições industriais, bem como a rarefação e/ou a degradação de recursos, como a água e até o ar, em “mercados”, isto é em novos campos de acumulação. Em domínios como os das repercussões da decodificação do genoma ou no dos OGMs, vemos estratégias de dominação econômica e política sem precedentes em sua forma e seus objetivos, acompanhadas por ‘apostas’ tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total. Frequentemente, seu motor é a satisfação do “valor acionário” demandado por investidores institucionais e pelos mercados de ações. No plano político, o capital é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para países e para classes mais fracas. Em caso de necessidade, ele pode em último recurso dirigir toda a potência militar dos imperialismos dominantes para tarefas de “manutenção da ordem” em todas as partes do mundo em que as degradações das condições de existência dos povos, sob efeito das destruições ambientais, possam provocar levantamentos.” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, pp. 04-05, *grifo dos autores*)

Novamente, os autores desdenham da crise ambiental como uma ameaça ao capital, pois apontam que é possível contorná-la por meios econômicos, políticos, tecnológicos, e, se necessário, militares. Ainda que a crise ambiental coloque em risco uma parcela da humanidade, para o capitalismo é inclusive uma possibilidade de obtenção de maiores lucros.

Assim, podemos compreender que a crise ambiental, sob a ótica capitalista, é a preocupação com o esgotamento de alguns importantes recursos naturais para a economia mundial. Este esgotamento ocorreu de forma acentuada nos países mais industrializados, de maneira que se tornou fundamental para a reprodução do capital que se preservem as jazidas destes recursos nos países periféricos (algo perseguido desde os embates de Estocolmo!). Sob esta perspectiva, pode-se ainda aludir que a crise ambiental é uma dificuldade para a ampliação do capital, e que assim requer uma readaptação gradual para o investimento em novas técnicas e novas formas produtivas. Ocultam-se as contradições da própria produção capitalista, para que aconteça a exibição apenas de uma face de grande apelo que é a questão ambiental conforme a divulgação midiática.

2.2 O Uso Capitalista da Natureza enquanto “Mercadoria”

Entendendo a crise ambiental como eminentemente política, econômica e social, e que as soluções propostas nos documentos oficiais e conferências internacionais são de origem econômica, técnica e produtiva, torna-se uma exigência empreender uma reflexão sobre as formas de apropriação das riquezas pelo capitalismo. Assim, entender de maneira crítica o modo de produzir mercadorias a partir do uso da natureza enquanto matéria-prima, não de acordo com as necessidades humanas e sim com as necessidades do capital.

O Modo de Produção Capitalista altera a equação $M - D - M$ [onde M = mercadoria e D = dinheiro]. Neste sistema, o ponto de partida e de chegada é o dinheiro, que faz com a produção de mercadorias só tenham utilidade se forem adequadamente lucrativas. Assim, a transformação do dinheiro em capital, sob a forma de lucro [D'], ocorre sob a fórmula geral $D - M - D'$, que acaba sendo a gênese da ocorrência do capital, pois se torna o mecanismo (um processo permanente) de acumulação (MARX, 1980a; ENGELS, 1977), pois “*é a produção, circulação e desenvolvimento da mercadoria que aparecem como fatores históricos do nascimento do capital*” (ENGELS, 1977, p.75). A mais-valia é a riqueza retirada, de forma alienada, sobre o trabalho humano (MARX, 2004, p. 89, e seguindo seus ensinamentos, DAMIANI *et. al.*, 2006; VÓLKOV, VÓLKOVA, 1987, p. 54), que se transforma em mercadoria, ou ainda, segundo Arlete M. Rodrigues (2005), em “recursos humanos”. Assim, o “*roubo do tempo de trabalho de outrem que é a base atual de riqueza*” (SUPEK, 1980, p. 25).

Em tempos de globalização e meio técnico-científico-informacional, a retórica neoliberal obteve vitórias contundentes ao obstruir, no âmbito político (e também nas esferas acadêmico-escolar) debates que envolvam a *centralidade do trabalho*, eclipsadas pela celebração da tecnificação que prioriza a efetivação de tecnopólos, *clusters*¹⁰⁸ e *bunkers* industriais, bem como as redes técnicas e comunicacionais (OLIVEIRA, RIBEIRO, 2009a). Ainda que a aparência do modo de produção capitalista possa sugerir um decréscimo do trabalho e sua dissolução frente ao aparato técnico-científico, com o “agravamento do homem-máquina” — “*fruto da reificação da informática e do aprofundamento da expropriação de um trabalho fetichizado por conciliar, de maneira alienada, concepção e execução*” (WOLF, 2004, p. 365) —

¹⁰⁸ Cluster industrial é uma aglomeração de tamanho considerável de firmas numa área espacialmente delimitada com claro perfil de especialização e na qual o comércio e a especialização inter-firmas são substanciais (ALTENBURG & MEYER-STAMER, 1999, p. 1964 *apud* SUZIGAN, 2001, p. 57).

poucas coisas são tão indiscutíveis quanto à centralidade do mundo do trabalho (ANTUNES, 2001; KURZ, 2004; MAÑAS, 2005)¹⁰⁹.

A fragmentação industrial após a década de 70 que, por sua vez, conduziu a alterações na própria organização classista do proletariado, enxugando quantitativamente a mão-de-obra e sua participação sindical, criou no trabalhador um caráter multifuncional que não foi acompanhado de benefícios diretos. Este “trabalhador”, tornado *flexível* em seu cotidiano de trabalho e nos seus direitos até então adquiridos, teve sua importância questionada pela capacidade sedutora da técnica, *veloz e precisa*, como se a mesma fosse resolver todos os problemas da humanidade (HABERMAS, 1983; PORTO-GONÇALVES, 1992; HARVEY, 2008), em uma espécie de “*fetichismo tecnológico*” (BRAGA, 2005). Educado enquanto capital humano (Cf. BLAUG, 1975), o *trabalhador* observou a diminuição de seus salários, a disputa brutal por postos de trabalho, as demissões em massa, o aumento da carga-horária de trabalho (ANTUNES, 1980), a “falência” das garantias trabalhistas e mesmo um controle direto de seu tempo livre¹¹⁰.

Enxugamento da força de trabalho, mutações sócio-técnicas do setor produtivo e na organização social do trabalho; flexibilização, desregulamentação, terceirização, novas formas de gestão de força de trabalho (ANTUNES, 2004, p. 25): apesar destes indicativos adversos que tentam diminuir a importância do trabalho na sociedade contemporânea, entendemos que o trabalho é a inexpugnável forma de relação do *homem* com a *natureza*, e o processo fundamental para a existência de vida humana. O trabalho corresponde à produção de coisas úteis para preenchimento das necessidades humanas (SMITH, 1988), e também o aprofundamento dos laços entre os membros da sociedade, através da cooperação (ENGELS, 1978).

O *homem* se distingue do restante dos animais por *produzir* seus meios de existência, e assim sua própria vida material (MARX, 2001a; MARX, ENGELS, 2001). Esta é a diferença básica do trabalho, atividade eminentemente humana. Marx evidencia o que parece tão lógico: o

¹⁰⁹ Concordamos com a constatação de José Paschoal Rossetti (1984, p. 39), que aponta que está em curso um “*alargamento da orientação da geografia econômica*”. Contudo, julgamos necessário empreender a defesa da centralidade do trabalho no processo produtivo, e não permitir que tais reflexões sejam depositadas em relicários conceituais — há um patente declínio do modelo de pesquisa social “centrado no trabalho” (OFFE, 1994, p. 171) —, para que se mantenha o componente crítico da Geografia Econômica, enveredando sobre os novos caminhos teórico-metodológicos de sua aplicação a partir de um balanço de seu complexo quadro interpretativo-conceitual (Cf. OLIVEIRA, RIBEIRO, 2007a, 2007b, 2008 e 2009a).

¹¹⁰ Os libelos contra este controle em geral evocam o “anti-trabalho”, como podemos ver em ideias como “o direito à preguiça” (LAFARGUE, 2000 [1889]), “as virtudes do ócio criativo” (De MASI, 1999 e 2000) e “o elogio do lazer” (RUSSEL, 1977).

homem faz parte da *natureza*, e assim devemos enxergá-lo; são indissociáveis, e sua capacidade de produção material não o possibilita independência ou governabilidade sobre a natureza. Verdadeiramente, só haveria sentido falarmos em natureza exterior “*se considerarmos o homem como sendo diferente da natureza*”, afinal, “*essa natureza que precede a história dos homens (...), hoje em dia*¹¹¹, *não existe em parte alguma, a não ser talvez em alguns atóis australianos de formação recente*” (MARX, ENGELS, 2001, p. 45).

O trabalho humano é o centro das relações entre os seres humanos e natureza (SMITH, 1988); é a coroação do *homem* enquanto *natureza*, numa relação que traz modificações na natureza e no trabalhador. O trabalho “*é o ato através do qual o homem despende energia para transformar as condições que o cercam, com um fim determinado*” (SADER, 2000a, p. 62); ele nega a separação do Homem e da Natureza e prova que esta relação é orgânica, dinâmica e natural-social. O trabalho é a força motivadora do que Marx denominou como *metabolismo ou interação metabólica* (SCHMIDT, 1983) — do alemão “*Stoffwechsel*”, que, segundo John Bellamy Foster (2005), implica, nos seus elementos, uma “troca material” (um “intercâmbio material”, na interpretação de DUARTE, 1986) subjacente à noção dos processos estruturados de crescimento e decadência biológicos —, onde este metabolismo entre os homens e a natureza é o processo “*pelo qual os seres humanos apropriam os meios para preencher suas necessidades e devolver outros valores-de-uso para a natureza*” (SMITH, *op. cit.*, pp. 71-72), em um processo que autor intitula “*produção da natureza*” (SMITH; O’KEEFE, 1980 e SMITH, 1988).

Segundo Neil Smith (1988), a produção capitalista (e a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação particular: o lucro. Dessa forma, em busca do lucro, o capital subjuga a natureza e os trabalhadores às necessidades do capital. Afinal, no Capitalismo, “*o trabalho é uma mercadoria*” (MARX, 2001a, p. 77, seguido por CATANI, 1980; DEANE, 1980, p. 174; SADER, 2000b, p. 69), assim como a natureza, e desta maneira é aplicado um valor de troca na força de trabalho dos homens e na natureza. O trabalho no capitalismo tem como objetivo a exploração da natureza e a exploração do proletariado (ALIMONDA, 2003, p. 10), e a divisão do trabalho permite aumentar a produção para o intercâmbio, explorando o potencial do trabalhador sob a tutela do lucro. A acumulação de capital dirige a produção, e enxerga aqueles que empregam sua força de trabalho como artífices sem direito pátrio sobre o produto final. O capitalismo aliena os trabalhadores, a natureza e o

¹¹¹ Percebamos: o autor remete ao século XIX, o que demonstra a plausibilidade e atualidade de sua afirmação.

trabalho enquanto interação entre ambos — John Bellamy Foster e Brett Clark (2006, p. 227), que citam Marx, apontam a constituição de uma “*fissura metabólica*” — e o trabalho deixa de ser interação e passa a ser alienação (MARX, 2001a), tornando-se um cativo (MOREIRA, 1985).

Como o sistema capitalista se preocupa primordialmente com o lucro, a produção de mercadorias obedece ao ritmo das necessidades do capital, e acaba por adquirir um valor justamente porque é uma cristalização de um trabalho social (MARX, 2004, p. 74). Como afirma Marx (2001a, p.149), “*a necessidade do dinheiro constitui, assim, a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz*”. Enxergando a natureza enquanto recurso-mercadoria para obtenção de lucros, o triunfo do modo de produção capitalista depende da realização de uma seleção dos recursos naturais que são essenciais para a reprodução do capital e então “multiplicá-los”, ou “conservá-los”, ou ainda, “protegê-los”; fazer uma escolha criteriosa do que é fundamental para a expansão contínua e reprodução ampliada do desenvolvimento capitalista.

Tendo como primordial a aplicação de um valor de troca para as riquezas da natureza, que obscurece o seu valor e selecionando o que é importante salvaguardar da extinção pelas necessidades do capital¹¹², e dissociando estas atividades do trabalho humano, torna-se indiscutível uma transição ideológica da condição de *trabalhadores* para *consumidores* neste diálogo sobre o esgotamento dos “recursos”. Se existe uma multifacetada crise ambiental, que é econômica, política e social, esta crise se deve ao aceleração do uso das riquezas naturais, e que exige a “*ecologização*” de algumas medidas econômicas. É possível afirmar que esta crise na verdade não é real para o capital, mas justamente uma nova forma de reprodução ampliada do mesmo, isto é, uma fórmula para aumento dos lucros.

A crise ambiental é intrínseca ao modo de produção capitalista, ela está pautada no processo de industrialização. Entendemos industrialização como um processo dominante no qual a produção fabril se torna hegemônica sobre as demais atividades, e passa a exercer influência direta sobre todas as esferas da sociedade, que envolve desde a política e a economia, até a organização social, pois se trata de “*uma profunda alteração da divisão social do trabalho*” (SINGER, 1973, p. 32). “*A industrialização caracteriza a sociedade moderna*” (LEFEBVRE, 2001, p. 03), e altera profundamente a geografia do mundo, em sua materialidade, com novos

¹¹² Vale lembrar que Vandana Shiva (1991) aponta que as riquezas têm valor, mas em geral o que se coloca como preço está na exploração, monopólio, etc. — por exemplo: quando estão próximas do esgotamento ou então sofrem monopolização o preço tende a aumentar.

objetos, e em seu conjunto de movimentos (ações), artificializando o espaço geográfico com próteses territoriais no advento do meio técnico (SANTOS, 2002).

Desta maneira, a industrialização não significa simplesmente o “surgimento de fábricas”¹¹³: é muito mais abrangente, pois se trata de um processo gestado desde a Revolução Industrial, onde o “sistema de fábrica” (De DECCA, 1986) se torna vitorioso e passa a se aperfeiçoar paulatinamente. O autor nos aponta que o “sistema de fábrica” não foi fruto de um grande avanço tecnológico, mas que se constituiu como forma de criação da “sociedade do trabalho” para geração de riquezas para a burguesia ascendente, onde a subserviência à máquina, a separação de funções e mesmo a glorificação do trabalho¹¹⁴ se tornaram instrumentos de dominação de classe. Se o desenvolvimento industrial é, *a priori*, um processo de acumulação de capital (SINGER, 1992, p. 150), insurge consigo uma nova ética industrial, com novos valores éticos e morais de compulsão do trabalho, com a construção da imagem do prazer e do bem advindos do trabalho executado (ANTONACCI, 1993, p. 11).

Podemos afirmar que o “sistema de fábrica” se constitui em alguns fatores específicos que relacionamos a seguir: [1] o aprisionamento do trabalho humano, em um sistema de relações sociais, baseado na disciplina, no controle do trabalho (e também do tempo livre¹¹⁵, conforme MASCARENHAS, 2003), na crítica à ociosidade e com um eficaz sistema de vigilância (lembrando a disciplinarização dos corpos, de acordo com os escritos de Michel Foucault, 1975), já que a concentração dos trabalhadores em um só local facilitava todos estes procedimentos, e

¹¹³ Esta noção de industrialização apresentada se opõe a uma noção geral que remete ao simples processo de criação de indústrias: não concordamos, por exemplo, com a concepção de Francisco Iglesias (1994, p. 7), para quem “*a indústria significa a elaboração da matéria-prima para conveniente uso*”, e assim, a industrialização brasileira começou “*com os índios e a colonização portuguesa*”.

¹¹⁴ Edgar de Decca (1986) explica que a palavra trabalho, até a época Moderna, sempre foi sinônimo de penalização, de dor, de cansaços insuportáveis e ainda estava vinculada à miséria e pobreza. Seja o termo em inglês *labor*, o grego *ponos* ou a palavra alemã *arbeit*, a palavra trabalho tem uma origem profundamente negativa, vinculada ao instrumento de tortura chamado *tripalium* (CHAUI, 2000, p. 12). Esta negatividade do trabalho só é alterada a partir da Revolução Industrial e criação de novos valores para o proletariado, agora indicados pela “negatividade do ócio” (*Id.*, *Ibid.*) e pela “virtude (dogma) do trabalho” (LAFARGUE, 2000, p. 113; CHAUI, *op. cit.*, p. 29). Karl Marx (1980a) catalogou as brutais medidas legislativas e ideológicas contra os “vadios” (aqueles que não conseguiam trabalho), e mostrou como a exaltação da idéia do trabalho como virtude humana foi construída como muita violência e sangue de trabalhadores.

¹¹⁵ Jean Gimpel mostra com clareza o quanto o relógio criou uma “nova concepção de tempo”, em contraposição à “eternidade litúrgica” da Igreja que marcava a vida urbana do período medieval. A partir do Século XIV, com a progressiva racionalização / matematização do tempo em horas, os hábitos citadinos passaram a priorizar os interesses burgueses, e os sinos das torres – com seus toques em intervalos regulares de sessenta minutos – passavam a comandar a vida pública e marcaram contundentemente as atividades comerciais, industriais e intelectuais do mundo ocidental (GIMPEL, 1977). Com o capitalismo industrial, o controle do tempo extrapola o “mundo do trabalho” e atinge toda a nossa cotidianidade: emerge, com a industrialização, um “*novo homem em um novo tempo*” (ANTONACCI, 1993, p. 11).

ainda aumentava a produtividade (FONTES, 2005); [2] o controle social, na divisão em classes antagônicas, através não somente do encarceramento do trabalho anteriormente citado, mas também do aprisionamento dos saberes e do conhecimento — calcado na supremacia da razão científica burguesa —, e da divulgação permanente das ideias dominantes; [3] a compreensão do desenvolvimento como modernização, e a crença inabalável na “*capacidade redentora da técnica*” (PORTO-GONÇALVES, 2002; assim como, utilizando outras palavras, ELLUL, 1968; HABERMAS, 1983); [4] a criação do proletário moderno, subserviente à uma divisão alienada do trabalho que barateou o seu salário e retirou sua independência enquanto trabalhador; e [5] a maquinização do mundo, que transformou a natureza em “combustível” e o homem em “engrenagem” na grande máquina que corresponde o sistema industrial de produzir mercadorias, sob a lógica do positivismo newtoniano-cartesiano e o paradigma da repetição, de acordo com os escritos de Ruy Moreira (2004).

Analisando criticamente a perspectiva dominante que entende o desenvolvimento capitalista como sinônimo de modernização (em um processo que utiliza a natureza como recurso), autores como Ruy Moreira (2004) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (1992, 2000 e 2002) realizaram uma aproximação teórica entre o processo histórico de Revolução Industrial e a construção do paradigma científico moderno, de base newtoniano-cartesiana. Em ambos os autores, a Modernidade pode ser definida, em linhas gerais, como um encontro entre a realidade material-concreta iniciada a partir da Revolução Industrial e a matriz teórica iniciada com o advento da Ciência Moderna, em uma visão geometrizada de mundo¹¹⁶ (MOREIRA, 2004). Assim como a Revolução Industrial, a *ciência moderna* também “transforma” a natureza em recurso, conforme nos lembra Carlos Walter Porto-Gonçalves, ao analisar a obra de Descartes:

“Dois aspectos da filosofia cartesiana (...) vão marcar a modernidade: 1.º o caráter pragmático que o conhecimento adquire – ‘conhecimentos que sejam muito úteis à vida em vez dessa filosofia especulativa que se ensina nas escolas’. Dessa forma, o conhecimento cartesiano vê a Natureza como recurso, ou seja, (...) um meio para se atingir um fim, e 2.º o antropocentrismo, isto é, o homem passa a ser visto como o centro do mundo; o sujeito em oposição ao objeto, à natureza. O homem, instrumentalizado pelo método científico, pode penetrar os mistérios da natureza, e assim, tornar-se ‘senhor e possuidor da natureza’”. (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 33, *grifos nossos*)

¹¹⁶ Apesar de outro viés, Cristovam Buarque (1999, p. 24) apreende a modernidade de maneira semelhante, quando aponta tratar-se de “*uma utopia que a civilização desejava construir, baseada na elevada produtividade econômica, abundância de consumo de mercadorias e nas novas máquinas, fruto de descobertas tecnológicas*”.

Carlos Walter Porto-Gonçalves e Ruy Moreira asseveram em suas obras que a ciência moderna empreende um “divórcio definitivo” entre homem e natureza, solidificando a separação iniciada na Grécia Clássica, mediante o rompimento de Sócrates, Platão e Aristóteles com a unidade do conceito de natureza (chamada *physis*) para os filósofos pré-socráticos (PORTO-GONÇALVES, 2000). A visão moderna de natureza é dissociada do homem, racional e dominante. E se o fato de que este homem esteja destruindo as riquezas naturais é uma contradição inerente ao capitalismo, para os autores supracitados, esta noção teórica que antagoniza “*homem versus natureza*” é uma das importantes raízes da crise ambiental.

Assim, de acordo com alguns autores, está em processo de transformação o paradigma moderno no qual a natureza faz parte da engrenagem da produção fabril. Este novo paradigma em construção — complexo, holístico, sistêmico, biológico, *sustentável* (Cf.: CAPRA, 1999; LEFF, 2000; MORIN, 1996 e 2001; PRIGOGINE, STENGERS, 1991; SANTOS, 1996) — estaria relacionado não somente às questões intrínsecas às universidades e ao pensamento científico, mas também seria fruto da necessidade de readequação no sistema capitalista.

Algumas indagações se tornam pertinentes: estaria realmente em curso uma mudança paradigmática de fato ou seria tal “transformação” apenas parte de um discurso dominante? O paradigma moderno teria contribuído decisivamente na crise ambiental capitalista? E, finalmente, a construção de um paradigma é algo realmente tão abrangente ou residiria apenas na esfera da ordem analítico-científica?

Podemos definir *paradigma*, como “paradeigma”, “padrão” (CAPRA, 1999), como a instituição “de conceitos soberanos e sua lógica (disjunção, conjunção, implicação), que governam ocultamente as concepções e as teorias científicas, realizadas sob seu império” (MORIN, 2001). Segundo Thomaz Kuhn (1995, p. 219), “*um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham, e inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma*”. A construção de um paradigma ocorre sob os auspícios da ciência e se dissemina pela sociedade. Ou seja, não se trata de um projeto que fica restrito a academia, mas de uma proposição emergente das necessidades produtivas do sistema hegemônico, que envolve desde uma superação da civilização baseada no usufruto dos combustíveis fósseis (CAPRA, 1999; FLAVIN, 2000; MOREIRA, 2004 e 2007, p. 178; SACHS, 2000), a reformulação das tarefas fabris tão repetitivas do trabalho humano, a adequação de saberes tradicionais enquanto suportes das novas práticas e ações (PORTO-GONÇAVES, 2002)

até mesmo mudanças culturais e na própria apropriação da religiosidade. Esta análise, que ressalta a interligação entre ciência e realidade econômica, coaduna com o pensamento de Milton Santos (2002) que argumenta, como ressaltamos anteriormente, que vivemos em um “meio técnico-científico-informacional”, cuja característica é a interação e inseparabilidade da técnica e da ciência sob a égide do mercado, cujos objetos constituídos já surgem como informação.

Não é possível precisar se está realmente em processo a edificação de um novo paradigma, mas é evidente que há uma crise paradigmática. Para os objetivos deste estudo não importa se isto é um fato ou um discurso, e se verdadeiramente está emergindo um paradigma holístico-ecológico (e se poderemos assim denominá-lo). Tampouco interessa se tal razão científica emergente se consolidará como paradigma ou se é apenas um discurso que visa ocultar a manutenção do paradigma dominante. O que vale é entender que este mundo matematizado tem encontrado dificuldades em lidar com os desafios biológicos da contemporaneidade. Direta ou indiretamente, este modelo calcado em uma razão matemática acabou por lapidar um domínio exacerbado da natureza: a matemática, a aritmética, a geometria, a física, enfim, este conjunto de conhecimentos científicos tornou-se dominante, e através de seus métodos, técnicas e formulações, impingiram ao mundo uma leitura baseada nos cálculos. É desta maneira que se compreende a natureza e a sociedade como máquinas de acordo com a ordem científica hegemônica.

Se há um percalço teórico nesta relação, seguramente se trata da crise ambiental, que tem inevitável relação com o processo de industrialização, remetendo ao que Robert Kurz (1992) identificou como o “*colapso da modernização*”, com o intento de prescrever o esfacelamento das bases da sociedade industrial capitalista. Anthony Giddens, Ulrich Beck e Scotth Lash, que escrevem sobre a urgência de se entender a “modernização reflexiva”, vêm constantemente apontando seus receios quanto aos descaminhos do industrialismo e da era moderna. Anthony Giddens, assim como Ulrich Beck (2010), destaca o fato de que vivemos em uma “*sociedade de risco*” (GIDDENS, 1991, 1997 e 2000) — depressão extrema dos mecanismos de crescimento econômico, conflitos de grandes escala, aumento de sistemas totalitários e na deterioração ecológica — onde mesmo a aceleração de descobertas técnicas e científicas não causa mais segurança e certeza de melhorias na vida cotidiana. Não é um exagero afirmar que vivemos um “*stress da modernidade*” (CHESNEAUX, 1996), onde a tecnologia onipresente afeta de forma

direta o ritmo de nosso tempo, e para nos geógrafos o ritmo de apropriação, produção e reprodução do espaço que precisamos desvendar.

De acordo com a visão dominante, o colapso da *modernização* possui relação com o limite do *desenvolvimento*, e funciona, em nosso entendimento, como termômetro da crise da sociedade industrial. A crise ambiental está associada ao colapso da modernização pela premissa do controle da propriedade e da obtenção de lucros. O modelo de desenvolvimento capitalista vem paulatinamente destruindo as reservas naturais, de maneira que gerou o perigo próximo de escassez irreversível de determinadas riquezas naturais (BRITO, RIBEIRO, 2003; RATTNER, 1992; entre outros).

2.3 O Neoliberalismo e o Meio Ambiente: O Relatório Brundtland

A publicação do extenso Relatório Brundtland, que adquiriu o sugestivo título de “*Nosso Futuro Comum*” (“*Our Common Future*”) na década de 1980, foi o corolário do processo de alinhamento dos interesses econômicos capitalistas com a questão ambiental. Tal documento é a adequação entre economia e ecologia (de um ponto de vista conservador), através da combinação entre a idéia do *desenvolvimento sustentável* e o *neoliberalismo econômico* enquanto proposta hegemônica na nova ordem.

O *Relatório Brundtland* pretendeu mostrar que o crescimento é possível desde que todos os países, especialmente da periferia, sigam suas normas, em oposição ao *Limites do Crescimento*, que revelava os interesses dos países centrais em manter a divisão territorial do trabalho e também os conflitos e as contradições entre o “norte desenvolvido” e o “sul subdesenvolvido”.

Assim, o *Relatório Brundtland* apresenta uma visão otimista, ao contrário do que apresentava a obra “*Limites do Crescimento*”. Lança com esta perspectiva uma cortina de fumaça nas contradições e conflitos com a constituição de uma ideia capaz de preconizar um futuro comum para todos, através de uma estratégia de desenvolvimento dentro do sistema capitalista: o desenvolvimento sustentável. As catástrofes relatadas no documento, como a seca prolongada na África, os acidentes nucleares de Tchernobyl, um vazamento em uma fábrica de pesticidas na Índia e de produtos tóxicos no Rio Reno — todos de gigantescas proporções e vários óbitos — não abalaram a confiança da proposta de desenvolvimento sustentável, contida

no Relatório Brundtland. Para José Carlos Barbieri (2007, p. 22), e também David Carvalho (2003, p. 197), o otimismo presente neste relatório baseia-se no entendimento de que a humanidade seria capaz de aprimorar suas atividades de acordo com os limites do planeta.

Entendemos que o Relatório Brundtland atingiu seu objetivo ao preconizar uma estratégia dominante, de caráter universalizante, sob o manto ideológico da natureza como bem comum da humanidade como se houvesse uma apropriação igual das riquezas. Asseveramos aqui que a formulação do desenvolvimento sustentável somente pode ser compreendida quando analisamos a emergência do neoliberalismo, que surge como teoria no pós-guerra (aleatoriamente à problemática ambiental contemporânea), e, aos poucos, foi tornando-se a matriz econômica dominante em todo o mundo, e uma face atual da ordem da globalização.

A obra embrionária do neoliberalismo chama-se “*O Caminho da Servidão*”, publicada em 1944, de autoria do filósofo político austríaco Friedrich August von Hayek, que buscava auferir a anteposição teórica entre liberdade e planejamento, ou seja, vislumbrar uma crítica contundente ao keynesianismo em voga (PEREZ, 1999, p. 81). Hayek não era um defensor extremamente ortodoxo do *laissez-faire*, e apontava uma necessidade da preservação da segurança para a população pelo Estado, permanecendo este obrigado a promover uma renda mínima para garantir o sustento de todos (AVENA, 1999). Em torno de Hayek, foram congregados intelectuais de vários matizes e nacionalidades que fundaram, em 1947, a Mont Pelerin Society (HARVEY, 2008), que tinha entre os participantes Ludwig von Mises, Karl Popper e Milton Friedman. Este último autor, um economista norte-americano, constituiu importantes formulações em prol da liberdade de mercado (em oposição ao *Welfare State*), e da necessidade de desregulação da política econômica das nações. Os Prêmios Nobel recebidos por Friedrich August von Hayek, em 1974, e Milton Friedman, em 1976 — ainda que esta láurea tenha dimensão política — representaram o respaldo acadêmico à teoria neoliberal por estes autores elucidada.

Segundo David Harvey (2008, p.12), o neoliberalismo é

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos de propriedade privada, livres mercados e livre comércio¹¹⁷.

A teoria neoliberal, que, segundo o excerto, se caracteriza por livres mercado e comércio, baseia-se em um aparato conceitual que se consolidou a partir de ideais convincentes, valiosos e sedutores, como *dignidade humana e liberdade individual*, em um mundo pós-guerra, pós-nazi-fascista e que vivia sob os auspícios da Guerra Fria. Para que tais ideais se consolidem na prática, o mesmo autor afirma que

o papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções familiares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir os direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário, pela ação do Estado. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2008, p. 12).

Desta maneira, segundo os ensinamentos de David Harvey, o Estado tem um importantíssimo papel no neoliberalismo econômico. No liberalismo clássico (Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo), o Estado deveria, teoricamente, se ausentar da economia, para garantir que a “mão invisível do mercado” e a política do *laissez-faire*¹¹⁸ tornassem o mercado o senhor das decisões. O liberalismo aponta a ideia de que “*o mundo seria melhor — mais justo, racional, eficiente e produtivo — se nele reinasse, soberana, a livre iniciativa, se as atitudes*

¹¹⁷ A liberdade era a base da “filosofia” de Hayek e Friedman: liberdade de escolhas, igualdade de direitos e oportunidades, com o maior uso das forças espontâneas da sociedade (HAYEK, 1977, p. 17; FRIEDMAN, 1977, p. 165).

¹¹⁸ Contração da expressão em língua francesa *laissez faire, laissez aller, laissez passer*, que significa literalmente “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”.

econômicas dos indivíduos (e suas relações) não fossem limitadas por regulamentos e monopólios, estatais ou corporativos” (MORAES, 2000, p. 07). No neoliberalismo — cujo prefixo “neo” demonstra a referência à economia neoclássica — o Estado não se ausenta da economia: ao contrário, tal teoria é uma forma para que o Estado coloque o mercado em primeiro lugar em suas decisões.

A política neoliberal baseia-se, destacadamente, em um tripé: privatização¹¹⁹, abertura comercial e desregulamentação financeira e do mercado de força de trabalho (BOITO Jr., 1999, p. 30). “*Os princípios da ideologia neoliberal não correspondem, de maneira coerente, às propostas e à prática política que eles inspiram*”, e a defesa do mercado “*circunscreve-se apenas e tão somente àquilo que convém aos grandes monopólios e ao imperialismo, na era do capitalismo monopolista e da especulação financeira*” (BOITO Jr., 1999, p. 27). Os mecanismos de desregulação e privatização do patrimônio público não simbolizam a retirada do Estado, mas seu servilismo pleno às grandes corporações capitalistas. A neoliberalização significou a “financiarização” de tudo (HARVEY, 2008), fazendo com que as classes dominantes alimentem-se incessantemente do aparato de Estado.

David Harvey (2008) alerta que, se mesmo o neoliberalismo se tornando autoritário, violento e antidemocrático, houve uma inicial empatia na sua acolhida, devido principalmente aos conceitos (corrompidos) de dignidade humana e liberdade individual (anteriormente citados) presentes nas obras clássicas desta teoria econômica. Contudo, somente com a chegada ao poder de personalidades ligadas a esta escola econômica, como a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher (eleita em 1979, quando adotou um catálogo de duras reformas liberais no Reino Unido) e o presidente norte-americano Ronald Reagan (que assumiu em 1980 o governo dos Estados Unidos com um programa de neoliberalismo extremado) que tal teoria ganha projeção. Segundo Drouin (2008, p. 164), Ronald Reagan, eleito presidente dos Estados Unidos em 1981, procurou reatar laços com os valores da sociedade americana, baseados no “trabalho”, na “poupança” e no “investimento”, e adotou o pragmatismo neoliberal reduzindo a presença do Estado na sociedade

¹¹⁹ Podemos afirmar a que a *empresa pública* é uma anomalia no quadro do liberalismo econômico (CRUZ, 2004, p. 96), pois a mesma esteve sob forte ataque, com argumentos diversos e não raro contraditórios: focos de ineficiência econômica, ameaça à empresa privada por sua tendência à diversificação; um dos principais fatores responsáveis pelo déficit público. Em estudo anterior (OLIVEIRA, 2006), pudemos analisar o caso da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional — CSN, de Volta Redonda – RJ, um exemplo oportuno do processo de adequação brasileira ao neoliberalismo e os conseqüentes prejuízos econômicos e sociais da esfera pública, e não obstante, da utilização do alibi ambiental, através da ideologia do desenvolvimento sustentável, para o empreendimento de políticas compensatórias por parte da empresa após sua desestatização.

civil, diminuindo os créditos destinados às políticas sociais e reduzindo a carga tributária sobre os rendimentos das pessoas físicas e jurídicas. Da mesma maneira, a primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, implementou o neoliberalismo econômico através de um drástico controle da massa monetária, aumentando os juros, com uma austera política de ataque aos sindicatos e adoção sistemática de processos de privatização. Forjou-se então um consenso sobre as qualidades do neoliberalismo, como demonstra Francisco Fonseca (2005).

Harvey aponta referências para a emergência prática do neoliberalismo: a chegada de Deng Xiaoping ao poder na China, em 1978, que deu os primeiros passos para a abertura da economia chinesa adotando prática de livre-mercado; o momento em que Paul Volcker (que atualmente faz parte do governo de Barack Obama) assumiu o comando do Banco Central dos Estados Unidos (FED), em julho de 1979 (Ver também: DUMENIL, LÉVY, 2005), mudando o curso da política monetária do país; ou ainda, de maneira brutal, através de golpes militares, no Chile de Augusto Pinochet (com a derrubada de Salvador Allende, e a política dos *Chicago Boys*) e na Argentina. Não há dúvida que o neoliberalismo foi muito mais agressivo e massacrante com os países periféricos, e que houve um profundo descompasso entre a teoria e a prática do mesmo: tal política econômica destroçou a periferia econômica, com total subserviência às políticas do FMI e Banco Mundial e a clara imperialização norte-americana de alcance global¹²⁰. A internacionalização da economia através da política neoliberal de redução das tarifas aduaneiras, preconizada sob os auspícios da globalização e coordenada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), é uma política de expansão e de vendas das empresas européias, japonesas e estadunidenses (BOITO Jr., 1999, p. 35).

Podemos apontar, de maneira sintética, que para David Harvey (2008), o neoliberalismo possuía base conservadora (contraditória aos ideais de liberdade), e significou em seu viés geopolítico e em sua perspectiva ideológica um catálogo de ações que enumeramos a seguir: [1] o FMI e o Banco Mundial tornaram-se centros de propagação de implantação do “fundamentalismo do livre mercado”; [2] empreendeu-se um processo de “recolonização” — ou “colonialismo sem colônias” — em uma estratégia imperialista promulgada pelos Estados

¹²⁰ Harvey, no decorrer de sua análise, reflete sobre as experiências e as crises do México, da Argentina e Coréia do Sul, países onde ocorreu um verdadeiro massacre neoliberal. Neste panorama, estabelece um contraponto com o caso da Suécia, destacando os limites do neoliberalismo aplicado seletivamente neste país face ao modelo de bem-estar social vigente. O autor ainda dedica um capítulo à adoção do neoliberalismo econômico pela China — o que não deixa de ser uma observação de vanguarda — relacionando o autoritarismo do regime chinês como uma facilidade à implementação do neoliberalismo, e analisando o descompasso entre o enriquecimento econômico deste país com o empobrecimento das massas.

Unidos; [3] ocorreu o fortalecimento do braço coercitivo do Estado, que vai do apoio aos golpes na América Latina ao fortalecimento das guerras supostamente “antiterror” (possivelmente rumo a um imperialismo abertamente sustentado pela força militar, cf. Harvey, 2004), além da disciplinarização dos sindicatos e movimentos sociais; [4] consolidou-se a “financiarização” de tudo, com o pleno domínio das finanças sobre as outras áreas da economia, concatenada à reestruturação produtiva do capital calcada no modelo de acumulação flexível (e com as consequentes “*adaptações espaciais do just-in-time*”, cf. FRANCA, 2007, na constituição de “*novas territorialidades da produção*”, cf. Floriano OLIVEIRA, 2002); [5] emergiu uma retórica baseada na identidade, no multiculturalismo, no consumismo narcisista, e em outras dimensões estético-teóricas que buscam eclipsar os conhecimentos pautados na dialética, nas reflexões sobre poder e exploração do trabalho; e, [6] por fim, destacou-se a falsidade ideológica do livre comércio, já que a quebra de barreiras alfandegárias não suplantou os protecionismos e serviu prioritariamente para dilatar as fronteiras da periferia econômica mundial para as mercadorias dos países centrais.

Evidentemente, conforme apontamos em ocasião anterior (OLIVEIRA, 2009a), esta base teórica destacada por David Harvey serviu para que o modelo neoliberal escamoteasse as verdadeiras intenções do neoliberalismo, que seriam: (i) um *domínio geopolítico estadunidense*, que acabou por significar, de maneira concomitante, uma diminuição dos recursos para a esfera social dos Estados expondo a população global ao empobrecimento ainda mais profundo; e (ii) uma *nutriz ideológica* a partir dos ideais de liberdade, de multiculturalismo e de democracia (com base na propriedade privada e no livre-empresendedorismo)¹²¹, que implicou em remeter a um “relicário conceitual” os ideais de igualdade e de justiça social (Ver: OLIVEIRA, RIBEIRO, 2007b).

O neoliberalismo foi, antes de mais, a resposta aos limites do keynesianismo e da política do *welfare state*.¹²² Não foi tão simples para as classes dominantes expandir o modelo societário de inclusão dos trabalhadores em escala global: no Brasil, por exemplo, podemos apontar que o *welfare state* veio adaptado, de forma farsesca, pelo desenvolvimentismo populista, onde os benefícios sociais tinham caráter de retro-alimentação da pobreza. Novamente

¹²¹ Para John S. Saul (2006, p. 255), a democracia neoliberal pode ser melhor definida como “*poliarquia*” ou “*democracia de baixa intensidade*”, uma vez que compreende muito mais o livre-mercado do que as demandas da coletividade social.

¹²² Sobre estes limites, ver: OFFE, 1984.

recorrendo aos ensinamentos de I. Wallerstein (2003) pode-se aludir ao fato de que pela primeira vez na história do capitalismo a resposta de uma grave crise econômica veio com a subserviência do Estado em relação aos ditames do *mercado*. Enquanto o keynesianismo pautava-se na ampliação do Estado, grande oferta de moeda, baixas taxas de juros e, destacadamente, a geração de empregos (DELFAUD, 1977, pp.71-73; DROUIN, 2008, p. 122), o neoliberalismo necessitava promover a difícil conjugação entre *consumo* e *desemprego*. Nos países periféricos, a supressão dos direitos trabalhistas apresentou diferentes ritmos (entre o centro e a periferia mundial) e serviu para restringir ou suprimir os direitos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo foi uma forma conveniente de enquadrar as economias nacionais subdesenvolvidas às novas exigências do imperialismo, com restrição à autonomia política dos Estados periféricos, agora tutelados pelo FMI, Banco Mundial e OMC, e, conseqüentemente, o aprofundamento dos laços de subordinação econômicas destes países às economias centrais (BOITO Jr., 1999, p. 39).

É devido ao consenso em torno do neoliberalismo que ocorreu a aprovação pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1983 (ou seja, após a chegada ao poder de Margareth Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, entre outras experiências) da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)¹²³. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento se constituiu como uma referência para a gênese do processo que culminou com a formulação dos pressupostos, em tons consensuais, da concepção de desenvolvimento sustentável adequado a esta doutrina econômica. Ressaltamos que apesar de, especificamente, a terminologia desenvolvimento sustentável surgir em um trabalho anterior intitulado “*Estratégia de Conservação Mundial*”, resultado dos esforços comuns da UICN¹²⁴ e WWF¹²⁵, em solicitação do PNUMA — Programa das Nações Unidas para o Meio

¹²³ Em dezembro de 1983, atendendo a uma resolução da Assembleia Geral da ONU, o Secretário Geral Perez de Cuellar designou Gro Harlem Brundtland para a presidência de uma comissão independente, a comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; para a vice-presidência nomeou Mansour Khalid, cabendo a Gro Harlem Brundtland e Khalid designar os demais membros, de acordo com suas competências e não como representantes de governos e instituições (STARKE, 1991, p. 03). As audiências da Comissão Brundtland ocorreram em Jacarta, Oslo, São Paulo, Brasília, Harare, Nairóbi, Moscou, Tóquio e seis cidades canadenses (*Id.*, p. 06).

¹²⁴ Sigla da União Internacional para a Conservação da Natureza, organização não-governamental que agrupa Estados e instituições científicas e de interesse geral, com o propósito de elaborar estratégias para a conservação da natureza.

¹²⁵ Sigla da *World Wide Fund for Nature* (Fundo Mundial para a Natureza), organização não-governamental sediada na Suíça. Foi fundada em 1961, e na época sua sigla significava *World Wildlife Fund* (Fundo Mundial para a Vida Selvagem). O objetivo desta ONG consiste em financiar atividades ou organizações de combate aos problemas ambientais.

Ambiente, no ano de 1980¹²⁶ (BAKER, 2006; BAYLISS-SMITH, 1996; BARBIERI, 2007; HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005; VIEIRA, 2002), efetivamente, é a partir da formação da CMMAD que o desenvolvimento sustentável ganha contornos mais incisivos.

Durante os quatro anos de trabalho da equipe presidida pela primeira ministra norueguesa (e líder do partido trabalhista) Gro Harlem Brundtland¹²⁷ foram apreciadas possíveis “soluções” para os grandes problemas ambientais (e sociais), visando paulatinamente indicar a implementação de mudanças práticas e apontar os principais entraves para a execução das reformas propostas. Estas constituíam, antes de mais, um ajuste, sob forma de acordo, para intercâmbio de tecnologias, informações e investimentos, que consolidasse uma interferência “mútua” internacional como chave para a construção de um novo padrão de desenvolvimento menos agressivo com a natureza. Neste caso, vale destacar que, na pauta desta equipe da ONU, a natureza global cada vez mais acaba incorporada como uma mercadoria de valor crescente, e por isso, incomensurável a médio e longo prazo.

Com a publicação em 1987 dos trabalhos da CMMAD, elabora-se a matriz discursiva do desenvolvimento sustentável, que segundo os pressupostos contidos no documento é a base para uma utilização mais adequada da natureza para satisfação das necessidades humanas. Além das necessidades básicas — alimentos, roupas, habitação, emprego — outras aspirações parecem tornar-se legítimas neste documento, que resume este propósito inscrevendo a melhoria da “qualidade de vida” da população mundial enquanto meta central a ser alcançada (BRUNDTLAND, 1988).

O Relatório Brundtland afirma ser prioridade global a satisfação das necessidades dos pobres do mundo. Mas seria esta prioridade possível no sistema capitalista, ou seja, eleger como preocupação maior a satisfação de interesses gerais? Afinal, o Estado obedece aos interesses da classe dominante e é incapaz de perfazer uma programação de divisão igualitária dos recursos econômicos e naturais perante a sociedade. A necessidade de obtenção de lucros é a única verdadeiramente possível para este sistema econômico vigente (MARX, 2001a).

¹²⁶ Alguns autores (CAMARGO, 2005; JIMENEZ, TERCEIRO, 2009; LUCENA, TRAVASSOS, 2009; TAYRA, 2002, entre outros) especificam que o termo “desenvolvimento sustentável” aparece logo no sumário desta obra, escrito por Robert Allen, intitulado *“How to save the world”* (*“Como salvar o mundo”*).

¹²⁷ A Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento era composta por 23 comissários de 22 países, que atuaram sem vinculação com seus governos: Noruega (Presidente), Sudão (Vice-Presidente), Alemanha, Arábia Saudita, Argélia, Brasil (Paulo Nogueira Neto), Canadá (dois representantes, um dos quais Maurice Strong), China, Colômbia, Costa do Marfim, Estados Unidos, Guiana, Hungria, Índia, Indonésia, Itália, Iugoslávia, Japão, México, Nigéria, a então União Soviética e Zimbábue (LAGO, 2007, p. 64).

Em defesa do desenvolvimento sustentável, lemos no Relatório Brundtland (1988, p. 47) que:

a satisfação das necessidades essenciais depende em parte que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não-exploração dos outros.

O crescimento econômico e efetivação do capitalismo em escala planetária não são pressupostos de promoção de equidade social nem significam a satisfação das necessidades. Já asseveramos em ocasiões anteriores (OLIVEIRA, 2001, 2003, 2005, 2006 e 2007, e também OLIVEIRA, RAMÃO, MELO, 2011), que o desenvolvimento sustentável não se preocupa com as necessidades presentes e tampouco futuras da sociedade, pois não é objetivo do sistema capitalista a satisfação dos interesses coletivos, mas sim a manutenção de classes sociais desiguais. O desenvolvimento sustentável significa, então, um ajuste técnico na ordem vigente, sem que haja alteração na essência do sistema capitalista. Henri Acselrad (2000) define que o desenvolvimento sustentável é a fórmula encontrada para responder aos impactos negativos da concepção industrialista de progresso, incorporando o capital ambiental e abandonando a visão de que a natureza é um bem livre e dando à mesma um preço justo (*Id.*, 1993).

A institucionalização do desenvolvimento sustentável (NOBRE, AMAZONAS, 2002) enquanto norma, e da hegemonia da economia neoclássica sob vestes neoliberais (*Id.*, *Ibid.*) no Relatório Brundtland não traz consigo uma definição clara acerca desta concepção¹²⁸. A famosa definição de desenvolvimento sustentável como aquele que atende “*as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” (BRUNDTLAND, 1988, p. 46) — propalada em diversos documentos de diferentes escalas de tempo e espaço e de organismos diversos (universidade, órgãos governamentais, ONGs, empresas de diferentes portes etc.) — não esclarece pontos importantes e

¹²⁸ Apontamos em ocasião anterior que a manutenção de lacunas é um importante artifício para a manutenção da *Ideologia do Desenvolvimento Sustentável* (OLIVEIRA, 2001). Isto porque, segundo Marilena Chaui (1980, p. 25), a criação de lacunas em uma ideologia é um mecanismo para que esta se mantenha coerente; como a ideologia não objetiva tornar-se plena, são permitidas omissões e brancos não preenchidos, para que não seja necessário explicitar o que está implícito. Marcos Nobre e Maurício Amazonas (2002, p. 08) apresentam uma tese ainda mais vigorosa: “*são as fraquezas, imprecisões e contradições do Desenvolvimento Sustentável as razões de sua força e aceitação geral*”, e desta maneira, “*a noção de Desenvolvimento Sustentável só conseguiu ser universalmente persuasiva e aceita (...) porque conseguiu reunir sob si posições teóricas e políticas contraditórias e até mesmo opostas*”.

faz da criação de lacunas um importante artifício ideológico. Entre as lacunas desta concepção, e das propostas contidas no *Relatório Brundtland* (e da Agenda 21, assinada durante a Conferência do Rio de Janeiro – 1992, como veremos posteriormente), é possível enumerar: [1] apresenta estratégias estanques, que não compreendem uma totalidade de ações concatenadas para a edificação de um modelo alternativo; [2] não elucida os *sujeitos*, e descaracteriza as particularidades, desde as diferenças de classe até o estágio de desenvolvimento de países; [3] não apresenta perspectiva temporal de ação — a Agenda 21 é a agenda de um século! — sem definição de prazos a serem obedecidos; [4] não apresenta recorte espacial — a escala é a superfície terrestre, tratada como desprovida de diferenças políticas, culturais, étnicas, climatobotânicas e geomorfológicas; [5] utiliza, sem a realização de um debate profícuo, o conceito “de necessidade”, e conforme argumentação anterior, o capitalismo não se preocupa com necessidades presentes e futuras, e ainda cria novas necessidades cotidianamente; e [6], acima de tudo, não deixa claro o que a adição do termo “sustentável” ocasiona de transformação na concepção vigente de desenvolvimento¹²⁹.

À revelia de uma aparência vaga, imprecisa (BRÜGGUER, 1994, p. 66; MATTOS, 1997, p. 106), ambígua (O’CONNOR, 2003) e paradoxal (GUIMARÃES, 1997, p. 22), o desenvolvimento sustentável é um modelo pragmático baseado no contexto político-econômico vigente, que atende às demandas ambientais do mercado global, oferecendo um mecanismo de regulação para aproveitamento máximo dos recursos. Apresenta importante caráter geopolítico, através de uma nova logística de ordenamento territorial¹³⁰ baseada em um planejamento de maior eficácia na gestão das riquezas naturais consideradas como capital e da criação de uma ordem hegemônica que implica na constante vigilância para com o *território*, onde o processo de reestruturação é cabal para a manutenção do domínio. Trata-se de uma “pseudo”-solução (RAMÃO, 2008) dos problemas ambientais, mas um importante ajuste ecológico econômico.

Bertha Becker (1995) aponta que o desenvolvimento sustentável atende três princípios básicos: o princípio da *eficácia* no uso de recursos, com tecnologias capazes de

¹²⁹ Segundo o Nobre e Amazonas (2002), a sustentabilidade foi utilizada como termo mediador entre ambientalistas e desenvolvimentistas, uma resposta às questões colocadas na décadas de 1970, o que esta soma *desenvolvimento + sustentável* não altera de fato a concepção hegemônica de desenvolvimento.

¹³⁰ O ordenamento do território pode ser enxergado como um mecanismo de regulação (BECKER, 1995) e estruturação (JUNG, 1972) do uso do território, outorgado (VEIGA, 1999), um direcionamento explícito do domínio hegemônico (MOREIRA, 2002a), e também como uma função pública (NARANJO, 1998), dentro de territórios legais, mas de escassa aplicação e implantação. Entretanto, o estudo do ordenamento do território não deve descartar a compreensão das forças resistentes e conflitantes ao processo (ver: OLIVEIRA, RIBEIRO, 2009b).

consumir menos matérias-primas, energia em menos tempo; o princípio da *diferença* com a inovação contínua pela diversidade de mercados e recursos, bem como por condições sociais e políticas que potencializam os recursos locais; e princípio da *descentralização*, implicando não apenas a distribuição territorial da decisão, mas, sobretudo, em uma nova forma de planejamento e governo. Como afirma a mesma autora, que entende o Estado como um processo adaptável às necessidades da classe dominante, o discurso da sustentabilidade estava inserido na ordem econômica do neoliberalismo, de grande fluência do capital empresarial e eclipse do Estado como epicentro do mercado global. *A Conferência do Rio de Janeiro é o grande palco da celebração do desenvolvimento sustentável, inserido na ordem político-econômica vigente.*

Por detrás de todas as premissas do *Relatório Brundtland*, é objetivamente exclusiva a propaganda — agora com gabarito técnico — da utilização racional (conservação / preservação / proteção) das riquezas naturais, entendidas como “recurso” para o sistema capitalista. O *Relatório Brundtland* (“Nosso Futuro Comum”), quando comparado com o documento *Relatório Meadows* (“*Limites do Crescimento*”), apresenta um artifício de convencimento: apesar de apresentar-se com observações vagas e difusas, é um texto fluente, com o estatuto de promover uma verdadeira bula para um “futuro comum” melhor e ambientalmente saudável. Construído um tom consensual em torno do desenvolvimento sustentável, e “aparadas as arestas” do desenvolvimento com o meio ambiente, restava, então, estruturar um evento capaz de coroar, em nível mundial, o novo modelo de produção eco-lucrativo, que se explicita melhor na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992.

Apresentamos no **Quadro-Síntese 2.1**, na página seguinte, uma comparação que pode demonstra algumas vicissitudes entre os dois documentos (“*Limites do Crescimento*” e o “*Relatório Brundtland*”) e esclarecer o porquê do “Nosso Futuro Comum” ter sido tão vitorioso e determinar os resultados da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992.

Apesar de, evidentemente, exercícios teórico-interpretativos desta natureza apresentarem limitações — pois não é possível que se desenvolvam todas as premissas conceituais e tampouco elucidar todas as vicissitudes existentes entre os documentos — através do quadro-síntese, é possível auferir as marcantes diferenças entre os documentos, no que tange a origem e natureza das ideias, ao contexto histórico e geopolítico, e ainda, às indicações promulgadas. Ambos tiveram profunda importância para as conferências que ocorreram de forma subsequente: o “*Limites do Crescimento*”, na Conferência de Estocolmo, em 1972; o “*Nosso*

Futuro Comum”, na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992. As proposições expressas pelas delegações dos países centrais nas duas conferências refletiram com clareza as indicações contidas em ambos os documentos analisados.

QUADRO-SÍNTESE 2.1:

Comparativo entre as premissas do “Limites do Crescimento” e o “Relatório Brundtland”

Relatório Meadows (Os Limites do Crescimento, 1968-1972)	Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum, 1983-1987)
Construído por uma equipe de pesquisadores do MIT (Instituto Tecnológico de Massachussets), sob encomenda do <u>Clube de Roma</u>	Construído por uma comissão da <u>ONU</u> composta por membros de múltiplas nacionalidades (oriundos de nações centrais e periféricas), presidida pela ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland
Égide do <i>welfare state</i> [ainda que em vias de crise]	Hegemonia do neoliberalismo econômico
Momento de incertezas ambientais, com a crise ambiental ainda no obscurantismo	Momento de busca de “pseudo”-soluções, com a crise ambiental alçada à condição de “modismo”
Tom pessimista, com descrença nas perspectivas de solução dos problemas ambientais	Tom otimista, e proposta de capilarização do desenvolvimento sustentável como solução incontestes dos problemas ambientais
<u>Crescimento Zero</u> : O desenvolvimento deveria ser desacelerado, pois o crescimento econômico apresentava limites próximos	<u>Desenvolvimento Sustentável</u> : Aceleração do desenvolvimento, destacadamente o tecnológico com base em “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”
<u>Neomalthusianismo</u> , onde o aumento da população colocaria em risco a satisfação das <i>necessidades</i> imediatas e a própria sobrevivência humana	Uso do termo <i>necessidade</i> como imbróglio ideológico, e constituição de um conflito imaginário entre as gerações presente e futura
Clareza de ideias, com base no Positivismo Lógico	Ideias vagas, improfícuas e difusas, com base em noções de inter- e transdisciplinaridade
Ordem Mundial da <u>Guerra Fria</u>	“Des”-Ordem Mundial da <u>Globalização</u>
<u>Mundo bipolar</u> (EUA x URSS), com base no poder bélico-militar e massiva beligerância ideológica entre Capitalismo e Socialismo (“real”)	Mundo economicamente <u>multipolar</u> (EUA, União Européia, Japão e China) e militarmente <u>unipolar</u> (EUA — Novo Imperialismo), com base no domínio ideológico do “ <i>american way-of-life</i> ” e na multiplicação dos meios de informação

Organizado por: OLIVEIRA, Leandro Dias de, 2011.

É importante ainda ressaltar o momento sociopolítico do Brasil durante a publicação de ambos os trabalhos. Conforme demonstrado no capítulo anterior, no período de publicação do “*Limites do Crescimento*” o Brasil vivia sob os auspícios do Regime Militar, e preconizava a constituição de um projeto hegemônico de fortalecimento nacional, o que se refletiu na atuação incisiva da delegação brasileira na Conferência de Estocolmo em favor do desenvolvimento — ainda que de maneira dissimulada e conservadora — a qualquer custo. A publicação do *Relatório Brundtland* (“*Nosso Futuro Comum*”) ocorreu no período de transição da ditadura militar para um governo civil — no caso, de José Sarney, vice-presidente de uma chapa eleita de forma indireta pelo Congresso Nacional. Nos próximos itens de análise, será esmiuçada a grande mudança no papel do Brasil entre as duas conferências: de “oposição” ao modelo proposto pelos países centrais a anfitrião da conferência onde se protocolou a ideia dominante de desenvolvimento sustentável.

2.4 Preparativos para a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

A Conferência do Rio de Janeiro foi realizada entre 03 e 14 de junho de 1992, e, aparentemente, foi onde ocorreram os acordos e as pactuações acerca do ideário de Desenvolvimento Sustentável em caráter global, com a adoção da Agenda 21 como receituário para os países signatários. Mas o sucesso das ações deste curto período de tempo é consequência do longo planejamento até sua realização. A implementação do desenvolvimento sustentável enquanto norma foi o resultado de uma operação diplomática, ideológica e social de grande envergadura, onde a Conferência do Rio de Janeiro – 1992 foi o momento privilegiado deste processo (NOBRE, AMAZONAS, 2002).

Stephan Schmidheiny — um industrial suíço presidente do BCSD (Business Council for Sustainable Development) e consultor principal de comércio e indústria junto à CNUMAD 92 — afirma que o verdadeiro acerto entre *economia* e *ecologia* ocorreu anteriormente, na conferência de cúpula da G7¹³¹, em 1989, antes da convocação da CNUMAD, quando os sete países mais poderosos economicamente do mundo fizeram um apelo no sentido da “adoção

¹³¹ “Grupo dos Sete”, que envolve as nações mais desenvolvidas do mundo: Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Alemanha, Itália e Reino Unido. Atualmente, com a inserção da Rússia na cúpula, adotou a nomenclatura G8, ou ainda, mais recentemente, G20, com a inclusão de nações consideradas “em desenvolvimento”, como o Brasil e a China. As reuniões dos representantes são, geralmente, marcadas por protestos de movimentos populares, ONGs e diversos ativistas, e não raro geram enfrentamentos violentos entre as forças policiais e os manifestantes.

imediate, em âmbito mundial, de políticas baseadas no desenvolvimento sustentável” (SCHMIDHEINY, 1992).

As corporações multinacionais adotaram a cartilha do novo modelo, pactuado na 2ª Conferência Mundial da Indústria sobre Gerenciamento Ambiental — 1991 organizada pela Câmara Internacional do Comércio, com a assinatura de um catálogo de diretrizes intitulado “Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável” que criou e estimulou a adoção de práticas administrativas para efetivar esta nova estratégia de progresso econômico (*Id., Ibid.*). Nesta conferência realizada em Rotterdam, na Holanda, onde participaram os dirigentes de mais de 700 empresas — como a General Motors, Imperial Chemical Industries, Dupont e Bayer —, foi indicada como condição básica para consecução do desenvolvimento sustentável a ampla adoção do livre comércio (EIR, 2001, p. 64). Outros grupos empresariais da Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão, Índia e Malásia, também empreenderam mecanismos de regulamentação ambiental desde que não abalasses a ampliação do capital.

A adoção dos pressupostos do Relatório Brundtland pelas nações mais poderosas e pelas corporações internacionais não ocorreu por mudança de prioridades, mas pela adequação deste modelo aos seus interesses. Afinal, o modelo calcado na concepção de desenvolvimento sustentável, além de pautado em estratégias dominantes, utiliza os pressupostos do *conservacionismo* — uso racional dos recursos da natureza enquanto recurso — juntamente com um ensinamento do universo econômico de gestão de negócios: o “Princípio da Prevenção”, que foi acordado na Conferência Mundial da Indústria sobre Administração Ambiental, em 1984, e aceito no Protocolo de Montreal (tratado internacional sobre controle de substâncias para a proteção da camada de ozônio), em 1987 (LINO, 2005, p. 14), assim como na Reunião do G7 em 1989.

O empresariado entende o “Princípio da Prevenção” como uma oportunidade inigualável de superar o risco e a incerteza através de investimentos e estudos localizados. A procura por um consumo mais eficiente de energia, a redução de poluição nas escalas global e local e o uso racional de matéria-prima fornecem a chance da criação de novas técnicas mais lucrativas e estimulam transformações econômicas mais virtuosas, em lugar da aceitação sectária dos problemas existentes. É o princípio da *gestão ambiental*, uma forma empresarial-racional de gerir as riquezas naturais, potencializando a utilização das mesmas enquanto recursos, e ainda, constituindo um planejamento austero para se evitar o desperdício e os impactos negativos

decorrentes de atividades produtivas (como a poluição em suas diversas formas)¹³². A “precaução” quanto ao fim da natureza-combustível sofre uma mutação, deixando de representar temor e preocupação para se transformar em aprofundamento de pesquisas científicas de natureza técnica, desenvolvimento de novas tecnologias, atualizações administrativas, visando lucros mais elevados e duráveis.

Segundo os ensinamentos contidos na obra de Stephan Schmidheiny (1992, p. 04), intitulada “*Mudando o Rumo: uma perspectiva empresarial sobre o desenvolvimento e o meio ambiente*”¹³³, este princípio foi fortalecido na Declaração Ministerial da Reunião da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, em Bergen, quando ficou decidido que:

para alcançar o desenvolvimento sustentável, as políticas têm de se basear no princípio da precaução. As medidas ambientais devem prever, evitar e atacar as causas da degradação ambiental. Onde houver ameaças de danos graves e irreversíveis, a inexistência de uma plena certeza científica não deve ser usada como pretexto para se adiarem medidas que visem a prevenir a degradação ambiental.¹³⁴

Segundo este princípio, há que se aplicar de maneira geral ajustes sob os auspícios do desenvolvimento sustentável. O autor evidencia a importância da concepção de Desenvolvimento Sustentável para o mega-empresariado, quando afirma, de maneira contundente e direta, que:

¹³² É particularmente fácil se compreender a utilização em larga escala de termos advindos do empresariado para as atividades de cunho ambiental: “gestão”, “investimento”, “capital” (genético, por exemplo), “ordenamento ambiental”, “treinamento”, “recurso”, “cooperação”, “patrimônio” (ecológico, etc.), “passivos”, e, entre muitos outros, “desenvolvimento”.

¹³³ Esta obra consultada corresponde à publicação do resumo executivo de um conjunto de conferências, *workshops* e outras atividades que reuniram cinquenta líderes de grandes empresas mundiais, como as gigantes Procter & Gamble, Shell, Kiocera e Volkswagen. O BCSD foi criado com o intuito de construir uma visão empresarial sobre o meio ambiente, a partir de um convite feito por Maurice Strong ao Stephan Schmidheiny, e por isso, as formulações contidas nesta publicação clarificam as relações (lucrativas) do mercado com o meio ambiente sob a égide do desenvolvimento sustentável, através, inclusive, de exemplos práticos envolvendo ações empresarias da época. Segundo André Aranha Corrêa do Lago (2007), esta obra pretendia ter impacto semelhante na Conferência do Rio ao “Limites do Crescimento” em Estocolmo.

¹³⁴ Há no Brasil publicação semelhante intitulada “*Desenvolvimento Sustentável: Portas Abertas para a América Latina*”, organizado pelo então presidente do BCSD Brasil (ou então, CEBDS — Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, cf: <http://www.cebds.org.br>), Márcio Fortes, que corresponde às contribuições de mais de 70 conferencistas apresentadas no simpósio *Desenvolvimento e ecologia na América Latina: a visão empresarial*. Este simpósio, realizado na cidade do Rio de Janeiro e com abertura de Stephan Schmidheiny, era consoante com as proposições da obra “*Mudando o Rumo: uma perspectiva empresarial sobre o desenvolvimento e o meio ambiente*”, e apontava que o “*desenvolvimento sustentável representa uma nova ordem econômica, social e ecológica*” (FORTES, 1992, p. 13), além de se propugnar como “*contribuição oficial da iniciativa privada à Rio-92 pelo desenvolvimento harmonizado com a preservação ambiental*” (Id., p. 14).

A pedra angular do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos em que os preços são fixados de forma a refletir os custos dos recursos ambientais e outros.

(...) Os mercados abertos podem motivar as pessoas para o desenvolvimento sustentável. Quando se fixam apropriadamente os preços dos recursos, a busca da competitividade estimula os produtores a minimizarem o uso dos recursos. Na medida em que a poluição representa recursos que “evadiram” de um sistema de produção, a preocupação com os custos também estimulará os produtores a minimizarem a poluição, especialmente quando eles pagam para controlá-la ou são responsáveis por seus efeitos nocivos. A competição, inerente aos mercados abertos, é a força propulsora para a criação de uma nova tecnologia, necessária para se usar os recursos com mais eficiência e, conseqüentemente, reduzir a poluição. Da mesma forma que o desenvolvimento da tecnologia depende do crescimento econômico, também o desenvolvimento sustentável dependerá. (SCHMIDHEINY, 1992, p. 14-15)

Ainda que imbuídos de discrepantes conotações, o Desenvolvimento Sustentável, nascido no âmago da tecnocracia do desenvolvimento capitalista (ACSERALD, 2000, p. 98), configura-se como pensamento dominante de nossa época. Logicamente, as noções presentes nos grupos relacionados por Schmidheiny não estão evidenciadas em escala global, mas expressam o pensamento empresarial na contemporaneidade. Com os acordos tácitos entre as nações mais poderosas e o empresariado internacional, a Conferência do Rio de Janeiro deveria se constituir no “*locus*” para a aceitação do pensamento forjado e que se torna dominante.

Pouco divulgados, estes conclaves anteriores e a apropriação de idéias comungadas com o pensamento ecológico em voga foram medidas necessárias para uma melhor aceitação das idéias hegemônicas. Além disso, o desenvolvimento sustentável possui caráter genérico e global, além de um conteúdo engenhoso e “incompleto”, que o diferenciava da proposta de “*crescimento zero*”, discutida na Conferência de Estocolmo, e que se chocava com os interesses do capitalismo em sua constante ampliação dos lucros.

2.5 A Escolha do Brasil

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que contou com delegações de 178 países (VIEIRA, 2002)¹³⁵ foi programada durante convocação da ONU em 22 de dezembro de 1989, onde foi acertado que o Brasil sediaria o encontro. Reafirmamos que a escolha do local de realização de uma conferência possui um código

¹³⁵ Lembramos que em Estocolmo estiveram presentes 113 delegações (MARTINS, 2002).

geográfico que obedece a uma logística geopolítica pertinente aos seus objetivos primordiais: *ou seja, a decisão da ONU em realizar uma conferência desta envergadura no Rio de Janeiro possui profunda relação com as garantias de aceitação das regras do neoliberalismo pelo Brasil, combinada com o fato da presença em território brasileiro da maior biomassa de diversidade do planeta.* A escolha da cidade do Rio de Janeiro continha apelo simbólico dentro do contexto político-econômico, e atmosfera social (forjada) que favorecia a assinatura e celebração dos acordos premeditados. A escolha geográfica da realização de uma conferência internacional implica em questões geopolíticas e estratégicas, e está calcada no mérito da melhor proposta na perspectiva da competitividade dos lugares.

A escolha do Brasil como sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorreu em agosto de 1990 (LAGO, 2007), quando a candidatura brasileira superou a da Suécia. O Itamaraty já conseguira o importantíssimo apoio do Canadá (em negociação direta efetuada pelo Embaixador Flecha de Lima, em Ottawa), que retirou sua candidatura em troca do apoio do Brasil à indicação de Maurice Strong para o cargo de Secretário Geral da Conferência, assim como em Estocolmo (*Id., Ibid.*).

A definição ocorreu após a realização, em novembro de 1989, em Washington, do encontro convocado pelo IIE — Instituto de Economia Internacional (*Institute for International Economics*), do qual participaram funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros como: Fundo Monetário Internacional — FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, além de alguns economistas latinos. Este seminário foi realizado entre 6 e 7 de novembro de 1989, quando foram formuladas políticas neoliberais para a América Latina (de forma autoritária, segundo Armando BOITO Jr., 1999), constituindo o que ficou conhecido como “Consenso de Washington”. *Acreditamos ter profunda relação a escolha do Brasil como sede da conferência com sua aceitação dos ditames do Consenso de Washington.*

A reunião do Instituto de Economia Internacional, nas palavras de P. N. Batista (1994), teve como objetivo ratificar a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, através de entidades internacionais como o FMI, Banco Mundial e o BID, para estabelecimento de políticas de cooperação financeira. Afinal, o FMI e o Banco Mundial, principais órgãos de regulação e fomento de caráter mundial, já aplicavam o neoliberalismo como teoria hegemônica e estratégica (NOBRE, AMAZONAS, 2002). Estas

ideias obtiveram plena aceitação dos economistas latinos (um “consenso forjado”, se recorrermos novamente ao termo de Francisco Fonseca, 2005) e foram adotadas no México, Argentina e no Brasil, durante o mandato presidencial de Fernando Collor de Mello, e continuado nas administrações de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

O pensamento neoliberal preconizava privatizações e questionava a competência do Estado em intervir em questões sociais, econômicas e ambientais. Foi por esta associação ao ideário neoliberal que o então presidente Collor de Mello aceitou a solicitação do G7, em 1990, de estudo de co-gestão internacional da Amazônia, empreendido pelo Banco Mundial, acatando decisões como a demarcação de reservas fronteiriças, muito além das necessidades de preservação das culturas indígenas (BATISTA, 1994). Tratava-se, neste caso, de um conjunto de “*estratégias globais para a construção de espaços transnacionais*”, segundo Bertha Becker (1988, p. 193), “*que constitui fato marcante para a geopolítica contemporânea, que tem no imenso potencial amazônico um espaço privilegiado para sua atuação*”. Vale ressaltar, por fim, que o neoliberalismo foi uma forma de enfraquecer ainda mais as nações periféricas, uma vez que nos países da América Latina este modelo econômico foi uma estratégia de desmantelamento político-econômico aplicado com uma força particularmente potente.

O alinhamento econômico de Fernando Collor de Mello ao neoliberalismo econômico, com a tácita aceitação dos dogmas do Consenso de Washington, fazia do Brasil um local adequado para a realização da Conferência sobre Meio Ambiente. Afinal, Fernando Collor de Mello venceu com a retórica neoliberal — segundo suas próprias palavras em um discurso na Assembleia Geral da ONU, seu governo adotou uma plataforma liberal com sentido social, em algo que denominou de “social-liberalismo” (*apud* CORRÊA, 2007) — que envolveu a crítica aos privilégios dos funcionários públicos, aos cartórios e aos monopólios, apresentada em linguagem popular através do seu refrão de campanha, “Caça aos Marajás” (BOITO Jr., 1999, p. 119).

Quando se tornou vitoriosa a candidatura brasileira à sede da conferência, Fernando Collor de Mello discursou afirmando que o “meio ambiente” era uma de suas prioridades, e se auto-proclamou “líder mundial da causa ambiental” (LAGO, 2007). O Brasil despertava, ainda, a atenção mundial por outra grande especificidade: em seu território localizava-se a maior parte da *Amazônia*, vasta floresta equatorial, a maior massa de biodiversidade do planeta, com imensa diversidade de espécies animais e vegetais e de imensurável valor econômico. Dentro desta

geopolítica, onde o escopo primaz é a apropriação da natureza enquanto mercadoria de alto valor, as riquezas amazônicas, atuais e futuras (com as pesquisas sobre o capital genético) colocavam o Brasil no epicentro de toda a discussão¹³⁶.

A Reforma Constituinte de 1988 teve como uma matéria primordial a temática do meio ambiente, o que situava o Brasil na vanguarda das questões ecológicas¹³⁷, ao menos no aspecto legislativo (ainda que não tratasse das questões de apropriação, propriedade e exploração da natureza). No final da década de 80, o Brasil era considerado o “Vilão Mundial do Meio Ambiente” (MARTINS, 2002; LINO, 2005), com a divulgação do processo de destruição, com desmatamento e queimadas, da Floresta Amazônica. A imprensa internacional estigmatizou o Brasil como “inimigo mundial do Meio Ambiente”, como nas manchetes do *New York Times* em 12 de agosto de 1988 sob o título “*Grandes Incêndios na Amazônia, provocados pelo Homem, relacionados ao Aquecimento Global*”, e no editorial, da mesma publicação, intitulado “*Quem está queimando a Amazônia?*” (LAGO, *op. cit.*), justamente em um período marcado pelos rigorosos verões norte-americano e europeu, inundações em Bangladesh e furacões no Caribe.

O episódio que transbordou esta questão e fez com que a Amazônia passasse a receber especial atenção e estar no centro da agenda ambiental mundial foi o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988. Chico Mendes foi assassinado cerca de duas semanas depois do embaixador Paulo Nogueira Batista, representante permanente junto às Nações Unidas, indicar o Brasil como sede para a conferência sobre meio ambiente (LAGO, 2007). Chico Mendes era líder do sindicato dos seringueiros, que reunia os trabalhadores da extração da borracha que empunhavam uma bandeira *ecossocialista*, pela criação de uma Reserva Extrativista, e que já era conhecido mundialmente por ter sido agraciado com o prestigioso prêmio ambiental *Global 500*, no âmbito do PNUMA (VENTURA *apud* LAGO, *Ibid.*)¹³⁸.

¹³⁶ O Brasil ocupa o primeiro lugar em florestas tropicais (cerca de 40% das florestas tropicais úmidas do planeta), e a Amazônia legal brasileira possui cerca de 5 milhões de Km², ou seja, 60% de todo o território nacional. Vale ainda ressaltar que a Amazônia Sulamericana corresponde a 1 / 20 da superfície terrestre e a dois quintos da América do Sul e ainda contém um quinto da disponibilidade de água doce (17%) (BECKER, 2004). Bertha Becker, de cuja obra foram extraídas algumas das informações acima, considera a Amazônia o coração ecológico do planeta – um *heartland* –, devido à sua extensão de massa terrestre e florestal, à posição geográfica estratégica entre os blocos regionais e à sua biodiversidade, base da fronteira da ciência com biotecnologia e a biologia molecular (*Id.*, *Ibid.*).

¹³⁷ O Brasil é considerado por muitos como um país com uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo.

¹³⁸ Sobre a importância de Chico Mendes, é possível consultar alguns números do Boletim Paulista de Geografia e da Revista Terra Livre que trazem informações relevantes sobre a sua luta ecológico-socialista. A AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, inclusive, teve um importante papel na divulgação do prêmio *Global 500*, ao organizar palestra com Chico Mendes, publicar um vídeo com uma entrevista e enviar recursos para Xapuri com a venda do vídeo. A entrevista está transcrita na Revista Terra Livre n.º 7 (Abril de 1990).

A forma brutal do assassinato de Chico Mendes gerou uma série de reações, com o fortalecimento de movimentos como o dos Povos da Floresta (que envolvia comunidades indígenas e seringueiros) e a realização do 1.º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira (PA), em fevereiro de 1989. Fortaleceu-se a atuação de ONGs anglo-americanas na região, como *Osfam*, *National Wildlife Federation*, *Environmental Defense Fund* (LINO, 2005, p. 06), entre outras, que ajudaram a colocar a questão ambiental em voga. Da música do astro nacional Roberto Carlos, no álbum de 1989 (“*Amazônia, insônia do mundo*”) à série de reportagens de programas televisivos, como o Globo Repórter, a questão amazônica passou a ter um profundo apelo nacional e internacional. Quando o então Presidente José Sarney, em dezembro de 1988, indicou a candidatura do Brasil como sede da Conferência das Nações Unidas, havia um grande apelo a esta questão, o que foi aprofundado com a morte de Chico Mendes. Podemos observar a leitura da grande imprensa internacional a respeito da Floresta Amazônica, e em particular, do assassinato de Chico Mendes, através de um fragmento da *Revista Time*, de fevereiro de 1989, que afirma que o “desaparecimento da Amazônia”:

“seria mais do que um desastre na América do Sul. Seria uma catástrofe incalculável para todo o planeta. Florestas tropicais úmidas são diferenciadas por suas coberturas de folhas convergentes e ramificações de espécies que servem de abrigo do sol e do vento e por sua incrível variedade de vida animal e vegetal. Se as florestas desaparecem, o mesmo ocorrerá com mais de 1 milhão de espécies – uma parte significativa da diversidade biológica e do patrimônio genético do planeta Terra. Além disso, os incêndios na Amazônia poderiam ter efeitos dramáticos nos padrões climáticos globais – por exemplo, aumentando a tendência de aquecimento que pode resultar do efeito estufa. “A Amazônia é uma biblioteca de ciências da vida, o maior laboratório farmacêutico do mundo e um direcionador do clima,” diz Thomas Lovejoy, do Smithsonian Institution. ‘É um problema que envolve o destino do mundo’.

Para os brasileiros, essa pressão para a intromissão estrangeira é injustificada e o esforço flagrante das nações industriais para preservar a supremacia econômica à custa do mundo em desenvolvimento. O Presidente José Sarney denunciou as críticas ao seu país como “injusta, difamatória, cruel e indecente.” O presidente brasileiro ainda questiona: “Como podemos esperar que o Brasil controle o seu desenvolvimento econômico, quando está sob uma carga de dívida externa surpreendente de US \$111 bilhões? Com que direito o EUA, que emite mais poluentes do que qualquer outra nação, palestra sobre os países pobres como o Brasil a respeito de suas responsabilidades para a humanidade? No entanto, Sarney é travado entre forças conflitantes, e às vezes violentas, dentro de sua nação. De um lado estão os colonos e os desenvolvedores, frequentemente apoiados por políticos corruptos, que estão arrasando as florestas para

reivindicar a terra. Por outro, existem centenas de jovens grupos de conservação, juntamente com as tribos indígenas e seringueiros, cujo modo de vida serão destruídos se as florestas desaparecerem. O confronto já produziu o mais célebre mártir ambiental do mundo, Chico Mendes, líder dos seringueiros, que foi assassinado por tentar se interpor no caminho de fazendeiros.” (Revista Time, 18 de setembro de 1970)¹³⁹

Entre as Conferências de Estocolmo, em 1972, e do Rio de Janeiro, 1992, é possível assegurar — de acordo com a Revista Time — que o Brasil representava o caminho da poluição e destruição, e colocava em risco o futuro do mundo, conforme preconizava a revista de 02 de fevereiro de 1970. Basta comparar as reportagens de capa [publicadas nas páginas 65 e 101]:

¹³⁹ Livre tradução de:

“That would be more than a South American disaster. It would be an incalculable catastrophe for the entire planet. Moist tropical forests are distinguished by their canopies of interlocking leaves and branches that shelter creatures below from sun and wind, and by their incredible variety of animal and plant life. If the forests vanish, so will more than 1 million species -- a significant part of earth's biological diversity and genetic heritage. Moreover, the burning of the Amazon could have dramatic effects on global weather patterns -- for example, heightening the warming trend that may result from the greenhouse effect. "The Amazon is a library for life sciences, the world's greatest pharmaceutical laboratory and a flywheel of climate," says Thomas Lovejoy of the Smithsonian Institution. "It's a matter of global destiny.

To Brazilians, such pressure amounts to unjustified foreign meddling and a blatant effort by the industrial nations to preserve their economic supremacy at the expense of the developing world. Brazilian President Jose Sarney has denounced the criticism of his country as "unjust, defamatory, cruel and indecent." How can Brazil be expected to control its economic development, he asks, when it is staggering under a \$111 billion foreign-debt load? By what right does the U.S., which spews out more pollutants than any other nation, lecture poor countries like Brazil on their responsibilities to mankind? Yet Sarney is caught between conflicting, and sometimes violent, forces within his nation. On one side are the settlers and developers, often backed by corrupt politicians, who are razing the forests to lay claim to the land. On the other are hundreds of fledgling conservation groups, along with the Indian tribes and rubber tappers whose way of life will be destroyed if the forests disappear. The clash has already produced the world's most celebrated environmental martyr, Chico Mendes, a leader of the rubber tappers who was murdered for trying to stand in the way of ranchers.”

“QUEIMANDO A AMAZÔNIA:”

Brasil – A crise ambiental internacional agora tem seu maior vilão!



Figura 2.2: Revista Time. September 18, 1989, Vol. 134, Nº. 12.

Disponível em: <http://www.time.com/time/covers/0,16641,19890918,00.html>

Acesso em: 28 de janeiro de 2011.

*“O céu acima do oeste do Brasil será, em breve, escuro de dia e de noite. Escuridão da fumaça de milhares de incêndios, com os agricultores e pecuaristas a exercer seu rito anual de destruição: limpeza de terrenos para culturas e pecuária de compensação pela queima de florestas tropicais da Amazônia”.*¹⁴⁰

(Revista Time, 18 de setembro de 1989)

¹⁴⁰ Livre tradução de: “The skies over western Brazil will soon be dark both day and night. Dark from - the smoke of thousands of fires, as farmers and cattle ranchers engage in their annual rite of destruction: clearing land for crops and livestock by burning the rain forests of the Amazon”.

O então presidente Sarney, para enfrentar o furor da opinião pública, promoveu, segundo Marina Silva (2001), um “Pacote Ambiental” contendo inúmeras medidas, entre as quais a fundação do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e programas como o “Nossa Natureza”, estabelecendo uma política de propostas de proteção ambiental. Eram medidas que supostamente objetivavam conter a destruição da natureza, promover a educação ambiental, disciplinar a exploração da Amazônia e proteger as comunidades indígenas (LAGO, 2007). Além disso, para articular posições políticas regionais na América Latina, quando o Brasil ainda era candidato à sede da conferência, a diplomacia brasileira promoveu a IV Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente da América Latina e Caribe, em março de 1989, em Brasília, e a I Reunião dos Presidentes dos Países Amazônicos, em Manaus, em maio do mesmo ano, visando ambas as reuniões discutir melhorias nas políticas de meio ambiente.

Havia, no Brasil, um contexto político-econômico favorável à realização da Conferência sobre Meio Ambiente, com a adequação da economia nacional ao neoliberalismo, evidenciada pela vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989. Ainda tinha como pontos positivos a ideia de competição entre lugares — que se refere, neste caso, aos investimentos sempre vultuosos pela possibilidade de sediar eventos desta magnitude. O Brasil dispunha de um forte apelo simbólico, pela riqueza amazônica e pelos graves problemas os quais era acusado de ser responsável, e que assim necessitava oferecer uma resposta incisiva.

Devemos considerar um último fator importante na escolha do Brasil como sede da Eco-92: se nesta conferência, o objetivo seria a aparência de um debate amplo e democrático entre todos os participantes de praticamente todas as nações do mundo sobre as possíveis soluções para os grandes problemas ambientais, e que isto escondesse a aclamação, já articulada, do desenvolvimento sustentável enquanto mecanismo de transformação dos problemas ambientais em lucros crescentes, era fundamental que o local onde ocorresse a conferência tivesse condições de promover a *celebração*, a “festa do meio ambiente”, que se tornasse uma *simulação* do consenso a ser forjado. O Brasil, e em especial, o Rio de Janeiro, se mostrava ainda mais congruente com a proposta da conferência, dentro de uma atmosfera positiva e de comemoração como simulacro de debates transformadores e da competitividade entre cidades, países, regiões.

A Conferência sobre Meio Ambiente de 1972, foi realizada na rica, desenvolvida e fria Suécia, e, em contraste, com a de 1992 — a qual foi adicionada à ideia do meio ambiente a questão do desenvolvimento —, realizada no Brasil, um país tropical, periférico, de industrialização tardia, que tão bem representa o gigantesco grupo de nações dependentes. Tal escolha, segundo Paul Claval (1997, p. 460), por si só demonstra o quanto as relações Norte-Sul ganharam maior importância com o fim da Guerra Fria. Mas, além disso, o Brasil apresenta uma cultura rica e diversificada, ilustrada por uma explosão de ritmos e festas proeminentes e um vasto calendário de espetáculos internacionais, como o próprio carnaval da cidade do Rio de Janeiro. O Brasil, da “cordialidade”, da “democracia racial”¹⁴¹, do “jeito malemolente e festivo”, e o Rio de Janeiro, e seu conjunto de predicativos de *ludópolis* — cidade do prazer, ou seja, um centro lúdico de diversão, lazer e entretenimento (MOLINA, 2003) —, foram palcos perfeitos para a celebração do ideário do desenvolvimento sustentável.

Tais questões suscitadas mostram os predicados do Brasil — em particular, da cidade do Rio de Janeiro — para ser o palco da conferência de celebração do Desenvolvimento Sustentável em escala global. Outras observações podem ser traçadas desta escolha geopolítica da primeira conferência, em Estocolmo – 1972, para a opção de realização da segunda conferência, no Rio de Janeiro, em 1992:

[1] Se a escolha do local da Conferência de 1972 foi a Europa, e a seleção do lugar para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, foi a América, é possível observar uma mudança na conjuntura dos debates ambientais: tais debates se desenvolveram, em grande parte, em território europeu, mas o grande conclave de celebração de um modelo redentor de desenvolvimento ocorreu em solo sul-americano. Isto porque enquanto os intelectuais europeus centralizaram a discussão em termos utópicos e transformadores, no exato momento que a economia neoliberal adentrou a questão ambiental os Estados Unidos passaram a ter comportamento estratégico mais atuante na área ambiental;

¹⁴¹ Livres referências às obras de Sérgio Buarque de Holanda, “Raízes do Brasil” (1936), e de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala” (1933). Podemos citar entre outras obras que relatam e questionam este mito de cordialidade e aceitação misturado com jeito festivo e celebrativo do brasileiro as seguintes análises: CHAUI, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001; e ainda Da MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Rocco Editora, 1979.

[2] A escolha de Estocolmo como sede da conferência, capital de um país “rico e desenvolvido”, e a posterior opção pelo Rio de Janeiro, situado em um país “pobre e subdesenvolvido”, tem um caráter profundamente simbólico: a natureza a ser protegida está na periferia do sistema capitalista mundial, e esta proteção deve ser realizada com tecnologia e recursos dos “desenvolvidos”. O acordo protocolar para a utilização racional da natureza, conforme anteriormente relatado, deve ter como escopo a adequação dos países periféricos aos princípios do desenvolvimento sustentável;

[3] Conforme mostra o diplomata André Aranha Corrêa do Lago (2007), esta escolha da sede da conferência no Rio de Janeiro significava que não era mais a *poluição* que norteava os debates ambientais naquele momento, uma vez que passou a ser satisfatoriamente contornada nos países centrais. A poluição tinha sido substituída em importância pelas *mudanças climáticas* e pela *perda de biodiversidade*. Automaticamente, novas acusações e novos problemas eram colocados na pauta de debates, e neste quesito, os países periféricos ainda teriam muito que aprender com as nações centrais.

O próximo capítulo nossa investigação se volta para os acontecimentos da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992. Entre a construção de objetos e o catálogo de ações concatenadas, emerge na cidade do Rio de Janeiro um simulacro, que envolveu diplomatas, ativistas políticos, líderes religiosos, entre muitos outros atores sociais. Ao contrário de Estocolmo, acontece no Rio de Janeiro uma conferência com dois pólos de grandes dimensões: no Riocentro, ocorre a Cúpula da Terra, e a Reunião das “Delegações”, e no Aterro do Flamengo, é realizado o Fórum Global de ONGs e Movimentos Sociais. Entre a tensão e a celebração, nossos olhares são direcionados para os acontecimentos da conferência.

CAPÍTULO 3

A CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO (RIO-92): ENTRE A IDEOLOGIA E A UTOPIA

Durante a XLVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque em 23 de setembro de 1991, o então Presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, reiterou o convite para que os Chefes de Estado e de Governo de todas as regiões do planeta estivessem presentes na cidade do Rio de Janeiro para participarem da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁴². Segundo Collor de Mello, esta conferência não deveria servir de palco para cobranças e recriminações, mas para oferecer um cenário favorável ao surgimento de propostas maduras e factíveis, na construção de um compromisso iniludível com as gerações futuras (*apud* CORRÊA, 2007).

A Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92), segundo o seu próprio secretário-geral Maurice Strong, deveria produzir um novo compromisso político para empreender uma guerra global contra a pobreza como uma prioridade central da comunidade mundial no que restava da década de 90 e no começo do século XXI (Cf.: STRONG, 1994). E o caminho propugnado pelos documentos oficiais (produzidos até aquele momento) para consecução de tal prioridade — com destaque para o Relatório Brundtland (1987) — era a construção do desenvolvimento sustentável em escala planetária. A Rio-92 seria o começo do projeto de organizar a Terra de forma sustentável (ERIKSSON, 1997), um primeiro passo de um longo processo de entendimento para a construção de um futuro sustentável para todos (TRINDADE, 1997). Com mais 24 milhões de páginas de documentos prévios (COTRIM, 1993b), elaborados durante a realização dos quatro Comitês Preparatórios (*PrepComs*), a Rio-92 deveria significar um ponto de inflexão para uma nova visão mundial do desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES, 2001, p. 05). A concepção de desenvolvimento sustentável buscava preencher, por um lado, a perspectiva de melhoria social propugnada pelos países periféricos na Conferência de Estocolmo, e pelo outro, a contenção dos anátemas ambientais cada vez mais proeminentes desde o final da primeira conferência.

O objetivo central deste capítulo é analisar como a Conferência do Rio de Janeiro, mesmo com graves discussões entre as delegações diplomáticas presentes no Riocentro e no

¹⁴² Já na Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em dezembro de 1989, se decidiu que as nações estariam representadas na Conferência por seus chefes de Estado ou de Governo (STRONG, 1994).

Fórum Global (este último sem poder decisório), entrou para história como uma celebração, em tons consensuais, do desenvolvimento sustentável, tornando-se um acontecimento base que imprimiu este modelo de desenvolvimento como mecanismo de “*salvação da natureza*” em escala planetária. É compreender, como nos indica Mário Ruivo (1993), a mudança da perspectiva entre as duas conferências — Estocolmo, 1972 e Rio de Janeiro, 1992 — “*do crescimento zero a um desenvolvimento sustentável*”, caminhando do dissenso ao consenso forjado através de um mecanismo ideológico (OLIVEIRA, 2009b, 2010 e 2011).

Afinal, o mundo assistia a emersão de “*novos medos, como da contaminação radioativa, das doenças pulmonares, pela poluição do ar; medo da destruição da biosfera em sua totalidade*” (RODRIGUES, 1993b, p. 06). Acidentes nucleares como os de Three Miles Island, Middletown (Pensilvânia, Estados Unidos, 1979) e Chernobyl (Ucrânia, 1986) confirmavam o temor da opinião pública internacional de vazamento de radiação nuclear (RIBEIRO, 2005). O fortalecimento de questões científicas, como os estudos de Frank Sherwood Rowland, Paul Crutzen e Mario Molina¹⁴³, sobre o potencial de destruição da camada de ozônio a partir da emissão dos gases CFCs (clorofluorcarbonos), publicados em 1974 (que renderam o Nobel de Química em 1995, o único para pesquisa na área de meio ambiente) e debatidos em reunião organizada pelo PNUMA em Washington, em 1977, resultaram na criação, pelo próprio PNUMA e pela Organização Meteorológica Mundial, do Comitê de Coordenação sobre a Camada de Ozônio (LAGO, 2007, p. 61). A poluição atmosférica, com a emissão de gases contaminantes, além do desmatamento, extinção de espécies e outros desastres ambientais, estampavam notícias da imprensa internacional. Afinal, “*quanto vale ter uma atmosfera respirável?*”¹⁴⁴ (SARUKHÁN, 1994, p. 113). A problemática ambiental havia conquistado grande apelo nos anos seguintes a Estocolmo, e poucos conseguiram ficar imunes aos novos temores oriundos da crise ambiental. A problemática ambiental consolidou-se enquanto crise, e assim se tornou “*um flagelo para a sociedade moderna, que provoca o terror e se suporta com desespero*” (LUXEMBURGO, s/d, p. 95). Como aponta Franz Josef Brüseke (1997, p. 118), a visão final da crise do sistema capitalista parece, atualmente, assustar mais do que estimular utopias políticas.

¹⁴³ O químico mexicano Mario José Molina, então professor do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) [atualmente, é professor da Universidade da Califórnia], esteve presente na Rio-92 apresentando um painel sobre o Aquecimento Global.

¹⁴⁴ “¿*Quanto vale tener una atmósfera respirable?*” (Livre tradução do autor da tese).

Desta maneira, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, constituiu, para Alberto Glender Rivas (1994, p. 254), “o maior esforço diplomático na história da humanidade para avançar no caminho de um desenvolvimento que não afete a natureza de maneira irreversível e que assegure as mesmas oportunidades de bem-estar às futuras gerações”. A Rio-92 se consolidou, historicamente, como um grande acontecimento (COTRIM, 1993a), de grande apelo midiático (DOMINGOS, 1993; PIMENTA, 1993), tão importante, para Miguel Hurtado (1994), quanto a Conferência de São Francisco¹⁴⁵, realizada em 1945, que organizou a comunidade internacional ao final da Segunda Guerra Mundial. Para José Lutzenberger (1992 *apud* LAGO, 2007, p. 65), a Rio-92 foi a mais importante reunião da história da humanidade. Luis Manuel Guerra (1994) chega a apontar a Conferência do Rio de Janeiro como o começo de uma nova era no desenvolvimento do *Homo Sapiens* em sua relação planetária¹⁴⁶. Isto demonstra a grande relevância que esta conferência recebeu em análises das mais diversas filiações.

Assim como a Comissão Brundtland, a Conferência do Rio de Janeiro abordou o tema desenvolvimento / meio ambiente com grande amplitude, concluindo que ambos os processos são indissolúveis e que podem se harmonizar através da construção do desenvolvimento sustentável (URQUIDI, 1994, p. 59). Desta maneira, desenvolvimento sustentável não poderia significar deter o crescimento e o progresso (HURTADO, 1994, p. 235), mas implicava em sua continuidade, ainda que, aparentemente, possuísse debates abertos que envolvessem “*conservação versus crescimento*”, “*liberdade versus controle*”, “*centralização versus descentralização*”, “*reformismo versus revolução*” (WILBANKS, 1994, p. 544). Acima de tudo, o desenvolvimento sustentável se apresentava como “*vínculo entre dois diferentes discursos em crise: meio ambiente e desenvolvimento*” (BECKER, 1999 *apud* LAGO, 2007, p. 56), reconhecendo então os seus nexos óbvios (ROSENTHAL, 1994).

Nesta tese, apontamos que a promulgação do desenvolvimento sustentável foi a estratégia encontrada para legitimar a inserção das ações ambientais na articulação econômica dominante, mas estrategicamente celebrado de maneira a ocultar as indecisões, tensões e

¹⁴⁵ A Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, ou “Conferência de São Francisco”, foi presidida pelo diplomata norte-americano Alger Hiss e realizada entre os dias 25 de abril e 26 de junho de 1945 em São Francisco, Califórnia — Estados Unidos. Esta conferência, que reuniu delegados de 50 nações, resultou na criação da Carta das Nações Unidas, alicerce da constituição da ONU.

¹⁴⁶ “*Los libros de historia universal seguramente incluirán este evento como el comienzo de una nueva era en el desarrollo del Homo Sapiens en su relación planetaria*” (GUERRA, 1994, p. 337).

dificuldades de protocolar um verdadeiro consenso durante a Conferência do Rio de Janeiro. O desenvolvimento sustentável demonstrou ser um poderoso artifício capaz de forjar consenso para o empreendimento das ações ditas ambientais. Assim, mesmo sem decisões que amalgamariam diferentes realidades, a concepção de desenvolvimento sustentável se mostrou capaz de aparar arestas, e passou a representar tanto os anseios dos países centrais como o dos países periféricos, das organizações não-governamentais quanto as aspirações dos Estados, das multinacionais e dos movimentos sociais. Segundo Barkin (2003, p. 180), para muitas agências multilaterais, o desenvolvimento sustentável tornou-se uma oportunidade para se abrir uma “caixa de ferramentas” do economista, onde a qualidade do ambiente é uma lucrativa mercadoria que só pode ser valorada quando houver clareza das necessidades básicas da população. Herbert Marcuse (1973, p. 65) aponta que a natureza, quando não é “*protegida como ‘reserva’, é tratada de um modo agressivamente científico*”, e assim, acaba por existir “*para ser dominada; é uma matéria livre de valor, um material*”. Nesta senda, Montibeller-Filho (2008, p. 20) constata que a Rio-92 foi uma oportunidade para poderosos atores transnacionais, como agências multilaterais e corporações multinacionais, darem um passo adiante no controle do poder econômico e político mundial.

O sucesso de uma terminologia que se tornou simbolicamente tão forte é, a despeito de sua fragilidade conceitual e prática, foi oferecer uma perspectiva de cooperação mútua em prol não somente da “proteção da natureza”, mas na construção de um futuro melhor. Tratava-se de tocar em pontos de coalizão que despertam os sentimentos mais nobres — proteção do meio ambiente, cuidados com a saúde e a qualidade de vida, solidariedade e cooperação —, e ainda dar significativa importância a uma espécie de legado individual e coletivo de toda uma geração presente para um futuro mais equívoco e justo, sob a forma de ideologia.

Mas, praticamente vinte anos após sua realização, qual o significado geopolítico da realização da Conferência do Rio de Janeiro? O que instituiu a Agenda 21, global e localmente? Será que ocorreu o fim do dissenso em relação à problemática ambiental? Porque não se considerou necessário uma nova conferência, mas sim promover a avaliação do que ocorreu em 1992 em oportunidades posteriores (Rio + 5, Rio + 10, Rio + 20)? Qual o legado da Rio-92? Será que a mobilização da sociedade civil em torno do Fórum Global foi em vão? Evidentemente não é nosso objetivo dar resposta a estas indagações, mas apenas apontar questões que serão debatidas neste capítulo.

Considerando os desenvolvimentos geográficos desiguais e disparidades socioeconômicas, David Harvey nos instiga a realizarmos uma geografia da esperança, em nossa capacidade de formular utopias e promover uma práxis verdadeiramente transformadora. Nos interstícios das ações dominantes em prol da *Operação Desenvolvimento Sustentável*, não seria possível afimar que emergiram espaços de esperança? Da mesma maneira, a *dialética* permaneceria nas novas utopias criadas em torno da construção de uma sociedade melhor? O diálogo entre a celebração de um consenso ou a gênese de novos dissensos é ponto fundamental deste capítulo.

3.1 O Rio de Janeiro enquanto “simulacro espacial”

A resolução 44/228, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas, em 22 de dezembro de 1989, relacionava vinte e três objetivos para a conferência, divididos em quatro grupos: o primeiro concentrava-se na identificação de estratégias legislativas ambientais regionais e globais; o segundo grupo tratava do quadro econômico mundial, e da necessidade de recursos financeiros; o terceiro grupo discutia a formação de recursos humanos, que envolvia educação ambiental e cooperação técnica-informacional; e por fim, o quarto grupo abordava os aspectos institucionais da conferência (LAGO, 2007, pp. 66-67). Desde a convocação da conferência, e mesmo durante a realização de seus primeiros encontros preparatórios, estava designado que as ONGs teriam particular importância nos debates a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro, algo que na prática não ocorreu, uma vez que o encontro promovido no Aterro do Flamengo não teve caráter decisório-deliberativo.

O comitê preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁴⁷, presidido por Tommy Koh, Embaixador de Cingapura em Washington, reuniu-se quatro vezes (na verdade cinco, se contarmos a Sessão Organizacional em Nova Iorque, em março de 1990), sendo a primeira em Nairóbi (agosto de 1990), a segunda e terceira em Genebra (março/abril e agosto/setembro de 1991) e a última em Nova Iorque (março/ abril de

¹⁴⁷ Segundo André Aranha Corrêa do Lago, o próprio nome oficial da conferência incorpora as demandas dos países periféricos pelo desenvolvimento. Desta maneira, a transformação de uma Conferência sobre *Meio Ambiente Humano* (Estocolmo) em uma Conferência sobre *Meio Ambiente e Desenvolvimento* (Rio de Janeiro) sintetizava os trabalhos realizados na Suécia e as ideias do Relatório de Founex. Tal mudança na denominação da conferência também ocorreria com o nome oficial da Cúpula de Johannesburgo — sobre “Desenvolvimento Sustentável”, expressão que sintetiza os trabalhos do Rio e que foi cunhada pelo Relatório Brundtland (LAGO, 2007, p. 66).

1992) (LAGO, 2007, p. 67; RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA, 1992). Os debates no âmbito da ONU sobre as estratégias ambientais — do combate à poluição à degradação das riquezas naturais¹⁴⁸ — foram profícuos em alinhar interesses prévios à conferência, de maneira que diversos acordos foram realizados já durante a realização dos comitês preparatórios.

O governo brasileiro estabeleceu a Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA), que elaborou o relatório intitulado “*O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*”¹⁴⁹ (CIMA, 1991). Com assento para todos os órgãos do Governo Federal diretamente envolvidos na preparação do evento, a CIMA também elencava observadores das Confederações Nacionais do Comércio, da Indústria e da Agricultura e um representante das Organizações Não-Governamentais (RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA, 1992). O Brasil também participou de encontros multilaterais, como na elaboração da “*Plataforma de Tlatelolco sobre medio ambiente y desarrollo*”, através de uma reunião da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) na Cidade do México, em 1991, envolvendo os países latino-americanos e caribenhos.

Para a preparação logística, o Governo Brasileiro constituiu o GTN — Grupo de Trabalho Nacional, presidido pelo Secretário de Administração Federal, Ministro Carlos Moreira Garcia, e tendo como Secretário-Executivo o Ministro Flávio Miragaia Perri. Este Grupo de Trabalho contou com representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, da EMBRATUR, EMBRATEL, INFRAERO, RADIOBRÁS, da Polícia Federal, da Receita Federal e do Gabinete Militar da Presidência da República (RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA, 1992, p. 24). Em prol da Conferência, o Presidente da República Fernando Collor de Mello, o Governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcello

¹⁴⁸ A destruição das riquezas naturais também esteve na Declaração de Cocoyok (1974), resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) (CAMARGO, 2005, p. 47). Um ano após a Declaração de Cocoyok, pesquisadores da Fundação Dag-Hammarskjöld, oriundos de 48 países, também publicaram um relatório comungando com as ideias promulgadas na UNCTAD no que se refere à problemática do desenvolvimento desenfreado; este documento ficou conhecido como Relatório Dag-Hammarskjöld (BRÜSEKE, 1996, p. 106; VARGAS, 2002, p. 224).

¹⁴⁹ O relatório intitulado “*O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*” (CIMA, 1991) realizou um balanço da problemática ambiental brasileira, analisando os diversos ecossistemas e os impactos das atividades econômicas em seu território. Este documento elenca como principais desafios a *superção da pobreza* e a *participação e controle social do desenvolvimento*, por intermédio da consolidação dos esforços de democratização e fortalecimento das capacidades política, técnico-administrativa e de planejamento do Estado Nacional (*Id.*, pp. 155-156).

Alencar — contundentes adversários políticos — trabalharam juntos para prover a cidade do Rio de Janeiro da logística necessária para realização da conferência¹⁵⁰.

A Conferência do Rio de Janeiro reuniu delegações de 178 países e trouxe para a cidade 114 Chefes de Estado ou de Governo. Para a recepção destas delegações foi preparada uma grande estrutura, que envolvia, por exemplo, o maior sistema de tradução simultânea de todos os tempos, com quatro transmissores de infravermelhos, 95 radiadores, 750 microfones, 90 estações para intérpretes e 5200 estações de escuta para fones. A segurança contava com 15 mil soldados, com inúmeros tanques blindados e helicópteros (COTRIM, 1993b). Para a realização do Fórum Global, especificamente, houve um cerceamento da liberdade dos frequentadores do Aterro do Flamengo, com o recolhimento de mendigos e meninos de rua, e principalmente os canhões apontados para as favelas (ZHOURI, 1993). Neste item, torna-se oportuno destacar o poder de dissuasão das tropas militares durante Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (SIRKIS, 1996), com o impacto visual que os tanques apontados para as favelas causaram no imaginário social. É possível observar na foto da página seguinte o impacto na paisagem que a implementação da hostil segurança da Conferência do Rio para recepção das delegações de diversos países.

Apontamos nesta tese que ocorreu um processo de transformação da Conferência do Rio de Janeiro em palco de consagração do desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2005a). A Rio-92 foi um evento bipartido: enquanto no Riocentro ocorreu a Cúpula da Terra, e a reunião das delegações oficiais dos países participantes onde as decisões diplomáticas e os acordos internacionais foram constituídos, no Aterro do Flamengo aconteceu o Fórum Global, envolvendo as ONGs e movimentos sociais, com a participação de diversos interessados em debater esta temática. A Cúpula da Terra se sobrepôs ao Fórum ao criar a falsa impressão de um diálogo ativo entre ambas em torno do desenvolvimento sustentável, quando na verdade apenas a primeira possuiu caráter deliberativo. Assim, ideologicamente, o Fórum Global foi tratado como um evento festivo¹⁵¹ onde ocorreu a celebração definitiva do desenvolvimento sustentável enquanto interesse comum, constituindo uma espécie de simulacro.

¹⁵⁰ A inauguração de um trecho de 7 km da Linha Vermelha (RJ-071, oficialmente Via Expressa Presidente João Goulart) — um importante entroncamento especialmente inaugurado em 30 de abril de 1992 para a Conferência do Rio de Janeiro — pode ser considerada como um ato simbólico do trabalho conjunto de Collor e Brizola, uma vez que foi construída com verba federal repassada ao governo do estado do Rio de Janeiro.

¹⁵¹ José Augusto Lindgren Alves (2001, p. 73) aponta o “*aspecto colorido e festivo*” do evento — e utilizando uma observação do cientista social Miguel Darcy de Oliveira — como uma “*celebração da diversidade e da riqueza da sociedade civil*”.

A MANUTENÇÃO TENSA DA ORDEM CELEBRATIVA:

**No maior encontro diplomático da história,
uma paisagem de guerra se mostrava presente...**

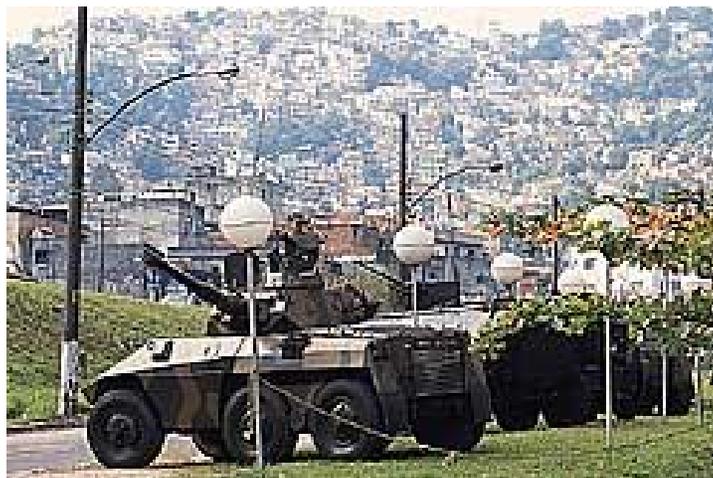


Figura 3.1: Presença do Exército Nacional nas ruas do Rio de Janeiro durante a Rio-92. No detalhe, os tanques de guerra apontados para uma comunidade carente do Rio de Janeiro¹⁵².

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/230699/imagens/cidades2.jpg>

Acesso em: 1º de setembro de 2011.

¹⁵² Rosane Soares dos Santos e Ângela Maria Gabriella Rossi (2011), ao realizarem uma análise sobre turismo de base local sustentável, demonstram que a modalidade denominada de “*turismo em favelas*” (ou ainda “*turismo social*”) teve seu início justamente durante a realização da Conferência do Rio de Janeiro – 1992, onde diplomatas e participantes diversos se interessaram em conhecer favelas cariocas, particularmente a Favela da Rocinha, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro. Bianca Freire-Medeiros (2006, 2007a, 2007b e 2010) explica que são os donos das agências de turismo em favelas que concordam em remeter como marco inicial do mercado turístico na Rocinha ao episódio da Eco-92, ainda que não haja de fato um consenso. Entretanto, salienta a autora (FREIRE-MEDEIROS, 2007b), indiscutivelmente foi a partir da Eco-92 que os “*favela tours*” se tornaram uma “*prática massiva (o que não deixa de ser irônico se lembrarmos que durante a conferência as autoridades governamentais procuraram isolar essas localidades tidas como nosso “anti-cartão-postal”). Foi então que a favela saiu das margens da cultura turística para tornar-se uma atração altamente lucrativa e disputada*”. Assim, Helton Ricardo Ouriques (2003) afirma que a favela encontrou uma nova funcionalidade: sua estética específica tornou-se uma mercadoria para visitação turística. Bianca Freire-Medeiros (2006, p. 08) esclarece que atualmente sete agências atuam regularmente na Rocinha — *Be a Local, Don’t Be a Gringo; Exotic Tours; Favela Tour; Jeep Tour; Indiana Jungle Tour; Private Tours; Rio Adventures* — e cada uma cobra por volta de US\$ 35,00 por pessoa para um passeio que dura de 3 a 4 horas. Os tanques de guerra apontados para favelas cariocas transformavam as mesmas em simulações ainda mais canhestras da “paz” que propunham.

Simulacro, segundo Marilena CHAUI (2006), é uma encenação, um espetáculo bem coordenado e dirigido, que em tempos de globalização e meio técnico-científico-informacional, forja uma falsa consciência, um falso consenso, principalmente quando amparado na mídia e na constatação de especialistas e cientistas, promotores da “verdade” absoluta. Assim, entendemos a Conferência do Rio de Janeiro como um simulacro espacial, cujo intento foi a construção de um consenso em torno da concepção de desenvolvimento sustentável, a ser celebrado, local e globalmente. Se a maior parte dos documentos assinados transmite as vicissitudes presentes na conferência, a Agenda 21, especialmente, se tornou a ato simbólico da efetivação do desenvolvimento sustentável como receituário comum e universal de países centrais ou periféricos. Os desencontros de Estocolmo se tornaram *encontros* entre centro e periferia, entre economia e ecologia no Rio de Janeiro, através da celebração da ideologia do desenvolvimento sustentável.

Para Thales de Andrade (1999), a discussão ambiental é também um fenômeno estético, e se configura na sociedade contemporânea também enquanto espetáculo. Assim, este autor, que cita Georges Balandier, aponta que a sociedade atual se alicerça em termos de uma *teatrocracia*, “em que mandatários públicos vão se transformando em vedetes e a gestão da imagem torna-se assunto cada vez mais estratégico para articulações políticas” (*Id.*, p. 111). Há uma verdadeira “*revolução espacial do espetáculo*” (ANDRADE, 1999), sendo possível reconhecer na Rio-92 uma importante referência empírica.

O Rio de Janeiro que as delegações conheceram era uma “cidade organizada, limpa e segura”. No registro da página anterior (**Figura 3.1**), tanques apontados para a favela durante a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, garantiram o caráter festivo-celebrativo do evento — *ainda que, evidentemente, longe dos tanques*. Trata-se da instituição de um simulacro espacial. Marilena CHAUI (2006, p. 17) aponta exemplos de como o espetáculo coberto pelos meios de comunicações, por vezes, não se refere ao acontecimento e sim à *encenação do acontecimento*, ao seu simulacro: assim era a Rio-92, onde os debates entre a Cúpula da Terra e o Fórum Global, a paz e a ordem urbana do Rio de Janeiro, e ainda, o consenso em torno da concepção do desenvolvimento sustentável transformaram-se de encenação em um simulacro espacial que se solidificou como concreção e realidade. Por fim, o simulacro se transforma em verdade universalmente aceita, afinal, “*a simulação é que é eficaz, nunca o real*” (BAUDRILLARD, 1991, p. 75).

Com uma paisagem de guerra para garantir a paz, todo este aparato militar garantiu a segurança das delegações presentes no Rio de Janeiro no decorrer da conferência. Segundo Zuenir Ventura (1994, pp. 68-69),

a Eco 92 servira de lição para o mundo de como se organizava uma conferência internacional e de como se conseguia a maior concentração de chefes de Estado jamais vista. Com longa tradição narcisista, sempre muito sensível ao que os outros falam dela, a Cidade Maravilhosa viveu então o seu momento de glória. Os gringos ficaram deslumbrados. Todos falaram bem. (...) O mundo se mudou para cá, a criminalidade diminuiu, não havia violência nas ruas, em cada esquina um soldado do Exército garantia a nossa paz e, ainda por cima, uma providência divina fez com que, naqueles quinze dias, reinasse a estação perfeita, em que os dias ofereciam uma praia amena e as noites permitiam a delícia de um leve agasalho. Faltou pouco para o Rio se confundir com o paraíso. Um jornal inglês, não tendo mais o que falar, chegou a elogiar o carioca pela sua exemplar organização. Era a primeira vez na história que se ouvia tal elogio, mas se eram os ingleses que reconheciam, por que não aceitar o exagero? A presença do Exército nas ruas apareceu como responsável mais visível por aquela paz absoluta que baixou sobre a cidade, e acendeu fantasias de ocupação militar para resolver o problema da violência e das drogas nas favelas. Depois dessa trégua, porém, veio a ressaca. No segundo semestre de 1992, tudo voltou ao normal, isto é, à violenta rotina.

Evidentemente, os tanques apontados para as favelas não levavam em consideração que a favela é produto do empobrecimento da classe trabalhadora em seu conjunto, e surge da necessidade de *onde* e do *como* morar como uma estratégia de sobrevivência da população que busca resgatar sua cidadania usurpada (RODRIGUESa, 1988, p. 40; ver também: RODRIGUES, 1988b)¹⁵³. Esta empreitada de ocupação militar na cidade ainda hoje é lembrada quando se defende a utilização de tropas do exército no combate às facções criminosas do Rio de Janeiro,

¹⁵³ É fundamental destacar que a origem da cidade, ao mesmo tempo em que uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção, se confunde com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto a precede historicamente (SINGER, 1973, pp. 13-15). Se desde a *República* de Platão a riqueza e a pobreza excessiva arruinam a vida na cidade (SOARES, 2002, p. 176), sob os auspícios do modo de produção capitalista as gigantes áreas metropolitanas acabam vivendo as “dores formidáveis do crescimento” (RODWIN, 1967, p. 79). Paul Singer (*op. cit.*, p. 21) considera que o desenvolvimento das forças produtivas urbanas não pode ser pensado como um processo apenas econômico, mas condicionado pelo tamanho e qualidade do espaço político no qual a cidade se insere. A cidade, desde sua gênese, é um território marcado por graves desigualdades, e a partir do capitalismo, consolidou-se como um território espacialmente segregado pela diferença de classe. Assim, não deixa de ser oportuno elucidar que, segundo Arlete Moyses Rodrigues (1984), analisar o espaço através de programas governamentais significa analisar o espaço como instrumento de poder: a cidade do Rio de Janeiro, marcada pela imensa discrepância social e com profunda segregação espacial, tornava-se palco de uma experiência de uma ação governamental de combate à violência que referendava a noção de favelas como “espaços de desordem”, e assim, era um problema a ser combatido com beligerância em sua plenitude.

onde a consecução da paz somente se tornaria possível com a marginalização dos espaços habitados pelas classes oprimidas. É oportuno lembrar que, apenas um ano após a realização da Conferência — na madrugada de 23 de julho de 1993 —, seis menores e dois maiores sem-tetos foram assassinados por policiais militares, no episódio conhecido como “Chacina da Candelária”, por ter ocorrido nas proximidades da igreja católica de mesmo nome. Era o ocaso do Rio de Janeiro da paz fabricada durante a conferência.

É sob este regime de controle e vigilância que ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, bipartida na Cúpula da Terra, reunindo as delegações oficiais no Riocentro, e no Fórum Global, onde ONGs e movimentos sociais debatiam suas proposições no Aterro do Flamengo. Sob a proteção de tanques de guerra, ocorreria a celebração do desenvolvimento sustentável em escala global.

3.2 A Cúpula da Terra, e a Reunião das “Delegações” no Riocentro

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento iniciou-se, oficialmente, em 03 de junho de 1992. A abertura contou com os pronunciamentos do anfitrião, o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Collor de Mello, o rei Gustavo da Suécia, e de sua primeira-ministra, Gro Harlem Brundtland (que liderou a equipe da ONU na construção do *“Nosso Futuro Comum”*), e outras autoridades, como, por exemplo, o presidente português, Mário Soares (COTRIM, 1993b). Maurice Strong apontou já no seu discurso de abertura a importância de se debater a “superpopulação”, uma questão que deveria se tornar secundária de acordo com os Comitês Preparatórios da conferência¹⁵⁴.

Desde a abertura, uma série de reuniões e grupos de trabalhos foi estabelecendo pontos de tensão. O debate diplomático foi intenso: afinal, quando o delegado recebe um documento, logo se pergunta: *“o que este documento traz que possa prejudicar os interesses do meu país?”* (FERNANDES, 1993, p. 61). Ainda que seja possível apontar que as maiores batalhas diplomáticas foram travadas na preparação da conferência (COTRIM, 1993b), não há dúvidas que os 11 dias da Rio-92 representaram momentos de conflito de ideias e articulação de propostas e contrapropostas, que envolviam a formulação e assinatura de documentos, os

¹⁵⁴ Maurice Strong propôs o debate sobre “superpopulação” à revelia do trabalho de bastidores do Vaticano que propugnava o “silêncio” sobre a temática (COTRIM, 1993b), uma vez que o planejamento familiar contraria os ensinamentos da Igreja Católica no que se refere aos métodos anticoncepcionais.

mecanismos e normas de financiamento e os prazos para o estabelecimento de suas implicações. A única ocasião em que a emoção se sobrepôs o tom racional dos embates diplomáticos —, *garantindo, assim, o caráter celebrativo-festivo de uma cúpula com ares tão auteros* — foi durante o discurso de Severn Suzuki, uma canadense de 12 anos, que em nome da “Organização das Crianças em Defesa do Meio Ambiente” afirmou para as delegações presentes na Cimeira a necessidade de todos os governantes pararem de destruir o meio ambiente. No entanto, este discurso não se afastava das proposições contidas nos documentos oficiais da ONU, e a comoção pelas argumentações de Severn Suzuki só respaldava a celebração da proposta de construção do desenvolvimento sustentável em escala planetária.

A Rio-92 foi dominada pela clivagem Norte – Sul (MURPHY, 1997). Após a Guerra Fria, seguiu-se um período em que os países periféricos passaram a ser vistos pelos países centrais como *locus* preferencial, quando não exclusivo, de todos os males contemporâneos: *“origem das epidemias e do narcotráfico, a sujeira e a ignorância, o crime comum e o fanatismo terrorista, a corrupção política e o esbanjamento dos recursos públicos, a superpopulação e as hordas de emigrantes a ameaçarem as sociedades desenvolvidas”* (ALVES, 2001, p. 60)¹⁵⁵. Entre os fatos relevantes da conferência, é fundamental indicar o emergir político e diplomático do Grupo dos 77, tendo a Índia e a Malásia como vozes mais audíveis (DOMINGOS, 1993).

O G77, desde os primeiros momentos da conferência, tinha consciência das diferenças entre os países que o formavam, e entendia que os países da África Subsaariana (Sahel) necessitavam de um auxílio mais vultuoso que os membros latino-americanos, por exemplo. Para Paul Claval (1997), a participação dos países sulamericanos na Conferência do Rio de Janeiro mostrou a necessidade de se pensar o desenvolvimento. Alberto Glender Rivas (1994, pp. 261-263) aponta que, com este autêntico fortalecimento do G77, há o ressurgimento do discurso desenvolvimentista da “Nova Ordem Econômica Internacional” dos anos 70, estabelecendo-se que os problemas ambientais estão enraizados na relação Norte – Sul da política internacional, cuja estrutura exerce pressões sobre as políticas de exploração dos recursos naturais dos países periféricos.

¹⁵⁵ Segundo Jorge Montaña (1994), a queda do Muro de Berlim, e posterior desintegração da União Soviética, significaram a quebra do último dique do equilíbrio criado após a Segunda Guerra Mundial. Adentrava-se uma etapa de otimismo, considerado pelo autor como legítimo, uma vez que tornava obsoleto o terror da ordem mundial anterior e se dava um grande passo para a constituição de um espectro unipolar de mundo. No que se refere à preparação da Conferência do Rio de Janeiro, as reacomodações desta nova ordem implicaram em mudanças nas negociações correntes, desalinhamento de posições anteriormente comuns e paralisações e lentidão nas sessões da ordem processual da conferência.

Neste grupo, foi possível distinguir diferentes atuações: Malásia e Índia assumiram uma posição radical a favor do desenvolvimento econômico, pautado no argumento de que são os países industrializados os principais causadores dos problemas ambientais e, por conseguinte, os responsáveis por contornar seus danos; México, Colômbia e Venezuela apresentaram proposições que contribuíram para corroborar algumas escolhas da conferência, e por vezes, se alinharam aos países centrais; a China, desconfiada de que a conferência poderia indicar mecanismos de entrave ao seu crescimento econômico, enxergou nas estratégias de controle ambiental uma possível limitação aos programas de desenvolvimento empreendidos por seus governantes; por fim, o Brasil — cuja delegação era liderada pelo então embaixador em Washington, Rubens Ricupero¹⁵⁶ —, adotou uma posição discreta e conciliadora, na condição de anfitrião da conferência. Segundo Luiz Alberto de Figueiredo (2008), o Brasil tem sido o grande impulsionador da questão ambiental na ONU. É possível afirmar que a atuação do Brasil, aceitando tacitamente os pontos centrais dos documentos assinados, contrastou com a intensa movimentação contra as propostas dos países centrais em Estocolmo, onde a delegação brasileira se portou como liderança dos países periféricos.

O Grupo dos 77 (G77) — naquele momento, com 128 membros — imprimia obstáculos às propostas dos países do Norte ao levantar a bandeira do “desenvolvimento” (COTRIM, 1993b), incrustando na pauta da conferência a questão da pobreza nos Países do Sul. Desta maneira, a China apontou durante a Conferência do Rio de Janeiro que o desenvolvimento é um pré-requisito, enquanto os Estados Unidos contra-argumentaram que a pobreza não é exclusiva dos Países do Sul (SZÉKELY, PONCE-NAVA, 1994, p. 314), adotando sempre posições retrógradas durante o evento (MELO, 1993). Destacadamente, os países desenvolvidos pressionaram para que se fixassem padrões ambientais à comunidade internacional baseados em suas experiências e em suas normas, com um enfoque de livre mercado e pouca participação dos governos em assuntos ambientais (RIVAS, 1994, pp. 256-257).

Segundo Alberto Glender Rivas (1994, p. 259), os Estados Unidos desempenharam um papel protagonista em todos os temas da conferência, o que não foi muito positivo, pois, em muitos casos, adotou *“uma atitude defensiva, suas propostas ambientais foram muito seletivas e só estiveram de acordo com medidas que não implicaram uma modificação de suas políticas*

¹⁵⁶ Posição semelhante adotou Tommy Koh, que era embaixador de Cingapura em Washington e presidente dos *PrepComs*.

*industriais e econômicas vigentes*¹⁵⁷. Segundo o mesmo autor, a aliança com países desenvolvidos, que se manteve na etapa dos comitês preparatórios, se dissolveu, uma vez que o Japão e a Comunidade Europeia tomaram uma posição mais positiva em relação às questões financeiras e outros temas no decorrer da conferência.

Como salienta João Paulo Cotrim (1993b, p. 18), os Estados Unidos correspondiam, simultaneamente, ao país que mais polui e o que mais apoio oferece a programas ambientais. George Bush, que chegou a anunciar que não participaria da conferência (mas acabou comparecendo), demonstrava pouco interesse nas demandas ecológicas. Seu desapareço por política ambiental, antes da Conferência do Rio de Janeiro, pode ser assim sintetizado: congelamento da aplicação de novas leis ambientais durante nove meses; redução pela metade das áreas úmidas protegidas; e, ainda, a tentativa de abandonar a legislação protetora das espécies em perigo para facilitar o abate de florestas e proporcionar a abertura da reserva do Ártico à exploração petrolífera. Além disso, manteve-se em oposição aos impostos sobre o carvão e padrões mais rigorosos de eficiência energética nos automóveis (COTRIM, 1993b, p. 19). Ocorreu, assim, o fortalecimento do Japão na questão ambiental (DOMINGOS, 1993): afinal, este país, com a maior delegação oficial da conferência, se lançou desde o início como exemplo a ser seguido, baseado na capacidade de rentabilização da energia e investimento no mercado de tecnologias limpas. Assim como o Japão, a Comunidade Europeia também aspirava à liderança, principalmente por pressões da Alemanha (COTRIM, *op. cit.*).

É importante ressaltar que os países centrais, desde a publicação do *Relatório Brundtland*, passaram a adotar proposições pela implementação do desenvolvimento sustentável. Em 1990, o Presidente George Bush — ainda que, conforme anteriormente ressaltado, com pouco zelo pelo meio ambiente —, anunciou que daria mais espaço à Agência de Proteção Ambiental, além de promover o plantio de um bilhão de árvores, dentro do esforço de conter o aquecimento global. Margaret Thatcher, primeira-ministra inglesa e uma referência de governo neoliberal, chegou a enviar uma carta saudando o lançamento do relatório por Gro Harlem Brundtland em Londres, e louvando a concepção de desenvolvimento sustentável. Em setembro de 1989, o governo Thatcher lançou “*Sustaining our common future: a progress report by the*

¹⁵⁷ Livre tradução de: “*una actitud defensiva, sus propuestas ambientales fueron muy selectivas y solo estuvieron de acuerdo con medidas que no implicaran una modificación de sus políticas industriales y económicas vigentes*”.

*United Kingdom on implementing sustainable development*¹⁵⁸, e já em dezembro, dentro da tentativa de implantar o desenvolvimento sustentável, o governo inglês apresentou a Lei de Proteção Ambiental, onde se propunha um método de controlar a poluição do ar, da terra e da água, além de padrões mais rígidos para depósitos de lixo. Noruega e Suécia também apresentaram respostas oficiais ao Nosso Futuro Comum, publicando relatórios sobre a temática e implantando políticas ambientais (STARKE, 1991).

Outros países centrais já protocolavam o desenvolvimento sustentável como caminho a ser empreendido antes mesmo da realização da Rio-92. Em 1989, a Comissão Finlandesa para o Meio Ambiente e Desenvolvimento informou ao governo todas as questões ligadas ao desenvolvimento sustentável, o que implicava em consolidar estratégias para alcançar este modelo de desenvolvimento. Na Dinamarca, foi publicado em dezembro de 1988 um plano de ação para o meio ambiente e desenvolvimento, sendo que em 1989, já estava lançada a “*Campanha dinamarquesa em prol do nosso futuro comum*”, cujo tema era “*Pensar em termos globais — agir em termos locais*”. Nos Países Baixos, “*Nosso Futuro Comum*” também foi saudado: Ed Nijpels, então ministro do meio ambiente ressaltou que o Relatório Brundtland “*contribuiu para muito para que se encarasse de modo diferente as relações entre meio ambiente e desenvolvimento*” (Id., *Ibid.*). O Ministério do Meio Ambiente do Japão publicou o “*White paper on the environment in Japan 1988*”¹⁵⁹, onde se ressaltava a importância de educar os consumidores, deslocando, assim, a problemática ambiental da produção para o consumo.

O desenvolvimento sustentável já se colocava como pauta governamental também na Oceania. Em pronunciamento realizado em julho de 1989, o Primeiro Ministro da Austrália, Hon R. J. L. Hawke, apresentou a declaração “*Nosso país, Nosso Futuro*”, destacando o empenho na construção de um desenvolvimento ecologicamente sustentável. O governo da Nova Zelândia criou em fins de 1989 uma *Lei sobre Administração de Recursos*, referindo-se a uma administração sustentável (STARKE, 1991).

Linda Starke (1991) aponta ainda que, no Canadá, uma Força-Tarefa sobre Meio Ambiente e Economia publicou um relatório sobre os impactos do *Relatório Brundtland*, subscrito por líderes empresariais, grupos ambientalistas e ministros de Estado, que buscava estimular a prática do desenvolvimento sustentável. Ainda que apenas como formalidade, o

¹⁵⁸ "Sustentando o nosso futuro comum: um relatório do progresso do Reino Unido sobre a implementação do desenvolvimento sustentável" (*Livre tradução do autor da tese*).

¹⁵⁹ "Livro branco sobre o meio ambiente no Japão 1988" (*Livre tradução do autor da tese*).

relatório estava em congruência com o “Banco de Casos Bem-Sucedidos”, do Ministério Canadense de Meio Ambiente, que já estimulava, desde 1988, soluções ambientais criativas para os problemas ambientais. Na Alemanha, a *Comissão de Estudos do Bundestag*, integrada por parlamentares e cientistas, publicou em 1988 um relatório provisório sobre “*Medidas Preventivas para Proteger a Atmosfera da Terra*”. Muitos dos problemas do meio ambiente nos países desenvolvidos do Continente Europeu — particularmente de controle de poluição — já haviam sido parcialmente contornados com investimentos inferiores à estimativa inicial (com mecanismos de filtragem e antipoluição), como, segundo nossa interpretação, parte do processo de reestruturação produtiva, o que inclinava atribuir os problemas atuais aos países ditos subdesenvolvidos ou aos países do bloco socialista (LAGO, 2007, p. 63).

Jorge Montaña (1994) aponta que a emergência de um novo conjunto de países intitulados “economias de transição” (“*sociedades de transición*”, na versão em espanhol) — *status* idealizado pelo Banco Mundial — embaralhava a relação Norte – Sul e a dicotomia desenvolvimento / subdesenvolvimento, o que é possível compreender como uma forma de ocultar os conflitos da divisão territorial do trabalho. As intervenções dos países do Leste Europeu durante a Conferência do Rio de Janeiro estiveram vinculadas, em sua maioria, ao acesso ao financiamento, a transferência de tecnologia em condições vantajosas e as questões relativas à sua reestruturação industrial (RIVAS, 1994, p. 163). Apesar de Josef Vavrousek, ministro tchecoslovaco do meio ambiente, garantir que os países de “economias em transição” não desejavam competir com os países em vias de desenvolvimento (COTRIM, 1993b), segundo Alberto Glender Rivas (1994) não seria exagero afirmar que o ex-bloco socialista, imerso em problemas econômicos e políticos, utilizaram-se da diplomacia ambiental com um instrumento de barganha para assegurar uma transferência vantajosa de tecnologia e de recursos. Isto gerou um mal-estar com os países periféricos, que protestaram receosos de perder a ajuda que tradicionalmente recebiam para o desenvolvimento, com o redirecionamento das prioridades de cooperação para outras regiões.

A Comunidade dos Estados Independentes (CEI, ex-URSS) e o bloco dos países que viviam sob o regime do “socialismo real”, que sequer participaram da Conferência de Estocolmo, mantiveram uma postura dúbia na Conferência do Rio de Janeiro, ora adotando uma posição de apoio ao desenvolvimento, em acordo com as nações periféricas, ora respaldando as posições dos países desenvolvidos, no afã de se identificarem como “economias de mercado” (RIVAS, 1994,

p. 263). Da mesma maneira que os países periféricos indicavam o imperialismo econômico e o colonialismo como causas de seus problemas, as nações identificadas como "economias de transição" apontavam os anos de comunismo como causa de suas mazelas (*Id., Ibid.*).

No dia 10 de junho, após dias de sessões plenárias, debates, reuniões de comitês e de grupos de trabalho que ocuparam 10 mil delegados, conselheiros, técnicos, políticos, burocratas e diplomatas de quase todos os países da ONU, terminavam as negociações cujas linhas gerais já estavam há muito definidas (COTRIM, 1993b). A Carta da Terra sofreu constantes mudanças e se tornou a “Declaração do Rio”, aprovada na *PrepCom* de Nova Iorque e promulgada na conferência sem restrições, mas sem o impacto desejado. Afinal, a intenção de Maurice Strong desde a primeira sessão do Comitê Preparatório era construir um texto de apenas uma página, em linguagem simples, para fazer com que a “Declaração do Rio” tivesse importância semelhante a Declaração Universal dos Direitos Humanos (LAGO, 2007, p. 82), “*funcinando como o cimento ético a conferir coerência e unidade a todos os projetos da conferência*” (BOFF, 2004, p. 58), que de fato não ocorreu.

Se houve um avanço nos direitos humanos, com a inclusão de mulheres, jovens e indígenas, e de grupos sociais vulneráveis (SZÉKELY, PONCE-NAVA, 1994), e ainda, o mérito de um debate internacional mais profundo sobre “novos” temas — meio ambiente, direitos humanos, narcotráfico e diferentes tipos de discriminação (LAGO, 2007, p. 55) — nos embates da conferência, não foi incluída na pauta dos debates o processo de regulação ambiental das grandes empresas multinacionais. É Harris Gleckman (1994, p. 292) quem destaca o fato das corporações multinacionais se posicionarem pela *auto-regulação*, apresentando-se como organismos quase-governamentais em busca de um mercado mundial não-regulado. Este autor enumera uma série de atrativos para as multinacionais com a adoção de práticas ambientais adequadas: novos mercados e maior rentabilidade; redução dos custos de produção com o uso racional de matérias primas e insumos; incremento na eficiência produtiva com a prática da reciclagem; e ainda, redução dos custos de operação e manutenção com a padronização das normas tecnológicas. Mas, desde as recomendações de março de 1992, no Quarto Comitê Preparatório da CNUMAD, os principais países desenvolvidos se esforçaram para evitar quaisquer referências às corporações multinacionais e a potencial contribuição das mesmas à consecução do desenvolvimento sustentável (GLECKMAN, 1994). Acabou diluída na Agenda 21 a questão das empresas transnacionais e o meio ambiente. O documento preparado pelo Centro

das Nações Unidas sobre Corporações Transnacionais (*United Nations Centre on Transnational Corporations*, UNCTC), intitulado “*Transnational Corporations and Sustainable Development: Recommendations of the Executive Director*”¹⁶⁰, sequer foi discutido na conferência, uma vez que Estados Unidos e Japão deixaram evidente que não tolerariam regras sobre o comportamento das transnacionais (LAGO, 2007).

Somente a partir do dia 11 de junho começaram os pronunciamentos dos chefes de Estado. Li Peng, da China, procurou ao máximo garantir que não encontraria o Dalai Lama, participante do Fórum Global. Ainda que com a maior delegação, o primeiro ministro japonês Kiichi Miyazawa esteve ausente. Jacques Delors, então presidente da Comissão Europeia, acabou comparecendo. Helmut Kohl comprometeu-se com 0,7% do PIB para auxílio ao GEF — *Global Environmental Facility* —, estruturado no organograma do Banco Mundial como financiador dos projetos ambientais globais. Brian Mulroney, do Canadá, também prometeu investimentos ambientais no valor 150 milhões de dólares — fora os 145 milhões perdoados da América Latina, os 50 milhões para os países do Sahel, 20 milhões para as florestas brasileiras e 25 milhões para o GEF. Fidel Castro acusou a sociedade capitalista pela destruição do ambiente, exigiu uma melhor distribuição de riquezas e tecnologia e condenou os países industrializados pelos mais graves problemas ambientais. Argumentou que, no momento onde as supostas ameaças do comunismo desapareceram e não restam pretextos para guerras frias, corridas armamentistas e gastos militares, se justificaria reverter os altos investimentos no desenvolvimento dos países pobres e na questão ecológica, o que acabou arrancando aplausos até mesmo de George Bush (COTRIM, 1993b).

A Conferência do Rio de Janeiro estabeleceu que os recursos adicionais para abordar projetos ambientais deveriam ser catalizados através da “*Facilidade Global Ambiental*” (*Global Environmental Facility*), e assim havia de se aceitar as prioridades determinadas pelos administradores deste fundo (ROSENTHAL, 1994). O GEF deixou de ser um “clube” exclusivo antes de se iniciar a conferência para se tornar um mecanismo criado no Banco Mundial para financiamento ambiental (MONTAÑO, 1994). Jorge Montaña (*op. cit.*, p. 251) argumenta que os esforços dos países do Sul não foram suficientes em criar uma contrapartida a este mecanismo — a proposta de um “fundo verde”, com recursos suficientes para atender as demandas dos intitulados países em desenvolvimento. A negativa dos países industrializados foi definitiva,

¹⁶⁰ Corporações Transnacionais e Desenvolvimento Sustentável: Recomendações do Diretor Executivo (*Livre tradução do autor da tese*).

apoiada em argumentos como a burocratização e ineficácia que na opinião dos mesmos caracterizam as Nações Unidas. Montañó (*Id.*, p. 252) afirma que houve uma incapacidade negociadora do Grupo dos 77, que acabou por apenas aceitar as regras do jogo, considerando o GEF como única opção real. Rubens Ricupero — naquele momento, conforme anteriormente elucidado, Embaixador do Brasil nos Estados Unidos — ajudou a costurar acordos que evitaram a ruptura entre G7 e G77, de maneira que se aludiu uma maior transparência ao GEF e apenas intenções de cumprir, futuramente, a reposição de capital da ODA (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento), que indicava compromissos de investimentos dos países centrais no desenvolvimento da periferia econômica mundial (LAGO, 2007). O próprio Rubens Ricupero, que foi um importante articulador para a implementação do GEF — segundo suas próprias palavras, a parte mais espinhosa das negociações da conferência (RICUPERO, s/d) — apontava como positiva a mudança de intenções entre a criação do “Fundo Verde” para o diversificado mecanismo de financiamento do Banco Mundial (*apud* LAGO, *op. cit.*, pp. 80-81).

Herman E. Daly (1997, p. 191) argumenta que o Banco Mundial existe para servir aos interesses de seus membros, que são os Estados-Nação, e não indivíduos, corporações ou mesmo ONGs. Assim, no que se refere à problemática ambiental, segundo Linda Starke (1991) o Banco Mundial passou a assumir liderança nos programas de financiamentos, reorientando-se para os problemas ambientais e apoiando o desenvolvimento sustentável, depois de uma profunda revisão em seu Departamento Ambiental, no primeiro semestre de 1987. Nos dois anos subsequentes, o quadro de profissionais que tratava de questões de meio ambiente na instituição foi multiplicado por sete. No ano fiscal de 1989, o Banco Mundial demonstrava a existência de significativos aspectos ambientais em mais de um terço de projetos por ele aprovados, de maneira que, em setembro, foi formalizado o processo de “avaliação ambiental”. A seguir, o Banco Mundial criou uma vice-presidência para o “Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável” (SERAFY, 1997, p. 196). A questão ambiental ganhava vulto dentro da instituição, como afirmava Ken Piddington, Diretor do Departamento do Banco Mundial para o Meio Ambiente, que saudava o desenvolvimento sustentável como imperativo. Isto obrigou os países periféricos a atenderem critérios ambientais antes de terem seus projetos aprovados (STARKE, 1991, p. 33), e ainda obrigava estas nações a atender os critérios ambientais de acordo com os interesses do Banco Mundial. Desta maneira, o Banco Mundial tornava-se o instrumento que forneceria o significado do desenvolvimento sustentável em escala global.

Alguns meses antes da Conferência foi anunciada a criação do *Global Environmental Facility* (GEF), fora do contexto das negociações e desarticulado com interesses dos chamados “países em desenvolvimento” (LAGO, 2007, p. 78). Segundo André Aranha Corrêa do Lago (2007), o GEF não correspondia ao mecanismo financeiro pretendido pelos “países em desenvolvimento”, uma vez que não poderia nem pretendia cobrir os gastos ambientais. O GEF se afastava da ideia do “Fundo Verde”, que era a proposta de grande parte dos países periféricos, no intento de desburocratizar o sistema de créditos para uma “economia ambientalmente sustentável”, pois estava inserido no Banco Mundial, então presidido por Lewis Preston, e assim, sujeito à lógica das instituições de Bretton Woods (com voto ponderado, e, por conseguinte, dominado pelos países mais industrializados) e não à conjuntura da Assembleia das Nações Unidas (com votos igualitários). Este autor ainda destaca que o GEF só apoiaria projetos ambientais de impacto global, o que significava que só auxiliaria em investimento que trouxessem benefícios aos países financiadores. Além disso, os ecologistas suspeitavam do GEF em vista da sua organicidade com o Banco Mundial que, segundo eles, primou historicamente por investimentos tão grandiosos quão ecologicamente danosos, a exemplo de rodovias em meio a florestas e barragens hidrelétricas (TIME, 01/06/1992, p. 25 *apud* LIMA, CRUZ, PIMENTEL, 2010).

Concomitante ao GEF, a ONU inseriu no seu Sistema de Contas Nacionais (SNA)¹⁶¹ o Manual das Nações Unidas sobre a Contabilidade Ambiental e Econômica Integrada, publicado em dezembro de 1993, que trata da valoração econômica e dedução da renda nacional tanto da depleção dos recursos naturais quanto da degradação ambiental que tenham implicações diretas na economia (SHENG, 1997) . Fulai Sheng (*op. cit.*, p. 172) atesta que os preços “*pagos à natureza*” podem ser utilizados para investimentos na conservação e na manutenção de sua produtividade.

Toda esta conjuntura mostra o processo de financeirização plena dos propósitos de proteção ambiental no âmago das Nações Unidas. Comprova-se, assim, como demonstra Marcos Nobre (2002), que o Banco Mundial e o FMI influenciam diretamente na consolidação institucional do termo desenvolvimento sustentável.

¹⁶¹ Trata-se de um conjunto de diretrizes adotadas internacionalmente para cálculo dos valores das atividades econômicas, expressos por indicadores tais como o PIB e a renda nacional, que acaba por interferir nos auxílios e investimentos das organizações internacionais de ajuda ao desenvolvimento (SHENG, 1997).

**A CÚPULA DA TERRA, NO RIOCENTRO:
A “Operação Desenvolvimento Sustentável”**



Figura 3.2: Registro da Rio-92: na foto, o Embaixador Rubens Ricupero.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Disponível em: http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo9.html#

Acesso em: 04 de novembro de 2008.



Figura 3.3: Símbolo da Rio-92. Um só mundo, sob a imagem do Pão-de-Açúcar.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/eco-92.htm>

Acesso em: 05 de setembro de 2011.

IMAGENS DA CÚPULA DA TERRA:

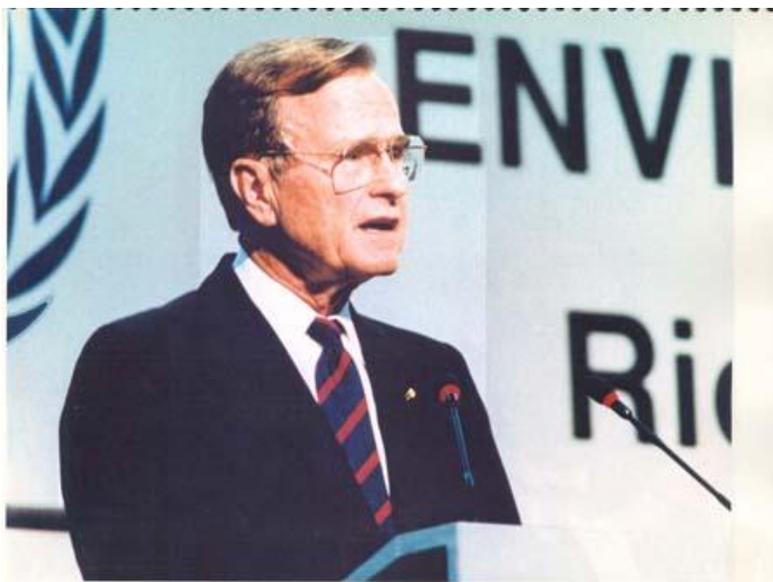


Figura 3.4: Registro do discurso de George Bush na Rio-92

Disponível em: http://www.technik.com.br/eventos/eco92/eco92_9.jpg

Acesso em: 04 de novembro de 2008.



Figura 3.5: Registro do discurso de Severn Suzuki, 12 anos, durante a Rio-92

Disponível em: <http://soulgineering.com/2011/05/28/365/>

Acesso em: 04 de novembro de 2008.

Em seu discurso, George Bush reiterava que não assinaria a Convenção da Biodiversidade nem se comprometeria a reduzir os gases de efeito estufa (Figura 3.4). Já Severn Suzuki, canadense de 12 anos, discursou em prol da proteção do meio ambiente para as “gerações que estão por vir” (Figura 3.5). Ambos contribuíram, quando qual à sua maneira, para a celebração do desenvolvimento sustentável durante a Conferência do Rio de Janeiro.

Podemos afirmar que o “*desenvolvimento*” venceu o “*sustentável*”. O fortalecimento do GEF / Banco Mundial mostrou como se privilegiou o desenvolvimento, e também o quanto a crise ambiental mantém as diferenças Norte – Sul. As propostas de vinculação “*Desenvolvimento Sustentável*” e “*Desenvolvimento Desigual e Combinado*”, presente na articulação do PNUMA sob liderança de Maurice Strong, e também o “Fundo Verde” foram derrotadas (NOBRE, 2002). A luta maior na Cúpula da Terra, segundo Marcos Nobre (2002), foi travada pelos custos e financiamento da implantação do desenvolvimento sustentável, alçado como um modelo a ser constituído mundialmente. A partir da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, pactuou-se pela tutela do Banco Mundial, através do GEF, no financiamento, controle e processo de auditorias dos projetos ambientais em escala planetária.

A sustentabilidade, para os países do Norte, se consolidou como uma fórmula de gestão ambiental através de mudanças prioritariamente tecnológicas. Concordamos com Herbert Marcuse (1969, p. 27), quando este afirma que a racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veículo de dominação, criando necessidades (falsas ou verdadeiras) e prioridades; estas necessidades / prioridades só poderiam ser identificadas pelos próprios indivíduos livres, ou seja, enquanto não forem autônomos não incapazes de dar a própria resposta. Concordamos, assim, com Celso Furtado (2000, p. 22), quando afirma que “*falta de nitidez no termo necessidade humana quando fora de determinado contexto cultural*” (FURTADO, 2000, p. 22), neste caso, o contexto cultural do sistema capitalista em sua face globalizante. Finalmente, soa incompatível em uma sociedade capitalista falarmos em “direito planetários” ou “direitos intergeracionais” (WEISS, 1988 *apud* LIMA Jr., 2004, p. 176), referentes à prerrogativa de cada geração receber o planeta em condições não piores que aquelas da geração anterior, onde existiriam certas obrigações do presente para o futuro.

A rigor, esta mudança — da questão das necessidades humanas para o incremento tecnológico — acarretou a paulatina diluição da concepção de desenvolvimento sustentável, já considerada vaga e improfícua, presente no Relatório Brundtland, abandonando o ideal de satisfação das necessidades presentes e futuras em prol do combate aos problemas ambientais globais. Ou seja, enquanto no discurso continua a se reproduzir a ideia de que o desenvolvimento sustentável busca atender as necessidades das gerações presentes e futuras, a sua ênfase, na prática, é de “combate” aos problemas ambientais globais.

Logo após término da Conferência do Rio, houve pronunciamentos no Parlamento Europeu lamentando a incapacidade da Comunidade Europeia ocupar a liderança no que se refere ao meio ambiente. A Comunidade Europeia não teve força para assumir esta liderança, abandonada pela postura conservadora dos Estados Unidos, entre outros motivos, por causa das divisões internas — a efetiva unificação econômica através da União Europeia aconteceria apenas em 1995 — e da debilidade de algumas propostas. O Japão, devido às implicações de seu grande poder econômico-industrial, teve uma participação errática na conferência: ora se alinhando à posição dos países periféricos, ora adotando uma postura temporizadora e discreta, em questões como o acesso aos recursos e a inviolabilidade da propriedade intelectual (RIVAS, 1994).

A Conferência do Rio de Janeiro foi uma decepção para os anseios dos países desenvolvimento, não só pelo isolamento norte-americano, mas pela atuação negligente, quase no plano retórico, e sem grandes compromissos de adequações ambientais, de Japão, Canadá e da Europa comunitária, assim como permaneceram enormes dúvidas quanto à credibilidade do Banco Mundial como entidade gestora dos projetos ambientais (MARQUES, 1993). De fato, sacrificou-se pela pressão dos norte-americanos a Declaração sobre Desertificação, assim como os Estados Unidos não assinaram a Convenção da Biodiversidade e não aceitaram prazos para a implementação completa da Convenção das Alterações Climáticas (COTRIM, 1993b)¹⁶². A Convenção de Florestas, mediante oposição cerrada de Índia e do G77, especialmente Brasil, Indonésia, Sri Lanka, Bornéu e Tailândia, também foi questionada e mutilada pela questão da ingerência na soberania e pela obrigatoriedade das respectivas políticas florestais respeitarem normas internacionais (*Id., Ibid.*).

Por fim, foi criada uma Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), inserida na Assembleia Geral da ONU, sediada na Costa Rica (GUIMARÃES, 1992), com o objetivo de acompanhar a implantação mundial da Agenda 21 (FERNANDES, 1993), e apoiar os diferentes grupos interessados para a adoção dos mecanismos deste novo modelo de desenvolvimento. A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável não foi pensada como espaço participativo amplo (LEIS, 1996, p. 75). Especificamente, essa mudança do foro negociador, do PNUMA para Assembleia Geral, refletiu o interesse dos países periféricos, sob liderança do Brasil, que preferiam ver tal convenção negociada sob o âmbito político-econômico.

¹⁶² Com esta negativa, as ONGs se puseram de luto e marcharam em frente à embaixada norte-americana.

Em meio à miríade de *desencontros* da Cúpula da Terra no Riocentro, o modelo de desenvolvimento sustentável, gerido por uma comissão da ONU e financiado pelo Banco Mundial através do GEF, foi o único ponto de *encontro*. Maurice Strong afirmou que sem o Fórum Global, a Cimeira “perderia a legitimidade” (COTRIM, *op. cit.*), demonstrando que se buscava obter a legitimação do processo.

3.3 O Fórum Global: ONGs e Movimentos Sociais no Aterro do Flamengo

O Fórum das Organizações Não-Governamentais e Movimento e Sociais (Fórum Global) foi a reunião de 6800 ONGs de 177 países e de movimentos sociais de ampla gama de temas, com 19.000 participantes, sendo 11.000 estrangeiros (ANDRADE, 1993). Consolidou-se como um encontro para a realização de um trabalho esperançoso com mais de 400 eventos oficiais e não-oficiais (COTRIM, 1993a e 1993b), demonstrando assim a grande importância da questão ambiental (PINGUELLI ROSA, 1993). As Organizações Não-Governamentais foram convocadas oficialmente pela ONU, “com voz e sem voto” (GUERRA, 1994, p. 337) — cabe destacar que na realidade nem as “vozes” foram ouvidas nas reuniões oficiais — para a Conferência do Rio de Janeiro¹⁶³.

Segundo Andréa Zhouri (1993, p. 14), o Fórum Global poderia ser entendido como um momento ritual, um espaço de intertextualidade — *um ponto de intersecção dos vários discursos ecologistas* — apresentado sob a forma de festa e conagração, mas também sob a forma de múltiplas tensões entre diversos grupos políticos. Segundo a mesma autora (*op. cit.*, p. 14), a metáfora de aldeia global de Herbert Marshall McLuhan realizou-se no Aterro do Flamengo, ainda que todo cercado e protegido pela “segurança militar”. Afinal, não faltaram nem as tendas e nem o totem (neste caso, a “Árvore da Vida”, localizada em um lugar central no Aterro do Flamengo — ver: **Figura 3.7**, na página 149) que indicavam a formação simbólica de uma grande aldeia.

¹⁶³ Segundo Leila da Costa Ferreira (1998, p. 97), o Fórum Global tinha três objetivos bem definidos: [1] ser um momento de confraternização entre os ecologistas de todo o planeta; [2] qualificar os debates em torno dos problemas globais e mesmo sobre a pobreza, desenvolvimento e qualidade ambiental; e, ainda, [3] funcionar como expressão política da sociedade civil organizada, e que conseguisse influenciar os rumos das discussões na Cúpula da Terra. Se o primeiro e segundo objetivos foram alcançados, acreditamos que somente metade do terceiro objetivo se consolidou: o Fórum Global se tornou sim expressão política da sociedade civil, mas não influenciou os debates realizados no Riocentro. É possível afirmar que “o sucesso do Fórum Global deveu-se menos aos resultados do evento e mais à capacidade de mobilização das ONGs e movimentos sociais para a conferência” (TAVARES, 1999, p. 102).

Havia no Fórum Global tendas para os jovens, comunidades religiosas diversas, grupos étnicos como os indígenas, movimentos populares urbanos, organizações sindicais, governamentais (como as Secretarias de Meio Ambiente), internacionais como a UNICEF, UNESCO, conjuntos de artistas, ONGs (as mais profissionalizadas buscavam construir *lobbies* para influenciar no Riocentro), entre outros. No Fórum, além de tendas, havia stands, cantinas, lanchonetes e um anfiteatro, e aconteciam manifestações artísticas, políticas e passeatas (ZHOURI, 1993). Segundo Andréa Zhouri (1993), exercitou-se no Fórum o direito de cidadania, traçada nos entremeios da fronteiras pontilhadas dos Estados-Nações: era, nas palavras da autora, o espaço de convívio de diferenças de opiniões, ocorrendo o encontro da ciência com o senso comum, da racionalidade acadêmica com os saberes tradicionais, da religiosidade com o materialismo, das meditações e terapias orientais com manifestações agitadas por “batucadas” e outros ritmos diversos, da alimentação *fast-food* convivendo harmonicamente com alternativas vegetarianas.

Andréa Zhouri (*op. cit.*, p. 17) atesta que, através da ecologia, “*falaram os negros, os meninos de rua, os países latino-americanos, os favelados (...) do Rio de Janeiro, os índios, os africanos, os sindicatos, os aposentados brasileiros, políticos, empresários, grupos religiosos, que encontraram na ecologia uma forma de expressão*”. A “Vigília Religiosa pela Terra” reuniu diferentes grupos religiosos e tornou-se um dos símbolos do evento. Da mesma maneira, segundo a mesma autora, “globalização”, “planetarismo” e “universalismo” consignavam novos sentidos e significados à singularidade. Mais do que resultados concretos em termos de negociações, o Fórum Global representou um momento de troca de experiências entre os diferentes grupos, de reconhecimento e fortalecimento dos princípios (*Id.*, *Ibid.*).

No primeiro dia do Fórum Global — 01.º de junho de 1992, portanto, dois dias antes da Cúpula da Terra — ocorreu o anúncio que George Bush criaria um fundo de 150 milhões de dólares para salvar as florestas do Planeta, o que foi prontamente considerado como exercício cosmético pelo porta-voz da ONG ambientalista *Sierra Club* (COTRIM, 1993b). Também durante o Fórum Global, Mikhail Gorbachev foi eleito presidente da Cruz Verde Internacional — que intencionava dar a natureza a mesma assistência que a Cruz Vermelha oferecia às vítimas de conflitos e guerras. Ao mesmo tempo, 600 indígenas, entre os quais 70 líderes em Conferência Mundial dos Povos Indígenas, no Parque Indígena Kari Oca (casa de branco), indicavam a necessidade de enxergar o homem como parte da natureza, e não a mesma como refém do

homem (ZHOURI, 1993). Um telão no Aterro mostrava imagens do Riocentro. Entre as tendas, podemos destacar a “Planeta Fêmea”, onde se discutia questões como o aleitamento materno e o planejamento familiar¹⁶⁴. O Movimento Internacional de Mulheres “Planeta Fêmea” realizou uma vigília na Praia do Leme, com a presença da atriz norte-americana Shirley McLaine (ANDRADE, 1993). Aliás, esta foi a tônica da cobertura da imprensa nacional e internacional, ao contrário do que aponta José Augusto Lindgren Alves (2001, p. 73), quando afirma que o Fórum Global “atraiu tanto ou mais interesse dos meios de comunicação quanto a conferência intergovernamental no Riocentro”. A imprensa se esmerou em destacar as aparições de astros do *showbusiness* internacional, como, além de Shirley McLaine, as participações nos eventos do Fórum de Roger Moore, Jane Fonda, Ted Turner, Jacques Costeau, John Denver, Bianca Jagger, entre muitos outros, ou ainda de figuras folclóricas, como o “Emissário”, que carregava uma cruz onde se lia “Apocalypse Já”, ou o “Beijoqueiro”, personagem que se tornou famoso devido a seu hábito de aparecer em eventos beijando celebridades. Ações como uma gigantesca passeata — a “Eco dos Oprimidos pela Vida” — que reuniu em alas os manifestantes denunciaram o abandono da saúde, da educação, da vida¹⁶⁵, envolvendo ativistas da CUT e do Fórum da Reforma Urbana¹⁶⁶, receberam pequena atenção ou simplesmente foram motivo de escárnio pela grande imprensa¹⁶⁷.

Apesar do apelo destas estrelas internacionais presentes no Fórum Global, segundo Thales de Andrade (1993), este sofreu um grande descaso por parte de jornais de grande

¹⁶⁴ Vasconcelos (1992) aponta que a tenda Planeta Fêmea elencou tensões expostas em um encontro preliminar, uma semana antes da Rio-92. Neste encontro preliminar, a comunicação de Daniele Charest, escritora canadense, denunciou uma ideologia ecológica perigosa para as mulheres, na medida em que “faz parte de um movimento de balança, onde um dos elementos — o meio ambiente — ocupa o espaço social de maneira a enfraquecer a realidade da apropriação das mulheres e o questionamento fundamental da estrutura do sistema heterossocial”.

¹⁶⁵ Informação retirada da seção “Retrospectiva histórica da CUT-RJ”, contida na página da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro (FETEERJ). Disponível em: http://www.feteerj.org.br/site/publicacoes.asp?id_noticia=1331&pag=&topico=Mem%F3ria. Acesso em 30 de outubro de 2011.

¹⁶⁶ Durante a Rio-92, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, a HIC (*Habitat International Coalition*) e a FCOC (Frente Continental de Organizações Comunitárias), promoveram a elaboração do “Tratado Por Cidades, Vilas e Povoados, Justos, Democráticos e Sustentáveis”, publicado pela FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), cujas principais deliberações foram: Direito à cidadania. Gestão democrática da cidade e Função social da cidade e da propriedade (MARICATO, 1994; RODRIGUES, 1993a; SILVA, 2003). Tratou-se de um momento importantíssimo de consolidação do Fórum Nacional de Reforma Urbana como espaço de luta pelo direito à cidade.

¹⁶⁷ Na Revista Veja, de 22 de abril de 1992, um editorial chegou a afirmar que se reuniriam no Fórum Global, durante o mês de junho, milhares de militantes, “misturados com índios, feministas, religiosos, seringueiros, cientistas e os *desocupados de sempre*” (grifo nosso). Este tratamento se manteve durante a conferência, destacadamente em relação às ações de protesto e manifestações externas ao Aterro do Flamengo. Disponível em: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_22041992.shtm. Acesso em: 30 de outubro de 2011

circulação, como a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*, ora relatando de maneira superficial os fatos ocorridos nas tendas e suas replicações na cidade do Rio de Janeiro, ora divulgando apenas os eventos de menor importância com a presença de celebridades. O Fórum Global acabou recebendo atenção justamente quando correu o risco de não continuar, devido aos problemas na quitação de compromissos relativos a despesas com infra-estrutura, como equipamentos de som, microfones, receptores de tradução simultânea, retroprojetores, vídeos e televisores. Foram noticiados com muito maior incidência que os debates dos presentes no Fórum Global o caso dos cortes de energia no Aterro do Flamengo e os empréstimos de dinheiro para o pagamento de contas. O Jornal *O Estado de São Paulo* publicou durante os dias da Conferência do Rio de Janeiro (nos dias 05, 06, 07, 09 e 11 de junho de 1992, especificamente) uma série de matérias em que aponta um dos responsáveis internacionais pela realização do Fórum Global, Warren Lindner¹⁶⁸, de ter desviado recursos destinados ao evento, e ainda indicou a existência de um dossiê da Polícia Federal que o incriminaria.

Além disso, a Rio-92 dividiu (e perdeu!) a atenção da imprensa com a eclosão do noticiário sobre corrupção do Governo Collor (ANDRADE, 1993), que acabaria afastado ainda em dezembro do mesmo ano. Como se não bastasse o noticiário sobre os indícios de corrupção do Governo Collor e sobre a implantação de uma CPI na Câmara dos Deputados para averiguar tais improbidades, o caso do estupro no interior do Pará, supostamente praticado por índio caiapó, acabou por vincular tal episódio às questões indígenas e ecológicas. A *“Folha de São Paulo”* chegou a associar o estupro à Eco-92 em seu primeiro caderno, e a *“Revista Veja”* apresentou o fato em sua reportagem de capa vinculando-o à questão ecológica durante a realização da Rio-92 (ver: **Figura 3.6**, na página seguinte). A ordem de prisão preventiva em nome do cacique Paulinho Paiakan (que havia sido laureado com Prêmio *Global 500* da ONU), da tribo Caiapó, sob acusação de estupro de uma mulher *branca* (COTRIM, 1993b), acabou sendo divulgada na imprensa justamente no dia 05 de junho (“dia do meio ambiente”), juntamente com o Apelo aos Chefes de Estado e do Governo presentes na Conferência do Rio de Janeiro (Apelo de *Heidelberg*, conhecido pelo nome da cidade onde nasceu), um documento subscrito por 264 cientistas e intelectuais — de François Jacob a Ilya Prigogine —, entre os quais 52 agraciados com o Prêmio Nobel.

¹⁶⁸ Warren Lindner era diretor-executivo do Centro para o Nosso Futuro Comum, fundação criada na Suíça para acompanhar no mundo inteiro as atividades relacionadas com Relatório Brundtland (VERÍSSIMO et. al., 1991).

“A EXPLOSÃO DO INSTINTO SELVAGEM”:

A exploração jornalística de um crime usado para deslegitimar todo o debate sobre a problemática ambiental



Figura 3.6: Revista Veja. 10 de junho de 1992, Edição 1238, Ano 25, N.º 24.

Disponível em: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_10061992.shtml

Acesso em: 25 de setembro de 2011.

Se a Rio- 92 foi o auge da divulgação da mídia sobre as questões ambientais

(ABREU, 2006, p.77), com editoriais sobre meio ambiente e jornalistas se especializando na área¹⁶⁹, houve por parte da imprensa leituras mais incisivas sobre a diplomacia em detrimento das questões ambientais. Para a imprensa, a problemática ambiental tornou-se prioritariamente uma questão de gestão dos recursos naturais — o que de fato, está inserido na perspectiva dos discursos dominantes, onde se oculta a política (RODRIGUES, 2011a) —, inserindo-a agora em uma correlação de forças internacional expressa diplomaticamente (ANDRADE, 1993), dando prioridade à questão da biodiversidade.

O jornalismo ambiental, infectado por diversas síndromes¹⁷⁰ — a “*green-press*”, nas palavras de Thales de Andrade (1993), — realizava uma leitura deveras sensacionalista do Fórum Global, e particularmente, da atuação das ONGs. João Paulo Cotrim (1993b, pp. 23-24) salienta o largo espectro das ONGs reunidas no Fórum Global: além de *World Wildlife Fund*, *Greenpeace*, Amigos da Terra e Fundação Costeau, e de incontáveis organizações ambientalistas de médio e pequeno porte, também participavam a Organização de Libertação da Palestina, o *Global Climate Concil* (associação de 40 empresas industriais, sobretudo dos Estados Unidos, contra a taxa sobre o CO₂), *World Coal Institute* (35 produtores de carvão com a Shell, a Exxon e a Total), o E7 (os sete maiores produtores de eletricidade do mundo) e a Câmara de Comércio Internacional (que representava 7.500 empresas de cem países). Na esfera financeira, o governo do Canadá, por exemplo transferiu para as ONGs canadenses cerca de US\$ 2,5 milhões para participação na Rio-92, enquanto as ONGs incluídas na delegação sueca foram inteiramente financiadas pelo Governo da Suécia (TAVARES, 1999, p. 103). Entre fazer *lobby*, apontar alternativas técnicas ou indicar propostas políticas, o autor destaca que maior diversidade dificilmente se encontrará. Para Philippe Lená (1997, p. 323), as ONGs — algo difícil de se definir (STARKE, 1991) — “*apoiadas pelos meios de comunicação, pela opinião pública e pelos cientistas, surgem como poderosos agentes de mudança*”. O Fórum Global foi palco de importantes debates, verificáveis

¹⁶⁹ Após a Rio-92, surge, no ano seguinte, a Federação Internacional de Jornalismo Ambiental, IFEJ, que inclusive, cria um código de ética próprio, aprovado no Congresso Mundial de Jornalismo Ambiental, em Sri Lanka, no ano de 1998 (ABREU, 2006).

¹⁷⁰ Wilson da Costa Bueno (2007) nos aponta cinco síndromes, que destacamos a seguir: a [1] “*síndrome do zoom ou do olhar vesgo*”, que descontextualiza o foco da reportagem de sua perspectiva macro-abrangente; a [2] “*síndrome do muro alto*”, que separa as vertentes técnica e política com a despolitização do debate ambiental; a [3] “*lattelização das fontes*”, com a obsessão por um currículo acadêmico dos produtores do conhecimento especializado, que vai indicar uma valoração extremada da opinião do especialista; a [4] “*síndrome das indulgências verdes*”, com o patrocínio de empresas que visam limpar sua imagem através de uma espécie de ‘cosmética ambiental’; e, por fim, o que o autor denomina de [5] “*síndrome da baleia encalhada*”, e a evidente espetacularização da tragédia ambiental, através de uma forma plástica e chamativa de ilustrar reportagens com imagens-símbolo (mico-leão-dourado e a caça das baleias) sem atingir o cerne do problema.

com a publicação dos 40 Tratados das ONGs (1992), ainda que a cobertura oficial insistisse em noticiar apenas o lado folclórico-celebrativo do evento.

As ONGs são novos sujeitos políticos; no momento em que se muda o conceito de soberania das pessoas com a desterritorialização da democracia, e especificamente, no que se refere à problemática ambiental, as ONGs são importantes atores aceitos em termos gerais pelo regime internacional (ALTVATER, 1999). Há, a rigor, *“a afirmação da presença das organizações não-governamentais como um novo ator no cenário internacional, com um novo discurso, talvez até um novo saber técnico”* (BECKER, 1992, p. 41). São novos atores emergentes, na condição de canais de legitimação da participação da sociedade civil, como portadoras de novas formas e estruturas de participação e representação coletiva (BARROS, 1996). Segundo Henrique Rattner (2002, p. 121), *“são significativas as conquistas da humanidade graças à presença e ao empenho das ONGs nos cenários nacional e internacional, durante os últimos anos”*, que envolvem *“o banimento das minas-terrestres, a criação da Corte de Justiça de Roma, a aprovação do Protocolo de Quioto, a resistência ao AMI (Acordo Multilateral sobre Investimentos) e o fortalecimento ao combate à violação dos direitos humanos”*.

É importante destacar que houve um longo processo de preparação das ONGs para participação no Fórum Global. Especificamente no Brasil, ocorreu a organização do Fórum das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros, em maio, na cidade de São Paulo, que envolveu um largo espectro de entidades com o objetivo de fomentar a participação da sociedade civil nos debates da Rio-92 e nos eventos paralelos (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007). Após a Rio-92 os participantes do IX Encontro Nacional do Fórum, reunidos em Angra dos Reis, decidiram pela continuação agora sob o nome de Fórum Brasileiro de ONGs e dos Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Andréa Zhouri (1993, p. 10) — que aponta a ascensão da ecologia como plataforma política (ZHOURI, 1992 e 1993) — destaca que a Rio-92 colocou em relevo a questão ecológica como discurso político, através do jogo de negociações travadas entre países pobres e ricos, na disputa política entre ricos e em diversas manifestações de diferentes grupos representados no Fórum Global.

IMAGENS DO FÓRUM GLOBAL:

Em uma conferência marcada pelas tensões diplomáticas austeras e decisões decepcionantes, as atividades realizadas durante o Fórum Global significaram a constituição de um “espaço de esperança”



Figura 3.7: A “Árvore da Vida”. Segundo Zhouri (1992), o *totem* da “aldeia” do Fórum Global. No detalhe, crianças atendidas pela Legião da Boa Vontade (LBV) abraçam a “Árvore da Vida” durante a Rio-92.

Disponível em: <http://www.boavontade.com/inc/interno.php?cm=90903&cs=120&ci=1>

Acesso em: 06 de setembro de 2011.

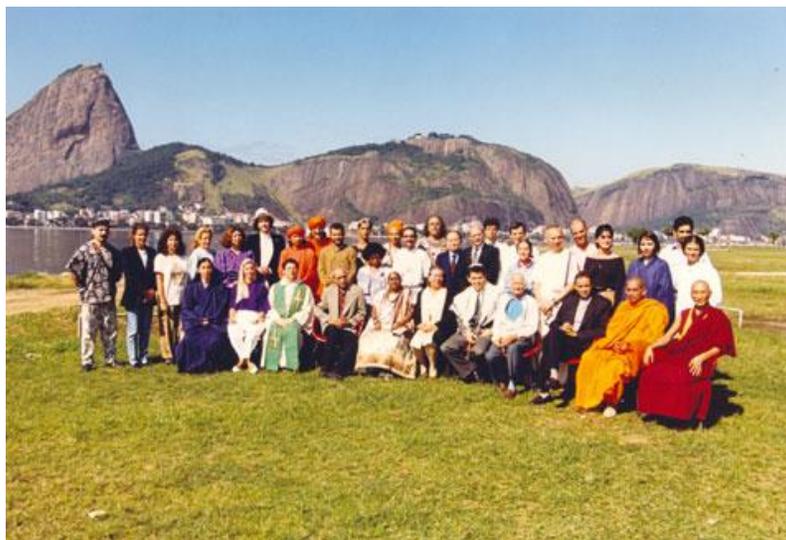


Figura 3.8: Encontro Ecumênico na Rio-92, em registro de Mariano Coelho.

Disponível em: http://www.niltonbonder.com/port/fotos/eco92_g.jpg

Acesso em: 04 de novembro de 2008.



Figura 3.9: Tenda Planeta Fêmea, com mesa composta por Rosiska Darcy de Oliveira, Jandira Feghalli, Benedita da Silva, Lygia Doutel de Andrade, Darcy Ribeiro (ao microfone), Elza Berquó, Lucia Souto, entre outras personalidades.

Disponível em: <http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/bancodeimagens/displayimage.php?album=2&pos=160>

Acesso em: 06 de setembro de 2011.

O CARÁTER ALEGÓRICO – FESTIVO DA CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO



Figura 3.10: A Figura do “Emissário”, presente no Fórum Global (Aterro do Flamengo), em foto da então estudante de jornalismo da UFMS, Adriana Paiva.

Disponível em: <http://periplus.blogspot.com/search/label/Eco%2092>

Acesso em: 04 de novembro de 2008.

Luis Manuel Guerra (1994, p. 341) afirma que, se os governos evidenciaram no Rio de Janeiro sua incapacidade para transcender seus objetivos políticos imediatos e motivar compromissos concretos de ação pela maior qualidade de vida, a sociedade civil representada no Fórum Global apresentou uma sinergia muito mais ativa e dinâmica capaz de promover uma resposta internacional gradual aos problemas ecológicos. O “*Fórum Global foi importante pelo próprio fato de se ter concretizado*” (BORREGO, 1993, p. 58). Pela demonstração de vitalidade e comprometimento, mais do que quaisquer medidas tomadas, foi a principal voz de esperança que soou no Rio em junho de 1992 (FERNANDES, 1993). A ação das ONGs e associações ali presentes, segundo Agostinho Gonçalves (1993), em muitos aspectos fez do Fórum Global uma réplica do Maio de 68 da França. Havia no Fórum a tenda das mulheres (ou Planeta Fêmea), a tenda da juventude, a Comissão Indígena Internacional, o Fórum do Futuro — articulação internacional de ONGs envolvidas com questões do meio ambiente e desenvolvimento — e o Fórum Internacional de Artes, Cultura e Meio Ambiente, o Fórum Nacional da Reforma Urbana, entre muitas outras organizações da sociedade civil. O Fórum Global foi acima de tudo um campo aberto de debate: com diferentes vozes, marcado pela diversidade de propostas, por vezes com irreverência, radicalismo e utopia, tornou-se uma clara afirmação da sociedade civil face ao centralismo e à burocracia dos Estados (RUIVO, 1993, pp. 98-99).

Segundo Célia Serrano e Maria Tereza Luchiari (1993, p. 28), a proposta das ONGs brasileiras inscreve-se no campo da utopia (FÓRUM, 1992, *citado pelas autoras*), no momento em que se desloca o problema do desenvolvimento do campo da economia para o campo da ética. Não se tratava apenas do deslocamento do campo da *ética*, mas principalmente do campo da *política*. Os debates realizados no Fórum Global foram resultados da politização da problemática ambiental, em detrimento do pressuposto de gestão de recursos presente na cúpula do Riocentro.

Os Tratados das ONGs, elaborados durante o Fórum Global, apresentaram postura crítica em relação ao modelo de desenvolvimento vigente, responsável por inúmeros “desastres ambientais”, pelo aumento da pobreza e da desigualdade, pela dependência internacional, pelo poder da tecnologia e do mercado, e ainda, pelo consumismo da sociedade contemporânea (SERRANO, LUCHIARI, 1993, p. 29). Estes documentos propõem modelos alternativos de produção, com vistas à sustentabilidade ambiental, que sejam mais justos socialmente e ecologicamente, com ampla participação da sociedade civil nos mecanismos de decisão, e com uma nova ética, em relação à ciência, natureza, e à diversidade ambiental e cultural (*Id.*, p. 30).

Serrano e Luchiari (1993, p. 31) ainda apontam uma mal-resolvida definição do modelo a ser buscado, visualizada na multiplicidade de terminologias utilizadas nos projetos de sociedade e desenvolvimento, uma vez que aparecem nos tratados expressões como:

“desenvolvimento sustentável” (Tratado das ONGs sobre empresas transnacionais; contra o racismo, sobre cerrados); desenvolvimento ecologicamente sustentável (Tratado alternativo sobre comércio e desenvolvimento sustentável de cooperação e compartilhamento de recursos entre ONGs); “modelo de desenvolvimento alternativo” (Tratado dos modelos econômicos alternativos); “sociedade equitativa e ambientalmente sustentável”, “desenvolvimento socioeconômico e humano eqüitativos”, “ambientalmente sustentável” (Tratado sobre o consumo e o estilo de vida); “comunidades sustentáveis”, “sustentabilidade ecológica” (Tratado sobre a energia); “modelo de desenvolvimento múltiplo e diverso, autogestionário de acordo com a diversidade cultural de nossos povos” (Tratado dos povos da América); “mal desenvolvimento” (Tratado sobre militarismo, meio ambiente e desenvolvimento); “sociedade sustentáveis e equitativas” (Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global); “novo modelo de desenvolvimento sustentado” (Tratado sobre a questão urbana); “visão ambiental (...) socialmente justa e ecologicamente sustentável”, “desenvolvimento ecológico e socialmente sustentado” (Tratado de água doce).

Para as autoras, a proliferação dessas “expressões-conceitos” não acompanha uma definição clara e consistente dos mesmos, o que mostra não somente a polissemia da concepção de desenvolvimento sustentável, mas sua inconsistência (*Id., Ibid.*). Acrescentamos que havia uma dificuldade das ONGs elaborarem um novo projeto de sociedade, e por este motivo ocorreu a multiplicidade de termos e qualificativos *sustentáveis / ambientais*. Uma sociedade deve ser construída organicamente pela multiplicidade dos pensamentos dos diferentes atores sociais. A partir da Rio-92, a sociedade civil passou a ocupar um papel essencial na agenda política de todos os países do mundo, com o surgimento e fortalecimento dos agrupamentos civis que passavam a se constituir em forças formidáveis de pressão (MONTAÑO, 1994). Se em Estocolmo a participação dos ambientalistas no fórum paralelo fez com que o jornal “The Guardian”, de Londres, registrasse a impressão de dois estudantes ingleses que indicavam que o Fórum parecia “*uma festa de escola sem a presença dos pais*” (STARKE, 1991, p. 67) — um “*Woodstockholm*”, em uma menção ao famoso festival de música da década de 60 (FONT, RUFÍ, 2006) —, no Rio de Janeiro o Fórum Global tornou-se um espaço de construção de utopias, onde ONGs e movimentos sociais puderam discutir alternativas para a constituição de uma sociedade melhor. É possível traçar algumas vicissitudes entre as conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro, conforme o **Quadro-Síntese 3.1**, na página seguinte.

QUADRO-SÍNTESE 3.1:

Comparativo entre a Conferências de Estocolmo – 1972 e a Conferência do Rio de Janeiro – 1992

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, Suécia, 1972)	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, Brasil, 1992)
Realizada na “fria” e rica Estocolmo, na Suécia, “país desenvolvido”	Realizada na “tropical” e festiva cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, “país subdesenvolvido”
Influenciada pelo “ <i>Limites do Crescimento</i> ” (1971), e a proposta de “crescimento zero”	Influenciada pelo “ <i>Nosso Futuro Comum</i> ” (1987), e a proposta de “desenvolvimento sustentável”
Focada em combater a poluição em suas diversas formas	Focada principalmente na gestão dos recursos naturais e na <i>biodiversidade</i>
Mundo bipolar (EUA x URSS), com base no poder bélico-militar e beligerância ideológica entre Capitalismo e Socialismo (“real”)	Mundo economicamente multipolar (EUA, União Européia, Japão e China) e militarmente unipolar (EUA — Novo Imperialismo)
Papel ativo do “ <i>Brasil Militar</i> ” como interlocutor do “ <i>desenvolvimento</i> ”	Como país-sede, o “ <i>Brasil Neoliberal</i> ” teve atuação conciliadora
<i>Miljöforum</i> (Fórum do Meio), com participação de 255 ONGs, das quais apenas a minoria era proveniente de países periféricos	<i>Fórum Global</i> , com mais de 9.000 ONGs — em grande parte oriundas de países periféricos —, e participação de movimentos trabalhistas, de gênero, religiosos e étnicos
Ausência dos países que viviam sob a égide do “Socialismo Real”, com exceção da China	Presença dos antigos países socialistas, agora denominados “ <i>economias de transição</i> ”, além da presença de Fidel Castro (Cuba) e Li Peng (China)
Cobertura modesta por parte da imprensa, do Brasil e do mundo	Ampla cobertura por parte da imprensa internacional e brasileira, com mais de 10.000 jornalistas credenciados
Presença de apenas 2 Chefes de Estado: Olaf Palme (na condição de anfitrião, representando a Suécia) e Indira Gandhi (Índia)	Presença de 114 Chefes de Estado ou de Governo, como George Bush, François Mitterrand, Gro Harlem Brundtland, Fidel Castro e Fernando Collor de Mello, na condição de anfitrião
Assinatura da Declaração de Estocolmo e do Plano de Ação para Política Ambiental e criação de um Fundo Ambiental	Assinatura da Declaração do Rio de Janeiro e da Agenda 21, rejeição da Carta da Biodiversidade e articulação do GEF (Banco Mundial) para financiamento ambiental em nível global
Criação do PNUMA — Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente	Criação do CDS — Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, fora do âmbito do PNUMA, inserido na Assembleia Geral da ONU
<u>Dissenso</u> entre as proposições de “ <i>Crescimento Zero</i> ” e “ <i>Desenvolvimentismo</i> ”	<u>Consenso</u> em torno da concepção de <i>Desenvolvimento Sustentável</i> , transformado em ideologia

Organizado por: OLIVEIRA, Leandro Dias de, 2011.

Conforme é possível observar no **Quadro-Síntese 3.1**¹⁷¹, a magnitude do evento, as diferenças econômicas e sociais dos locais de realização, os principais focos de debates, os contextos nacionais e internacionais, a participação dos Chefes de Estado e de Governo, o número de delegações, a abrangência das nações participantes — incluindo aquelas que viviam sob a égide do socialismo —, e os resultados das discussões, a partir das ações e dos documentos propugnados, apresentam profundas diferenças entre a Conferências de Estocolmo, em 1972, e a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992. Se em Estocolmo não se produziu um documento-síntese capaz de consolidar as decisões da conferência, no Rio de Janeiro foi assinada a Agenda 21, um potente receituário para a promoção do desenvolvimento sustentável em escala global. A Agenda 21 é o documento-chave no processo de institucionalização do desenvolvimento sustentável.

3.4 A Institucionalização do Desenvolvimento Sustentável: A Assinatura da Agenda 21

Segundo Ennio Candotti (1992, pp. 115-116), os preparativos para a Conferência do Rio de Janeiro concentraram-se sobre quatro grandes propostas: [1] a construção de um programa de recuperação e conservação ambiental, e seus mecanismos de financiamento, denominado Agenda 21; [2] a formulação de uma convenção sobre a biodiversidade; [3] a assinatura de um protocolo sobre florestas; e, por fim, a constituição de [4] um tratado sobre mudanças climáticas. A conferência tinha ainda por objetivo, definir os instrumentos de ação, financiamento e controle dos acordos e programas firmados.

O mesmo autor (*Id., Ibid.*) também relaciona as dificuldades para que se atingisse tais intentos no decorrer da Conferência do Rio de Janeiro: [1] o enfrentamento da dinâmica dos mercados da economia mundial e as estruturas de competição que inviabilizavam a conservação do ambiente como prioridade; [2] a economia apoiada na constituição de arsenais militares, produtividade industrial e agrícola e rentabilidade dos investimentos financeiros, que desconhecem as razões da conservação ambiental; [3] os vínculos impostos pelos interesses empresariais e os direitos que protegem a propriedade intelectual, que dificultam o intercâmbio de tecnologia com o escopo do bem comum; e ainda, [4] as recentes transformações então ocorridas no quadro político global que redefiniram as prioridades e a direção dos investimentos

¹⁷¹ Como alertamos em relação ao **Quadro-Síntese 2.1** (p. 96), um quadro-síntese não permite o entendimento de toda a complexidade, mas trata-se de uma forma importante de se apontar as principais diferenças.

dos países ricos, que redirecionaram as verbas destinadas aos programas ambientais nos países do Sul para a recuperação das economias dos países do Leste Europeu.

Destarte, a Conferência do Rio de Janeiro foi muito mais complicada do que a Conferência de Estocolmo, e nela foi possível observar a preponderância de interesses de alguns países sobre a impossibilidade de ação dos outros (GÓMEZ-POMPA, AMO R., 1994). Segundo José Augusto Lindgren Alves (2001, p. 67), “*a Rio-92 tinha tudo para representar apenas mais um capítulo do conflito Norte-Sul*”, mas em grande parte graças aos esforços da diplomacia brasileira, segundo o autor, isto não ocorreu. Ainda que criticamente, é possível concordar em parte com Lindgren Alves: o desenvolvimento sustentável se apresentou em tons consensuais, e, além disso, questões emergiram para além das diferenças Norte / Sul. De certa maneira, ocorreu uma decepção pela impotência das decisões políticas da conferência¹⁷² (MARQUES, 1993), uma vez que não se confrontou os limites do desenvolvimento econômico, já que havia o claro entendimento que “*o impacto ecológico aumenta mais rapidamente que o nível de desenvolvimento humano*” (BOUTAUD, 2002). Ainda assim, é possível afirmar que a comunidade internacional produziu, na Rio-92, não somente “*os mais importantes acordos ambientais globais da história da humanidade*” (CORDANI, MARCOVITCH, SALATI, 1997), mas “*os documentos mais importantes dos últimos anos*” (LEIS, 1997).

A Cúpula da Terra, realizada no Riocentro, produziu os seguintes documentos oficiais: [1] Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (**Anexo 3, ao final da tese**) [2] Convenção-Quadro sobre Mudança Climática; [3] A Convenção sobre Diversidade Biológica, ou apenas “Convenção sobre / da Biodiversidade”; [4] a “Declaração de Princípios com Autoridade Não Juridicamente Obrigatória para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas”, ou simplesmente, a Declaração sobre as Florestas; e [5] a Agenda 21. Além destes documentos com escopo planetário, também foram produzidos trabalhos como “*Nossa Agenda*”, da América Latina e Caribe, e os Relatórios Nacionais dos países participantes.

¹⁷² No dia 13 de junho, um dia antes do encerramento da Conferência, sete militantes brasileiros do *Greenpeace* abriram uma faixa no morro do Pão de Açúcar com a inscrição VENDIDO, acusando os governos dos países mais ricos, as multinacionais e as grandes instituições financeiras de desvirtuarem a Conferência do Rio de Janeiro (COTRIM, 1993). André Aranha Corrêa do Lago (2007, p. 69) aponta que tal desilusão tem importante ponto de partida em certa ingenuidade da mídia e de algumas ONGs, e citando um editorial da revista inglesa *The Economist*, aponta que o idealismo dos participantes confrontava com os temas principais de todos os encontros internacionais: dinheiro e soberania.

Já o Fórum Global, realizado no Aterro do Flamengo, produziu os seguintes documentos: [1] Declaração do Povo da Terra (**Anexo 4, ao final da tese**) e [2] os “Tratados das ONGs”. Especificamente, em relação à participação do Brasil, foi produzido um relatório denominado “*Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros*”. Assim como os documentos da Cúpula da Terra foram paulatinamente elaborados durante as reuniões do Comitê Preparatório, o processo de confecção dos “*Tratados Alternativos*” foi iniciado em Paris, em 1991, durante o período em que se realizava o terceiro *PrepCom*, reunindo as delegações da ONU em Genebra, na Suíça. Estes documentos não são considerados produtos da conferência, pois não obtiveram valor deliberativo-jurídico-diplomático, e, além disso, se tornaram pouco conhecidos mediante a parca divulgação de suas propostas e reflexões.

De fato, tanto os documentos da Cúpula da Terra quanto os do Fórum Global foram resultados de grandes embates, que por vezes desfiguravam o resultado final. Nesta senda, no lugar da Carta da Terra — que Maurice Strong pretendia transformar em um documento bem mais objetivo e com a mesma importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos — foi assinada a **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, com 27 princípios que revelam uma profunda fragilidade, em grande parte pelas batalhas diplomáticas geradoras de precários consensos¹⁷³. A Declaração do Rio tornou-se um documento sem o peso potencial pretendido enquanto Carta da Terra e com força jurídica diminuta (FERNANDES, 1993; MARQUES, 1993; MELO, 1993; RUIVO, 1993). Não obstante, ao contrário da declaração de Estocolmo, a Declaração do Rio não cumpriu as expectativas no sentido de introduzir uns conceitos mais avançados (GUIMARÃES, 1992).

Alberto Székely e Diana Ponce-Nava (1994) realizaram uma importante análise sobre a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Para estes autores, a

¹⁷³ Em contraposição à opinião aqui expressa, André Aranha Corrêa do Lago (2007, p. 83) considera que a Declaração do Rio representou um *delicado equilíbrio* por atender tanto demandas dos países periféricos — o homem no centro das decisões (Princípio 1), soberania sobre os recursos em seu território (Princípio 2), o direito ao desenvolvimento (Princípio 3), a diferenciação entre países na aplicação de normas ambientais (Princípio 11), com responsabilidades comuns, porém diferenciadas (Princípio 7) e, ainda, a necessidade de reduzir os padrões insustentáveis de produção e consumo (Princípio 8) — quanto dos países desenvolvidos, que incluíram: a proteção ambiental como parte do processo de desenvolvimento (Princípio 4), a participação dos Estados na conscientização popular (Princípio 10), o princípio da precaução (Princípio 15), a implantação de mecanismos de avaliação de impacto ambiental (Princípio 17) e o fortalecimento do papel das mulheres (Princípio 20).

Declaração do Rio apresentava uma noção antropocêntrica de desenvolvimento sustentável¹⁷⁴, deixando a impressão que é a natureza que tem um dever para com os humanos, o não o inverso.

Assim, Székely e Ponce-Nava (1994) analisam as intenções de cada princípio da declaração. “Erradicar a pobreza”, por exemplo, presente no Princípio 5, foi uma proposta do G77, que conseguiu, ao contrário da Declaração de Estocolmo, incluir esta preocupação no documento final da conferência. Outra questão é que, em contraposição à Declaração de Estocolmo, na Declaração do Rio de Janeiro há uma convocação à participação pública pelo direito à cidadania. Neste item, alguns países como o México, buscaram assegurar-se de que os direitos de participação pública fossem atribuídos a grupos nacionais com respeito às autoridades de seus países, para evitar pressões de grupos não-governamentais estrangeiros sobre atividades que não são de sua incumbência (SZÉKELY, PONCE-NAVA, 1994, p. 317). A declaração ainda revela, no Princípio 8, a tensão entre o neomalthusianismo (neste caso, pela culpabilização dos problemas ambientais pelo crescimento populacional) dos países desenvolvidos e a crítica aos padrões de consumo dos países mais ricos feita pelos representantes dos países mais pobres. Já no Princípio 9, há a opção pelo entendimento da tecnologia como meio de preservação e melhoramento do ambiente, em detrimento da crítica (dos países periféricos) da mesma como vilã da degradação ambiental. São questões que claramente indicam as intenções dos países centrais, avançados no processo de transição demográfica e detentores de grandes e valiosos arsenais tecnológicos.

Especificamente, coadunamos com Székely e Ponce-Nava (1994) quando estes apontam que o Princípio 12 indica a adoção do neoliberalismo, na medida em que lemos que

os Estados deveriam cooperar para promover um sistema econômico internacional favorável e aberto, o qual levará ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável de todos os países, a fim de abordar adequadamente as questões da degradação ambiental. As medidas de política comercial para fins ambientais não deveriam constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, nem uma restrição velada ao comércio internacional. Deveriam ser evitadas medidas unilaterais para solucionar os problemas ambientais que se produzem fora da jurisdição do país importador. As medidas destinadas a tratar os problemas ambientais transfronteiriços ou mundiais deveriam, na medida do possível, basear-se em um consenso

¹⁷⁴ Alberto Székely e Diana Ponce-Nava (1994) apontam que o Japão se posicionou contra, insistindo na obrigação de proteção do meio ambiente e das riquezas naturais por si mesmos, e acabou por lamentar a aceitação geral do Princípio 1 da Declaração, que afirma que “*os seres humanos estão no centro das preocupações do desenvolvimento sustentável*”.

internacional. (Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *grifo nosso* — Ver: **Anexo 3**).

A Declaração do Rio de Janeiro reafirmou, ainda, o direito dos Estados controlarem a exploração de seus recursos naturais em seu território, como um dos componentes básicos da soberania estatal, mas os países da periferia econômica conseguiram acrescer a soberania do modelo de desenvolvimento na utilização destes recursos (SZÉKELY, PONCE-NAVA, 1994)¹⁷⁵. Entre os embates deflagrados, é possível ainda destacar o fato de Israel ter se posicionado contrariamente ao Princípio 23, que indicava a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais dos povos sob opressão, dominação e ocupação, o que acabou causando forte pressão dos países árabes em apoio à causa palestina, dominado pelas tropas iraquianas. O princípio foi mantido com redação simples, atendendo à pressão do governo de Israel, e ficou limitado à proteção dos “recursos naturais” dos territórios sob a ocupação estrangeira (GUIMARÃES, 1992).

A **Convenção-Quadro sobre Mudança Climática** (FCCC — Framework Convention on Climate Change), que deveria indicar procedimentos comuns e profícuos de proteção da atmosfera e contenção da emissão de gases poluentes, se mostrou uma questão deveras complexa durante a Rio-92, e que ainda causa discordâncias nos dias atuais. Tal convenção, durante a Conferência do Rio de Janeiro, não definiu os prazos ou índices de redução de emissão de gases poluentes (FERREIRA, 1995, p. 54). Foram suplantadas as indicações do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas)¹⁷⁶, que apontava o aumento da temperatura na Terra e consequente intensificação do “efeito estufa”, que teria grande impacto nos sistemas naturais, como, especificamente, a elevação do nível do mar. Estas informações

¹⁷⁵ Székely e Ponce-Nava (1994) questionam se isto foi avanço ou retrocesso, se pode ser compreendido como um escudo contra o controle estrangeiro ou se tratou de pretexto desenvolvimentista, ou seja, uma desculpa para utilização desregrada das riquezas naturais em seu território.

¹⁷⁶ O Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), formado em 1988 seguindo a recomendação de cientistas governamentais associados à Organização Mundial de Meteorologia (OMM), é um conjunto de cientistas, especialistas e consultores políticos que tratam destacadamente da questão do aquecimento global e se apoiam em redes de pesquisa entre colaboradores de diversas universidades do mundo (BOEHMER-CHRISTIANSEN, 1999). Segundo Sonja Boehmer-Christiansen (1999, p. 86), “*pode-se interpretar que o IPCC foi criado pelos Estados Unidos para se opor aos grupos de pesquisa ‘independentes’ que conclamavam à ação drástica quando, em meados da década de 1980, os preços dos combustíveis fósseis começaram a cair e o colapso dos preços do petróleo em 1986 iniciaram uma volta à energia barata, após o período da chamada ‘crise energética’*”. Com seu Grupo de Trabalho envolvendo especialistas aprovados pelo governo e outros peritos, os relatórios do IPCC são financiados por governos que consideram suas conclusões úteis.

foram motivadoras de debate já nas *PrepComs*, principalmente sobre a possibilidade de impacto “antrópico” no efeito estufa¹⁷⁷.

Os Estados Unidos, o país com maiores índices de poluição do planeta, consideravam insuficientes os indicativos do IPCC, enquanto a Malásia apontava a necessidade de taxações sobre os níveis de poluição e formas de controle sobre os gases poluentes, além de investimentos na conservação das florestas (RIBEIRO, 2005). A Conferência Ministerial sobre Poluição Atmosférica e Mudança do Clima, realizada em Noordwijk, Países Baixos, em novembro de 1989 — que já reconhecia o imperativo de se estabilizarem as emissões de dióxido de carbono e avaliar a importância das florestas — mostrava a necessidade de negociações de Convenção-Quadro sobre Mudança Climática a ser efetuada pela ONU (RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA, 1992, p. 24).

Assim, por meio das pressões dos EUA, todos os objetivos obrigatórios das emissões de CO₂ foram extraídos no acordo, o que transformou a Convenção-Quadro sobre Mudança Climática em um conjunto de idéias, mas sem implicações para ação concreta. A grande pressão exercida pelos países desenvolvidos para continuar sem limites impostos por acordos de contenção da poluição diminuiu o impacto desta convenção-quadro. Isto fez com que a maior parte das delegações presentes ao Rio de Janeiro assinasse a convenção, com a exceção da Malásia, que afirmou que a mesma não fazia nenhum sentido já que não implicava em nenhuma ação concreta (HOBDELINK, 1992, p. 413).

As indicações de “mudança climática” são, acima de tudo, polêmicas. *A única verdade incontestável é a incerteza atual acerca de um processo antropogênico de aquecimento global.* O IPCC apresenta índices catastrofistas que mostram o perigo próximo de alteração climática ocasionado pela emissão incontrollável de gases poluentes. Por outro lado, alguns autores, como o cientista brasileiro Luiz Carlos Molion (2008a e 2008b), ensinam que a ação do homem, ainda que predatória e com impactos destacados na natureza e na saúde humana, não é capaz de alterar a dinâmica da atmosfera e ocasionar uma elevação da temperatura. Para Molion,

¹⁷⁷ A questão climática começou a ser discutida, entre 1988 e 1990, no âmbito do PNUMA e da OMM, com o apoio do IPCC. Entretanto, a partir de 1990, com a criação do Comitê Intergovernamental Negociador de uma Convenção-Quadro sobre Mudança Climática, as negociações passaram ocorrer sob a égide da Assembleia das Nações Unidas (LAGO, 2007, p. 65).

que esteve na Rio-92 e se posicionou como antípoda de Mario Molina, o "aquecimento global é terrorismo climático"¹⁷⁸!

Antes de mais, é importante destacar, inspirados na argumentação da Equipe de Sussex sobre o Relatório “Limites do Crescimento”, que as observações do IPCC estão baseadas no “fetichismo do computador”, onde através de modelos computacionais são realizadas previsões de aumento da temperatura média na Terra, e simulações do impacto disto na superfície terrestre. Como se não bastasse a dúvida sobre a proficuidade de tais experimentos, o “aquecimento global” da maneira como vem sendo debatido tornou-se uma estratégia sagaz de transferência tecnológica a altos custos para a periferia econômica mundial.

Roberto Pereira Guimarães (2011) escreve que quanto mais as mudanças climáticas se tornaram um fato científico estabelecido, mais o Consenso de Washington se fortalecia”, e apenas um ano após o estabelecimento do IPCC, os economistas liberais prescreviam “privatização” e “desregulamentação”. Não se tratava de coincidência: ao invés de políticas públicas para contornar o problema diagnosticado, estimulava-se a abertura de mercado e trocas tecnológicas, o que acabou por originar a “comercialização de créditos de carbono”. Apontamos que o Protocolo de Quioto¹⁷⁹, bem como todo este propalado mercado internacional de créditos de carbono, são decisões acima de tudo econômicas, o que foi revelado com grande clareza com a recusa de assinatura por parte dos subsequentes governos norte-americanos desde sua

¹⁷⁸ Em entrevista à “Revista Isto é”, Molion assim respondeu a pergunta “o sr. se considera prejudicado por defender a linha oposta?” [no caso, a linha do aquecimento global]: “Na Eco-92, eu debati com o Mario Molina, que foi quem criou a hipótese de que os clorofluorcarbonos estariam destruindo o ozônio. Ele, em 1995, virou prêmio Nobel de Química. E o professor Molion ficou na geladeira. De 1992 a 1997 eu não fui mais convidado para nenhum evento internacional. Eu tinha US\$ 50 mil que o Programa das Nações Unidas havia repassado para fazer uma pesquisa na Amazônia e esse dinheiro foi cancelado. Em 1987, sob Thatcher, países subdesenvolvidos foram obrigados a eliminar os CFCs. Foi uma das condições impostas pelo FMI”. (**Revista Isto É**. Edição 1967, de 11 de julho de 2007. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/255_AQUECIMENTO+GLOBAL+E+TERRORISMO+CLIMATICO. Acesso em: 21 de setembro de 2011). Em conversa particular como Prof. Molion durante uma atividade acadêmica na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o autor desta tese pode ouvir com detalhes este fato ocorrido durante a Rio-92.

¹⁷⁹ O Protocolo de Quioto foi o acordo estabelecido no contexto das negociações internacionais da convenção climática, cinco anos depois da Rio-92, em dezembro de 1997, em Quioto, no Japão, que prevê uma redução de 5 % nas emissões globais de gás carbônico por parte dos países desenvolvidos (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007). Significa a redução pelos países industrializados das emissões dos gases do efeito estufa (dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos, hexafluoreto de enxofre etc.) no período de 2008 até 2012. Aberto para assinaturas em 1998, entraria em vigor quando fosse ratificado por pelo menos 55 partes da convenção, ou seja, pelos países desenvolvidos que contabilizavam 55 % da responsabilidade pela emissão dos gases, o que não foi possível com a recusa de ratificação por parte de George W. Bush (HERCULANO, 2006, p. 387).

proposição¹⁸⁰. Não parece ser coincidência que no momento em que assistimos a um profundo processo de reestruturação produtiva do capital — implicando em uma “deslocalização da fábricas”¹⁸¹ (WALLERSTEIN, 2003) que passaram a migrar dos países centrais para os periféricos — a poluição atmosférica tenha se transformado em um grande vilão para o futuro da humanidade.

A intransigência do Governo Bush (em comum acordo com os interesses da indústria da biotecnologia, particularmente, norte-americana) é demonstrável pela não-assinatura da **Convenção sobre Diversidade Biológica** (Convenção da Biodiversidade), que, apesar das 153 adesões (entre as quais a do Japão), tornou-se inócua pela falta de objetivos, prazos e métodos (MARQUES, 1993)¹⁸². No território dos Estados Unidos estavam localizados aproximadamente, na década de 90, dois terços da capacidade científico-tecnológica mundial sobre biodiversidade e biotecnologia¹⁸³, um grau de centralidade em um só Estado-Nação que não se repete em nenhuma outra questão vinculada à problemática ambiental mundial (VIOLA, 1996, p. 35). Além de possuir recursos menos vultuosos, o Brasil, por exemplo, segundo dados de dez anos após a Conferência do Rio de Janeiro, aplica somente 0,6 % de seu Produto Interno Bruto em ciência e tecnologia, enquanto o Japão e os Estados Unidos — que possuem PIB muitas vezes maior — aplicam 2,8 %, a Alemanha 2,7 %, a Suécia 2,6 %, a França 2,3 %, assim como Holanda e Inglaterra (NOVAES, 2002, p. 56). Fazendo um exercício analítico, Washington Novaes (2002) aponta que o Japão gasta US\$ 619 por habitantes com pesquisa, a Alemanha US\$ 576, os Estados Unidos US\$ 507, a França US\$ 390, a Grã-Bretanha US\$ 296, enquanto o Brasil investe módicos US\$ 15 por habitante.

¹⁸⁰ André Aranha Corrêa do Lago aponta que a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima é provavelmente o documento internacional mais debatido dos últimos anos, justamente pelas divergências Norte-Sul (e também entre os países desenvolvidos) e pelo impasse sobre a entrada em vigor do Protocolo da 3ª Reunião das Partes da Convenção, em Quioto, 1997, que persistiu até novembro de 1994, com a ratificação da Rússia, e conseqüente entrada em vigor em fevereiro de 1995. As tensões da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, que envolvia o aporte de recursos, as metas a serem alcançadas e os sacrifícios econômicos causaram a desfiguração do texto, permitindo que os Estados Unidos assinassem e ratificasse, postergando os impasses para o Protocolo de Quioto. (LAGO, 2007).

¹⁸¹ Segundo Slavoj Žižek (2009, p. 28), com a deslocalização das fábricas exporta-se o lado sombrio da produção industrial — trabalho disciplinado e hierarquizado, contaminação ambiental etc. — para o Terceiro Mundo, ou melhor, para lugares invisíveis ao mundo desenvolvido.

¹⁸² Segundo Josafá Carlos de Siqueira (2002, p. 107), a posição norte-americana em não se enquadrar em alguns princípios das convenções estabelecidas na Rio-92 foi um recuo lamentável para os problemas relacionados ao meio ambiente.

¹⁸³ Biotecnologia pode ser definida, segundo Wagner da Costa Ribeiro (2005, p. 117), “*como o emprego de todo e qualquer processo biológico que altere as condições de um ser vivo*”.

Destarte, podemos definir biodiversidade como

o conjunto da variedade da vida na Terra, que inclui desde os processos e estruturas genéticas e fisiológicas, até as espécies e sua complicada instalação nos diferentes ecossistemas de nosso planeta. Assim, a biodiversidade está constituída pelos genes, pelas enzimas, proteínas e pelos metabólitos dos organismos, de milhares e milhares das espécies das plantas, animais, fungos, bactérias, protozoários e outros grupos menos conhecidos, até as florestas, bosques, recifes, alagadiços, etc., que cobrem nosso planeta com sua tênue mas indispensável pele viva (WILSON, 1988; McNEELY *et. al.*, 1990 *apud* SARUKHÁN, 1994, p. 109)¹⁸⁴.

É sobre todo este patrimônio natural que estão depositadas as esperanças de cura de doenças, esperanças de energias limpas ou mesmo formulações de constituição de uma vida mais saudável. Mas também é a este patrimônio que a Agenda 21 denomina “*capital com grande potencial de produção sustentável*” (AGENDA 21, 1996, p. 255), o que poderia ser sintetizado como “capital genético”.

A biodiversidade se tornou recurso estratégico para o desenvolvimento das nações, fazendo com que só nos Estados Unidos se movimentassem recursos da ordem de 50 bilhões de dólares anuais no ano de 1992 (MARTI, 1992 *apud* VIEIRA, BREDARIOL, 1998). Além disso, a biodiversidade está relacionada com temas como biotecnologia, controle de desmatamento, patenteamento, proteção de culturas locais e agricultura sustentável (VIEIRA, BREDARIOL, *op. cit.*), assuntos fundamentais no mundo atual. É por este motivo que, possivelmente, o fato político mais importante da Conferência tornou-se a recusa do presidente dos Estados Unidos em assinar a Convenção da Biodiversidade, clarificando os interesses envolvidos nesse tratado. Esta convenção valorizaria as novas normas que deveriam orientar as políticas de preservação e exploração das espécies e as relações internacionais ambientais decorrentes, e definiria os direitos de propriedade sobre plantas e espécies nativas em cada território e codificaria o acesso às tecnologias necessárias para sua exploração (CANDOTTI, 1992, pp. 120).

Para Darrel Posey (1997, p. 347), a indústria não se interessava apenas pelos recursos bioenergéticos, mas também pelo conhecimento tradicional que as comunidades locais têm sobre

¹⁸⁴ Livre tradução de: “*Biodiversidad es al conjunto de la variedad de la vida sobre la tierra, la cual abarca desde los procesos y estructuras genéticas y fisiológicas, hasta las especies y su complicado ensamblaje em los diferentes ecosistemas de nuestro planeta. Así, la biodiversidad está constituída por los genes, las enzimas, proteínas y metabolitos de los organismos, los miles y miles de especies de plantas, animales, hongos, bacterias, protozoarios y otros grupos menos conocidos, hasta las selvas, bosques, arrecifes, humedales, etc., que cubren nuestro planeta com su tenue pero indispensable piel viva*”.

a utilização da flora e da fauna. O processo de bioprospecção¹⁸⁵ ocorre através da aproximação com as comunidades tradicionais, onde as compensações financeiras são irrisórias comparadas com os gigantescos lucros proporcionados. Trata-se de um processo de usurpação do conhecimento adquirido através dos saberes da ancestralidade, onde as negociações são desigualmente constituídas, na medida em que as sociedades tradicionais não têm instrução suficiente em direito e de economia, e tampouco consciência do valor do patrimônio genético que estão negociando.

Darrel Posey, que cita a ação de empresas como *Shaman Pharmaceuticals*¹⁸⁶ e *The Body Shop*¹⁸⁷, aponta a economia de até 40 % de custos com pesquisas e desenvolvimento através da atuação dos garimpeiros da biodiversidade, que não estão apenas à procura de genes, mas também à procura da informação existente nas comunidades indígenas e locais. Este conjunto que integra as riquezas naturais com o saber *tradicional* pode ser denominado, segundo Laymert Garcia dos Santos (1998) de bio-sociodiversidade, que faz lembrar que no Brasil *tradição envolve a relação entre cultura e natureza*. Concordamos com Carlos Walter Porto-Gonçalves

¹⁸⁵ O processo de bioprospecção pode ser entendido, segundo Antônio Silveira R. dos Santos (2001) como “*método ou forma de localizar, avaliar e explorar sistemática e legalmente [o que nem sempre ocorre na prática!] a diversidade de vida existente em determinado local, tendo como objetivo principal a busca de recursos genéticos e bioquímicos para fins comerciais*”

¹⁸⁶ Shaman Pharmaceuticals (atualmente *Shaman Botanicals*) é uma empresa norte americana que realiza bioprospecção em países de grande biodiversidade, com o Brasil. Marcelo Dias Varella (1998, p. 107) aponta que a Shaman realiza parceria com tribos indígenas, que provêem o conhecimento ancestralmente adquirido. Assim, pesquisadores da empresa ficam durante determinado tempo em convívio com os índios, o que gera certa proximidade, com posterior compensação monetária e não-monetária pelo material fornecido. Segundo o mesmo autor, o acordo de bioprospecção da Shaman Pharmaceuticals com as comunidades indígenas viola diversas prescrições legais sobre os direitos indígenas, já que os mesmos desconhecem o real valor econômico dos recursos naturais ao seu redor e não têm condições de estabelecer cláusulas contratuais equitativas.

¹⁸⁷ The Body Shop é uma transnacional de origem inglesa, com 1407 lojas em 45 países e faturamento anual superior a US\$ 1 bilhão, e cujo *marketing* da empresa baseia-se em causas como o ambientalismo, os índios, os povos pobres dos países do terceiro mundo. Segundo Marcelo Dias Varella (1998), no Brasil, realizou contrato com os índios Mebengokre, ou índios caiapós, para a compra de óleo de amêndoas para aplicação em cosméticos como xampus. Assim, segundo o autor (*Id.*, pp. 110-111), “*o acordo foi feito em 1989, diretamente com os índios, sem respeito a qualquer norma da legislação brasileira, uma vez que não houve autorização da FUNAI. Em 1991, os índios abriram processo contra a empresa, por uso indevido da imagem e descumprimento do acordo preestabelecido. Ocorre que, como de praxe nas empresas que contratam com tribos indígenas, após o acordo, todas as 1400 lojas da rede começaram a exibir fotos do chefe indígena Pykati-re, como se a empresa estivesse ajudando a tribo, o que não fazia parte do contrato. Além disso, a empresa havia prometido US\$ 800 mil para as comunidades, mas apenas os US\$ 100 mil iniciais foram pagos. Com o início do processo judicial e a divulgação do mesmo na imprensa internacional, novas negociações foram realizadas. A empresa, que havia faturado cerca de US\$ 28 milhões com a venda de condicionadores derivados do óleo brasileiro e pago US\$ 686 mil aos índios, ou seja, US\$ 35 o quilo de óleo, alegou no processo que a utilização da imagem já estava paga, uma vez que o preço pago pelo óleo estava acima do valor internacional. Acontece que apenas estes índios têm tal óleo, típico da flora brasileira e não há comércio ou valor internacional como argumentou, salvo o existente entre a transnacional inglesa e os índios*”. Está na valoração da natureza — diferente para o capitalista e para as comunidades tradicionais — o grande problema: trata-se de uma usurpação de saber, de natureza e, por que não, das vidas envolvidas.

(2008, p, 21), quando este afirma que a usurpação de riquezas naturais nos países periféricos não se trata de pirataria (ou somente biopirataria), mas sim de etnobiopirataria, o que implica afirmar que a defesa contra esse roubo deva ser a defesa, ao mesmo tempo, desses povos e não simplesmente da floresta. Afinal, quando um cientista desenvolve uma pesquisa em solo amazônico, por exemplo, é prática comum se aproximar das comunidades tradicionais e observar seus costumes e tradições, como a utilização de plantas por estas sociedades como recurso medicinal. É a partir deste conhecimento tradicional, e não da retirada ao acaso de uma espécie qualquer do labirinto da biodiversidade, que se constituem as patentes em biotecnologia.

Ao longo do processo de discussão da Convenção sobre Diversidade Biológica, os Estados Unidos isolaram-se, não conseguindo atrair com suas proposições os demais componentes de G7 e da própria Comunidade Europeia. Negociada pelo Grupo de Trabalho de Especialistas Técnicos e Jurídicos, redominado, em 1991, Comitê Intergovernamental de Negociação de uma Convenção sobre Diversidade Biológica (LAGO, 2007), a Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada no Rio de Janeiro por 154 países e estabeleceu três objetivos: *“a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e igualitária dos benefícios derivados da utilização desses recursos”* (LAGO, 2007, p. 75). As tensões geradas entre os detentores da tecnologia e os possuidores dos “recursos genéticos” foi um grande entrave à questão, sem contar os grupos que consideraram que os recursos biológicos e genéticos deveriam ser bens comuns globais.

Assim, durante a Conferência do Rio de Janeiro, os Estados Unidos não firmaram esta convenção — só foi assinada por durante o governo de Bill Clinton (LAGO, 2007), e ainda não foi ratificada —, justificando que tal assinatura contrariava os interesses nacionais, uma vez que mantêm a liderança mundial na pesquisa e no desenvolvimento de biotecnologia. Os Estados Unidos recusavam-se a pagar pelo conhecimento extraído de pesquisas em seres vivos localizados para além de seu território (conforme apontado anteriormente, este conhecimento é produzido em comunidades tradicionais e posteriormente patenteado sob os auspícios do aparato acadêmico-tecnológico internacional), e não reconheciam a soberania dos Estados detentores dos mesmos (RIBEIRO, 2005). Em contraposição, preocupados em manter pesquisas na área de biotecnologia e cientes da importância da biodiversidade, os Estados Unidos insistiram na regulamentação rígida sobre a preservação das florestas, localizadas em grande parte nos territórios dos países situados na periferia econômica mundial. Afinal, *“o ‘saber’ das nações*

desenvolvidas precisa proteger a natureza utilizando-se da propriedade do conhecimento” (RODRIGUES, 1998, p. 130). A Convenção da Biodiversidade acabou não sendo ratificada pela potência mais importante do mundo (GÓMEZ-POMPA, AMO R., 1994).

A Convenção da Biodiversidade entrou em vigor em 29 de dezembro de 1993, e no final de 1999, havia 175 países signatários, onde 168 a ratificaram (RIBEIRO, 2005). Segundo o Relatório da Delegação Brasileira (1992), o Brasil foi vitorioso ao advogar que o acesso aos recursos biológicos deve ser definido com base em acordo mútuo e não livremente, da mesma maneira que os recursos pertencem aos países que os detém em seus territórios, e não correspondem desta maneira a patrimônio comum sob guarda dos seus detentores. Mas, com a negativa dos Estados Unidos em ratificá-la, o processo de etnobiopirataria permanece enquanto tônica de utilização da biodiversidade.

Fábio Eduardo Iaderoza (2007) vincula a ofensiva neoliberal com o processo de propriedade intelectual sobre microorganismos, processos não-biológicos e microbiológicos (ou seja, *“patentes sobre a vida”*). O autor aponta a Rodada Uruguai — acordo internacional que extinguiu o GATT (Acordo Geral para Tarifas e Comércio) e instituiu a OMC (Organização Mundial de Comércio) — como ponto nevrálgico para, sob pressões dos Estados Unidos, o estabelecimento do Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio), que consolidou um sistema mais rigoroso de patentes e direitos autorais para os países periféricos. Laymert Garcia dos Santos (2001) nos lembra que se até a década de 80 *não havia propriedade intelectual*, a partir da Rodada Uruguai (iniciada em 1986 e concluída em 1994) estava em curso um processo de privatização da biodiversidade através do mercado de patentes. Enquanto a Convenção sobre a Diversidade Biológica propugnava uma valorização dos conhecimentos tradicionais e da localização territorial da biodiversidade, o Acordo TRIPS assegurava o monopólio aos detentores de patentes, em geral vinculados às universidades de grande porte dos países centrais e que vestiam uma indumentária científica nos conhecimentos tradicionalmente constituídos. Trata-se, sem dúvida, de um processo de espoliação em larga escala, de acordo com as práticas profundamente predatórias do “Novo Imperialismo” (HARVEY, 2004, p. 123) A exclusão de partes importantes da Convenção da Diversidade Biológica abriu a porta para os mecanismos de propriedade intelectual que beneficiaram diretamente as companhias multinacionais localizadas nos países centrais (HOBBELINK, 1992, p. 413).

Além da ofensiva neoliberal sob forma de patentes, é importante ressaltar que existem ameaças reais à biodiversidade. Há quem chame revolução biológica o processo em curso e compare o seu ritmo com a extinção dos dinossauros, uma vez que, no período da Conferência do Rio de Janeiro, apontavam que entre 10 e 20 % dos 10 milhões de seres vivos (plantas e animais) poderiam desaparecer até 2020 (COTRIM, 1993b, p. 14). Jorge Paiva (1993) fala em “*bioecoenfarte*”, uma espécie de catástrofe ecológica global da biosfera. O mesmo autor já alertava para o ritmo de devastação das florestas tropicais que originavam anualmente de 0,2 % a 0,3 % de extinções de espécies, lembrando que mais da metade das espécies existentes viviam nas florestas tropicais. As mesmas florestas, que já significaram mais de 15 % da superfície do planeta, durante a realização da conferência cobriam menos de 6 % da superfície terrestre.

A problemática biotecnologia / biodiversidade também está contida na Agenda 21. Jorge Montaño (1994, pp. 241-242) aponta que no capítulo de biotecnologia da Agenda 21 se exagera em relação aos benefícios potenciais da mesma enquanto se minimiza a necessidade de introduzir medidas de segurança. Já no capítulo de desflorestação, segundo o mesmo autor (*Id., Ibid.*) se enfatizam as vantagens de semear novas árvores, mas com poucas indicações sobre a preservação das florestas existentes. Além disso, as patentes e as leis de propriedade intelectual sobre os recursos genéticos, tais como as sementes, protegem e servem aos interesses institucionais e corporativos de países desenvolvidos, enquanto violam os direitos dos camponeses e agricultores do Terceiro Mundo (BANERJEE, 2003, p. 96).

Uma vez que a preocupação maior com as reservas florestais está vinculada em sua transformação em capital, a **Convenção sobre as Florestas** havia sido inviabilizada já nas reuniões preparatórias para a conferência (MARQUES, 1993)¹⁸⁸. Os líderes do G7, reunidos em Houston no ano de 1990, já manifestaram junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), que tradicionalmente trata da questão das florestas, a sua posição a favor de uma convenção de proteção das áreas florestais, enquanto os países periféricos se posicionavam contrários (LAGO, 2007). Foi um dos principais pontos de disputa do Norte-Sul em todos os conteúdos da Conferência do Rio de Janeiro, pois havia o claro entendimento que os países centrais pleiteavam o controle das florestas localizadas nos países da periferia mundial.

¹⁸⁸ É interessante perceber que mesmo antes mesmo da realização da conferência, Martine Barrère (1992) já alertava sobre a descrença que algum acordo internacional significativo a respeito das convenções sobre controle dos gases indicados como causadores do efeito estufa, proteção da biodiversidade e salvaguarda das florestas tropicais pudesse ser concluído na Conferência do Rio de Janeiro, mediante as oposições entre Norte e Sul.

Segundo André Aranha Corrêa do Lago (2007), esta questão tornou-se um dos pontos críticos da Conferência.

Ainda assim, a “Declaração de Princípios com Autoridade Não Juridicamente Obrigatória para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas”¹⁸⁹, juntamente com o Capítulo 21 da Agenda 21, representaram a primeira manifestação internacional de cunho multilateral e consensual, sobre o desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas (FIGUEIREDO, 2008). Ainda que timidamente, estava garantida a soberania dos Estados sobre os seus recursos naturais, o que não implicava, conforme anteriormente citado, em soberania sobre os conhecimentos oriundos das mesmas. Foi a questão da transferência tecnológica o motivo de uma grande celeuma entre os países periféricos e os Estados Unidos, principalmente no que se refere às mudanças climáticas e à biodiversidade, uma vez que a delegação norte-americana se opôs a necessidade de reforçar a capacidade endógena dos países mais pobres.

Sem dúvida, a **Agenda 21** é o documento mais importante assinado na Rio-92, inicialmente por ser a obra primaz para a construção do desenvolvimento sustentável em escala global, mas também pelo grande lastro alcançado por suas indicações. Esta agenda, cujo nome se refere a um planejamento necessário para o século XXI, é a peça central dos acordos oriundos do Rio de Janeiro (HOBELINK, 1992, p. 412), e demandou dois anos de extensas negociações (TRINDADE, 1997). Inicialmente considerada problemática pela falta de articulação para seu integral financiamento e mecanismos de articulação inter-setorial para ser empreendida (FERNANDES, 1993; MELO, 1993; RUIVO, 1993), a Agenda 21, ao contrário dos outros tratados da conferência, é um documento denso e profundo — um “*documento exaustivo*” (GUIMARÃES, 1992) —, mas que não se trata de um relatório de peritos e sim o resultado da negociação, parágrafo a parágrafo, entre os Estados de todo o mundo (GONÇALVES, 1993). A Agenda 21 foi preparada ao longo de dois anos¹⁹⁰, com a contribuição de especialistas de todo o

¹⁸⁹ Este título já traduz, pela sua complexidade, o grande dissenso em relação à Convenção sobre Florestas. O termo “consenso”, contido no título, definitivamente não foi atingido. De certa maneira, o nome tão complexo de uma declaração como esta já demonstra todos os enfrentamentos e cisões que marcaram os debates das quatro sessões do Comitê Preparatório, e, principalmente, da Conferência do Rio de Janeiro.

¹⁹⁰ As negociações da Agenda 21 ocorreram, circunstancialmente, durante as duas últimas reuniões do Comitê Preparatório, chegando ao Rio de Janeiro com cerca de 15% a ser negociada. A intenção de Maurice Strong era criar, a partir da assinatura da Agenda 21 na Rio-92, um mecanismo financeiro autônomo e vultoso das medidas ambientais, um compromisso eficaz de transferência tecnológica e o fortalecimento das instituições para a construção do desenvolvimento sustentável (LAGO, 2007, pp. 76-77). É possível afirmar que somente a última intenção de Strong foi atingida pela Agenda 21.

mundo (BORREGO, 1993), sendo assinada como proposta a ser efetivada por governos, organizações internacionais, ONGs e pelo setor privado (MARTÍNEZ, 2006, pp. 19-20), como uma espécie de transição para um estilo de desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES, 1992) em escala planetária. Trata-se de um plano de intenções não-mandatário, cuja implementação depende prioritariamente da vontade política dos governantes e mobilização da sociedade (CAMARGO, 2005).

A Agenda 21 busca refletir uma espécie de consenso global que representa o primeiro plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável (HOBELINK, 1992, p. 412). Trata-se do catálogo de ações proposto na conferência, onde se consolidou como o documento que obteve maior unanimidade, devido à liberdade proporcionada a cada Estado de indicar, em seu território, as prioridades do programa e também os valores a serem investidos (SEQUEIROS, 1998). A Conferência do Rio, ao endossar a Agenda 21 com a assinatura de mais de cem chefes de Estado, traduziu, em termos de ação e de cooperação, a proposta de desenvolvimento sustentável (COELHO, 1994). A Agenda 21 se configura a partir de então o maior instrumento para operacionalizar o novo paradigma planetário denominado desenvolvimento sustentável (GABALDÓN, 1996).

Como todo processo longo de negociação diplomática, há muitos apontamentos que significam posições ou visões da natureza do problema e formas de enfrentá-lo que não configuram uma estrutura ordenada e hierarquizada, útil para uma ação futura e seu seguimento (JUSIDMAN, 1994, p. 210). Como maiores promotores da “globalização da informação”, por exemplo, os países desenvolvidos inseriram na Agenda 21 a difusão da informação como princípio básico, em termos de acesso, trocas e projetos globais para monitoramento do meio ambiente (RIVAS, 1994, p. 257).

Seus temas mais polêmicos referem-se aos mecanismos institucionais para sua execução. As estimativas iniciais indicaram uma necessidade de 125 bilhões de dólares anuais, até o ano 2000, oriundos de recursos novos e adicionais a serem oferecidos pelo mundo desenvolvido. Mas o máximo obtido foi restaurar o compromisso de Estocolmo, no sentido de que os países desenvolvidos destinassem mais 0,7 % de seu produto interno bruto aos países do Sul, mesmo assim, sem nenhum termo indicando obrigatoriedade de acontecer de fato (GUIMARÃES, 1992). De fato, os compromissos financeiros permaneceram indefinidos, particularmente em relação à proposta de destinar 0,7% do PIB dos países desenvolvidos para os

programas ambientais. O financiamento dos projetos de conservação ambiental – quando não passaria a ser realizado através de acordos bilaterais, ou dos ditos “países em desenvolvimento” com o grupo dos sete países ricos, o G7, e não por intermédio de um fundo de administração comum (CANDOTTI, 1992, pp. 117-118).

Houve um profundo embate no que se refere aos países ricos e pobres, sobre o capítulo referente ao estilo de vida dos ricos: enquanto o Japão, entre outros, estavam inclinados a apoiar a proposta da ONU de contenção, Estados Unidos e Canadá conseguiram retirar 19 parágrafos da Agenda 21 sobre consumo e estilo de vida dos ricos (LIMA, 1993, p. 101). Há um silêncio na Agenda 21 sobre as multinacionais; a Conferência do Rio de Janeiro ofereceu às mesmas a oportunidade de adotar o desenvolvimento sustentável sem deixar claras as formas de usar seus recursos para a construção de um futuro sustentável (GLECKMAN, 1994). Assim como ocorreu com a gestão segura dos materiais radiativos, que foi um tema polêmico desde as reuniões preparatórias, em particular pela oposição dos Estados Unidos a seguir diretrizes dos organismos internacionais especializados. Além do mais, a inclusão da gestão dos materiais radiativos derivados de atividades militares e a dispersão dos rejeitos no mar sequer foram incluídos nos documentos finais (NAVA, 1994, p. 184).

A Agenda 21 demonstra as tensões evidentes nas discussões do Rio de Janeiro, entre os países centrais e periféricos, os que desejam explorar os recursos e os que pretendem conservá-los, entre aqueles que advogam um desenvolvimento voltado para as necessidades das gerações presentes e os que argumentam em prol das gerações futuras (ELLIOTT, 2006). A Agenda 21 aponta como solução para os problemas socioambientais globais, por exemplo, a capacitação dos pobres para alcançarem uma sobrevivência sustentável, sem mencionar como se realizaria esta capacitação, nem os possíveis objetivos, conteúdos e formas de operação (JUSIDMAN, 1994, p. 210).

Mary MacDonald (1998), pesquisadora associada do Instituto de Meio Ambiente de Estocolmo, elaborou um comparativo entre a Agenda 21 e os Tratados das ONGs. No que se refere à “Proteção da Atmosfera”, apesar da concordância, a Agenda 21 não articula as causas do problema, apontado pelo Tratado das ONGs como “os padrões atuais de desenvolvimento e de consumo” e “os interesses de poderosas corporações, especialmente aquelas formas de energia nuclear”. Em relação à biodiversidade, há diferenças nas prioridades de ação: enquanto na Agenda 21 todas as nações têm o direito de explorar seus próprios recursos biológicos de acordo

com suas práticas ambientais, nos Tratados das ONGs enfatizaram a necessidade de mudanças nos modelos e práticas de desenvolvimento. No que se refere à biotecnologia, a Agenda 21 se concentra nos benefícios enquanto o Tratado das ONGs na segurança. E se o Tratado das ONGs pede a proibição de todo patenteamento de formas de vida, a Agenda 21 sequer aborda a questão das patentes.

Segundo a mesma autora, enquanto os Tratados das ONGs apontam razões diretas para os problemas (crianças e juventude, padrões de consumo, agricultura, entre outros), com destaque para a desigual relação Norte-Sul, a Agenda 21, via de regra, não aponta causas, e se volta para as consequências. No que se refere à questão da agricultura (Capítulo 14), a Agenda 21 aponta a necessidade do aumento da quantidade de comida disponível, enquanto o Tratado das ONGs aponta que a má distribuição dos alimentos conduz à fome.

Mary MacDonald (1998) ainda assegura que a Agenda 21 nem sempre é firme em relação às ações (combate ao desmatamento, desertificação, educação ambiental), enquanto os Tratados das ONGs buscam maior emergência nas ações, dando ênfase à necessidade de compromissos imediatos. Em relação à energia nuclear, enquanto a Agenda 21 tem como escopo o lixo radiativo — seu transporte e armazenamento seguro —, o Tratado das ONGs salienta os perigos potenciais associados à energia nuclear. Da mesma maneira, em relação à dinâmica demográfica, a Agenda 21 oferece exemplos precisos de controle dos denominados problemas demográficos, como a modelagem de fluxos migratórios causados por mudança climática. Por fim, enquanto os Tratados das ONGs apontam uma solução mundial para a pobreza, a Agenda 21 aponta que a solução varia de país à país.

A Agenda 21 é um documento de feições frágeis, cuja aparência de debilidade escamoteia sua precisão e importância. É o documento que cuida da implementação das convenções assinadas na Rio-92 (FEARNSIDE, 1997), que se apresenta como um consenso mundial para os desafios do novo século — afinal, é uma pauta para todo os Século XXI! (ERIKSSON, 1997)¹⁹¹ —, estabelecendo políticas, planos de ação, estratégias e mecanismos de implementação. A Agenda 21 apresenta formas de atuações espaciais (RODRIGUES, 2009, p.

¹⁹¹ Contra a “tirania do imediato”, uma agenda para um século, que possa ser cumprida seletivamente de acordo com os interesses de cada nação! A ideia de “tirania do imediato” foi considerada um grave obstáculo ao desenvolvimento sustentável na Conferência de Oslo sobre Desenvolvimento Sustentável, em julho de 1988, convocada por Gro Harlem Brundtland e com participação de diretores de 22 organizações da ONU, chefes de comissões regionais da ONU e de instituições financeiras. Esta reunião, realizada no âmbito das Nações Unidas, serviu para reafirmar ser o desenvolvimento sustentável um objetivo comum do sistema da ONU, instituições financeiras inclusive (STARKE, 1991, p. 30).

175), colocando-se como estratégia de gestão do território que oculta a política (*Id.*, 2011). Em seus 40 capítulos, assegura a necessidade de abertura de mercados, acrescenta o termo *sustentável* na agricultura, dinâmica demográfica, assentamentos humanos, produção industrial, ciência, educação, infância, juventude, ação de mulheres, tratamento de resíduos e rejeitos, entre tantos outros — o que, de fato, se tornou uma tônica mundial, uma vez que o *sustentável* teve seu uso multiplicado nas esferas pública, privada, acadêmica, midiática etc. —, e ainda, se inscreve como uma estratégia universal de construção de um modelo de desenvolvimento promulgado como redentor não somente dos males ambientais, mas de todos os graves problemas da humanidade. Já em 1991, o Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) propôs o conceito de Agenda 21 Local como possibilidade de viabilização da proposta de desenvolvimento sustentável pelos governos locais, o que acabou incluso na Agenda 21 no capítulo 28 (RABELO, 2003). A Agenda 21 se multiplicou em diferentes escalas: cidades, estados, regiões, países, se tornando, definitivamente, uma exigência de adequação ambiental e institucionalizando mundialmente o desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21, para além de todos os enfrentamentos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi o grande marco simbólico que permitiu o grande sucesso do “simulacro espacial”: a transformação da Rio-92 em um ponto de inflexão na construção de um futuro melhor, onde, por meio de um grande consenso internacional ocorreu a celebração do desenvolvimento sustentável. Assim, o desenvolvimento sustentável se tornou, além de uma estratégia geopolítica de controle dos territórios e de um modelo que mantém a exploração da natureza através de um uso supostamente racional das riquezas naturais, uma potente ideologia.

3.5 A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável se consolidou através da imagem do consenso. John Proops [*et. al.*] (1997, p. 107) afirma que, para atingir a sustentabilidade, é necessário um consenso de três fases: [1] um consenso para assumir uma posição ética pela meta geral da sustentabilidade, especialmente no mundo em desenvolvimento; [2] um consenso sobre a meta operacional com vista ao estado sustentável provisório do futuro a longo prazo; [3] e, por fim, um consenso em prol de um objetivo intermediário que oriente a formulação da política. Algo como a constituição de um consenso presente, num futuro próximo e num futuro longínquo. O

Relatório Brundtland tem em seu título a ideia de “*Nosso Futuro Comum*”, que transmite um consenso acerca das proposições para o futuro da humanidade (STARKE, 1991). A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, foi convertida em um *simulacro espacial* para a consignação de um consenso em torno da ideia de desenvolvimento sustentável. Há uma “*linha de evolução*” manifesta: de conferências sobre o ambiente nos anos 1970, passou-se a conferências sobre o ambiente e o desenvolvimento nos anos 1990, para, seguidamente no ano de 2002, a Cimeira Mundial de Johannesburgo consagrar a proposta do desenvolvimento sustentável (SAUVÉ, BERRYMAN, BRUNELLE, 2003). O desenvolvimento sustentável tornou-se, inapelavelmente, um consenso, particularmente na esfera das Nações Unidas.

Segundo Bill Hopwood, Mary Mellor e Geoff O’Brien (2005), o desenvolvimento sustentável é uma concepção *desafiadora e contestada*. Para Roberto Pereira Guimarães (1994), o mesmo possui *diversos significados*: pode ser compreendido como a “*reconciliação entre meio ambiente e economia*” (GENDRON; REVÉRET, 2000), “*retórica neoliberal*” (RÊGO, HOEFEL, 1993), ou mesmo uma “*questão mágica, quase obrigatória em qualquer discurso ecológico*” (SERRANO, LUCHIARI, 1993). Para Vitor Lichtinger (1994), o desenvolvimento sustentável contém em si mesmo as principais contradições de nossa época e, concomitantemente, os elementos que poderão lograr um equilíbrio entre a civilização moderna e a natureza. Segundo Serge Latouche (2003), o desenvolvimento sustentável pode significar, para militantes associativos e intelectuais humanistas, um desenvolvimento respeitoso do ambiente, com a preservação dos ecossistemas e geração de bem-estar e qualidade de vida, enquanto para outros grupos, como os economistas, políticos e industriais, o importante seria a possibilidade do desenvolvimento durar indefinidamente.

A concepção de desenvolvimento sustentável parece traduzir uma cosmologia específica, geralmente ilustrada por três círculos distintos, mas interpenetrados: economia, sociedade e ambiente (SAUVÉ, 2007), constituindo algo como uma “*bioeconomia*” (BENKO, 1997). Para Lucie Sauvé (*op. cit.*), a proposta do desenvolvimento sustentável é também impressa com uma obliquidade cultural: traduz uma visão de mundo norte-ocidental dualista (natureza – ser humano, sociedade – ambiente), e “*propõe uma ética do futuro*”, enquanto para Ana Clara Torres Ribeiro (1997, pp. 476-477), o mesmo “*alimenta-se deste futuro não-refletido ou refletido*

de forma ameaçadora”, que “surge, em múltiplos produtos da cultura contemporânea, traduzido pela técnica sem controle, pelo não-trabalho, pela tristeza dos desertos da vida”.

O desenvolvimento sustentável é o que podemos denominar como ideologia. Já em ocasiões anteriores apontamos o componente ideológico do Desenvolvimento Sustentável (OLIVEIRA, 2001, 2003, 2005, 2006 e 2007), e acrescentamos que não são poucos os autores que entendem esta concepção segundo a mesma perspectiva analítica (CARNEIRO, 2005; MARQUES, 2000; MOREIRA, 1991; REBÊLO Jr., 2002; RIBEIRO, 1992; entre outros). Enxergamos ideologia como uma consciência classista da realidade, que serve para mascarar as contradições sociais, e faz com que as camadas subalternas não percebam que esta ideologia tem sua gênese na classe dominante¹⁹². E o desenvolvimento sustentável foi formulado, como vimos anteriormente, pela tecnocracia capitalista — ou “*expertocracia*”, segundo Robert Kurz (1993), ou ainda “*ordem dos especialistas*”, nas palavras de Marilena CHAUI (2006) — com o objetivo central de oferecer uma gestão do patrimônio natural enquanto combustível (e capital) para manutenção da reprodução do capitalismo, e ainda, nesta ordem da globalização, manter-se a dominação de trocas desiguais entre países centrais e periféricos. Os países menos desenvolvidos são justamente aqueles que possuem maiores *reservas* naturais, e, por este motivo, devem seguir um receituário detalhado para que possam fornecer tais *riquezas* para a máquina econômica internacional.

A sustentabilidade, assim, pode ser entendida como argumento e ideologia dos países desenvolvidos para domínio dos povos empobrecidos do mundo, um pretexto a mais para dominar os recursos naturais e humanos (AQUINO, CALDERÓN, 2008). Afinal, a ideologia não se trata apenas de uma representação incompleta e mutilada do real, mas uma apresentação desse real que o inverte, ocultando e dissimulando suas contradições (LEFEBVRE, 1979, p. 27), uma vez que o discurso ideológico tem como escopo falar em nome de todos como portador de uma verdade universal (PORTO-GONÇALVES, 1984). Slavoj Žižek (1996b, p. 306) afirma que ideológica “*é uma realidade social cuja própria existência implica o não-conhecimento de sua essência por parte de seus participantes*”, isto é, “*a efetividade social cuja própria reprodução implica que os indivíduos ‘não sabem o que fazem’*”. Assim, continua o autor, “*ideológica não é a falsa consciência de um ser (social), mas esse próprio ser, na medida em que é sustentado pela falsa consciência*”.

¹⁹² A classe dominante necessita não somente do controle das relações materiais, mas também da produção de idéias, instrumentalizadas com seus mecanismos de propagação a partir da ausência de consciência de todo o processo.

Etimologicamente, ideologia significa “*ordenação do que existe na aparência*”, algo como a impressão que fica de nosso primeiro contato com a realidade, de nosso contato superficial com o real (DORIA, 1974, p.238) Segundo Neil Smith (1988, p. 45), a ideologia é uma reflexão “*invertida, truncada e distorcida da realidade*”, em uma definição que se aproxima de Leandro Konder (2002, p. 86), quando este aponta que, no plano de construção do conhecimento, a ideologia se mostra “*uma combinação de conhecimento genuíno e representação truncada*”. Desta maneira, ideologia não é simplesmente um conjunto de idéias erradas, alerta Neil Smith (1988), mas sim um conjunto de idéias radicadas na experiência prática de classe. “*A classe social cria a sua maneira de pensar a partir de suas bases materiais e das relações sociais correspondentes*” (MARX, 2000, p. 53). Entretanto, embora seja uma reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção de mundo. Assim, “*a distorção ideológica não se reduzia a uma racionalização cínica, tosca, bisonha ou canhestra dos interesses de uma determinada classe ou grupo*” (KONDER, *op. cit.*, p. 43). A dominação de classe no capitalismo não é somente exercida por uma minoria, mas no interesse de uma minoria, sendo extremamente necessário que as outras classes se iludam permanentemente, mascarando-se a realidade (LUKÁCS, 1977, p. 40).

Afinal, o conceito de ideologia refere-se a um mecanismo de adequação das classes submissas aos objetivos das classes hegemônicas, capaz de ocultar os conflitos entre os interesses particulares (CHAUI, 1982b, p. 103; GORENDER, 2001, p. 22; MARX, 1989, p. 50; *Id.*, 2001, p. 50). O seu papel, segundo Marilena CHAUI (1982b, pp. 87-88), é fazer com que as ideias dominantes pareçam únicas, verdadeiras e autônomas, representando efetivamente a realidade¹⁹³. Ou seja, a formulação das ideologias ambiciona mascarar as contradições da luta de classes e legitimar a ordem dominante. Isto porque a ideologia corresponde à aparência social dominante da realidade (*Id.*, *Ibid.*, p. 105), entendida não como mera inversão, mas sim como representação classista da experiência da vida social (*Id.*, p. 106). A ideologia materializa-se através das construções cotidianas, como parte integrante da própria ordem territorial estabelecida, já que a mesma busca a universalização progressiva até tornar-se senso comum. Isto porque se trata de uma idéia *coerente*, apesar de seus *brancos* e *lacunas* (*Id.*, 1980, p. 25; 1982b, p. 114; e 1982a, p.

¹⁹³ Marx e Engels descrevem esta estratégia, exemplificando que “*no tempo em que imperava a aristocracia imperavam os conceitos de honra, fidelidade etc. e que, no tempo em que dominava a burguesia, imperavam os conceitos de liberdade, igualdade etc.*” (MARX, ENGELS, 2001, p. 50). É através de uma conceituação própria que se fundamenta a história através de um viés classista.

21-22), ou seja, as aparentes imperfeições ou negligências explicativas são partes integrantes fundamentais para que a ideologia se mantenha como corpo teórico e conjunto de regras práticas. Por isso, a noção de desenvolvimento sustentável se mostra tão vaga e com diferentes interpretações.

David Barkin (1994, p. 342) afirma que “*o ambientalismo é a nova religião do fim de século*”. É amparado nesta perspectiva que a *ideologia do desenvolvimento sustentável* fica disfarçada mediante um potente discurso de “Proteção à Natureza”, que utiliza um olhar romanceado e confere uma ilusão de um discurso menos agressor para com o domínio da mesma. De uma concepção que visa manter o domínio da natureza como *recurso*, emerge uma noção vaga, “ainda em construção”, e por isso mesmo, passível de análise e enriquecimento. A sustentabilidade do desenvolvimento capitalista se transforma em “*bula para salvação do mundo*”, e traz para o seu interior mesmo aqueles que não percebem suas verdadeiras implicações.

É desta forma que a concepção de desenvolvimento sustentável se apresenta enquanto verdade absoluta e incontestável. Sob o estigma da ideologia do desenvolvimento sustentável, ocorrem inúmeros “fóruns ambientais” onde se reproduz o discurso da sustentabilidade, com o treinamento de “agentes sociais” para trabalharem no macro-projeto de “Proteção à Natureza”; é também sob suas hostes que empresas, indústrias, organismos estatais, de diferentes portes e abrangências, produzem campanhas publicitárias, alocando o meio ambiente no setor de propaganda e logística. A elaboração de Agendas 21 Locais — fóruns de consenso prévio em prol do desenvolvimento sustentável (Ver: ACSERALD, MELLO, BEZERRA, 2006) —, o estímulo à reciclagem na “sociedade do desperdício”, a valorização econômica da agricultura orgânica, o replantio e recriação de áreas florestais por empresas desflorestadoras, os termos de ajustamento de conduta ambiental (TACs) e os mecanismos de certificação ecológica inseridos na reestruturação produtiva do capital são processos que acabam por significar um grande amálgama de práticas econômicas como o selo da “sustentabilidade” para o desenvolvimento. Por fim, a prática científica e a educação ambiental transformada em dogma perfazem um modelo profícuo de constante celebração do desenvolvimento sustentável.

Jean Baudrillard (1991, p. 39) aponta que “*a ideologia não corresponde senão a uma malservação da realidade pelos signos*”, enquanto “*a simulação corresponde a um curto-circuito da realidade e à sua reduplicação pelos signos*”. Desta maneira, para o autor, a

finalidade da análise ideológica é “*restituir o processo objetivo*”, fazendo com que seja “*sempre um falso problema querer reinserir a verdade sob o simulacro*”. Restituir o processo objetivo é, neste caso, analisar criticamente o desenvolvimento sustentável, que se esconde em uma poderosa fortaleza conceitual, a *crise ambiental*¹⁹⁴.

Eder J. Carneiro (2005, p. 44) afirma que “*a crítica da ideologia do desenvolvimento sustentável pode ser vista como uma das tarefas teórico-práticas fundamentais do presente*”. Da mesma maneira que a ideologia “*lança suspeitas sobre o conhecimento*” (KONDER, 2006, p. 87), é fundamental que se faça a sua crítica. A crítica é a prática da “*arte da suspeita*” (VASCONCELOS, 1992), e se propõe como o “*primeiro grito por uma transformação*” (MOREIRA, 1987, p. 145). Slavoj Žižek (1996a, pp. 13-14) afirma, por exemplo, que é necessário realizar uma análise espectral para se compreender uma ideologia, pois “*o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade*”. Assim, a “*desmontagem de um discurso ideológico*” (DECCA, 1981, p. 40) exige a efetivação de um contradiscurso por meio da “*clarificação da imagem do sujeito histórico escolhido pelo vencedor como mecanismo ideológico necessário para dissimular a figura dos que foram vencidos*” (CHAUI, 1981, p. 12). O “Espírito do Rio”, expressão com a qual Boutros Ghali, Secretário das Nações Unidas, saudou os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (COELHO, 1994), deve ser compreendido sob um olhar para além do desenvolvimento sustentável.

¹⁹⁴ Em uma conferência no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, Slavoj Žižek se esmerou a mostrar como as ideologias “*não apenas fornecem respostas falsas para problemas reais, mas falsificam os problemas*”. Žižek citou como exemplo a “*crise ecológica*”, apontando “*a idéia de que a ‘mãe natureza’ está sendo profundamente perturbada pelo homem e que a harmonia deve ser restabelecida é uma construção ideológica falsificadora*”, pois “*a natureza é essencialmente caótica e apenas temporariamente se estabiliza, portanto, a idéia de equilíbrio natural, a partir da qual percebemos o problema, é uma ilusão*”. (Disponível em: <http://www.forum.ufrj.br/materias/131008.html> [em transcrição de Filipe de Carvalho]. Acesso em: 19 de outubro de 2011).

3.5.1 A Utopia da “Sociedade Sustentável”¹⁹⁵

“Um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre”.

(MANHHEIN, 1986, p. 216).

Karl Mannheim (1986, p. 216) aponta que *“utópicas são as orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento”*. Ainda que este autor não coadune integralmente com a proposição de ideologia anteriormente trabalhada¹⁹⁶, não há dúvidas que sua concepção de utopia se coloca como importante argumento na construção de alternativas para a sociedade atual. Segundo David Harvey (2006a), há uma obrigação societária de elaborar na imaginação, bem como por meio de debates discursivos, as responsabilidades individuais e coletivas não somente em relação a nós mesmos, mas em relação ao que designamos como natureza. É no momento em que acumulamos imensos poderes de transformação do mundo — ainda que não libertos das restrições metabólicas e evolutivas — que se torna fundamental o exercício destes poderes para a definição daquilo que nos tornaremos como espécie (HARVEY, 2006a, p. 279). Na medida em que as questões globais (envolvendo, por exemplo, a perda de diversidade) misturam-se com as questões microlocais (como as diversas formas poluição do ar, água e solo, oriundas das fábricas) aumenta a necessidade do utopismo dialético para que haja o empenho na mudança de ação da humanidade.

Segundo Harvey (2006a), as discussões ambientais não são, evidentemente, antagônicas à política de classe (por vezes a ocultam!), pois os problemas ambientais envolvem diretamente as demandas populares¹⁹⁷. As dificuldades que afetam os pobres, os marginalizados e

¹⁹⁵ O termo “sociedade sustentável” foi utilizado durante os debates e nos documentos assinados no decorrer do Fórum Global, como será discutido a seguir.

¹⁹⁶ Michael Löwy (1994) analisa similitudes e incongruências entre a concepção de ideologia em Karl Mannheim e Karl Marx, e aponta como ponto de ruptura o “princípio da carruagem” de Max Weber, presente em seu discurso sobre a vocação do político, onde o mesmo aponta que a *“interpretação materialista não é uma carruagem sobre a qual se pode montar à vontade e que se deteria diante dos agentes da revolução”* (apud LÖWY, 1994, p. 83). Em outras palavras, o marxismo para Mannheim também é ideológico, e poderia fornecer bases para seu próprio desmascaramento como um ponto de vista de classe tendencioso e parcial.

¹⁹⁷ Martínez-Alier (1997, pp. 226-227) elenca uma série de conflitos de distribuição ecológica e movimentos de resistência: “racismo ambiental”, “justiça ambiental”, “imperialismo tóxico”, “intercâmbio ecologicamente desigual”, “dumping ecológico”, “poluição transfronteiriça”, “capacidade de sustentação expropriada”,

as classes trabalhadoras (como a segurança e a saúde ocupacionais)¹⁹⁸, assim como a localização de depósitos de resíduos tóxicos e aterros sanitários, são mesclas entre problemas ambientais e sociais. Decerto, transformar tudo em mercadoria e submeter o cotidiano à lógica singular da lucratividade comercial é uma forma dominante de pensar¹⁹⁹.

Isso requer que se organize um projeto — sem uma retórica de *limites* e de *colapso*, tão comuns na problemática ambiental contemporânea — de classe, igualmente fortalecido no que se refere à prevenção e redução de risco, e à recuperação e ao controle de recursos, em que a classe trabalhadora, os destituídos e os marginalizados assumam um papel de liderança, na constituição de um modo alternativo de produção, de troca e de consumo que não apenas reduza os riscos, como também seja ambiental e socialmente justo (HARVEY, 2006a, p. 292). Se “*a luta de classes desempenha um grande papel na história da ideologia*” (PLEKHÁNOV, 1973, p. 198), é através da utopia que se poderá traçar uma alternativa aos problemas existentes, onde os movimentos sociais e demais articulações da sociedade são agentes capazes de perfazer tal proposição.

Segundo Grahan Smith (1996, p. 81), os movimentos sociais são tanto produto como agentes de transformações sócio-espaciais. Arlete Moysés Rodrigues (2011b), entretanto, caracteriza *movimentos sociais* como manifestações de conflitos de classes (ou de camadas de classes), indicando que há movimentos que reafirmam o “*status quo*” e outros que contestam a ordem estabelecida. Assim, a autora aponta que os movimentos sociais que reafirmam o modo dominante atuam, em geral, sob a forma de *lobbies*, como, por exemplo, os incorporadores imobiliários que divulgam a idéia de segurança intramuros e que assim ocultam seus interesses na manutenção de renda, lucros e juros. Já os movimentos que contestam a ordem estabelecida politizam o espaço na cidade e no campo, tentam provocar modificações na concentração de poder, de riqueza, de terras etc., realizando um processo de “*dessacralização do espaço político*”

“biopirataria”, “segurança ocupacional”, “lutas urbanas por água limpa”, “ambientalismo indígena”, “ecofeminismo”, entre muitos outros.

¹⁹⁸ Vide o caso de Volta Redonda, onde a poluição do ar por gases e partículas emitidas no processo de produção do aço e outras atividades industriais da CSN, em níveis alarmantes, atinge destacadamente os trabalhadores da usina, de maneira que esta exposição gerou, na década de 1980, um surto de uma grave doença que atinge o sistema imunológico, chamada *leucopenia* (OLIVEIRA, 2006).

¹⁹⁹ Falando em âmbito nacional, Maria Beatriz Oliveira da Silva (2011, p. 139) aponta que a injustiça ambiental no Brasil vai além da problemática de localização de depósitos de rejeitos químicos que afetam trabalhadores industriais e moradores de entornos de fábricas, pois também existem injustiças ambientais em relação aos moradores das favelas desprovidas de esgotamento sanitário, agricultores e trabalhadores do campo que sofrem com exposição de agrotóxicos, populações tradicionais extrativistas que são retiradas de suas terras de uso comunal, entre muitos outros. Injustiça ambiental tem como uma de suas maiores causas a injustiça social.

(parlamentos, partidos) e enfraquecendo o papel da “*intelligentsia*” (conjunto de pessoas instruídas que são mediadoras entre as categorias excluídas do sistema político e o sistema político) (RODRIGUES, 2011b). Os movimentos sociais contestam a ordem estabelecida ao colocar em xeque as verdades absolutas impostas pela *exportocracia*, tão comuns na formulação do pensamento dominante.

Bertha Becker (1993a, p. 13) analisa que, na atual estrutura econômica mundial, aguçam-se novas contradições, “*que se manifestam pela resistência das populações à manipulação de seus territórios*”, e, por conseguinte, “*geram movimentos sociais organizados em base territorial contra a incapacidade do Estado em atender aos seus interesses*”. Os movimentos sociais, desta maneira, estão desafiando a soberania do Estado (SMITH, *op. cit.*, p. 82) quando lutam pela defesa de um “*território*”, físico e/ou moral cuja integridade não negociável para seus ativistas” (OFFE, 1984, p. 368). Ainda que a maior parte dos movimentos sociais seja, em última análise, derivados da economia capitalista mundial, os novos movimentos sociais são baseados em novas formas de ações políticas coletivas e estão abrindo espaço para novas espécies de geografia, ao oferecem a possibilidade de novos projetos e novas maneiras de encarar o mundo e organizar a vida social (SMITH, *op. cit.*, p. 82). Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001), alguns movimentos sociais, com suas diferentes lutas e propostas, inauguram novas articulações supranacionais, até hoje patrimônio exclusivo das classes dominantes²⁰⁰.

A realização do Fórum Global, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, inaugurou uma nova forma de articulação política. A reunião de diversos grupos sociais em atividades paralelas, com respeito à diferença de credo, etnia, ideários, proposições e atuações, foi sem dúvidas um marco simbólico de uma nova forma de fazer política.

É desta maneira que desde a década de 90 do século XX, novos fóruns surgiram como espaços de reflexão, de luta e de proposições de ideias alternativas — como o caso do Fórum Social Mundial, realizada anualmente e que reúne milhares de pessoas. Eventos de grande

²⁰⁰ Juntamente a isso, é importante salientar a “*ampliação da concepção de classe trabalhadora*” (BOCAYUVA, 2007, p. 119) e a emergência de novos elementos na estrutura de classes, onde no lugar das velhas elites burguesas emergem novos diretores de indústria (e do setor estatal), técnicos empresariais, ocasionalmente políticos, que não se caracterizam pela posse da propriedade, mas pela sua manipulação (BIRNBAUM, 1969, p. 16), assim como existem dissociações entre a nova classe operária e a nova classe média — cujo ritmo de aumento é maior que o da classe operária —, já que a classe operária se distanciou inteiramente do estilo de vida e da agressividade política de seus antecessores, e adotou os hábitos de consumo da classe média.. (BIRNBAUM, *op. cit.*, p. 23). As classes são resultados do processo de luta (PRZEWORSKI, 1989 *apud* NASCIMENTO, 2001, p. 291), e o resgate das lutas de classe passa a ser estabelecido nos marcos de um recorte territorial (BOCAYUVA, *op. cit.*, p. 124).

porte organizados pela ONU também passaram a contar com eventos paralelos reunindo milhares de participantes, que mesmo sem poder diplomático-deliberativo, colocam em pauta suas reivindicações e necessidades e explicitam questões importantes para serem difundidas para a sociedade.

O Fórum Global foi a constituição de um *espaço de esperança*, não como a materialização da utopia em forma espacial, mas como a constituição, ainda que efêmera, de um sistema de objetos e ações (SANTOS, 2002) onde se praticou um exercício de otimismo de intelecto²⁰¹, que serviu para abrir “caminhos de pensar” (HARVEY, 2006a, p. 33), na prática de um “utopismo dialético” espaço-temporal. Nas atividades das ONGs (ainda que em grande parte inclinadas a compor um instrumento neoliberal de ação social) e da grande diversidade de movimentos sociais emergiram debates que mostravam uma unidade entre os conhecimentos evidentemente diversos que o ser humano possui (*Id.*, pp. 294-295), e a prática de uma consiliência (um encontro entre dois raciocínios distintos) entre diferentes escalas espaço-temporais, através da humanização da ciência (*Id.*, 2006, p. 297). Havia no Fórum Global uma retomada da análise que aponta contradições, uma vez que em relação ao meio ambiente há uma extraordinária diversidade de discursos. Afinal, segundo David Harvey (2006), a arquitetura do utopismo dialético, inserida e limitada pelos processos econômico-políticos, junções de capacidades tecnológicas e características superestruturais do direito, do conhecimento, das crenças políticas, deve alimentar o desenvolvimento de alternativas e possibilidades de ação humana que priorizem a vontade de criar, unidas entre si de maneira dinâmica e co-evolutiva que abarque diferentes escalas espaço-temporais. Mesmo com todos os limites impostos pela articulação do *simulacro*, o Fórum Global permitiu o desenvolvimento de uma alternativa utópica: a constituição da “sociedade sustentável”, que significava a recusa de uma leitura meramente econômica do desenvolvimento sustentável e a proposição de um modelo societário que leve em conta as demandas dos povos da Terra (Ver: **Anexo 5**, Declaração do Rio de Janeiro, Tratados das ONGs — N.º 40). Ainda que a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável enquanto Ideologia tenha capturado na aparência esta concepção, não há dúvidas que o recado de que é possível uma via alternativa a ser construída pela sociedade permaneceu vivo.

²⁰¹ Harvey (2006, p. 32) faz uma contraposição ao “pessimismo de intelecto” e ao “otimismo da vontade” de Gramsci, que escreveu em um período que considerou dotado de uma passividade política e ceticismo intelectual em relação ao futuro.

Considerando os desenvolvimentos geográficos desiguais e disparidades socioeconômicas, David Harvey nos instiga a realizarmos uma geografia da esperança, em nossa capacidade de formular utopias e promover uma práxis verdadeiramente transformadora. Nos interstícios das ações dominantes em prol da Operação Desenvolvimento Sustentável, emergiu um “*espaço de esperança*”. A dialética permanece nas novas utopias criadas em torno da construção de uma sociedade melhor. Segundo Harvey (2006a, p. 321), na qualidade de reais arquitetos de nosso futuro, não podemos nos lançar numa interminável problematização e em conversações que jamais chegam a termo. É preciso fazer recomendações e tomar decisões a partir do conhecimento profundo da realidade.

Havia no Fórum Global rebeldes em ação se empenhando em transformar o mundo. Não importa que parte dos presentes ao Aterro do Flamengo possa ter sido cooptada pela ideologia do desenvolvimento sustentável, ou que, no cômputo geral, o Fórum Global tenha sido estrategicamente utilizado como parte de um simulacro espacial de celebração de uma geopolítica dominante. David Harvey (2006a, p. 313) nos ensina que o comunitarismo como movimento utópico dá precedência à cidadania, às identificações e responsabilidades coletivas em oposição à busca privada de vantagens pessoais e ao “discurso dos direitos” associados. O Fórum Global, com suas lutas e inquietações, se proliferou em inúmeros outros fóruns. Um grande passo foi dado neste sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O LEGADO DA CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO – 1992

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, marcou uma importante etapa nas conferências internacionais, e deve ser vista com especial interesse por formar um processo de consequências futuras mais amplas (GABALDÓN, 1996) que representou uma inflexão na história da humanidade (CORDANI, 1992). Para José Pedro Soares Martins (2002), a Rio-92, somando a Cúpula da Terra e o Fórum Global, foi um momento “luminoso” para a história da humanidade, especialmente para o Brasil. Assim, o Rio de Janeiro foi um ponto de referência institucional e social (FONT, RUFÍ, 2006)²⁰², que significou um ponto culminante da trajetória de construção do *desenvolvimento sustentável*, permitindo um reencontro do Norte com o Sul através da efetivação de um consenso sob viés *ecológico*, e o fortalecimento da atuação de representantes da sociedade civil, com a efetiva participação das ONGs e dos movimentos sociais no Fórum Global. Apontamos, nesta tese, que este reencontro entre Norte-Sul é ideológico, e parte de um contundente processo geopolítico contemporâneo.

Márcio Ruivo (1993) alertava apenas um ano após a Conferência do Rio de Janeiro que a mesma não deveria ser julgada pelos seus resultados imediatos, aparentemente *débeis* e aquém do desejado. Os seus resultados “*aparentemente débeis*” podem explicar o desapontamento de Maurice Strong no discurso final da conferência, e também o fato do “*day-after*’ à conferência das Nações Unidas” ter sido “*marcado por um sentimento de frustração entre personagens diretamente envolvidos*” (FERREIRA, 1995, p. 54). “*Teria sido a Conferência do Rio de Janeiro uma oportunidade perdida?*” (BARRÈRE, 1993). Em nenhuma hipótese, a Rio-92 deve ser considerada o final do processo, mas uma etapa de negociação internacional complexa, seja como evolução das decisões econômico-ambientais, seja como

²⁰² Para alguns autores, o mundo pós-Conferência do Rio de Janeiro continuaria a ser o mesmo (DOMINGOS, 1993; MARQUES, 1993), enquanto para outros depois da Conferência do Rio de Janeiro nada seria igual (BORREGO, 1993), com a Rio-92 representando um verdadeiro divisor de águas na percepção das questões ambientais (FLORÊNCIO, 2008). Se em Estocolmo, o que se buscava preservar era um modelo de acumulação de riquezas onde o patrimônio natural passava a ser um bem (RIBEIRO, 1992), na Rio-92 a percepção dominante era a de que os problemas ambientais já não podiam ser dissociados dos problemas próprios do desenvolvimento (GUIMARÃES, 1994). Assim, a Conferência do Rio de Janeiro – 1992 contribuiu para um crescimento de um corpo de princípios sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (VIEIRA, 2002), e impingiu suas deliberações a diversos sujeitos — Estados, empresas e grupos da sociedade civil.

aprofundamento do controle da natureza nos territórios periféricos. Se para Leila da Costa Ferreira (1995, p. 57) “*a Eco 92, longe de ser a culminação de um processo, é apenas parte do começo*”, nós apontamos nesta tese que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, foi o corolário de uma geopolítica pautada no que podemos denominar de *problemática ambiental contemporânea*, que perpassou, entre outros momentos, a Conferência de Estocolmo, a criação da Comissão Brundtland e publicação do relatório “*Nosso Futuro Comum*”. Esta tese não trata de um acontecimento relegado ao passado: na verdade, a Rio-92 permanece presente na *Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável*, e viva na multiplicação das Agendas 21 Locais em todo o mundo.

Nesta tese, apontamos que a cidade do Rio de Janeiro tornou-se uma simulação espacial da ordem global, na medida em que se reproduziu na escala do lugar das tensões da Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável. “*Pensar globalmente, agir localmente*”, um *slogan* comum nas políticas de implantação do desenvolvimento sustentável, pode ser aqui adequado ao modelo de estruturação de toda a conferência. Entre as proposições do Aterro do Flamengo e as deliberações do Riocentro havia uma distância muito maior do que se supunha: não eram apenas cerca de 40 km; na verdade havia uma gigantesca distância espaço-temporal entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, lucro e equilíbrio socioambiental, Estados-Maiores e sociedade civil, ideologia e utopia. A relação local-global não deixa de ser um paradoxo da sociedade contemporânea, uma vez que a tensão entre o global (de um mundo que assiste uma profunda alteração em sua geopolítica tradicional) e o local (emergente na condição de espaço simultâneo de reivindicação e de ação) (FONT, RUFÍ, 2006) permite diferentes interpretações de um mundo onde o lugar é carregado de significações da ordem estabelecida.

Yves Lacoste (1988) afirmou que a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Afinal, a guerra é um profundo exercício de geografia, que envolve conhecimento detalhando de territórios e, conseqüentemente, a precisão cartográfica, não somente nas batalhas empreendidas, mas no controle dos homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade²⁰³. Neste trabalho afirmamos que a geografia serve também para fazer a *paz*, e que esta também pode ser utilizada como estratégia de controle de territórios. Neste caso, também é importante o conhecimento do território e sua leitura cartográfica precisa, além da força da ação do Estado através, particularmente, de artifícios diplomáticos.

²⁰³ Lacoste cita a Guerra da Indochina, do Vietnã, cujas estratégias baseadas na geografia permitiram maior precisão nos bombardeios e ataques táticos.

Com o fim da Guerra Fria, segundo Alberto I. Glender Rivas (1994), acreditava-se que se liberariam os recursos destinados aos gastos militares para alocá-los em uma grande cooperação internacional para o desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e a paz duradoura. Depois da Conferência do Rio de Janeiro, ficou perceptível que os recursos financeiros internacionais não seriam significativamente investidos nesta direção, e que não haveria inovação no processo de transferência tecnológica e tampouco se constituiria um marco institucional para tornar factíveis estes propósitos (RIVAS, 1994). Se o período marcado pelo fim da *Guerra Fria*, cuja lógica bipolar entre Estados Unidos e a antiga União Soviética se havia impregnado, foi paulatinamente substituído pela égide da *Globalização*, impulsionada pela dinâmica de mercados, novas tecnologias e revolução das comunicações (LAREDO, 2001), isto não acarretou uma transformação profunda na ordem mundial de controle dos territórios periféricos, e tampouco no *modus operandi* econômico do capitalismo mundial.

A confiança na capacidade de crescimento da economia mundial, graças às novas oportunidades de investimento, com a abertura dos mercados dos países do Leste Europeu, bem como o desenvolvimento do neoliberalismo em países de porte médio, como Chile, Malásia e Cingapura (LAGO, 2007), aumentou o abismo entre ricos e pobres, e não consolidou a efêmera esperança de dias melhores. Exatos 500 anos após a primeira viagem de Colombo à América, que significou a criação de uma nova ordem mundial, a Rio-92 carregou consigo também o anúncio de uma nova ordem mundial (EIR, 2001), que não se mostraria mais justa e equável socialmente.

Segundo André Aranha C. do Lago (2007, p. 86), “*não se deve questionar nem corrigir o legado do Rio; deve-se melhorar e fortalecer os instrumentos que tornem possível a implementação mais efetiva de seus resultados*”. Com esta intenção, ocorreu uma saturação da temática ambiental após a ampla cobertura concedida à Conferência do Rio de Janeiro (RABELO, 2003), fazendo com que o aspecto mais significativo da conferência tenha sido, para alguns autores, “*o impacto midiático e seus efeitos conscientizadores*” (FONT, RUFÍ, 2006). Mas fica evidente que esta saturação não implicou em alterações nas formas de produzir, e tampouco aludiu uma diminuição no processo de dilapidação das riquezas naturais. Ao contrário, a explosão midiática do meio ambiente se tratou da ampliação de um tema sem que houvesse qualquer mudança no conteúdo do modo de produção e na maneira de se apropriar das riquezas naturais.

A Rio-92”, como apresentamos no decorrer da tese, tornou-se um “*simulacro espacial*”, na medida em que suas tensões acabaram eclipsadas pelos *ares de consenso* em torno da “*Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*. O simulacro não é um protótipo de algo já constituído: é, como demonstramos neste estudo, “o momento em que uma encenação se transforma em realidade universalmente aceita”. A Rio-92, além de espelhar na escala local as dissonâncias geopolíticas oriundas da escala global, se mostrou profícua em forjar um consenso em torno da concepção de desenvolvimento sustentável, para além das grandes questões debatidas que não obtiveram um verdadeiro acordo no curso da conferência.

Esta tese objetivou mostrar que uma conferência, nos moldes da Rio-92, é capaz de desencadear transformações espaciais e, por conseguinte, ser avaliada por um geógrafo. Desta maneira, torna-se possível algumas indagações: *Os encontros do G8 não podem também ser objetos de estudo da geopolítica contemporânea? As deliberações dos BRICS não são capazes de ser refletidas em estudos da geografia?* Para José Pedro Soares Martins (2002, p. 38), “*as Conferências das Nações Unidas e os seus documentos finais respectivos sempre refletem o equilíbrio de forças internacionais no momento em que foram realizadas*”. Analisar os movimentos oriundos destes processos, e seus próprios documentos finais, é sem dúvida um exercício intelectual do campo da geopolítica. Em um momento de compressão espaço-tempo (HARVEY, 2004), onde a aceleração é a tônica do movimento de ideias, pessoas, mercadorias, informações e capitais, o estudo do que é aparentemente efêmero adquire significativa importância para a ciência geográfica da atualidade. Estudar uma conferência (aparentemente efêmera) como a Rio-92 permitiu analisar todo o processo histórico que procurou, na lógica neoliberal, ocultar os mecanismos de exploração da força de trabalho e as formas de apropriação das riquezas naturais.

Assim, a Rio-92 permite uma leitura profícua do que John Bellamy Foster e Brett Clark (2006), inspirados em Alfred Crosby (2002), denominam “*Imperialismo Ecológico*” — uma “*ambientalização da geopolítica*”, nas palavras de Joan Nogué Fonte e Joan Vicente Rufí (2006) — que envolve desde o saque de recursos de certos países por outros até mesmo a descarga de dejetos ecológicos que amplia a fenda entre centro e periferia. A retomada do conflito Norte-Sul ficou flagrante na conferência, o que atestou a permanência dos Estados e a validade de se manter a soberania, justamente em um momento que se discutia o Estado-mínimo na perspectiva neoliberal-globalizacional. A “*geopolítica da biodiversidade e do*

desenvolvimento sustentável” está devidamente inserida no contexto da globalização econômica e no processo de naturalização da “*mercantilização da natureza*” (LEFF, 2001 e 2002), e ainda, na perspectiva do “Novo Imperialismo” estadunidense (HARVEY, 2004).

A questão ambiental não deve ser examinada como um desenvolvimento que se reduz a explorar recursos não-renováveis de maneira parcimoniosa, mas consiste em se tentar compreender a complexidade de um processo que impõe a ideologia do desenvolvimento sustentável efetivada durante a realização da Rio-92. Houve, sem dúvidas, um enriquecimento do debate sobre meio ambiente em diferentes esferas, como a governamental, não-governamental, empresarial, acadêmica e científica, porém não se alterou a forma de apropriação e de produção do espaço e não se efetivou, pelo menos até o momento, a *utopia da sociedade sustentável*.

A problemática ambiental contemporânea extravasa completamente a questão dos recursos não-renováveis. Se Cutlher J. Cleveland e Mathias Ruth (1997), que citam Georgescu-Roegen e sua análise sobre as tecnologias “prometéicas” (algo como libertadoras), comparam a invenção do motor à combustão com a descoberta do fogo, ressaltando a significação econômica e ambiental do amplo excedente de energia proporcionado pelas tecnologias de combustíveis fósseis, ficou patente durante a Conferência do Rio de Janeiro, o grande abismo técnico entre centro e periferia — um verdadeiro “*apartheid tecnológico*” (BECKER, 1992) —, que implicou em embates profundos da soberania territorial sobre as riquezas naturais, uma vez que o domínio intelectual pelos países centrais sob forma de patentes já se mostrava deveras profícuo. As tecnologias “prometéicas” de hoje estão sendo elaboradas nas comunidades tradicionais da Amazônia, por pessoas simples que não possuem condições de registrá-las em cartórios ou transformá-las em estudos acadêmicos, mas estão gerando imensos lucros para aqueles que detêm o aparato jurídico-acadêmico de apropriação indevida de saberes. É possível estarmos vivendo uma nova “*descoberta do fogo*”, que também não está sendo elaborada em grandes centros acadêmicos e laboratórios avançados, mas no âmago da floresta, fruto da interação orgânico-metabólica entre homem e natureza.

Mas o desenvolvimento sustentável se consolidou, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1992, em um importante mecanismo de ação de diversos sujeitos sociais, dos Estados em suas múltiplas escalas às empresas de diferentes portes, dos ativistas sociais envolvidos em ONGs, associações de moradores e sindicatos aos

programas de pós-graduação de universidades, da educação ambiental nas escolas, em diferentes segmentos de ensino, aos cadernos especializados da grande mídia. O desenvolvimento sustentável, como ideologia e como prática seletiva (uma vez que se extrai da Agenda 21 o que mais diretamente interessar, ou seja, o que gerar maiores lucros ou simplesmente melhor propaganda), avançou a passos largos no Brasil e no mundo.

O grande avanço da implementação do desenvolvimento sustentável pelo Brasil nos anos seguintes à conferência “*parece ter sido a incorporação, pelo poder público local em vários municípios e estados da federação, de novos conceitos de desenvolvimento*” (CORDANI, MARCOVITCH, SALATI, 1997), neste caso, da concepção de desenvolvimento sustentável. Urberto G. Cordani, Jacques Marcovitch e Enéas Salati (1997) ainda destacam: [1] a incorporação da conservação da natureza pelo vocabulário dos governos, empresas, universidades, associações civis, e o próprio sucesso do ISO 14.000; [2] a implantação do CPTEC (Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos), que através da grande capacidade computacional permitiu ao Brasil qualidade na observação e modelagem de aspectos do tempo e do clima; [3] o surgimento de iniciativas estaduais como o PROCLIMA (Programa Estadual de Mudanças Climáticas), que através da parceria da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo com universidades, setores industriais, entre outros, permitiu a realização de cursos, seminários, palestras e publicações; e por fim, [4] a criação do ANAMMA — Associação Nacional de Órgãos Municipais em Meio Ambiente²⁰⁴, que implicava em adoção de políticas públicas no âmbito do município. O Brasil se consolida paulatinamente como um pioneiro na adoção do desenvolvimento sustentável; contudo, a incorporação de termos ambientalmente corretos e a criação de órgãos como os supracitados não tem alterado a dinâmica da produção em geral.

Fernando Collor de Mello tencionou que na escolha do Brasil pela Assembleia Geral da ONU para sediar a CNUMAD-92, efetuada poucos dias após sua eleição, configurava uma oportunidade de projeção pessoal. Em seu discurso de posse, em 15 de março de 1990, Collor construiu para si uma história ambientalista — à revelia de seu histórico na política, cujo espectro do ambientalismo era limitado — prometendo liberar o mercado em todas as áreas, exceto no referente à proteção ambiental (VIOLA, 1996). Segundo Eduardo Viola (*op. cit.*), o fervilhar de ideias e práticas que construiu a “Geração-92” do ambientalismo brasileiro declinou

²⁰⁴ Para maiores informações, o endereço eletrônico da ANAMMA é: <http://www.anamma.com.br/>.

significativamente, nos três anos seguintes à realização da CNUMAD, entre outros motivos, pela diminuição do impacto da problemática ambiental na opinião pública e impasses entre lideranças dos próprios movimentos e ONGs. Além disso, Collor esteve envolvido em esquemas de corrupção e acabou não dando continuidade ao seu projeto político à frente da Presidência da República.

O governo de Itamar Franco, pela conjuntura político-econômica pós *impeachment* de Fernando Collor de Mello, trilhou o caminho da estabilidade financeira e equilíbrio fiscal (BORN, 2004), dando prosseguimento ao padrão neoliberal privatista e estrangulador dos direitos dos trabalhadores, adequando a este modelo *seletivamente* às proposições do desenvolvimento sustentável. Rubens Harry Born (2004) elucida que no governo de Itamar Franco foi criado, em junho de 1994, a CIDES – Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável, que jamais foi de fato instalada, mesmo com os esforços do MMA (Ministério do Meio Ambiente). O CIDES acabou sendo substituído em 1997 pela CPDS – Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira. Esta última comissão apresentou, após longos debates com participação de especialistas e de segmentos da sociedade civil, em meados do ano 2000 — portanto, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso —, as intenções de implementação do desenvolvimento sustentável, em um documento intitulado *Agenda 21 Brasileira: Bases para Discussão*, com a perspectiva de refletir, em âmbito nacional, proposições adequadas ao documento assinado na Rio-92.

Aspásia Camargo, João Paulo R. Capobianco e José Antonio Puppim de Oliveira (2004, p. 29) lembram que entre 1992 e 2002, “*imperou uma estratégia de governo fundamentada na inserção do Brasil na economia mundial, um processo acelerado de globalização*”, que implicava “*através da quebra de barreiras comerciais e da circulação de capitais, privatizações e abertura da economia para o capital externo*”. Durante este período ocorreram avanços no sentido de criar “*mecanismos de gerenciamento sustentável da biodiversidade no Brasil*”, ainda que o crescimento do número de unidades de conservação não tenha sido acompanhado pelo incremento da capacidade de implantação, gestão e fiscalização dessas, sendo possível verificar uma diminuição da capacidade operativa dos órgãos públicos, no que se refere aos recursos humanos e financeiros (CAMARGO, CAPOBIANCO, OLIVEIRA, 2004). Em 1998, por exemplo, o Banco Mundial e o WWF formaram uma parceria a Aliança para a Conservação e Uso Sustentável das Florestas (*Alliance for Forest Conservation and*

Sustainable Use, ou apenas *Forest Alliance*), a qual Fernando Henrique Cardoso, em 1998, aderiu para concretizar o projeto intitulado ARPA (Amazon Region Protected Areas — Áreas Protegidas da Região Amazônica), tendo a primeira fase aprovada em 2000 pelo GEF e com o objetivo de criação de novas unidades de conservação na Amazônia Legal (LINO *et. al.*, 2005).

Camargo, Capobianco e Oliveira (op. cit., p. 32) lembram que, ao mesmo tempo, “a Floresta Amazônica apresentou um incremento médio anual de desmatamento da ordem de 57% após a Rio-92, quando foi atingido o menor índice de desmatamento da região”, o que significa que “foram desmatados, entre os anos de 1992 e 2000, 156.893 km² de florestas, equivalente ao estado do Acre”. Da mesma maneira o cerrado continua ameaçado pela expansão da agricultura de grãos para exportação, sendo o período pós-Rio-92 fortemente marcado pela conversão de extensas áreas nativas do bioma em plantios de soja. Somente no período de 1997 a 2000, segundo estes autores, a produção desta leguminosa no estado de Rondônia saltou de 4,5 mil toneladas para 45 mil toneladas, um crescimento de 900 %. A Mata Atlântica, entre 1990 e 1995, manteve o ritmo veloz de desmatamento verificado no quinquênio anterior, com a perda de 500 mil hectares, equivalente a uma redução de 5,7 % da cobertura florestal. O Rio de Janeiro, cidade-sede da conferência das Nações Unidas, foi o mais afetado com uma perda floresta da ordem de 13 %. De acordo com os mesmo autores, segundo dados do Programa de Monitoramento Orbital de Queimadas da EMBRAPA Monitoramento por Satélite, a partir do ano de 1993, quando ocorreu uma queda significativa na quantidade de queimadas no país, o número total de focos se manteve numa média anual acima de 110 mil, no período de 1994 a 2001. Desta forma, segundo o IBAMA e INPE, ocorreu um crescimento de aproximadamente 40 % das queimadas em território nacional, entre os anos 2000 e 2001, quando passaram de 104 mil para 145 mil. Segundo o estudo de Camargo, Capobianco e Oliveira (2004), a construção do desenvolvimento sustentável ainda apresentava grandes desafios, dez anos após a conferência.

Se no período supracitado, muitas empresas haviam buscado certificação ISO 14.000 e a adoção dos princípios da sustentabilidade em suas estruturas produtivas, outras dificuldades emergiram: [1] apenas 33,5% das residências brasileiras possuíam rede de esgotos (sendo que destes, 64,7 % não sofrem nenhum tratamento); [2] os lixões significavam o destino final dos resíduos sólidos de 68,5 % dos municípios com menos de 20 mil habitantes, ou seja, cerca de 73 % do total dos municípios brasileiros; [3] o crescimento acelerado das cidades produziu um déficit de moradias que atinge cerca de 20 milhões de pessoas, além da permissividade de

ocupação em áreas de riscos e de proteção ambiental — o que nós aqui preferimos definir como *crise urbana*, pautada na propriedade privada da terra e segregação espacial; e [4] no que se refere à energia, o racionamento energético (o “*Apagão*”, entre 2001 e 2002, ainda sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso) e a escassez de investimentos colocam em risco a matriz energética brasileira, caracterizada, de maneira geral, como “*limpa*” (CAMARGO, CAPOBIANCO, OLIVEIRA, 2004).

Parece haver uma contradição quando os dados apontam as graves mazelas ambientais no Brasil, enquanto o mesmo busca a efetivação do desenvolvimento sustentável. Mas não há contradição ou paradoxo: o desenvolvimento sustentável, conforme apontamos nesta tese, significa *manutenção* e não *transformação*. O desenvolvimento sustentável mantém a exploração capitalista da natureza, aplicando-lhe uma indumentária verde chamada “*uso racional*” que implica em utilização mais criteriosa e que demande maiores lucros, e também mantém a exploração Norte-Sul, com a exploração das riquezas naturais dos países periféricos pelo Norte desenvolvido. O processo de criação e implantação de uma Agenda 21 é seletivo, modernizante e excludente, e escamoteia através da realização de fóruns de congregação de ideias que servem para forjar consensos sua forma autoritária de impor medidas políticas, ações territoriais e mecanismos de reestruturação econômica, produtiva e urbana. Esta seletividade de quais proposições será adotada, junto à possibilidade de criação e recriação de experiências nacionais, regionais, municipais, distritais e microlocais, é o que permite o grande poder de persuasão da Agenda 21 como mecanismo dominante de ordenamento territorial.

A Agenda 21 da Rio-92 configurou-se, segundo Rubens Harry Born (2004, p. 87), como uma “*soft law*”, isto é, “*um acordo que não cria vínculos legais que tornam sua implementação mandatória para os atores (países) que a assinaram*”. A Agenda 21 consta como sendo implementada pelas mais importantes economias do mundo, e sua abrangência atinge os diferentes continentes do planeta²⁰⁵. Afinal, *como implementar uma agenda que tem apenas noções gerais?* É possível apontar que o local passa a ser predominante nos documentos

²⁰⁵ Segundo a Organização das Nações Unidas, os seguintes países adotaram a Agenda 21: Moçambique, Bélgica, Alemanha, Polônia, Bulgária, Gana, Romênia, Camboja, Guatemala, Senegal, Canadá, Hungria, África do Sul, Chile, Islândia, Espanha, Colômbia, Israel, Suécia, Costa Rica, Japão, Suíça, Croácia, Cazaquistão, Tanzânia, República Checa, Coreia, República do Togo, Estônia, Mali, Turquia, Etiópia, Ilhas Maurício, Reino Unido, União Europeia, México e Estados Unidos, além do próprio Brasil. Evidentemente, este número deve ser muito maior, levando-se em conta a dinâmica cotidiana das políticas públicas e, por conseguinte, rápida defasagem de informações desta natureza, e ainda os possíveis processos não informados e catalogados. Disponível em: http://www.un.org/esa/dsd/dsd_aofw_ni/ni_index.shtml?utm_source=OldRedirect&utm_medium=redirect&utm_content=dsd&utm_campaign=OldRedirect. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

nacionais mesmo a Agenda 21 tratando de questões tidas como globais. Apropria-se da Agenda 21 o que se julgar conveniente e cria-se desta implementação seletiva uma propaganda de construção do desenvolvimento sustentável.

De fato, logo após a Rio-92 foram fundados inúmeros processos de implantação de Agendas 21 pelo mundo (como o caso da Agenda 21, iniciada em 1993, do distrito de Köpenick, em Berlim, Alemanha, caracterizado pela indústria em grande escala)²⁰⁶. Eduardo Viola (1996, p. 35), por exemplo, destaca a construção da Agenda 21 Nacional da China, “*cujo regime autoritário mobilizou de cima uma parte importante da sociedade para incorporar no planejamento componentes correspondentes ao documento do Rio*”. É possível destacar também a promoção de experiências de Agenda 21 Local em Portugal, inseridas na *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, onde atualmente cerca de 118 municípios e 21 freguesias estão a desenvolver processos de Agenda 21 Local em vários casos associados regionalmente²⁰⁷. Quatro anos após a realização da conferência, oito cidades brasileiras já haviam iniciado a implantação de pressupostos da Agenda 21 Local, por vezes denominada de processo DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) (BORN, 2004): São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Porto Alegre, Vitória e Santos (RABELO, 2003). Já em 2002, segundo informações as iniciativas de Agendas 21 Locais totalizavam 225 experiências entre as municipais, estaduais e regionais. Entretanto, recentemente, foi realizada uma atualização desses números pela Coordenação da Agenda 21, que deflagrou, até então, 544 iniciativas, o que significa mais do que o dobro do número catalogado até 2002 e 68 vezes mais que no ano de 1996. Esse número inclui os 64 projetos aprovados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), em 2003, que estão em processo de assinatura de convênio para sua implementação (MMA, 2009)²⁰⁸. Não é possível mensurar em que medida não são muito mais apenas ações relacionadas a políticas públicas na esfera local do que a inserção de parâmetros genéricos da Agenda 21.

²⁰⁶ Ver: <http://www.agenda21local.com.br/nap3h.htm>.

²⁰⁷ Cf.: <http://www.agenda21local.info/>. Acesso em: 10 de outubro de 2011.

²⁰⁸ As informações aqui relacionadas, bem como o catálogo de Agendas 21 locais, encontram-se listadas no Apoio do FNMA às Agendas 21 Locais (Página eletrônica do **Ministério do Meio Ambiente** — MMA / Brasil. Disponível em http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&id_Estrutura=18&idConteudo=1082. Acesso em: 18 de setembro de 2011). Vale ressaltar que estas experiências de Agenda 21 se referem às cadastradas no Ministério do Meio Ambiente e contempladas com editais de investimentos. Há evidentemente experiências de Agenda 21 em processo de implementação e outras ainda não contabilizadas, implementadas em bairros, bacias hidrográficas ou regiões administrativas, o que multiplicaria este número de experiências.

Especificamente no estado do Rio de Janeiro, praticamente todos os municípios possuem Fóruns de Agenda 21 (ainda que embrionários), além da Agenda 21 Estadual e de propostas regionais, como a Agenda 21 do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em processo de implementação no eixo Itaboraí – São Gonçalo), que reúne os municípios de Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis²⁰⁹. Interessante notar que junto ao desenvolvimento pautado na insustentável “*sociedade do petróleo*” emerge um conjunto de ações pontuais que não alteram o modo de se apropriar da natureza. Em ocasião anterior (OLIVEIRA, 2006) pudemos investigar o caso da construção da Agenda 21 Local da cidade de Volta Redonda, que aglutinou a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), a Prefeitura Municipal e a sociedade civil, envolvendo o sindicato de metalúrgicos, associações de moradores, universidades e participantes diversos, e constatamos que mais do que alterar o modo de produzir tratava-se de um *simulacro* de mudanças.

Da mesma maneira, por exemplo, a politização da degradação ambiental do município de Cubatão, no litoral do estado de São Paulo, se tornou uma experiência emblemática no país (FERREIRA, 1996). A Rio-92 outorgou o Selo Verde a Cubatão, e escolheu a cidade como símbolo da ecologia e exemplo mundial de recuperação ambiental. Após esta certificação, em menos de 10 anos, os índices das fontes poluidoras foram reduzidos em 93%, e a expectativa é que o controle chegue a 100% até o ano 2008. Atualmente, são controladas também as fontes poluidoras secundárias, assim como um plano de reflorestamento das encostas foi desenvolvido, junto com a despoluição dos mananciais. Está em curso um processo de reflorestamento das áreas afetadas pela erosão causada pela chuva ácida na Serra do Mar, assim como “*os peixes voltaram a viver no rio Cubatão e até o guará-vermelho, uma ave ameaçada de extinção, voltou a habitar os manguezais e a procriar*”²¹⁰.

É notável que Volta Redonda e Cubatão, ambas as cidades símbolos do desenvolvimentismo, da industrialização e do progresso, transformadas em áreas de segurança nacional durante o período da ditadura militar brasileira, também sejam exemplos do modelo de recuperação ambiental, na correção de mecanismos industriais altamente poluidores. A ideologia

²⁰⁹ Cf.: <http://www.agenda21comperj.com.br>.

²¹⁰ Revista Cidades do Brasil. Disponível em: <http://www.cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=19&newcod=674>. Acesso em: 24 de junho de 2011.

se constrói em bases materiais; não se trata de invento ou ilusão, mas uma visão de classe apoiada naquilo que a mesma entende como progressista. De maneira alguma é possível se surpreender com o fato de que cidades nascidas para representar modernidade e desenvolvimento, implicando em um concreto progresso das forças produtivas, tenham conhecido tão profundamente os anátemas da crise dita ambiental. Segundo Herman van der Wüsten (1997, p. 404), *“os geógrafos políticos deveriam avaliar os processos pelos quais são elaborados os diversos programas de desenvolvimento sustentável para várias unidades territoriais definidas como Estados”*, e especificamente, as diferentes maneiras pelas quais são mobilizados os recursos para tais programas. Também deveriam, segundo o autor, *“preocupar-se com os padrões de distribuição dos custos e benefícios derivados da implementação de tais programas e se são espacialmente diferenciados ou não”*. Decerto, existe uma necessidade premente de estudos que analisem se de fato houve alteração substancial na produção do espaço utilizando como referência o desenvolvimento sustentável em escala local e regional, e deve constar na pauta de pesquisas da geografia contemporânea a análise das experiências de construção de Agendas 21 em múltiplas escalas.

Assim, o processo de construção da Agenda 21 brasileira teve início em 1996 e foi concluído em 2002, contando com a contribuição de quase 40.000 pessoas (SILVA, 2011). Sua implementação coincidiu com o início da Presidência de Luís Inácio Lula da Silva (BORN, 2004), que assinou decreto presidencial, no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais do Conselho de Governo, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), que juntamente com a Agenda 21 Brasileira, deve acompanhar a implantação do Desenvolvimento Sustentável em escala nacional. Ainda que Maria Beatriz Oliveira da Silva (2011) acredite que o Governo Lula não se pautou pelo princípio jurídico-ambiental do desenvolvimento sustentável, não há dúvidas que o mesmo faz parte do receituário político de sua administração. Desde candidato, Lula já apresentava em seu programa a necessidade de promover *“o assentamento de alicerces de um Brasil sustentável, mais justo e ambientalmente equilibrado”* (apud SILVA, 2011, p. 151). Marina Silva, indicada como Ministra do Meio Ambiente, ao tomar posse, apresentou como diretriz *“Número 1”* de sua gestão frente ao ministério a construção do desenvolvimento sustentável. Isto mostra que o modelo de desenvolvimento sustentável, com sua definição vaga e imprecisa, possui maleabilidade econômica, sendo adaptável com modelos de livre-mercado ou de maior planejamento / intervenção governamental.

Segundo os *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* (2010), do IBGE: [1] o Brasil está entre os dez maiores emissores de gases de efeito estufa para a atmosfera, devido, principalmente, à destruição da vegetação natural, com destaque para o desmatamento da Amazônia e as queimadas no Cerrado; [2] a área desflorestada se aproxima dos 20 % da área da floresta original da Amazônia; [3] a falta de saneamento básico continua um problema socioambiental gravíssimo, ocasionando também índices alarmantes de contaminação de rios por efluentes domésticos e industriais; e [4] o número de espécies brasileiras ameaçadas de extinção vem crescendo, o que demonstra a destruição de áreas naturais. Tudo isto coloca em xeque a idéia de Agendas 21 Locais como possibilidade de se atingir um modelo sustentável de desenvolvimento.

Segundo a mesma obra, em compensação, no Brasil; [1] o sistema de criação de Unidades de Conservação, seja em âmbito federal (SNUC), estadual e municipal (há sobreposições) tem sido expandido em um grande esforço de criação de áreas protegidas; [2] está ocorrendo, principalmente nos últimos anos, o aumento dos municípios com coleta de lixo domiciliar, esgotamento sanitário, com acesso a sistema de abastecimento de água, e também ocorreu a diminuição dos índices de infecção por doenças relacionadas ao saneamento ambiental (hepatite, dengue, febre amarela, malária etc.), principalmente pelos ganhos sociais das últimas administrações nacionais, mas ainda permanecem graves diferenças regionais — em processo de diminuição — com um abismo entre os números da Região Nordeste e Sudeste; [3] ocorreu uma melhoria nos índices de educação e moradia, além aceleração no consumo *per capita* de energia, acesso aos serviços de telefonia (móvel e fixa) e acesso à internet, ainda que com aumento do grau de endividamento do cidadão comum; e ainda [4] está acontecendo um avanço na demarcação e regularização de terras indígenas em território nacional. Acreditamos que estas informações que constam na obra *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* (2010) não indicam a implantação de pressupostos da Agenda 21, mas uma mudança da macro-política governamental do Brasil. Por fim, podemos acrescentar que o fato do Brasil ser considerado um pioneiro no campo dos biocombustíveis (CAVALCANTI, 1997) não implica em uma ação socioambiental, já que as produções de cana-de-açúcar estão consolidadas através manutenção do latifúndio. Os retrocessos e avanços aqui relacionados pertencem à “dualidade do desenvolvimento”, onde o atraso e a pobreza, conforme nos ensina Francisco de Oliveira (2003), são reflexos do próprio processo de desenvolvimento e modernização.

Assim, a Conferência do Rio de Janeiro se tornou uma referência no processo de gestão ambiental, e a Agenda 21 se consolidou como o documento primaz. Os investimentos identificados como necessários para a implantação da Agenda 21, estimados pelo Secretariado da Conferência em cerca US\$ 600 bilhões anuais entre 1993 e 2000, não se materializaram (ELLIOTT, 2006). Ainda que Henrique Rattner (2002) aponte que os esforços despendidos entre 1992 e 2002, quando ocorreu a Cúpula de Joanesburgo, para a efetivação de avanços reais no cumprimento das metas da Agenda 21 não tenham sido animadoras, a mesma se consolidou globalmente como modelo para a construção do desenvolvimento sustentável de forma multiescalar, reafirmando sua condição de ideologia.

Segundo José Augusto Lindgren Alves (2001, p. 67), “a Rio-92 estabeleceu o modelo para as demais conferências sobre temas globais no formato, nos documentos finais e na forma de abordagem dos assuntos”. No formato, por envolver a sociedade civil em eventos paralelos; nos documentos finais, por adotar texto declaratório curto e de fácil leitura; e na forma de abordagem, por integrar temáticas, configurando uma espécie de sistema, em que as decisões de cada conferência afetariam as demais²¹¹. A Rio-92 se tornou tão importante que suas congêneres quinquenais receberam epítetos de “Rio + 5” (realizada entre 13 e 19 de março de 1997, também na cidade do Rio de Janeiro)²¹², “Rio + 10” (*Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*) que ocorreu entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, em Johannesburgo, África do Sul) e “Rio + 20”²¹³, a ser realizada em 2012, novamente na cidade do Rio de Janeiro (Ver: **Anexo 6** – “Venha Reinventar o Mundo na Rio +20!”, *ao final da tese*). O desenvolvimento sustentável, segundo Gustavo Lins Ribeiro, se tornou o núcleo duro da reforma utopista ambiental (RIBEIRO, 1992), o que gerou a proliferação de termos multiplicadores da concepção de desenvolvimento sustentável, como crescimento sustentável, cidades sustentáveis e culturas sustentáveis (BAKER, 2006).

²¹¹ Entre as conferências influenciadas pela Rio-92, segundo Alves (2001), podemos destacar: a Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, em 1993; a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, em 1994; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague, no ano de 1995; a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, também em 1995; e a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, ou Habitat-II, em Istambul, no ano de 1996. Elas formam o chamado Ciclo Social de Conferências da ONU (MARTINS, 2002).

²¹² Rio+5, promovida pelo Conselho da Terra, foi a 5.ª Reunião Internacional da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Sessão Especial da Assembleia da ONU, em abril e junho de 1997 (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007)

²¹³ Também ocorreu uma “Rio + 15”: tratou-se de uma reunião de pequeno porte e sem a chancela da ONU, realizada nos dias 19 e 20 de setembro de 2007, no Copacabana Palace – Rio de Janeiro, reunindo 100 representantes dos setores empresarial, político, acadêmico e de outras organizações.

Mas, finalmente, se sugere como o corolário da crise ecológica o aumento da desigualdade ambiental e, conseqüentemente, o aumento do conflito ambiental (SABBATELLA, 2010). A crise “*é uma combinação de risco e de oportunidade*”, nos ensina Arlete Moysés Rodrigues (1993a, pp. 06-07), que ainda faz uma alerta: “*a produção material da vida tem como paradoxo a destruição de algumas das pré-condições para esta mesma produção*” (RODRIGUES, 1993a, p. 06)²¹⁴, pois “*o ciclo de vida de uma mercadoria é muito maior para a ecologia que para a economia*” (PENNA, 2002, p. 102). A crise ambiental, acima de tudo, se tornou uma oportunidade de obtenção de maiores lucros com a problemática ambiental contemporânea, ainda que David Harvey (2006a, p. 281) alerte para que “*atitudes presunçosas de domínios prometéicos contrastam com as de humildade diante das titânicas e prodigiosas forças da natureza*”. Se os problemas ambientais atuais apresentam riscos para a sobrevivência da humanidade, não é o modelo de desenvolvimento sustentável que irá evitar isso. De fato, houve um movimento quase imperceptível que agravou ainda mais este problema: a centralidade das ações do desenvolvimento sustentável migrou das necessidades humanas para a questão dos direitos (REDCLIFT, 2003), entendido aqui na perspectiva cidadão enquanto consumidor (CANCLINI, 1996) em um mercado das necessidades humanas básicas.

Entretanto, afinal, qual o modelo de sociedade alternativa à proposta do desenvolvimento sustentável? Qual o modelo de desenvolvimento poderá incluir inclusive as camadas de trabalhadores de baixos salários? Tentando responder a estas indagações, Denis Goulet (1997, p. 78) indica um *desenvolvimento autêntico*, “*como aquele em que uma sociedade fornece um nível ótimo de sustentação de vida, de estima e liberdade para todos os membros*”; Richard Norgaard (1997) fala em “*escolhas morais*” no que tange os direitos das gerações presentes *versus* os das futuras; David Barkin (1999) alude a um “*desenvolvimento popular sustentável*”; Roque Juan Carrasco e Hena Andrés Calderón (2008) argumentam em prol de um “*desenvolvimento socialmente necessário e suficiente*” (DSNS); por fim, talvez seja necessário caminhar do “*desenvolvimento sustentável*” à “*sociedade sustentável*” (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007), algo próximo ao utopismo do Fórum Global.

Em verdade, primeiramente é importante compreender que “*a natureza é uma parte da história, um objeto da história*”, e conseqüentemente, a “*libertação da natureza*” não pode

²¹⁴ Hans Christoph Binswanger (1997, p. 51) afirma que “*os bens naturais que se tornaram extremamente raros por conta da poluição e depleção deveriam apresentar um preço bastante elevado no mercado, sinalizando sua escassez*”.

significar “o retorno a um estágio pré-tecnológico, mas um avanço no uso das realizações da civilização tecnológica para libertar o homem e a natureza do abuso destrutivo da ciência e tecnologia a serviço da exploração” (MARCUSE, 1973, p. 64). Há uma complexidade profunda no enfrentamento entre a velocidade e magnitude das transformações atuais, contra os tempos lentos de resposta dos sistemas naturais (GUIMARÃES, 2003), o que cria um profundo descompasso técnico entre o “tempo da natureza” e os “tempo do homem”. Neste item, há uma importante contribuição da ciência geográfica: “a problemática ambiental contemporânea permite uma redescoberta do espaço” (RODRIGUES, 1994), na construção de alternativas ao modelo dominante através do entendimento da produção e reprodução do espaço geográfico.

Para realizar tal empreendimento, é necessário aperfeiçoar a crítica aos pressupostos do desenvolvimento sustentável, e pensar na melhoria da articulação das questões que envolvem a utilização da natureza, o papel dos trabalhadores e das comunidades tradicionais. Criar novos “espaços de esperança” — espaços onde construir a utopia seja a tônica de transformação — em lugar das simples discussões diplomáticas onde predominam intransigências e subserviência aos motores da geração de lucro internacional.

É também uma exigência pensar os mecanismos de financiamento ambiental para além das estruturas do “Banco Mundial” e suas instâncias organizativas, de maneira que os meios de implantação devam perpassar pela construção de verdadeiras redes de solidariedade social. Assim, há que se percorrer o caminho inverso das corporações multinacionais, e também das ONGs multinacionais, com feições empresariais e proposições midiáticas que por vezes atrapalham o debate na escala do lugar. Assim, é necessário que o “não-governamental” se transforme em uma alternativa ao Estado-Nação, e não em uma forma neoliberal adequada a perfazer os mesmos ditames do mercado em prol de suas intenções.

Por fim, é fundamental que a geração futura seja fruto de uma geração que soube construir melhor o seu *presente*. Há no termo necessidade uma delicadeza que não possui sinônimo: captar esta delicadeza é o grande desafio de analisar criticamente a complexidade do mundo atual. Enquanto ainda existir em qualquer continente, país, região ou cidade alguém que não tenha condições de satisfazer suas necessidades mais emergenciais — alimentação, moradia, vestuário, educação, saúde — é porque ainda existe uma dívida com a geração presente a ser devidamente quitada. Este é, sem dúvida, o nosso mais importante e inexorável desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Miriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa:** o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2006.

ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento Sustentável: A Luta por um Conceito. **Proposta:** Experiências em Educação Popular. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, FASE, N.º 56, Ano XVII, p. 5-8, Março/1993.

———. Sustentabilidade, Espaço e Tempo. In: HERCULANO, Selene C. **Meio Ambiente:** Questões Conceituais I. Niterói, RJ: PGCA – Riocor, 2000.

———. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). **O Desafio da Sustentabilidade:** Um Debate Socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

———; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves (Orgs.). **Cidade, ambiente e política:** problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

AGENDA 21. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **A Agenda 21.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

AGENDA 21 BRASILEIRA: Bases para Discussão. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Brasília: MMA / PNUD, 2000.

AHMAD, Aijaz. Imperialismo do nosso tempo. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). **O Novo Desafio Imperial.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2006.

ALBO, Gregory. A velha e a nova economia do imperialismo. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). **O Novo Desafio Imperial.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2006.

ALIMONDA, Héctor. Introducción: política, utopía, naturaleza. In: ALIMONDA, Héctor (Compilador.). **Ecología Política.** Naturaleza, Sociedad e Utopía. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2003.

ALMEIDA, Jalcione. A Problemática do Desenvolvimento Sustentável. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e / ou Possibilidade?** 4. ed. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002.

ALMINO, João. A filosofia política do ecologismo. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. (Orgs.). **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável.** Belém, PA: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

ALPHANDÉRY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT, Yves. **O Equívoco Ecológico: Riscos Políticos.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

ALTHUSSER, Louis. **A Favor de Marx (Pour Marx).** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ALTVATER, Elmar. Restructuring the space of democracy. The effects of capitalist globalization and the ecological crisis on the form and substance of democracy. **Ambiente e Sociedade.** Campinas, SP, Ano II, n.º 03 e 04, NEPAM / UNICAMP, 1.º Semestre de 1999.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais: A Década das Conferências.** Brasília, DF: IBRI — Instituto Brasileiro de Relações Internacionais / FUNAG — Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

AMIN, Samir. **O Desenvolvimento Desigual: Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. Considerações sobre a cobertura da imprensa paulista da Rio-92 e do Fórum Global: Oficialismo e Naturalismo. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Meio Ambiente — Ecos da Eco.** Textos Didáticos. Campinas, SP, N.º. 8, IFCH / UNICAMP, Março de 1993.

———. Cultura do Espetáculo e a Estetização do Ambiente. **Ambiente e Sociedade.** Campinas, SP, Ano II, N.º 03 e 04, NEPAM / UNICAMP, 1.º Semestre de 1999.

ANDREUCCI, Franco. A Questão Colonial e o Imperialismo. In: HOBSBAWM, Eric. (Org.) **História do Marxismo IV: O Marxismo na época da Segunda Internacional (Terceira Parte).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **A Vitória da Razão (?): O Idort e a Sociedade Paulista.** São Paulo: Marco Zero, 1993.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é Sindicalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

- . **Os Sentidos do Trabalho:** Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- . Anotações sobre o Capitalismo Recente e a Reestruturação Produtiva do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes. **O Averso do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- AQUINO, Roque Juan Carrasco; CALDERÓN, Hena Andrés. ¿Existen... perspectivas para la sustentabilidad? In: **3º Congreso Internacional por el Desarrollo Sostenible y el Medio Ambiente,** Manizales, Colômbia, Agosto 27-29 de 2008. Disponível em: <http://132.248.9.1:8991/hevila/MundosingloXXI/2008-09/no18/6.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2011.
- ARAÚJO, Alcione. O Roubo do Tempo. In: SADER, Emir (Org.). **Sete Pecados do Capital.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ARNAUT, Jacques. **O “socialismo” sueco.** Lisboa: Editorial Estampa, 1976.
- AVENA, Armando. Hayek e o Caminho da Servidão. In: AVENA, Armando. **A Última Tentação de Marx.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- BABINI, José. **Las Revoluciones Industriales.** Buenos Aires: Centro Editor da América Latina, 1972.
- BAKER, Susan. **Sustainable Development.** London, New York: Routledge — Taylor e Francis Group, 2006.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O Desenvolvimento Sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. (Orgs.). **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável.** Belém, PA: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente:** As Estratégias de Mudanças da Agenda 21. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- BARKIN, David. “Las Organizaciones No Gubernamentales Ambientistas en México”. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental:** México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- . Superando el paradigma neoliberal: desarrollo popular sustentable. In: GIARRACA, Norma. **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de

Ciencias Sociales — CLACSO, Marzo de 2002 (también en: **Cuadernos de Desarrollo Rural**. Bogotá, n.º 43, Facultad de Estudios Ambientales y Rurales Pontificia Universidad Javeriana, 2.º Sem, 1999.

———. El desarrollo autônomo: um camino a la sustentabilidad. In: ALIMONDA, Héctor (Comp.). **Ecología Política**. Naturaleza, Sociedad e Utopía. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2003.

BARRÈRE, Martine. A Terra pode soçobrar (Apresentação). In: BARRÈRE, Martine. (Coord.). **Terra, Patrimônio Comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, 1992.

———. Fórum Global: O Norte, o Sul e a Opinião Pública. In: CORDELLIER, Serge; LAPAUTRE, Catherine. (Orgs.). **O Mundo Hoje / 1993: Anuário Econômico e Geopolítico Mundial**. São Paulo: Ensaio, 1993.

BARROS, Flávia Lessa de. Ambientalismo, globalização e novos atores sociais. **Sociedade e Estado: Globalização e Fragmentação**. Brasília, Volume XI, Número 1, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Janeiro / Junho de 1996.

BARTHOLOMEW, Amy; BREAKSPEAR, Jeniffer. Os direitos humanos como espadas do império. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). **O Novo Desafio Imperial**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo, 1994. Disponível em: <http://tarcisiodezena.sites.uol.com.br/apostila/conswash.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

BAYLISS-SMITH, Tim; OWENS, Sandra. O Desafio Ambiental. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. Sao Paulo: Editora 34, 2010.

BECKER, Bertha Koinffman. Questões sobre tecnologia e gestão de território. In: **Tecnologia e gestão de território**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1988.

———. Eco-92: Primeira avaliação da conferência [Debate]. **Política Externa**. São Paulo, Vol. 1, N.º 2, Paz e Terra, Setembro / Outubro / Novembro, 1992.

- . O uso político do território — Questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: BECKER, Bertha (Org.). **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFRJ, 1993a.
- . Significado Geopolítico da Amazônia: Elementos para uma Estratégia. In: TAVARES, Maria da Conceição [et. al.]. **O Estado que Nós Queremos**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1993b.
- . A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- . **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BECKER, Dinizar Fermiano. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e / ou Possibilidade?** 4ª. Edição. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002.
- BECKER, James F. **Economia Política Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- BEGOSSI, Alpina. Escalas, economia ecológica e a conservação da biodiversidade. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial: Uma Tentativa de Previsão Social**. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.
- BENKO, Georges. Desenvolvimento Sustentável e Distritos Industriais. **RA'E GA: O Espaço Geográfico em Análise**. Curitiba, PR: Departamento de Geografia / UFPR, v. 1, n.º 1, 1997.
- BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Batista; GUERRA, Antônio Teixeira (Orgs.). **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BIATO, Francisco Almeida; GUIMARÃES, Eduardo Augusto de Almeida; FIGUEIREDO, Maria Helena Poppe de. **A transferência de tecnologia no Brasil**. Brasília: IPEA / IPLAN, 1973.
- BINSZTOK, Jacob. Principais Vertentes (Escolas) da (Des) Ordem Ambiental. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PP GEO. **Território Territórios**. Niterói / RJ, UFF/AGB, 2002.

BINSWANGER, Hans Christoph. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

BIRNBAUM, Norman. **A Crise da Sociedade Industrial**. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

BLAUG, Mark. **Introdução à Economia da Educação**. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

BNDES. **Efeito estufa e a convenção sobre mudança do clima**, 1999. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecime nto/especial/clima.pdf . Acesso em: 10 de outubro de 2011.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **As Metamorfoses do Trabalho e da Cooperação Produtiva: A Economia Popular e Solidária na Perspectiva da Nova Centralidade do Trabalho**. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

BOEHMER-CHRISTIANSEN, Sonja. Globalização e valor de vidas humanas: implicações políticas para os países em desenvolvimento (a polêmica do IPCC). **Ambiente e Sociedade**. Campinas, SP, ano II, n.º 03 e 04, NEPAM / UNICAMP, 1.º Semestre de 1999

BOFF, Leonardo. O Ecocídio e o Biocídio. In: SADER, Emir (Org.). **Sete Pecados do Capital**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

———. Um ethos para salvar a Terra. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. (Orgs.). **Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós-Rio-92**. 2. ed. [Revisada]. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BOITO Jr., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BORN, Rubens Harry. Agenda 21 Brasileira: Instrumento e desafios para a sustentabilidade. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. (Orgs.). **Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós-Rio-92**. 2. ed. [Revisada]. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BORREGO, Carlos. “Entrevista”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

BOTTOMORE, T. B. **Crítica de la Sociedad**. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1970.

BOUTAUD, Aurélien. Développement Durable: Quelques vérités embarrassantes. **Economie & Humanisme**. Lyon, n.º 363, pp. 4-6, Décembre / 2002. Disponível em: <http://www.revue->

economie-et-humanisme.eu/bdf/docs/r363_4_devdurable_boutaud.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2010.

BRAGA, Ruy. Sociedade Pós-Fordista e Trabalho Cognitivo: grande transformação ou fetichismo tecnológico?. In: GALVÃO, Andréa [et. al.] (Orgs.). **Marxismo e Socialismo no Século XXI**. Campinas, SP: UNICAMP / IFCH: Xamã, 2005.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura Familiar, ONGs e Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRAUN, Ricardo. **Novos Paradigmas Ambientais: Desenvolvimento ao ponto sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

BRITO, Daniel Chaves de; RIBEIRO, Tânia Guimarães. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. **Ambiente & Sociedade**. [on-line]. Campinas, 2003, vol.6, nº.1, p.147-164. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 de maio de 2005.

BRÜGGUER, Paula. **Educação ou Adestramento Ambiental?** Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – 1988. **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BRÜSEKE, Franz Josef. Desestruturação e Desenvolvimento. In: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo. (Orgs.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

———. Pressão modernizante, Estado territorial e sustentabilidade. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

BUARQUE, Cristovam. **A Revolução na Esquerda e a Invenção do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BUENO, Ricardo. **Pró-Álcool: Rumo ao Desastre**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.º 15, p.33-44, Editora UFPR, jan./jun. 2007.

BUKHARIN, Nicolai. **O Imperialismo e a Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert, 1969.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Papirus, 2005.

CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. Os desafios da sustentabilidade no período pós-Rio-92. Uma avaliação da situação brasileira. In: CAMARGO, Aspásia; CAPOBIANCO, João Paulo R.; OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. (Orgs.). **Meio Ambiente Brasil: Avanços e Obstáculos pós-Rio-92**. 2. ed. [Revisada]. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

CANDOTTI, Ennio. Reflexões e retrações de uma Eco. **Estudos Avançados [on-line]**. São Paulo, v. 6, nº. 15, Agosto de 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200009&lng=em&nrm=isso. Acesso em: 11 de setembro de 2011.

CAPOBIANCO, João Paulo. O que podemos esperar da Rio-92? **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, ano 6, nº 1-2, pp. 13-17, janeiro / junho de 1992.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. 22. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARVALHO, David Ferreira. Desenvolvimento Sustentável e seus limites teórico-metodológicos. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. (Orgs.). **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém, PA: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

CARVALHO, Ruy de Quadros. **Tecnologia e Trabalho Industrial**. Porto Alegre, RS: L&PM, 1987.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de; MAURO, Cláudio Antônio de; COSTA, José Luiz Riani. A Questão Ambiental demandando uma Nova Ordem Mundial. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica (Orgs.).

O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. São Paulo: HUCITEC, 1993.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Criação Histórica:** O Projeto da Autonomia. Porto Alegre, RS: Editora Palmarinca, 1991.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos.** São Paulo: Papirus, 1998.

CHAUI, Marilena. Ideologia e Educação. In: **Educação e Sociedade – 5.** São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados/CEDES, 1980, pp. 24-40.

———. História a Contrapelo (Prefácio). In: De DECCA, Edgar Salvadori. **1930 – O Silêncio dos Vencidos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

———. **Cultura e Democracia:** O Discurso Competente e Outras Falas. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1982a.

———. **O que é Ideologia.** 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982b.

———. “Introdução”. In: LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça.** 2. ed. São Paulo: Editora HUCITEC / Editora UNESP, 2000.

———. **Brasil:** Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

———. **Simulacro e Poder:** Uma Análise da Mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, Centro de Estudos Marxistas, n. 16, 2003, Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario16.html>. Acesso em: 27 de novembro de 2009.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-Mundo:** Brave modern world. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.

CIMA (Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Imprensa / Presidência da República, 1991.

CLAVAL, Paul. **La Nueva Geografía**. Barcelona: Oikos-Tau S.A. Ediciones, 1979.

———. A geopolítica e o desafio do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

———. **A Geografia Cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CLEVELAND, Cutlher J.; RUTH, Mathias. Capital humano, capital natural e limites biofísicos no processo econômico. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CODO, Wanderley. **O que é Alienação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COELHO, Pedro Motta Pinto. O tratamento multilateral do meio ambiente: Ensaio de um novo espaço ideológico. In: FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Orgs.). **Temas de Política Externa Brasileira II – Volume 1**. São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais / Paz e Terra, 1994.

COMISIÓN DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Nuestra Propria Agenda sobre Desarrollo y Medio Ambiente**. México: Banco Interamericano de Desarrollo; Fondo de Cultura Económica; Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, 1990.

CORDANI, Umberto Giuseppe. Ecos da Eco 92 na reunião da SBPC. **Estudos Avançados** [online]. São Paulo, 1992, vol. 6, n. 15, pp. 97-102. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 30 de maio de 2011.

———; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Enéas. Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável após a Rio-92. In: CORDANI, Umberto Giuseppe; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Enéas (Orgs.). **Rio 92 cinco anos depois: Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável após a Rio-92** [Participação Brasileira na Rio + 5]. São Paulo: Academia Brasileira de Ciências / CNPq – Conselho Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável / Instituto de Estudos Avançados – USP / Editora Alphagraphics, 1997.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão — FUNAG, 2007.

CORSI, Francisco. Caio Prado Jr. e a Questão do Desenvolvimento. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. (Orgs.). **Corações Vermelhos: Os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

COSTA, Edgar Aparecido da. O Discurso do Desenvolvimento Sustentável a serviço do Capitalismo Mundial. ENG — Encontro Nacional de Geógrafos, XIII, 2002, **Anais**. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2002. 1 CD-ROM.

COTRIM, João Paulo. Abertura. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993a.

———. Um Diário dos Ecos. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993b.

Da MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Rocco Editora, 1979.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: A expansão biológica da Europa: 900-1900**. 2.^a reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. (Org.). **Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento**. Cadernos IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – UNICAMP, n.º 30. São Paulo: Unicamp/Cedec/Fapesp, 2004.

DALY, Herman E. Políticas para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

DAMIANI, Amélia Luisa [et.al.] (Coord.) **O Futuro do Trabalho: Elementos para a Discussão das Taxas de Mais-Valia e de Lucro**. São Paulo: AGB / SP, Labor / Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH / USP, 2006.

DEANE, Phyllis. **A Evolução das Idéias Econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

De DECCA, Edgar Salvadori. **1930 – O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

———. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- De MASI, Domenico. **O Futuro do Trabalho: Fadiga e ócio na Sociedade Pós-Industrial**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Editora da UNB, 1999.
- . **O Ócio Criativo** (Entrevista a Maria Serena Palieri). Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DELFAUD, Pierre. **Keynes e o Keynesianismo**. Mira Cintra (Portugal): Publicações Europa América, 1977.
- DIAS, Célia. As antinômias discursivas de la economia política. In: ALIMONDA, Héctor (Comp.). **Ecología Política**. Naturaleza, Sociedad e Utopía. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2003.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital: Reestruturação Produtiva e Passivização** (Textos Didáticos – N.º: 29). 2. ed. Campinas: IFCH / UNICAMP, Setembro de 1999.
- DIEGUES, Antonio C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- DOMINGOS, Delgado. “Entrevista”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.
- DORIA, Francisco Antonio. **Marcuse: Vida e Obra**. 2. ed. Rio de Janeiro (Guanabara): Paz e Terra / José Álvaro Editor, 1974.
- DROUIN, Jean-Claude. **Os Grandes Economistas**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- DUARTE, Rodrigo Antônio de Paiva. **Marx e a natureza em O Capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- DUMENIL, Gerard; LÉVY, Dominique. O Imperialismo na Era Neoliberal. In: GALVÃO, Andréa [et. al.] (Orgs.). **Marxismo e Socialismo no Século XXI**. Campinas, SP: UNICAMP / IFCH; Editora Xamã, 2005.
- ECHEVERRIA, Thaís Martins. As relações homem-natureza e o dilema ecológico. **Temáticas**, Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais do IFCH / UNICAMP. Campinas, Ano 4, N.º 7, Jan / Jun. 1996, pp. 9-29.
- EIR (EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW). **A Máfia Verde: O Ambientalismo a serviço do Governo Mundial**. 3. ed. Rio de Janeiro: EIR, 2001.
- ELLIOTT, Jennifer A. **An Introduction to Sustainable Development**. 3. ed. London, New York: Routledge — Taylor & Francis Goup, 2006.
- ELLUL, Jacques. **A Técnica e o Desafio do Século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

- ENGELS, Friedrich. **Sobre “O Capital” de Marx**. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- . **Dialéctica da Natureza**. Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- . **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Editora Escala, s/d.
- ERIKSSON, Karl-Erik. Ciência para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- ESCOBAR, Carlos Henrique. **Epistemologia das Ciências Hoje**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- EVASO, Alexander Sergio; BITTENCOURT Jr., Clayton; VITIELLO, Márcio Abondanza; NOGUEIRA, Sílvia Maria; RIBEIRO, Wagner Costa. Desenvolvimento Sustentável: Mito ou Realidade? **Revista Terra Livre**. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 91-101, 1992.
- FEARNSIDE, Philip. Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil: Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira**. 3. ed. São Paulo / Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- FERNANDES, José de Almeida. “Entrevista”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.
- FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento Sustentável: Antinomias de um conceito. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Orgs.). **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém, PA: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.
- FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.º 18, p. 87-94, Editora UFPR, jul./dez. 2008.
- FERREIRA, Leila da Costa. O Ambientalismo após a Eco-92. **Ideias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Campinas, ano 2, n.º 1, Janeiro / Junho de 1995.
- . Os ambientalistas brasileiros, os direitos sociais e a natureza. **Temáticas**, Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais do IFCH / UNICAMP. Campinas, SP, Ano 4, N.º 7, Jan / Jun. 1996, pp. 31-68.

———. **A Questão Ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FIGUEIREDO, Luiz Alberto de. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: da Rio 92 até Curitiba.** In: **O Brasil e a ONU (Organização das Nações Unidas).** Brasília, DF: FUNAG — Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária: Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2005.

FLAVIN, Christopher. **Desenvolvimento Sustentável: Uma Visão Econológica.** **Conjuntura Econômica,** Rio de Janeiro, v. 54, n.º 10, p. 44-48, Fundação Getúlio Vargas, Outubro – 2000.

FLORENCE, P. Sargent. **Economía y Sociología de la Industria: Un Análisis Realista del Desarrollo.** Barcelona: Oikos-Tau, 1966.

FLORENCIO, Sérgio Abreu e Lima. **Brasil e o desafio do desenvolvimento das Nações Unidas.** In: **O Brasil e a ONU (Organização das Nações Unidas).** Brasília, DF: FUNAG — Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado – A Grande Imprensa e a Formação da Agenda Ultraliberal no Brasil.** São Paulo: Editora HUCITEC, 2005.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização.** São Paulo: Annablume, 2006.

FONTES, Virginia. **Interrogações sobre o Capitalismo na Atualidade: Trabalho e Capital, Economia e Política.** In: GALVÃO, Andréia. (et. al.) (Org.) **Marxismo e Socialismo no Século XXI.** Campinas, SP: UNICAMP/IFCH: Xamã, 2005.

FORTES, Márcio (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: Portas Abertas para a América Latina.** Rio de Janeiro: Texto e Arte Consultoria Editorial, 1992.

FÓRUM DAS ONGs BRASILEIRAS. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: Uma Visão das ONGs.** Rio de Janeiro: FASE, 1992.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

————— ; CLARK, Brett. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). **O Novo Desafio Imperial**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1975.

FRANCA, Gilberto Cunha. **O Trabalho no Espaço da Fábrica: Um Estudo da *General Motors* em São José dos Campos (SP)**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **A construção da favela carioca como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), 2006. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=a_const_favel_carioca_como_destino_turistico.pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2011.

—————. A favela que se vê e que se vende: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. São Paulo, Vol. 22 nº. 65 outubro/2007a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a06v2265.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2011.

—————. Favela como atração: Visitantes estrangeiros descobrem aventura e caridade nos morros cariocas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 9/9/2007b. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/favela-como-atracaos>. Acesso em: 03 de novembro de 2011.

—————. Entre tapas e beijos: A favela turística na perspectiva de seus moradores. **Revista Sociedade e Estado**. Revista do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, Volume 25, Número 1, Janeiro / Abril 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/53020321/FREIRE-MEDEIROS-Entre-tapas-e-beijos-a-favela-turistica-na-perspectiva-de-seus-moradores>. Acesso em: 03 de novembro de 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998 [1933].

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

FURTADO, Celso. **A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

———. **Os Ares do Mundo: Dívida Externa e Monetarismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1991.

———. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

———. **Introdução ao Desenvolvimento: Enforque Histórico-Estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GABALDÓN, Arnoldo José. **Dialectica del Desarrollo Sustentable: Una perspectiva latinoamericana**. Caracas, Venezuela: Fundación Polar, 1996.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 40, n. 1, Junho de 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473291997000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 de agosto de 2010.

GENDRON, Corinne; REVÉRET, Jean-Pierre. Le développement durable. **Économie et Sociétés**. Paris, Série F, n° 37, Développement – I, 09 / 2000, pp. 111-124. Disponível em: http://www.cregim.org/pdf/dd_Gendron-Reveret_2000.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2010.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP (Universidade Estadual Paulista), 1991.

———. A Vida em uma Sociedade Pós-Tradiconal. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora UNESP (Universidade Estadual Paulista), 1997.

———; PIERSON, Christopher. **Conversas com Anthony Giddens: O Sentido da Modernidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GIMPEL, Jean. **A Revolução Industrial da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

GLECKMAN, Harris. Corporaciones Transnacionales y Desarrollo Sustentable: Reflexiones desde el interior del debate. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Médio Ambiente y Desarrollo**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Econômica, 1994.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; AMO R., Silvia del. “El manejo sustentable de los bosques”. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Econômica, 1994.

GONÇALVES, Agostinho Jardim. “Entrevista”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos**: No pós Eco-92. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

GORENDER, Jacob. O Nascimento do Materialismo Histórico (Introdução). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOULET, Denis. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

GUERRA, Luis Manuel. La Participación de las Organizaciones No Gubernamentales em la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental**: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. El discreto encanto de la Cumbre de la Tierra. Evaluación impresionista de Río-92. **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, N.º 122, Noviembre – Diciembre, 1992, pp. 86-103. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/2176_1.pdf. Acesso em: 05 de julho de 2011.

———. Da Oposição entre Desenvolvimento e Meio Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Uma Perspectiva do Sul. In: FONSECA Júnior, Gelson; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Orgs.). **Temas de Política Externa Brasileira II – Volume 1**. São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais / Paz e Terra, 1994.

———. Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

———. La sostenibilidad del desarrollo entre Río-92 y Johannesburgo 2002: éramos felices y no sabíamos. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, SP, ano IV, n.º 09, NEPAM / UNICAMP, 2.º Semestre de 2001.

———. La ética de la sustentabilidad y la formulación de políticas de desarrollo. In: ALIMONDA, Héctor (Comp.). **Ecología Política**. Naturaleza, Sociedad e Utopía. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2003.

———. Política, o elo perdido na interação ciência-políticas públicas. In: FERREIRA, Leila da Costa. (Org.). **A Questão Ambiental na América Latina: Teoria Social e Interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.

HABERMARS, Jurgens. Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: **Benjamin. Habermas. Horkheimer. Adorno. Seleção de Textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **Blocos Internacionais de Poder**. (Coleção Repensando a Geografia). 4. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

HANSEN, Gilvan Luiz. **Modernidade, Utopia e Trabalho**. Londrina: Edições CEFIL, 1999.

HARDIN, Garrett. **The Tragedy of Commons**. Science, 13 December 1968. Vol. 162, N.º 3859, pp. 1243-1248, DOI: 10.1126/science.162.3859.1243. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full>. Acesso em: 20 de junho de 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

———. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

———. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

———. O “novo” imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. **Margem Esquerda: Ensaios Marxistas**. São Paulo, n.º 5, Maio de 2005, Boitempo Editorial, 2005b.

———. **Espaços de Esperança**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006a.

———. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). **O Novo Desafio Imperial**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2006b.

———. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich August von. **O Caminho da Servidão**. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.

HENDERSON, W. O. **A Revolução Industrial: 1780-1914**. São Paulo: Verbo/EDUSP, 1979.

HERCULANO, Selene C. **Em busca da boa sociedade**. Niterói, RJ: EdUFF, 2006.

HOBBELINK, H. La Cumbre de la Tierra: ¿un éxito o un fracaso? In: FUNDACIO CIDOB (1993): **Anuario Internacional CIDOB 1992**. Cambios y Actores en la Realidad Internacional. Algunas Claves para Interpretaciones. Barcelona, Fundació CIDOB, 1992. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/AnuarioCIDOB/article/viewFile/33403/251686>. Acesso em: 25 de agosto de 2011.

HOBBSAWM, Eric J. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

———. **Era dos Extremos: O Breve Século XX: 1914 – 1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984 [1936].

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable Development: Mapping Different Approaches. **Sustainable Development**, Volume 13, Issue 1, pp. 38–52, 2005. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sd.244/pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2011.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

HURTADO, Miguel de la Madrid. La Cooperación Internacional y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

IADEROZZA, Fábio Eduardo. O Consenso de Washington e o debate sobre o sistema de patentes no Brasil da década de 1990: a privatização da biodiversidade nacional. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Problemática Ambiental Urbana: Abordagens Contemporâneas**. Textos Didáticos. Campinas, SP, n.º 63, IFCH / UNICAMP, Novembro / 2007.

IGLÉSIAS, Francisco. **A Industrialização Brasileira**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — BRASIL 2010. IBGE (Fundação Instituto Brasileira de Geografia e Estatística) / Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JIMENEZ, Susana; TERCEIRO, Emanoela. A Crise Ambiental e o Papel da Educação: Um estudo fundado na Ontologia Marxiana. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 25, n.º. 03, dez. 2009, pp. 299-325. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/15.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

JUNG, Jacques. Ordenación del Territorio. In: JUNG, Jacques. **La Ordenación del Espacio Rural: Una ilusión económica**. Madri: Instituto de Estudios de Administración Local, 1972.

JUNGSTEDT, Luiz Oliveira Castro. **Direito Ambiental (Legislação)**. Rio de Janeiro: THEX Editora, 1999.

JUSIDMAN, Clara. Pobreza y Médio Ambiente. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Econômica, 1994.

KATZ, Frederico Jayme; SICSÚ, Abraham Benzaquen. Desafios tecnológicos e impactos socioeconômicos. In: **O Futuro da Indústria: Oportunidades e Desafios — A Reflexão da Universidade**. Brasília: MDIC/CNI/IEL, 2001.

KLOETZEL, Kurt. **O que é Meio Ambiente**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

KONDER, Leandro. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

———. **Filosofia e Educação**. De Sócrates a Habermas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2006.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 3. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

———. **O Retorno de Potemkin: Capitalismo de Fachada e Conflito Distributivo na Alemanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

———. **Com todo o vapor ao colapso**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF – PAZULIN, 2004.

LACOSTE, Yves. **Os Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: DIFEL (Difusão Européia do Livro), 1975.

———. **A Geografia -- Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papyrus, 1988.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. 2. ed. São Paulo: Editora HUCITEC / Editora UNESP, 2000.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio de Janeiro, Johanesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2007.

LAREDO, Íris Mabel. Globalización — Fragmentación — Regionalización. In: LIMA, Marcos Costa. **O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

LATOUCHE, Serge. A bas le développement durable! Vive la décroissance conviviale! In: BERNARD, M. [et al.] (Coords.). **Objectif décroissance**. Paris, Parangon, 2003, pp. 19-26. Disponível em: http://www.bibliolibertaire.org/Textes/a_bas_%20le%20developpement_durable.doc. Acesso em: 30 de maio de 2011.

LAYRARGUES, Philippe P. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um Conceito? **Proposta**: Experiências em Educação Popular. Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, FASE, n.º 71, Ano XVII, Dezembro/Feveireiro/1997, pp. 5-10.

LEIS, Héctor Ricardo. Globalização e democracia após a Rio-92: A necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional. In: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo. (Orgs.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

———. Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico da negociação ambiental no Brasil. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

———. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

———. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

———. **O Marxismo**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

———. **La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable**. Ponencia-Borrador presentada a la Ila Conferencia de CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales). Guadalajara, México, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal17/dleff.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2010.

———. La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable: Economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir. **La guerra infinita – Hegemonía y terror mundial** (p. 191-216). Buenos Aires:

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2002. Disponível em: <http://www.itescham.com/Syllabus/Doctos/r418.PDF>. Acesso em: 30 de maio de 2010.

LEMOS, Haroldo M. de. O Homem e o Meio Ambiente. In: FÓRUM UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, **Anais**, p. 3-12. Rio de Janeiro: Fundação MUDES, Universidade Federal Fluminense, 1991.

LENÁ, Philippe. Novos atores sociais, desenvolvimento sustentável e Organizações Não-Governamentais. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Problema Agrário – I**. Belo Horizonte, MG: Editora História / Aldeia Global, 1978.

———. **O Imperialismo**: Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LICHTINGER, Victor. Introducción. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental**: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

LIMA Jr., Jaime Benvenuto. O Direito Humano ao Meio Ambiente. In: ORTIZ, Maria Elena Rodriguez. (Org.). **Justiça Social**: Uma Questão de Direito. Rio de Janeiro: FASE / DP&A, 2004.

LIMA, Marcos Costa. Desenvolvimento Sustentável, a Crise do Fordismo e os Países Periféricos. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Meio Ambiente — Ecos da Eco**. Textos Didáticos, n.º 8. Campinas, SP, IFCH / UNICAMP, Março de 1993.

LIMA, Rafael Gustavo de; CRUZ, Gizelli Alini da; PIMENTEL, Luiza Roberta de S. A Mídia Nacional e Internacional na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — Eco 92 ou Rio 92. In: LADWIG, Nilzo Ivo; COSTA, Rogério Santos da. (Orgs.). **Sustentabilidade e Gestão Estratégica**: debates e experiências interdisciplinares. 21. ed. Palhoça, SC: Editora Unisul, 2010.

LINO, Geraldo Luís; CARRASCO, Lorenzo; COSTA, Nilder; PALACIOS, Silvia. **Máfia Verde 2**: Ambientalismo, Novo Colonialismo. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2005.

LIPIETZ, Alain. A Ecologia Política, solução para a crise da instância política? In: ALIMONDA, Héctor (Comp.). **Ecología Política**. Naturaleza, Sociedad e Utopía. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2003.

LOPES, J. L. (1964) **Ciência e desenvolvimento (Ensaio)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro / EDUFF, 1987.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5. ed. [Revisada]. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

LUCENA, Suênia Lopes; TRAVASSOS, Silvana Karina de Melo. Análise comparativa dos Relatórios de Sustentabilidade do *Global Reporting Initiative* com ênfase nas empresas de capital aberto com atuação no Brasil. In: **Veredas FAVIP (Faculdade do Vale do Ipojuca)** — Revista Eletrônica de Ciências. Caruaru, PE, Vol. 2, Números 1 e 2, Janeiro a Dezembro de 2009. Disponível em: <http://veredas.favip.edu.br/index.php/veredas1/article/viewPDFInterstitial/108/105>. Acesso em: 10 de agosto de 2011.

LUKÁCS, Gyorgy. A Consciência de Classe. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antônio R. (Orgs.). **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à Economia Política**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, s/d.

———. **Reforma ou Revolução?** 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MACDONALD, Mary. Uma Comparação entre a Agenda 21 e os Tratados das ONGs: Temas para Discussão. In: VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. **Cidadania e Política Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MAGALHÃES, Fernanda Torres. **6 de agosto de 1945**: Um clarão no céu de Hiroshima. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

MAÑAS, Christian Marcello. **Tempo e Trabalho**: A tutela jurídica do tempo de trabalho e tempo livre. São Paulo: LTr, 2005.

MANNHEIN, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

MASINI, Eleonora Barbieri. **The Legacy of Aurelio Peccei Twenty Years after his Passing and the Continuing Relevance of his Anticipatory Vision**, Aurelio Peccei Lecture, Rome, November 23, 2004. Disponível em: http://www.clubofrome.org/archive/publications/AURELIO_PECCEI_-_MASINI_LECTURE.pdf. Acesso em: 08 de julho de 2009.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

———. **Contra-Revolução e Revolta**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARICATO, Ermínia. Meio Ambiente e Reforma Urbana. Setembro, 1994. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_meioambiente.pdf . Acesso em: 30 de outubro de 2011.

MARQUES, Hélio César Fernandes. **Desenvolvimento Sustentável: Proposta Efetiva para o Equacionamento da Crise Sócio-Ambiental ou um Novo Dispositivo de Controle Ideológico para a Questão Ambiental?**, 2000. 94 f. Dissertação (Mestrado em Conservação e Manejo de Recursos) – Centro de Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP, 2000.

MARQUES, Viriato Soromenho. 1972-1992: Vinte Anos entre o Perigo e a Esperança. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

MARTIN, Jean-Marie. **A Economia Mundial da Energia**. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

MARTIN, Ron. Teoria Econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

MARTÍNEZ, Mauricio Cornejo. **Pólo de Promoción Minero Ambiental en el Contexto de la Agenda 21: Península de Santa Elena (Ecuador)**. Rio de Janeiro: CETEM / MCT/ CNPq / CYTED / UIA, 2006.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justiça ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

———. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MARTINS, José Pedro Soares. **A Década Desperdiçada: O Brasil, a Agenda 21 e a Rio + 10**. Campinas, SP: Editora Komedi, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

———. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. (3 Livros, 6 Volumes). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a.

———. **Consequências sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Edições Populares, 1980b.

———. **Crítica ao Programa de Gotha**. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz Ltda., 1984.

- . **A Burguesia e a Contra-Revolução**. 2. ed. São Paulo: Cadernos Ensaio, 1989.
- . **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2000.
- . **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001a.
- . **Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria do Senhor Proudhon (1847)**. São Paulo: Centauro, 2001b.
- . **Salário, Preço e Lucro**. In: ANTUNES, Ricardo L. C. (Org.). **A Dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Editorial Avante, 1975.
- ; ———. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MASCARENHAS, Gilmar. A cidade moderna e suas técnicas: uma nova espacialidade do tempo livre. In: **Anais do Encontro da Comissão de Geografia Cultural da União Geográfica Internacional (UGI)** (meio digital CD-ROM), Rio de Janeiro, junho de 2003.
- MASINI, Eleonora Barbieri, **The Legacy of Aurelio Peccei Twenty Years after his Passing and the Continuing Relevance of his Anticipatory Vision**, 2004. Aurelio Peccei Lecture, Rome, November 23, 2004. Disponível em: http://www.clubofrome.org/archive/publications/AURELIO_PECCEI - MASINI LECTURE.pdf. Acesso em: 08 de julho de 2009.
- MATTOS, Carlos A. de. Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização: alternativa de sobrevivência ou nova utopia? In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- McFETRIDGE, Donald G. [et al]. **Economia e meio ambiente: a reconciliação**. Porto Alegre, RS: Ortiz, 1992.
- MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- MEHRING, Franz. **O Materialismo Histórico**. Lisboa: Antídoto, 1977.
- MELO, João Joanaz de. “Portugal e a Europa na Eco-92”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, nº7, p.09-21, 1990.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e Meio Ambiente**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1988.

MIGLIOLI, Jorge. Imperialismo, Exploração, Dominação. In: GALVÃO, Andréa [et. al.] (Orgs.). **Marxismo e Socialismo no Século XXI**. Campinas, SP: UNICAMP / IFCH — Xamã, 2005.

MINC, Carlos. **Como Fazer Movimento Ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.

MIRANDA, Carlos; GUIMARÃES NETO, Leonardo; BUARQUE, Sérgio C.; ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Planejando o Desenvolvimento Sustentável: A Experiência recente do Nordeste do Brasil**. Brasília, DF: IICA — Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1999.

MOLION, Luiz Carlos Baldicero. Aquecimento Global: uma visão crítica. In: VEIGA, José Eli da (Org.). **Aquecimento global: frias contendas científicas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008a.

———. O aquecimento global antropogênico. In: SEABRA, Giovanni (Org.). **Terra: mudanças ambientais globais e soluções locais**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2008b.

MOLINA, Sergio. **O Pós-Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MONTAÑO, Jorge. Hacia la consolidación de la Cumbre de Rio: Las Naciones Unidas y el Desarrollo Sustentable. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2008.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. **Liberalismo Clássico: Notas sobre sua história e alguns de seus argumentos**. Campinas, SP, Coleção Textos Didáticos, n.º 40, IFCH / UNICAMP, Janeiro / 2000.

MORAES NETO, Benedito. **Século XX e Trabalho Industrial: Taylorismo / Fordismo, Ohnoísmo e Automação em Debate**. São Paulo: Xamã, 2003.

- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- . **O Discurso do Averso** (E para a Crítica da Geografia que se Ensina). Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- . População e Recursos Humanos: Tematizando um Velho Paradigma. In: FÓRUM UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, **Anais**, p. 15-19. Rio de Janeiro: Fundação MUDES, Universidade Federal Fluminense, 1991.
- . O Espaço e o Contra-Espaço: Sociedade Civil e Estado, Privado e Público na Ordem Espacial Burguesa. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo. **Território Territórios**. Niterói / RJ: UFF/AGB, 2002.
- . Para Que o Eia-Rima Quase 20 Anos Depois? In: **RIMA: Relatório de Impacto Ambiental**. Legislação, elaboração e resultados. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2002.
- . **O Círculo e a Espiral**: Para a Crítica da Geografia que se Ensina – I. Niterói / RJ: Edições AGB – Niterói, 2004.
- . **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- . **A Cabeça Bem-Feita**: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MURPHY, Alexander B. As estratégias territoriais das organizações governamentais internacionais e suas implicações para o meio ambiente e o desenvolvimento. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- NARANJO, Florencio Z. Geografía y ordenación del territorio. In: Íber, Didáctica de las ciencias sociales. **Geografía e Historia**, Barcelona, Nuevas Fronteras de Los Contenidos Geográficos, n.º 16, p. 19-31, 1998.
- NASCIMENTO, Regina Helena Malta. O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro nos anos de 1980. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. (Orgs.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro**: A trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro, DP&A / FAPERJ, 2001.
- NAVA, Cristina Cortinas de. Gestión Ambientalmente Adecuada de Productos Químicos e Desechos Peligrosos, Radiactivos y Municipales. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor

(Comps.). **La Diplomacia Ambiental:** México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

NOBRE, Marcos. Desenvolvimento Sustentável: Origens e significado atual. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito.** Brasília – DF: Edições IBAMA, 2002.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito.** Brasília – DF: Edições IBAMA, 2002.

NORGAARD, Richard. Valoração ambiental na busca de um futuro sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

NOVAES, Washington. **A Década do Impasse:** Da Rio-92 à Rio + 10. São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, 2002.

O’CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (Compilador.). **Ecología Política.** Naturaleza, Sociedad e Utopía. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2003.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

———. **Capitalismo Desorganizado:** Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política. 2. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para Não Entregar:** Políticas públicas e Amazônia. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. “Cidades Industriais e Cidades Pós-Industriais: Breve análise bibliográfica sobre do tema”. **Revista Fluminense de Geografia.** Niterói, RJ, AGB, n°. 01, v. 01, p. 63-78, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia.** 2001. 176 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo / RJ, 2001.

———. O Ensino de Geografia e o Desenvolvimento Sustentável: Espectros de uma idéia dominante de nossa época. In: ENPEG – ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 7º, 2003, **Novos Desafios na Formação do Professor de Geografia, Anais**. Vitória, AGB - Espírito Santo, 2003. 1 CD-ROM.

———. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, UERJ-FFP, v. I, n. 2, p. 33-38, 2005.

———. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia**, 2006. 204 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.

———. A Construção do “Desenvolvimento Sustentável” sob a Égide do Neoliberalismo: Um Estudo sobre a Economia Política da “Crise Ambiental”. In: 5.º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. **Comunicações 5º CEMARX**. Campinas: Unicamp, 2007. 1 CD-ROM.

———. Neoliberalismo: Notas sobre Geopolítica e Ideologia — Uma Breve Análise sobre a obra “*O Neoliberalismo: História e Implicações*”, de David Harvey. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, UERJ-FFP, Ano V. I, n. 2, p. 83-87, 2009a.

———. A Geografia da Conferência do Rio de Janeiro – 1992: Entre o Global e o Local, a Tensão e a Celebração. In: **VIII ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia [Anais]**, 2009, Curitiba. Espaço e Tempo: Complexidade e Desafios do Pensar e do Fazer Geográfico. Curitiba : ANPEGE, 2009b.

———. Reflexões sobre a Conferência do Rio de Janeiro 1992 (Eco-92): Desenvolvimento Sustentável, Neoliberalismo e a Celebração de um Consenso. In: **XVI ENG – Encontro Nacional dos Geógrafos [Anais]**, 2010, Porto Alegre. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. São Paulo, AGB, 2010. v. 1. p. 1-10.

———. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável na CNUMAD – 1992 (Eco-92): entre o Global e o Local, a Tensão e a Celebração. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa – PR, v. 2, nº 1, p. 43 – 56, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/article/viewFile/31/27> . Acesso em: 10 de junho de 2011.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; RIBEIRO, Guilherme. Neoliberalismo e Geografia Econômica: Permanências e Contradições em sua Práxis Educativa. In: 9.º ENPEG – Encontro Nacional de

Prática de Ensino de Geografia, 2007, Niterói. **Mundo Contemporâneo, Práxis Educativa e Ensino de Geografia**. Juiz de Fora: FEME, 2007a.

————— ; —————. O Ensino de Geografia Econômica em Questão: Re-Significações a partir de um Relicário Conceitual. In: VI Encontro Nacional de Ensino de Geografia: Fala Professor, 2007, Uberlândia. **Concepções e Fazeres da Geografia na Educação: Diversidade em Perspectivas**. Uberlândia: AGB, 2007b.

————— ; —————. Reflexões sobre o Ensino de Geografia Econômica: Breves Análises em Tempos de Neoliberalismo e Globalização. In: XV ENG — Encontro Nacional de Geógrafos, 2008, São Paulo. **O Espaço não pára: Por uma AGB em Movimento**. São Paulo: AGB, 2008.

————— ; —————. Geografia Econômica e Marxismo em Tempos de Globalização. In: 6.º CEMARX - Colóquio Marx e Engels, 2009, Campinas. **CEMARX – 10 Anos**. Campinas: CEMARX – UNICAMP, 2009a.

————— ; —————. Notas Teórico-Metodológicas sobre o Ordenamento Territorial: Um Ensaio Político a partir das Experiências de Volta Redonda e Cabo Frio. **Revista Tamoios**, v. 1, p. 02-12, São Gonçalo, UERJ-FFP, 2009b. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/issue/view/99>. Acesso em: 10 de junho de 2011.

————— ; —————. Espaço geográfico e território, sociedade urbana-industrial e desenvolvimento sustentável: um ensaio teórico-metodológico em Geografia. **Geo UERJ** (2007), v. 1, p. 55-70, Rio de Janeiro, UERJ, 2010. Disponível em: <http://www.geouerj.uerj.br/ojs>. Acesso em: 10 de junho de 2011.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; RAMÃO, Felipe de Souza; MELO, Marcos Vinicius N. de. Desenvolvimento Sustentável: Reflexões sobre sua prática no Ensino da Geografia. In: **XI ENPEG – Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia [Anais]**, 2011, Goiânia. A Produção do Conhecimento e a Pesquisa sobre o Ensino de Geografia. Goiânia, UFG - Universidade Federal de Goiás, 2011.

ORTIZ, Renato. Globalização e Mundialização. **Cadernos de Sociologia**, Publicação do Programa de Mestrado em Sociologia do IFCH – UNICAMP. Campinas, SP, n.º 1, Jan. / Jun. de 1996, pp. 7-15.

OSTROVITIANOV, K. V.; LEONTIEV, L. A.; LANTIEV, I. D.; GATOVSKI, L. M.; KUZMINOV, I. I.; STAROVSKI, V. N. **Manual de Economia Política**. Volume IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1972.

- OURIQUES, Helton Ricardo. **A Produção do Turismo: fetichismo e dependência**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- PAIVA, Jorge. Biodiversidade e Bioecoenfarte. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos**: No pós Eco-92. Lisboa: Edições Colibri, 1993.
- PALMER, Joy A. (Org.). **50 Grandes Ambientalistas**: De Buda a Chico Mendes. São Paulo: Contexto, 2006.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Capitalismo Global e Império Norte-Americano. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). **O Novo Desafio Imperial**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2006.
- PENNA, Carlos Raja Gabaglia. Considerações sobre Desenvolvimento Sustentável. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos da. **Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Sette Letras / Historia y Vida, 2002.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. **O Pensamento Político de Roberto Campos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PERROUX, François. **Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a Devastação da Amazônia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.
- PIMENTA, Carlos. “Entrevista”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos**: No pós Eco-92. Lisboa: Edições Colibri, 1993.
- PINGUELLI ROSA, Luiz. A sedução do liberalismo e os mitos da privatização e da modernização tecnológica. In: SADER, Emir. (Org.). **1994 — Ideias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- PIRES, Hindenburgo Francisco. Teoria das Longas Ondas e os Ciclos da Indústria Mundial. In: PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reestruturação Industrial e Alta Tecnologia no Brasil**, 1996. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- PIZZI, Jovino. **O desenvolvimento e suas exigências morais**. 2005. Disponível em: <http://www.ucpel.tche.br/filosofia/voll1/desenvolvimento.pdf> . Acesso em: 19 de março de 2005.

- PLÉKHANOV, Georgi. **Ensaio sobre a História do Materialismo** (D'Holbach – Helvétius – Marx). Lisboa: Editorial Estampa, 1973.
- POLITZER, Georges (Guy Besse e Maurice Caveing). **Princípios Fundamentais de Filosofia**. São Paulo: Editora Fulgor, 1963.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. P. **Paixão da Terra: Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: SOCII — Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, 1984.
- . **Os Limites do “Limites do Crescimento”**: Contribuição ao Estudo da Relação Natureza e História, 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.
- . Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. **Revista Terra Livre**. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 9-76, 1992.
- . **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. 7. Ed. São Paulo, Editora Contexto, 2000.
- . Os movimentos sociais diante da reorganização societária em curso. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). **O Desafio da Sustentabilidade: Um Debate Socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001
- . A Invenção de Novas Geografias. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo. In: **Território Territórios**. Niterói / RJ: UFF/AGB, 2002.
- . **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- . **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- . Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, PR, n.º 17, p.21-31, Editora UFPR, jan./jun. 2008.
- POSEY, Darrel A. Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafios à soberania e à velha ordem. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança**. Brasília: Editora da UNB, 1991.
- PROOPS, John; FABER, Malte; MANSTETTEN, Reiner; JÖST, Frank. Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

PROST, Catherine. O falso consenso sobre a defesa do meio ambiente. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (Orgs.). **Espaço e Tempo: Complexidades e Desafios do Pensar e do Fazer Geográfico**. Curitiba, PR: Associação da Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina — ADEMADAN, 2009.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e Mobilização na Agenda 21 Local**. Vitória, ES: EDUFES / FACITEC, 2003.

RABÓCZKAY, Tibor. **Repensando o Partido Verde Brasileiro**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Khedyr, 2011.

RAMA, Carlos M. **Ideologia, Regiones y Clases Sociales em La España Contemporanea**. Montevideo: Nuestro Tiempo, 1963.

RAMÃO, Felipe de Souza. **A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável e as Transformações no Livro Didático de Geografia**. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto Superior de Educação, Faculdade da Região dos Lagos (FERLAGOS). Cabo Frio / RJ, FERLAGOS, 2008.

RATTNER, Henrique. **Planejamento e Bem-Estar Social**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

———. Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável. In: HOYOS, Juan L. Bardález. (Org.) **Desenvolvimento Sustentável: Um Novo Caminho?** Belém, PA: UFPA, NUMA, 1992, p. 13-41.

———. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. **Política Externa**. São Paulo, vol. 1, n.º 2, Paz e Terra, Setembro / Outubro / Novembro, 2002.

REBÊLO JÚNIOR, Manoel. **O Desenvolvimento Sustentável: A Crise do Capital e o Processo de Recolonização**. 2002. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

REDCLIFT, Michael R. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. (Orgs.). **Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém, PA: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

RÊGO, Elba Cristina Lima; HOEFEL, João Luiz. “O Empresariado e o Desenvolvimento Sustentável: As Propostas do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável”. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Meio Ambiente — Ecos da Eco**. Textos Didáticos. Campinas, SP, n.º 8, IFCH / UNICAMP, Março de 1993.

RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA – 1992. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, DF: FUNAG — Fundação Alexandre de Gusmão / IPRI — Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1993.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. Nº 70, 1.º Semestre de 1972. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1972.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Desenvolvimento Sustentável: novas redes, novos códigos. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Nova Ideologia / Utopia do Desenvolvimento. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; FAUSTO, Carlos; RIBEIRO, Lúcia. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Reprodução: visões da Eco-92.** Série Textos de Pesquisa 2. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa / ISER, 1992.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

RICUPERO, Rubens. “Eco 1992: História de uma negociação: O capítulo financeiro da Agenda 21 durante a Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento [Rio de Janeiro, 3 -14 de junho de 1992]”. In: **Missões de Paz: a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais.** Edição comemorativa dos cem anos de paz nas fronteiras do Brasil. [s/d] Disponível em: http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo9.html. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

RIVAS, Alberto I. Glender. Las Relaciones Internacionales del Desarrollo Sustentable. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo.** México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A apropriação e produção do espaço urbano: as questões da política habitacional, do cotidiano e do confronto na produção do espaço pelos “sem-terra”. In: **4.º Congresso Brasileiro de Geógrafos — “Geografia, Sociedade e Estado [Anais].** Contribuições Científicas, Livro 2, Volume 1. São Paulo, Associação de Geógrafos Brasileiros, Junho /1984.

———. **Moradia nas Cidades Brasileiras.** São Paulo: Contexto, 1988a.

———. **Na procura do lugar o encontro da identidade —** Um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco. Tese (Doutorado em Geografia) — Departamento de Geografia,

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 1988*b*.

———. Espaço, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Releituras do Território. **Revista Terra Livre**. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 77-90, 1992.

———. Novas práticas e novas matrizes discursivas? In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica (orgs.). **O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica**. São Paulo: HUCITEC, 1993*a*.

———. “A CNUMAD e o Fórum Global: Algumas Leituras”. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Meio Ambiente — Ecos da Eco**. Textos Didáticos, N.º. 8. Campinas, SP, IFCH / UNICAMP, Março / 1993*b*.

———. Desenvolvimento Sustentável: A nova “roupagem” para a velha questão do desenvolvimento. In: GRAZIA, Grazia de. **Direito à Cidade e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileira de Reforma Urbana, 1993*c*.

———. A questão ambiental e a (re) descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza? **Boletim Paulista de Geografia**, n.º 73, São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros – São Paulo, 1994, pp. 35-71.

———. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

———. “Apresentação”. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Problemática Ambiental Urbana**. Textos Didáticos, N.º. 56. Campinas, SP, IFCH / UNICAMP, Outubro / 2005.

———. Problemática Ambiental = Agenda Política: Espaço, Território e Classes Sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 83, p. 91-110, 2006*a*.

———. Manejo integrado, risco e vulnerabilidade social: evitar tragédias, corrigir problemas? In: RODRIGUEZ, Daniel; PINHEIRO, Daniel. **Desenvolvimento Sustentável: Desafios e Discussões**. Rio de Janeiro / São Paulo / Fortaleza: ABC Editora, 2006*b*.

———. “A Abordagem Ambiental — Questões para Reflexão”. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Problemática Ambiental Urbana: Abordagens Contemporâneas**. Textos Didáticos, N.º. 63. Campinas, SP, IFCH / UNICAMP, Novembro / 2007.

———. “El aumento del número de Estados y su fragilidad interna”. **Scripta Nova — Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona,

Vol. XII, N.º 270 (31), 1.º de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-31.htm>. Acesso em: 08 de agosto de 2011.

———. A abordagem ambiental unifica as geografias? In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (Orgs.). **Espaço e Tempo: Complexidades e Desafios do Pensar e do Fazer Geográfico**. Curitiba, PR: Associação da Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina — ADEMADAN, 2009.

———. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano — agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011a.

———. Violência contra Movimentos Populares e Resistências [Conferência]. **Geografia em Questão**. Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Local — Marechal Cândido Rondon, V. 04, N.º 01, 2011, pp. 09-17. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4693/3736>. Acesso em: 08 de agosto de 2011b.

RODRIGUES, Neidson. **Glórias e Misérias da Razão: Deuses e Sábios na Trajetória do Mundo Ocidental**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

RODWIN, Lloyd. **Planejamento Urbano nos Países em Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1967.

ROGGERO, Maria Angelina. **Urbanización, industrialización y crecimiento del sector servicios em America Latina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1976.

ROSENTAL, M. Les Problème de la Dialectique dans Le Capital de Marx. Paris, 1959. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos do Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

ROSENTHAL, Gert. “América Latina y el Caribe ante los Problemas Ambientales y del Desarrollo”. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Econômica, 1994.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1984.

ROSTOW, W. W. **As Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

RUIVO, Mário. “Balanço e Perspectivas da Eco-92 — Do Crescimento Zero a um

Desenvolvimento Sustentável”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

RUSSELL, Bertrand. **Elogio do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SABBATELLA, Ignacio. Crisis ecológica y subsunción real de la naturaleza al capital. **Íconos, Revista de Ciencias Sociales**. No. 36, Quito, Ecuador: Enero 2010, pp. 69-80. Disponível em: <http://www.flacsoandes.org/dspace/bitstream/10469/1633/1/06.%20Crisis%20ecol%c3%b3gica%20y%20subsunci%c3%b3n%20real...%20Ignacio%20Sabbatella.%20pp.%2069-80.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2011.

SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente: Sociedade, Desenvolvimento, Meio Ambiente**, n.º 01. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, 1994.

———. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SADER, Eder. **Marxismo e Teoria da Revolução Proletária**. São Paulo: Ática, 1986.

SADER, Emir. **Século XX: Uma Biografia Não-Autorizada (O Século do Imperialismo)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000a.

———. “A Exploração”. In: Emir Sader (Org.). **Sete Pecados do Capital**. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

SAHRH, Wolf-Dietrich. O Desenvolvimento Sustentável — Uma Palavra e as Coisas. **Revista RAEGA**, n.º 02. Curitiba, EDUFPR, 1998.

SANTOS, Alinne Borges dos. **O Uso do Território a partir da Política Nacional do Biocombustível: Uma Análise do Documento “Diretrizes de Política de Agroenergia 2006 – 2011”**. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo / RJ, 2008.

SANTOS, Antônio Silveira R. dos. Biodiversidade, Bioprospecção, Conhecimento Tradicional e o Futuro da Vida. **RIT – Revista de Informação e Tecnologia**. Campinas, UNICAMP, Março / 2001. Disponível em: <http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/artigos/silveira.html>. Acesso em: 16 de outubro de 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. 8. Ed. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, natureza e “redescoberta” do Brasil. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de. (Org.). **Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

———. A desordem da nova ordem. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). **O Desafio da Sustentabilidade: Um Debate Socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

———. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Rosane Soares dos; ROSSI, Ângela Maria Gabriella. Turismo de Base Local: Iniciativa comunitária como paradigma de urbanismo sustentável. In: **Anais do II Seminário Nacional Espaço e Econômica: Políticas Territoriais, Intervenção do Estado e Práticas Sociais na Reestruturação do Espaço**. NuPEE – Núcleo de Pesquisa Espaço e Economia, UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, FFP – Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, Outubro / 2011.

SANTOS, Theotonio dos. **Forças Produtivas & Relações de Produção: Ensaio Introdutório**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.

SARUKHÁN, José. La Biodiversidad de México em el Contexto Mundial. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

SAUL, John S. Globalização, imperialismo, desenvolvimento: falsas dicotomias e resoluções radicais. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). **O Novo Desafio Imperial**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales — CLACSO, 2006.

SAUVÉ, Lucie. L'équivoque du développement durable. **Chemin de Traverse**. Montréal, Canadá, n.º 4, 2007, p. 31-47. Disponível em: <http://cms2.unige.ch/isdd/IMG/pdf/SauveUQAM.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

———; BERRYMAN, Tom; BRUNELLE, Renée. Environnement et développement: la culture de la filière ONU. In: SAUVÉ, L.; BRUNELLE, R. (Dir.). **“Environnements, Cultures et Développements”**. Éducation relative à l'environnement – Regards, Recherches, Réflexions,

Montréal, Canadá, Vol. 4, 2003, pp. 33-55. Disponível em: <http://www.unites.uqam.ca/ERE-UQAM/membres/articles/02RechRef02.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

SCHMIDHEINY, Stephan. **Mudando o Rumo: Uma Perspectiva Empresarial Global sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SEQUEIROS, Leandro. De la III Cumbre de la Tierra (Río de Janeiro, 1992) al fracaso de la Conferencia de Kioto (1997): Claves para comprender mejor los problemas ambientales del Planeta. **Enseñanza de las Ciencias de la Tierra**, Volume 6, Número 1, 1998, pp. 3-12. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/ECT/article/view/88465/132445>. Acesso em: 26 de maio de 2011.

SERAFY, Salah El. Contabilidade verde e política econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

SERRANO, Célia Maria de Toledo; LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e suas Críticas. RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Meio Ambiente — Ecos da Eco**. Textos Didáticos. Campinas, SP, nº. 8. IFCH / UNICAMP, Março de 1993.

SHENG, Fulai. Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

SHIVA, Vandana. **Ecology and Politics of Survival**. Londres: UNU – Press, 1991.

SCHMIDT, Alfred. **El Concepto de Naturaleza en Marx**. 4. ed. Madri: Siglo XXI Editores, 1983.

SILVA, Éder Roberto da. **O movimento nacional pela reforma urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil**. 2003. 143 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana), Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, 2003.

SILVA, Elias; SILVA, Luís César. **Impacto Ambiental**. 02/04/2000. Disponível em: <http://www.agais.com/impacto.htm>. Acesso em: 01.º de julho de 2011.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. **Desenvolvimento Sustentável no Brasil de Lula:** Uma abordagem jurídico-ambiental. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2009.

SILVA, MARINA. Histórias da Floresta, da Vida e do Mundo. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). **O Desafio da Sustentabilidade:** Um Debate Socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

SINACEUR, M. A. O Desenvolvimento: Para Quê? (Introdução). In: PERROUX, François. **Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

SINGER, Paul. Tecnologia e Divisão do Trabalho. In: HAMBURGER, Ernst W. (Org.). **Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

———. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

———. **A Crise do Milagre.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

———. **O que é Socialismo, hoje.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983.

———. **Aprender Economia.** 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

SIQUEIRA, Josafá Carlos de. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Avanços e Recuos no Processo de Consolidação entre o Social e o Ambiental. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos da. **Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Sette Letras / Historia y Vida, 2002.

SIRKIS, Alfredo. Enquanto isso, na terra do pau-brasil... (Apêndice). In: McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso:** A História do Movimento Ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

———. **Verde Carioca.** Rio de Janeiro:, Record, 1996.

SMITH, Grahman. Teoria Política e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). **Geografia Humana:** Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual:** Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

———. O'KEEFE, Phil. Geography, Marx and the Concept of Nature. In: **Antipode,** Radical Journal of Geography, T. XII, n.º 2, 1980, pp. 30-39.

SOARES, Antônio Jorge. **Dialética, Educação e Política:** Uma Releitura de Platão. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993a.

———. Uma Concepção Materialista da Espacialidade. In: BECKER, Bertha (Org.). **Abordagens Políticas da Espacialidade.** Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFRJ, 1993b.

STARKE, Linda. **Sinais de Esperança: Lutando por Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

STRONG, Maurice F. Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo.** México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

SUPEK, Rudi. Apresentação: A época da automatização vista por Marx. In: MARX, Karl. **Consequências sociais do avanço tecnológico.** São Paulo: Edições Populares, 1980.

SUZIGAN, Wilson. Aglomerações Industriais: Avaliação e Sugestões de Políticas. In: **O Futuro da Indústria: Oportunidades e Desafios – A Reflexão da Universidade.** Brasília: MDICE/CNI/IEL, 2001.

SZÉKELY, Alberto; PONCE-NAVA, Diana. La Declaración de Río e el Derecho Internacional Ambiental. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo.** México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

TAVARES, Ricardo Neiva. **As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas.** Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

TAYLOR, Peter J. As Raízes Geoistóricas do Desafio da Sustentabilidade e uma Alternativa Política Pós-Moderna. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Orgs.) **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

TAYRA, Flávio. A relação entre o mundo do trabalho e o meio ambiente: limites para o desenvolvimento sustentável. **Scripta Nova.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Número extraordinario dedicado al IV Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio). Universidad de Barcelona, Vol. VI, núm. 119 (72), 1.º de agosto de 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-72.htm>. Acesso em: 15 de julho de 2009.

TIETENBERG, Tom. **Environmental and Natural Resource Economics**. Massachusetts: Addison-Wesley Longman, 2000.

TRINDADE, Sérgio C. Agenda 21: estratégia de desenvolvimento sustentável apoiada em processos de decisão participativa. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

TROTSKY, Leon. **Lições de Outubro (e outros textos inéditos)**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2007.

———. **O Programa de Transição para a Revolução Socialista**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

URQUIDI, Víctor L. Economía y Medio Ambiente. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

VARELLA, Marcelo Dias. **Proteção Jurídica da Biodiversidade: Recursos genéticos e desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 1998. Disponível em: <http://www.geocities.ws/marcelodiasvarella/arquivos/livros/Dissertacao.PDF>. Acesso em: 15 de outubro de 2011. 185 p.

VARGAS, Paulo Rogério. O Insustentável Discurso da Sustentabilidade. In: BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e / ou Possibilidade?** 4. ed. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002.

VASCONCELLOS, Hedy Silva Ramos de. Educação Ambiental para uma Sociedade Justa e Sustentável. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos da. **Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Sette Letras / Historia y Vida, 2002.

VASCONCELLOS, Naumi A. de. Ecos Femininos na Eco 92. **Estudos Feministas**. Florianópolis, SC, n.º 01 / 92, ano 0, 2.º Semestre, 1992. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/ref/article/viewArticle/15808>. Acesso em: 06 de agosto de 2011.

VEIGA, José Eli da. A Face Territorial do Desenvolvimento. In: Encontro Nacional de Economia, 27.º, 1999, **Anais**. Belém, p. 1301-1318, 1999. Disponível em:

http://www.zeeli.pro.br/Textos/ArtigosCientificos/%5B20%5Dface_territorial.htm. Acesso em: 05 de fevereiro de 2010.

———. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005a.

———. **Do Global ao Local**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005b.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VERÍSSIMO, Suzana; WORCMAN Nira Broner; HEYMANN, Gisela; LEIRNE, Carla. Ziguezagues em campo verde. **Revista Superinteressante**, n.º 048, Setembro de 1991. Disponível em: <http://super.abril.com.br/ecologia/ongs-eco-92-ziguezagues-campo-verde-439998.shtml>. Acesso em: 10 de agosto de 2011.

VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. **Cidadania e Política Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIEIRA, Susana Camargo. A Construção do Conceito de Desenvolvimento Sustentável. In: FONSECA, Denise Pini Rosalem da; SIQUEIRA, Josafá Carlos da. **Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Sette Letras / Historia y Vida, 2002.

VIOLA, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo. (Orgs.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

VOLKOV, F.; VOLKOVA, T. **Que é Mais Valia?** Moscou: Progresso, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Mundialização ou Era de Transição? Uma Visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo” In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

WILBANKS, Thomas J. “Sustainable Development” in Geographic Perspective. **Presidential Address**, Annals of the Association of American Geographers, v. 84, n. 4. Cambridge, Blackwell Publishers, 1994, p. 541-556.

WOLF, Simone. Qualidade Total e Informática: A Constituição do Novo Homem-Máquina. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes. **O Averso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

WÜSTEN, Herman van der. Desenvolvimento Sustentável e Geografia Política. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

ZHOURI, Andréa Luisa Moukhaiber. **Discursos Verdes**: As Práticas da Ecologia (um estudo antropológico da participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986), 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Departamento de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 1992.

———. Globalidade-Singularidade: O Fórum Global. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Meio Ambiente — Ecos da Eco**. Textos Didáticos. Campinas, SP, n.º 8. IFCH / UNICAMP, Março de 1993.

ŽIŽEK, Slavoj. Introdução: O Espectro da Ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a.

———. Como Marx inventou o sintoma? In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b.

———. **Violência**: seis notas à margem. Lisboa: Editora Relógio D'Água, 2009.

ANEXOS

ANEXO 1

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS²¹⁵

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III)
da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

²¹⁵ Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 30 de junho de 2011.

Agora portanto

A ASSEMBLÉIA GERAL

Proclama

A PRESENTE DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III

Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII

Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X

Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XI

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII

Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIV

1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XV

1. Todo homem tem direito a uma nacionalidade.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.
3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo XVII

1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

Artigo XIX

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI

1. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXII

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo XXIII

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV

Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo XXV

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos.

Artigo XXVII

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XXVIII

Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIX

1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE ONU SOBRE AMBIENTE HUMANO²¹⁶

Estocolmo, 5-16 de junho de 1972

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, e, atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano,

I

Proclama que:

1. O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma.
2. A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos.
3. O homem deve fazer constante avaliação de sua experiência e continuar descobrindo, inventando, criando e progredindo. Hoje em dia, a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicado errônea e imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e a seu meio ambiente. Em nosso redor vemos multiplicar-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos;

²¹⁶ Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/estocolmo.doc. Acesso em: 30 de junho de 2011.

grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, nocivas para a saúde física, mental e social do homem, no meio ambiente por ele criado, especialmente naquele em que vive e trabalha.

4. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais está motivada pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico.

5. O crescimento natural da população coloca continuamente, problemas relativos à preservação do meio ambiente, e devem-se adotar as normas e medidas apropriadas para enfrentar esses problemas. De todas as coisas do mundo, os seres humanos são a mais valiosa. Eles são os que promovem o progresso social, criam riqueza social, desenvolvem a ciência e a tecnologia e, com seu árduo trabalho, transformam continuamente o meio ambiente humano. Com o progresso social e os avanços da produção, da ciência e da tecnologia, a capacidade do homem de melhorar o meio ambiente aumenta a cada dia que passa.

6. Chegamos a um momento da história em que devemos orientar nossos atos em todo o mundo com particular atenção às conseqüências que podem ter para o meio ambiente. Por ignorância ou indiferença, podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem nossa vida e nosso bem-estar. Ao contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, podemos conseguir para nós mesmos e para nossa posteridade, condições melhores de vida, em um meio ambiente mais de acordo com as necessidades e aspirações do homem. As perspectivas de elevar a qualidade do meio ambiente e de criar uma vida satisfatória são grandes. É preciso entusiasmo, mas, por outro lado, serenidade de ânimo, trabalho duro e sistemático. Para chegar à plenitude de sua liberdade dentro da natureza, e, em harmonia com ela, o homem deve aplicar seus conhecimentos para criar um meio ambiente melhor. A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo

em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas.

7. Para se chegar a esta meta será necessário que cidadãos e comunidades, empresas e instituições, em todos os planos, aceitem as responsabilidades que possuem e que todos eles participem equitativamente, nesse esforço comum. Homens de toda condição e organizações de diferentes tipos plasmarão o meio ambiente do futuro, integrando seus próprios valores e a soma de suas atividades. As administrações locais e nacionais, e suas respectivas jurisdições são as responsáveis pela maior parte do estabelecimento de normas e aplicações de medidas em grande escala sobre o meio ambiente. Também se requer a cooperação internacional com o fim de conseguir recursos que ajudem aos países em desenvolvimento a cumprir sua parte nesta esfera. Há um número cada vez maior de problemas relativos ao meio ambiente que, por ser de alcance regional ou mundial ou por repercutir no âmbito internacional comum, exigem uma ampla colaboração entre as nações e a adoção de medidas para as organizações internacionais, no interesse de todos. A Conferência encarece aos governos e aos povos que unam esforços para preservar e melhorar o meio ambiente humano em benefício do homem e de sua posteridade.

II PRINCÍPIOS

Expressa a convicção comum de que:

Princípio 1

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o *apartheid*, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas.

Princípio 2

Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

Princípio 3

Deve-se manter, e sempre que possível, restaurar ou melhorar a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis.

Princípios 4

O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos. Conseqüentemente, ao planificar o desenvolvimento econômico deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.

Princípio 5

Os recursos não renováveis da terra devem empregar-se de forma que se evite o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização.

Princípio 6

Deve-se por fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais que liberam calor, em quantidades ou concentrações tais que o meio ambiente não possa neutralizá-los, para que não se causem danos graves e irreparáveis aos ecossistemas. Deve-se apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a poluição.

Princípio 7

Os Estados deverão tomar todas as medidas possíveis para impedir a poluição dos mares por substâncias que possam por em perigo a saúde do homem, os recursos vivos e a vida marinha, menosprezar as possibilidades de derramamento ou impedir outras utilizações legítimas do mar.

Princípio 8

O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida.

Princípio 9

As deficiências do meio ambiente originárias das condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas. A melhor maneira de saná-los está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer.

Princípio 10

Para os países em desenvolvimento, a estabilidade dos preços e a obtenção de ingressos adequados dos produtos básicos e de matérias primas são elementos essenciais para o ordenamento do meio ambiente, já que há de se Ter em conta os fatores econômicos e os processos ecológicos.

Princípio 11

As políticas ambientais de todos os Estados deveriam estar encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para se poder enfrentar as conseqüências econômicas que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional.

Princípio 12

Recursos deveriam ser destinados para a preservação e melhoramento do meio ambiente tendo em conta as circunstâncias e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e gastos que pudessem originar a inclusão de medidas de conservação do meio ambiente em seus planos de desenvolvimento, bem como a necessidade de oferecer-lhes, quando solicitado, mais assistência técnica e financeira internacional com este fim.

Princípio 13

Com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população.

Princípio 14

O planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar às diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger y melhorar o meio ambiente.

Princípio 15

Deve-se aplicar o planejamento aos assentamentos humanos e à urbanização com vistas a evitar repercussões prejudiciais sobre o meio ambiente e a obter os máximos benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos. A este respeito devem-se abandonar os projetos destinados à dominação colonialista e racista.

Princípio 16

Nas regiões onde exista o risco de que a taxa de crescimento demográfico ou as concentrações excessivas de população prejudiquem o meio ambiente ou o desenvolvimento, ou onde, a baixa densidade de população possa impedir o melhoramento do meio ambiente humano e limitar o desenvolvimento, deveriam se aplicadas políticas demográficas que respeitassem os direitos humanos fundamentais e contassem com a aprovação dos governos interessados.

Princípio 17

Deve-se confiar às instituições nacionais competentes a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos ambientais dos estados, com o fim de melhorar a qualidade do meio ambiente.

Princípio 18

Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.

Princípio 19

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos.

Princípio 20

Devem-se fomentar em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, a pesquisa e o desenvolvimento científicos referentes aos problemas ambientais, tanto nacionais como multinacionais. Neste caso, o livre intercâmbio de informação científica atualizada e de experiência sobre a transferência deve ser objeto de apoio e de assistência, a fim de facilitar a solução dos problemas ambientais. As tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento de forma a favorecer sua ampla difusão, sem que constituam uma carga econômica para esses países.

Princípio 21

Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional.

Princípio 22

Os Estados devem cooperar para continuar desenvolvendo o direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas da poluição e de outros danos ambientais que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob o controle de tais Estados causem a zonas fora de sua jurisdição.

Princípio 23

Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores prevalecentes em cada país, e, a aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento.

Princípio 24

Todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito e cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente. É indispensável cooperar para controlar, evitar, reduzir e eliminar eficazmente os efeitos prejudiciais que as atividades que se realizem em qualquer esfera, possam Ter para o meio ambiente, mediante acordos multilaterais ou bilaterais, ou por outros meios apropriados, respeitados a soberania e os interesses de todos os estados.

Princípio 25

Os Estados devem assegurar-se de que as organizações internacionais realizem um trabalho coordenado, eficaz e dinâmico na conservação e no melhoramento do meio ambiente.

Princípio 26

É preciso livrar o homem e seu meio ambiente dos efeitos das armas nucleares e de todos os demais meios de destruição em massa. Os Estados devem-se esforçar para chegar logo a um acordo — nos órgãos internacionais pertinentes — sobre a eliminação e a destruição completa de tais armas.

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO²¹⁷

Rio de Janeiro, Junho de 1992

PRINCÍPIOS:

Princípio 1:

Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

Princípio 2:

Os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e os princípios da lei internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas ambientais e de desenvolvimento, e a responsabilidade de velar para que as atividades realizadas sob sua jurisdição ou sob seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de zonas que estejam fora dos limites da jurisdição nacional.

Princípio 3:

O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de tal forma que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras.

Princípio 4:

A fim de alcançar o estágio do desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá ser considerada de forma isolada.

²¹⁷ Tradução da *Rio Declaration, United Nations Conference on Environment and Development*, Rio de Janeiro, Brasil, 3-14 de junho de 1992. Documento não traduzido oficialmente pela Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/DeclaraRioMA.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

Princípio 5:

Todos os Estados e todas as pessoas deverão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza como requisito indispensável ao desenvolvimento sustentável, a fim de reduzir as disparidades nos níveis de vida e responder melhor às necessidades da maioria dos povos do mundo.

Princípio 6:

A situação e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, em particular os países menos adiantados e os mais vulneráveis do ponto de vista ambiental, deverão receber prioridade especial. Nas medidas internacionais que sejam adotadas com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento, devem ser considerados os interesses e as necessidades de todos os países.

Princípio 7:

Os Estados deverão cooperar com o espírito de solidariedade mundial para conservar, proteger e restabelecer a saúde e a integridade do ecossistema da Terra. Tendo em vista que tenham contribuído notadamente para a degradação do ambiente mundial, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que lhes cabe na busca internacional do desenvolvimento sustentável, em vista das pressões que suas sociedades exercem sobre o meio ambiente mundial e das tecnologias e dos recursos financeiros de que dispõem.

Princípio 8:

Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas, os Estados devem reduzir e eliminar os sistemas de produção e consumo não-sustentados e fomentar políticas demográficas apropriadas.

Princípio 9:

Os Estados devem cooperar para reforçar a criação de capacidades endógenas para obter o desenvolvimento sustentável, aumentando o saber mediante o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos, intensificando o desenvolvimento, a adaptação, a difusão e a transferência de tecnologias, notadamente as tecnologias novas e inovadoras.

Princípio 10:

O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de danos e recursos pertinentes.

Princípio 11:

Os Estados deverão promulgar leis eficazes sobre o meio ambiente. As normas ambientais e os objetivos e prioridades em matérias de regulamentação do meio ambiente, devem refletir o contexto ambiental e de desenvolvimento às quais se aplicam. As normas aplicadas por alguns países podem resultar inadequadas e representar um custo social e econômico injustificado para outros países, em particular os países em desenvolvimento.

Princípio 12:

Os Estados deveriam cooperar para promover um sistema econômico internacional favorável e aberto, o qual levará ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável de todos os países, a fim de abordar adequadamente as questões da degradação ambiental. As medidas de política comercial para fins ambientais não deveriam constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, nem uma restrição velada ao comércio internacional. Deveriam ser evitadas medidas unilaterais para solucionar os problemas ambientais que se produzem fora da jurisdição do país importador. As medidas destinadas a tratar os problemas ambientais transfronteiriços ou mundiais deveriam, na medida do possível, basear-se em um consenso internacional.

Princípio 13:

Os Estados deverão desenvolver a legislação nacional relativa à responsabilidade e à indenização referente às vítimas da contaminação e outros danos ambientais. Os Estados deverão cooperar de maneira diligente e mais decidida no preparo de novas leis internacionais sobre responsabilidade e indenização pelos efeitos adversos dos danos ambientais causados pelas atividades realizadas dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, em zonas situadas fora de sua jurisdição.

Princípio 14:

Os Estados deveriam cooperar efetivamente para desestimular ou evitar o deslocamento e a transferência a outros Estados de quaisquer atividades e substâncias que causem degradação ambiental grave ou se considerem nocivas à saúde humana.

Princípio 15:

Com a finalidade de proteger o meio ambiente, os Estados deverão aplicar amplamente o critério de precaução conforme suas capacidades. Quando houver perigo de dano grave ou irreversível, a falta de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como razão para que seja adiada a adoção de medidas eficazes em função dos custos para impedir a degradação ambiental.

Princípio 16:

As autoridades nacionais deveriam procurar fomentar a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em conta o critério de que o causador da contaminação deveria, por princípio, arcar com os seus respectivos custos de reabilitação, considerando o interesse público, e sem distorcer o comércio e as inversões internacionais.

Princípio 17:

Deverá ser empreendida a avaliação de impacto ambiental, em termos de instrumento nacional, a despeito de qualquer atividade proposta que provavelmente produza impacto negativo considerável no meio ambiente e que esteja sujeita à decisão de uma autoridade nacional competente.

Princípio 18:

Os Estados deverão notificar imediatamente os outros Estados sobre desastres naturais e outras situações de emergência que possam produzir efeitos nocivos súbitos ao meio ambiente sob sua jurisdição. A comunidade internacional deverá fazer todo o possível para ajudar Estados que sejam afetados.

Princípio 19:

Os Estados deverão proporcionar a informação pertinente e notificar previamente e de forma oportuna os Estados que possam se ver afetados por atividades passíveis de ter consideráveis efeitos ambientais nocivos transfronteiriços, e deverão celebrar consultas com os mesmos em data antecipada.

Princípio 20:

As mulheres desempenham um papel fundamental na ordenação do meio ambiente e no desenvolvimento. É, portanto, imprescindível contar com sua plena participação para chegar ao desenvolvimento sustentável.

Princípio 21:

Devem ser mobilizados a criatividade, os ideais e o valor dos jovens do mundo para forjar uma aliança mundial orientada para obter o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos.

Princípio 22:

Os povos indígenas e suas comunidades locais desempenham um papel fundamental na ordenação do meio ambiente e no desenvolvimento devido a seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados deveriam reconhecer e prestar o apoio devido a sua identidade, cultura e interesses e velar pelos que participarão efetivamente na obtenção do desenvolvimento sustentável.

Princípio 23:

Devem ser protegidos o meio ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos à opressão, dominação e ocupação.

Princípio 24:

A guerra é, por definição, inimiga do desenvolvimento sustentável. Em consequência, os Estados deverão respeitar o direito internacional proporcionando proteção ao meio ambiente em épocas de conflito armado, e cooperar para seu posterior melhoramento, conforme necessário.

Princípio 25:

A paz, o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente são interdependentes e inseparáveis.

Princípio 26:

Os Estados deverão resolver todas as controvérsias sobre o meio ambiente por meios pacíficos e com a coordenação da Carta das Nações Unidas.

Princípio 27:

Os Estados e os povos deveriam cooperar, de boa fé e com espírito de solidariedade, na aplicação dos princípios consagrados nesta declaração e no posterior desenvolvimento do direito internacional na esfera do desenvolvimento sustentável.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DO POVO DA TERRA

Tratados das ONGs — N.º 39

UMA AGENDA PARA O FUTURO

Nós, os participantes do Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais do Fórum Global 92, nos encontramos no Rio de Janeiro como cidadãos do planeta Terra para compartilhar os nossos interesses, nossos sonhos e nossos planos de criar um novo futuro para o nosso mundo.

Emergimos destas deliberações com um sentido profundo de que, na riqueza de nossa diversidade, nós compartilhamos uma visão comum de uma sociedade humana fundada nos valores da simplicidade, amor, paz e reverência pela vida. Agora solidariamente partimos para mobilizar os recursos morais e humanos das sociedades civis de todas as nações, num movimento social unificado e comprometido com a realização desta visão.

A urgência de nosso compromisso é intensificada pela escolha dos líderes políticos do mundo nas deliberações oficiais do encontro da Cúpula da Terra. Estes escolheram negligenciar muitas das mais fundamentais causas da acelerada devastação ecológica e social do nosso planeta. Enquanto se ocupam em ajustar o sistema econômico que serve aos interesses de curto prazo de alguns poucos às custas da maioria, a liderança por uma mudança mais fundamental recaiu, por desistência, sobre as organizações e movimentos da sociedade civil. Nós aceitamos este desafio.

Assim sendo, desejamos lembrar aos líderes mundiais políticos e corporativos que a autoridade do estado e o poder de corporações privadas são concessões dadas a estas instituições pelos povos independentes e pela sociedade civil, para servirem ao interesse humano coletivo. É direito do povo exigir que governos e corporações correspondam às vontades e interesses públicos. No entanto, através de um processo de integração econômica global imposta aos povos do mundo pelos governos do G7, as instituições de Bretton Woods – o Banco Mundial, FMI e o GATT – e corporações transnacionais, o direito soberano e a habilidade dos povos do mundo de proteger os seus interesses econômicos, sociais, culturais e ambientais contra o crescente poder do capital transnacional, estão sendo séria e rapidamente corroídos.

Esta erosão, tem sido apenas uma das muitas conseqüências daninhas de um modelo de desenvolvimento fundado na busca do crescimento econômico e consumo e na exclusão de interesses humanos e naturais. Outras conseqüências incluem o crescente empobrecimento espiritual da sociedade humana, o empobrecimento econômico de cerca de 1,2 bilhões de pessoas, a grande e crescente diferença entre o rico e o pobre, o racismo econômico, a exploração institucionalizada das mulheres, o deslocamento de milhões de pessoas de suas próprias terras e comunidades, a marginalização do deficiente físico e a destruição progressiva dos sistemas ecológicos que nos sustentam.

O caminho do aprofundamento da dívida internacional, do ajuste estrutural, da desregulamentação do mercado, do comércio livre e a monopolização dos direitos de propriedade intelectual, que atualmente domina o pensamento e a ação política, é o caminho para a autodestruição coletiva, e não para o desenvolvimento sustentável. Nós usaremos os nossos votos, nossa autoridade moral e o nosso poder aquisitivo para remover das posições de autoridade aqueles que insistem em continuar estas políticas social e ecologicamente destrutivas, para atender a interesses elitistas de curto prazo.

As instituições de Bretton Woods servem como principais instrumentos para a imposição destas políticas destrutivas ao mundo. Elas constituem uma enorme barreira ao desenvolvimento justo e sustentável. Nós trabalharemos por sua transformação ou substituição por instituições mais adequadas. Até tornarem-se totalmente transparentes, publicamente confiáveis e defensoras dos interesses humanos, eles não podem ter permissão de reter o controle da agenda de desenvolvimento sustentável.

As forças militares do mundo sobrevivem, basicamente, como instrumentos de proteção dos interesses da elite e para reprimir a agitação civil que resulta da injustiça econômica. Além disso, elas representam um fardo injusto para os escassos recursos ecológicos da terra. Nós trabalharemos por sua eliminação e pela transferência de seus recursos para propósitos mais benéficos. Como um primeiro passo, trabalharemos para por fim ao comércio internacional de armas e assistência.

Estas são verdades que o processo oficial da CNUMAD evitou. Elas têm sido nossas principais preocupações.

Não limitamos a nossa atenção, no entanto, às críticas. Também procuramos definir nossa visão para uma alternativa futura e nossa agenda para sua realização. Somos diversos em nossa

experiência e línguas. Procuramos alternativas para as quais ainda não existem padrões claros. O modelo dominante de desenvolvimento e suas instituições emergiram há mais de 500 anos. As duas semanas que passamos em deliberações, no Rio, são somente um começo para criar uma alternativa. Nós alcançamos um consenso largamente compartilhado, de que os princípios que se seguem guiarão nosso esforço coletivo:

- o propósito fundamental da organização econômica é atender às necessidades básicas da comunidade, tais como, alimento, abrigo, vestuário, educação, saúde e o prazer da cultura. Este propósito deve ter prioridade sobre todas as formas de consumo, particularmente as formas de consumo destrutivas e devastadoras, tais como o consumismo e as despesas militares – as quais tem que ser eliminadas imediatamente. Uma das outras prioridades imediatas inclui a conservação de energia, substituindo-a por energia solar e transformando a agricultura através de práticas sustentáveis que minimizam a dependência de insumos não-renováveis e ecologicamente danosos;
- além de atender a necessidades físicas básicas, a qualidade da vida humana depende mais do desenvolvimento de relacionamentos sociais, criatividade, expressão cultural e artística, espiritualidade e da oportunidade de ser um membro produtivo da comunidade do que do crescente consumo de bens materiais. Todos, incluindo o deficiente físico, devem ter oportunidade integral de participar de todas estas formas de desenvolvimento;
- a organização de uma vida econômica em torno de uma economia local descentralizada, relativamente auto-suficiente, que controle e administre seus próprios recursos produtivos, fornece a todas as pessoas uma participação equitativa no controle e nos benefícios dos recursos produtivos. Ter o direito de proteger seus próprios padrões ambientais e sociais, é essencial para o desenvolvimento sustentável. Assim o vínculo local se fortalece, a administração local é encorajada, a segurança alimentar aumenta e identidades culturais distintas se acomodam. O comércio entre tais economias locais, assim como entre nações, deveria ser justo e equilibrado. Sempre que os interesses e direitos da corporação conflitarem com os direitos e interesses da comunidade, estes últimos devem prevalecer.
- todos os elementos da sociedade, independente de sexo, classe ou identidade étnica, têm o direito e a obrigação de participar integralmente na vida e nas decisões da comunidade. Especialmente os pobres e privados de direitos políticos, atualmente, têm que se tornar participantes ativos. A participação, as necessidades, os valores e a sabedoria das mulheres são

cruciais para a tomada-de-decisão sobre o destino da Terra. Há uma necessidade urgente de envolver as mulheres, numa base igual à dos homens, em todos os níveis de execução, planejamento e implementação de políticas. O equilíbrio dos sexos é essencial ao desenvolvimento sustentável. Os povos indígenas também representam uma liderança vital na tarefa de conservar a terra e suas criaturas e de criar uma nova afirmação de vida de realidade global. A sabedoria indígena constitui um dos importantes e insubstituíveis recursos da sociedade humana. Os direitos e as contribuições dos povos indígenas precisam ser reconhecidos;

- enquanto que o crescimento geral da população é um perigo para o planeta, o crescimento do número de super-consumidores mundiais é uma ameaça mais imediata do que o crescimento da população entre os pobres. Assegurar a todas as pessoas os meios de manter as suas necessidades básicas é uma pré-condição essencial para estabilizar a população. Liberdade de reprodução e acesso à assistência de saúde reprodutiva e ao planejamento familiar, são direitos humanos básicos.

- o conhecimento é o recurso infinitamente ampliável da humanidade. O conhecimento útil sob qualquer forma, incluindo a tecnologia, é parte da herança humana coletiva, e deve ser compartilhado gratuitamente com todos os que possam dele se beneficiar.

- sujeição por dívida de um indivíduo ou de um país, é imoral e deve ser considerada inaplicável nas leis civis e nas leis internacionais.

- a transparência tem que ser premissa fundamental subjacente às tomadas de decisão de todas as instituições públicas, inclusive a nível internacional.

A implementação destes princípios, que objetivam a mudança, requererá um compromisso massivo com a educação. São necessárias novas formas de entendimento, valores e técnicas em todos os níveis e por todos os elementos da sociedade. É com este propósito que nós nos educaremos, às nossas comunidades e às nossas nações.

Nós reconhecemos nossa dívida para com a sabedoria e os valores indígenas. Eles enriqueceram imensamente as nossas deliberações e serão fontes de aprendizado ininterrupto. Nós honraremos esta herança e trabalharemos para proteger os direitos dos povos indígenas.

Nosso pensamento também tem sido enriquecido pelos ensinamentos das muitas tradições religiosas representadas entre nós.

Reconhecemos o espaço fundamental dos valores espirituais e do desenvolvimento espiritual na sociedade que procuramos criar. Nós nos comprometemos a viver de acordo com os valores da simplicidade, amor, paz e reverência pela vida, compartilhadas por todas as tradições religiosas.

Nossos esforços no Rio produziram vários tratados populares para definir compromissos mais específicos e o entrosamento para ação a nível local, nacional e internacional. Estes tratados encontram-se em variados estágios de desenvolvimento. Todos são documentos em processo de elaboração. Nós os aprimoraremos através de inúmeros diálogos e negociações pelo mundo afora, à medida que um número cada vez maior de pessoas una-se ao nosso movimento crescente.

Convidamos os líderes empresariais e governamentais a unirem-se a nós, neste ato de cidadania global. Eles precisam saber, no entanto, que não mais esperamos pela sua liderança para nos ocuparmos com a realidade global que, até agora, eles decidiram ignorar. O tempo é curto e os riscos altos demais.

Nós, os cidadãos do mundo, mobilizaremos as forças da sociedade civil transacional a partir de uma agenda largamente partilhada, que vincule os nossos muitos movimentos sociais em busca de sociedades humanas justas, sustentáveis e participativas.

Assim, estamos forjando nossos próprios instrumentos e processos para redefinir a natureza e o significado do progresso humano e para transformar aquelas instituições que não mais respondem às nossas necessidades. Nós acolhemos para a nossa causa, todos os povos que partilhem do nosso compromisso de mudar pacífica e democraticamente, no interesse do nosso planeta vivo e das sociedades humanas que ele sustenta.

ANEXO 5

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Tratados das ONGs — N.º 40

Nós, ONGs do mundo inteiro, redes nacionais e internacionais e movimentos sociais, reunidos no Rio de Janeiro na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e no Fórum Global, afirmamos nossos compromissos para o futuro:

1. Temos consciência da contradição existente nesse modelo de civilização dominante iníquo e insustentável, construído sobre o mito do crescimento ilimitado e sem levar em consideração a finitude da Terra. Entendemos, por isso, que a salvação do planeta e de seus povos, de hoje e de amanhã, requer a elaboração de um novo projeto civilizatório, fundado sobre uma ética que determine e fundamente limites, prudência, respeito à diversidade, solidariedade, justiça e liberdade. Sublinhamos enfaticamente a impossibilidade de um desenvolvimento, sustentável dissociado da luta, partilhada com os mais carentes e excluídos sociais, contra a pobreza e contra o processo de pauperização.

2. Recusamos energicamente que o conceito de desenvolvimento sustentável seja transformado em mera categoria econômica, restrita às novas tecnologias e subordinada a cada novo produto no mercado. Permitir que isso seja feito significa garantir a continuação da reprodução da pobreza e da riqueza estruturais, decorrentes do modelo de civilização dominante que denunciemos. Para chegarmos a sociedades sustentáveis, afirmamos que os países ricos têm o dever de frear, estabilizar e até reverter negativamente o seu crescimento, para que os outros países exerçam o seu direito de buscar e alcançar condições de vida digna para seus povos, garantidos plenamente seus direitos a cidadania. No que toca às mulheres, garantir a elas o controle de suas próprias vidas deve ser premissa para qualquer ação que envolva população, meio ambiente e desenvolvimento.

3. Demonstramos que as principais responsabilidades pela degradação do planeta e pela pobreza são da maioria dos países do Hemisfério Norte, mas que, também no Hemisfério Sul, governos, empresas transnacionais, instâncias internacionais de regulamentação, bancos e as próprias elites locais se unem para reproduzir o mesmo modelo falido e insustentável, com a aceitação passiva de parte da sociedade. Temos consciência que as velhas relações Norte-Sul – fundadas na desigualdade, na dominação, na exploração e no confronto desigual – não são mais toleráveis. Isso nos coloca um desafio comum: trabalhar sobre os mecanismos que criam as injustiças e a degradação, unindo as forças da sociedade que aspiram por mudanças contra as forças que querem a manutenção desse status-quo.

4. A “Cúpula da Terra” frustrou as expectativas que ela própria havia criado para a humanidade. Manteve-se largamente submissa aos poderosos interesses econômicos dominantes e às lógicas de poder que ainda prevalecem. O processo da CNUMAD demonstrou que, apesar dos discursos das autoridades, a maioria dos governos foi incapaz de ouvir as ONGs e, principalmente, de escutar os clamores da sociedade civil internacional. É importante ressaltarmos, entretanto, que a Conferência não foi um fracasso total. Há posições diferenciadas entre países: em muitos casos, cidadãos e opiniões públicas fizeram avançar as posições de seus governos. Ocorreu um progresso inegável de tomada de consciência e de coesão por parte de todos aqueles que, nos diferentes continente, lutam contra a pobreza e pelo verdadeiro desenvolvimento. Para a sociedade civil, acima de tudo, fica um saldo positivo: depois da Conferência Rio 92, torna-se impraticável para governos e instâncias pública internacionais decidir nosso futuro sem ouvir as nossas vozes. Apoiados sobre esta nova consciência e sobre a nossa autonomia, lutaremos para que os Estados, essas instâncias internacionais e a própria ONU se democratizem. Lutaremos pela participação ativa dos cidadãos nos diversos mecanismos de decisão e no controle das suas políticas.

5. Denunciamos o fato de as grandes corporações transnacionais se constituírem como um poder acima das nações , em conluio com muitos governos e instâncias públicas internacionais, apresentando-se como campões do desenvolvimento sustentável. Faz-se urgente, se não quisermos ver atingida a soberania de nossos países e desmoralizada a ONU, impor um controle democrático a essas grandes corporações e ao chamado livre mercado. Somente na medida que

elas demonstrem, de fato e na prática seu empenho em abrir mão do mito do crescimento ilimitado, poderemos acreditar no seu hoje pretendo engajamento no projeto de desenvolvimento sustentável.

6. Voltando-nos para as nossas sociedades, vemos o longo caminho que temos a percorrer. Os que se beneficiam do crescimento econômico relutam em abrir mão do seu consumo; os que pretendem ascender a esse padrão apóiam o desenvolvimento a qualquer custo; enquanto isso, muitos sequer têm condições de se pronunciar quanto a seus desejos, por estarem abaixo das condições mínimas de vida. Descobrimos que a sociedade sustentável está se construindo a partir e na prática de grupos, comunidades e povos. Faz parte dessa desafio valorizar as pequenas experiências e soluções e, ao mesmo tempo, promovê-las à escala de uma região, de um país e, até, do mundo. Em contrapartida às propostas de integração de blocos de países do Sul através de seus mercados, em via de realização, propomos, com alternativa emocrática, a integração de seus povos, na luta por um futuro comum de justiça e de democracia. A justiça dentro de cada sociedade nacional e entre as nações continua a ser nossa meta. Em muitas cidades e áreas rurais, as populações já perderam o seu direito a um meio ambiente sadio. Definitivamente, não queremos que se some, à exclusão social que repudiamos, a exclusão ambiental.

7. Num mundo em crises múltiplas, para escapar ao poder econômico que dirige nossos desejos e nosso futuro e ao poder político ameaçador e longínquo, divorciado dos povos, sentimo-nos tentados a nos fechar sobre nossas particularidades étnicas, culturais e religiosas. Nossa tarefa é transformar essa diversidade cultural, linguística, étnica, de gênero, institucional e política em riqueza. Nosso desafio maior, começando imediatamente, é no sentido de implementar e fortalecer ações dinâmicas, articulações, que, a partir das necessidades de nossos povos, construam progressivamente uma perspectiva e um projeto comuns. Para tanto, precisamos dar um salto de qualidade em direção a uma maior consciência, educação, organização e articulação das sociedades civis nacionais e internacional. Não temos o direito de esperar a festa dos 50 anos da ONU para transformar esse projeto em realidade. Ao contrário, 1995 deve propiciar, sim, um balanço de tudo o que fizemos, nesses próximos anos, como ponto de encontro para novos desafios.

8. Falar em meio ambiente e desenvolvimento é falar da vida como um todo. Para tentar abarcar essa totalidade nestes últimos dias, nós a partimos numa série de temas: clima, biodiversidade, florestas, cerrados, desertos, e áreas áridas, águas doces e oceanos, lixo tóxico, nuclear, energia, pesca, questão urbana, condições de trabalho na indústria, reforma agrária, agricultura sustentável, novas tecnologias, comunicação, pobreza, violência urbana e rural, racismo, militarismo, questão indígenas, crianças e adolescentes, mulheres, dívida externa, comércio internacional, corporações transnacionais, GATT, FMI, Banco Mundial, mecanismos globais de decisão e educação ambiental. Moveu-nos, nestes debates e na elaboração dos nossos compromissos, o senso da nossa responsabilidade para com todos os que, como nós, lutam por um mundo melhor, e para com os povos oprimidos e abandonados, em particular. Afirmamos nosso compromisso de lutar para eles e com eles. E lutar “para eles e com eles” compreende, igualmente, defender o meio ambiente, a natureza que, como eles, é usada como matéria prima descartável. É o que reafirmamos neste ponto de partida para o futuro, nesta cidade maravilhosa e ferida do Rio de Janeiro, Brasil.

ANEXO 6

VENHA REINVENTAR O MUNDO NA RIO +20!

O *Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20* chama as organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares de todo o Brasil e do mundo para participar do processo que culminará na realização, em junho de 2012, do evento autônomo e plural, provisoriamente denominado **Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental**, paralelo à **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD)**.

Há vinte anos, a **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento** (Rio 92) e o ciclo social de conferências das Nações Unidas que a ela se seguiu discutiram os problemas globais que afetam a humanidade e pactuaram uma série de propostas para enfrentá-los (as Convenções sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Desertificação, a Agenda 21, Carta da Terra, Declaração sobre Florestas, Declaração de Durban, entre outras). Mas aquilo que deveria ter sido o início da reversão das situações de miséria, injustiça social e degradação ambiental frustrou boa parte das esperanças depositadas nesse processo.

Sete bilhões de seres humanos vivem hoje as seqüelas da maior crise capitalista desde a de 1929. Vivem o aumento gigantesco da desigualdade social e da pobreza extrema, com a fome afligindo diretamente um bilhão de pessoas. Presenciam guerras e situações de violência endêmica e o crescimento do racismo e da xenofobia.

O sistema de produção e consumo capitalista, representado pelas grandes corporações, mercados financeiros e os governos que asseguram a sua manutenção, produz e aprofunda o aquecimento global e as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez de água potável, o aumento da desertificação dos solos e da acidificação dos mares, em suma, a mercantilização de todas as dimensões da vida.

Enquanto estamos vivenciando uma crise civilizatória inédita, governos, instituições internacionais, corporações e amplos setores das sociedades nacionais, presos ao imediato e cegos ao futuro, agarram-se a um modelo de economia, governança e valores ultrapassado e paralisante. A economia capitalista, guiada pelo mercado financeiro global, continua apoiada na busca sem limites do lucro, na superexploração do trabalho – em especial o trabalho das mulheres e dos setores mais vulneráveis –, na queima dos combustíveis fósseis, na predação dos ecossistemas, no desenvolvimento igualado ao crescimento, na produção pela produção – baseada na descartabilidade e no desperdício e sem consideração pela qualidade da existência vivida.

Diante de tal conjuntura, o momento político propiciado pela Rio+20 constitui uma oportunidade única para “reinventar o mundo”, apontando saídas para o perigoso caminho que estamos trilhando. Mas, julgando pela ação dos atores hegemônicos do sistema internacional e pela mediocridade dos acordos internacionais negociados nos últimos anos, suas falsas soluções e a negligência de princípios já acordados na Rio92, entendemos que se não devemos deixar de buscar influenciar sua atuação, tampouco devemos ter ilusões que isso possa relançar um ciclo virtuoso de negociações e compromissos significantes para enfrentar os graves problemas com que se defronta a humanidade e a vida no planeta.

Entendemos que a agenda necessária para uma governança global democrática pressupõe um fim da condição atual de captura corporativa dos espaços multilaterais. Uma mudança somente virá da ação dos mais variados atores sociais: diferentes redes e organizações não-governamentais e movimentos sociais de distintas áreas de atuação, incluindo ambientalistas, trabalhadores/as rurais e urbanos, mulheres, juventude, movimentos populares, povos originários, etnias discriminadas, empreendedores da economia solidária, etc. Precisamos construir um novo paradigma de organização social, econômica e política que – partindo das experiências de lutas reais destes setores e da constatação de que já existem condições materiais e tecnológicas para que novas formas de produção, consumo e organização política sejam estabelecidas – potencializem sua atuação.

A Rio+20 será um importante ponto na trajetória das lutas globais por justiça social e ambiental. Ela se soma ao processo que estamos construindo desde a Rio-92 e, em especial, a partir de Seattle, FSM, Cochabamba e que inclui as lutas por justiça climática para a COP 17 e frente ao G20. Este momento contribuirá para acumularmos forças na resistência e disputa por novos paradigmas baseados na defesa da vida e dos bens comuns. Assim, convidamos todos e todas para um primeiro seminário preparatório desta Cúpula dos Povos, nos dias 30 de junho, 1 e 2 de julho de 2011, na cidade do Rio de Janeiro para – juntos e juntas – construirmos um processo que culminará em *nosso encontro* em junho de 2012 e se desdobrará em novas dinâmicas²¹⁸.

²¹⁸ No primeiro dia da Cúpula do G20 em Cannes (03/11/2011), a Presidente do Brasil Dilma Rousseff mudou a data da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que agora se realizará nos dias 20, 21 e 22 de junho de 2012 (em vez de 04 a 07 de junho), para não coincidir com a comemoração dos 60 anos de coroação da rainha da Inglaterra, Elizabeth, entre os dias 4 e 6 de junho do próximo ano., já que vários líderes do G20 e de países europeus devem participar da comemoração britânica e, assim, poderiam não comparecer ao evento no Rio de Janeiro. Dilma Rousseff também explicou que representantes de países da Ásia pediram para que a Rio+20 ocorresse em um período mais próximo da reunião do G20, marcada para os dias 18 e 19 de junho, no México. Disponível em: <http://www.msrecord.com.br/noticia/ver/63597/dilma-adia-em-duas-semanas-data-de-abertura-da-rio20>. Acesso em: 07 de novembro de 2011.